



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CÂNDIDO ROCHA FLORES JÚNIOR

**POSSIBILIDADES PARA UMA CIÊNCIA DO
COMPORTAMENTO PRÓPRIA:
ENTRE A SUBVERSÃO E O AJUSTAMENTO SOCIAL**

Londrina
2021

CÂNDIDO ROCHA FLORES JÚNIOR

**POSSIBILIDADES PARA UMA CIÊNCIA DO
COMPORTAMENTO PRÓPRIA:
ENTRE A SUBVERSÃO E O AJUSTAMENTO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Carolina Laurenti

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F634 Flores Júnior, Cândido Rocha.
Possibilidade para uma ciência do comportamento própria : entre a subversão e o ajustamento social / Cândido Rocha Flores Júnior. - Londrina, 2021.
250 f.

Orientador: Carolina Laurenti.
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Comportamentalismo radical - Tese. 2. Orlando Fals Borda - Tese. 3. Colonialismo intelectual - Tese. 4. Ciência nacional - Tese. I. Laurenti, Carolina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

CÂNDIDO ROCHA FLORES JÚNIOR

**POSSIBILIDADES PARA UMA CIÊNCIA DO
COMPORTAMENTO PRÓPRIA:
ENTRE A SUBVERSÃO E O AJUSTAMENTO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Diego Mansano Fernandes
Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Londrina, 21 de outubro de 2021

Dedico este trabalho a Juliana Benites
Silveira (1938-2021). Quando penso em
conhecimento popular penso nela.

AGRADECIMENTOS

Uma forma de contar a história desta pesquisa é partir do ano de 2017. Naquele período eu começava a planejar meu trabalho de conclusão de curso, no qual propunha algumas relações entre o comportamentalismo radical e a psicologia social comunitária. Meu orientador era o Lucas Ferraz Córdova, o responsável pela minha formação como analista do comportamento e por me apresentar ao caminho que me trouxe até aqui. Precisei mergulhar em materiais sobre a psicologia social latino-americana e para isso contei com o apoio frequente da Livia Gomes dos Santos, que esteve como professora na UFMS por um curto período naquela época.

Lendo as indicações da Livia fui me deparando pela primeira vez com referências ao trabalho de Orlando Fals Borda. Acredito que não seja apenas por diferenças de idioma que a academia brasileira valorize muito menos o pensamento social latino-americano do que deveria. Embora a importância de Fals Borda fosse mencionada em diversos textos, pouco dele (ou diretamente sobre ele) se encontra disponível por aqui. Só fui conseguir ter acesso à íntegra do *Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual* (1971) por conta da ajuda da Roberta Garcia Alves, do Rodrigo Lopes Miranda e de suas conexões latino-americanas.

Também em 2017 eu fui ao meu primeiro evento anual da ABPMC, o *XXVI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental*, que aconteceu em Bauru (SP). Pela primeira vez senti que poderia fazer parte de uma comunidade científica na análise do comportamento, e as coisas foram se tornando muito mais palpáveis do que poderiam ser em uma universidade periférica/interiorana. Nomes e referências foram se tornando gente. Lá conheci pessoalmente os membros dessa banca e me interessei ainda mais pelo trabalho de cada um deles. Conheci mais um bocado de gente, como, por exemplo: o Kelvin Fonseca, que me deu alguns palpites sobre as primeiras versões do meu projeto; o Christian Silva dos Reis, que foi meu primeiro contato em Londrina e me ajudou a ficar muito menos perdido com todo o processo de mudança; e a Thaline Castro de Lima, com quem compartilhei a experiência de ser alguém vindo de fora tentar uma vaga na UEL.

Desde aquela época fiquei mais atento às atividades da Carolina Laurenti (Carol) e do Carlos Eduardo Lopes, para sondar se eles já estavam orientando alunos de mestrado. Descobri que deveria me mudar para Londrina e adiantar minha conclusão de curso caso quisesse entrar no mestrado em 2019. Foi um salto de fé. Colei grau em 23 de maio e no dia 3 de junho estávamos Camila e eu com uma dezena de malas e duas ratas na rodoviária de Campo Grande. Essa disposição da Camila em ser minha companheira de vida mesmo nas condições mais adversas teve papel central em todo esse projeto.

Na UEL um novo conjunto de pessoas trouxe suas contribuições. Amanda Oliveira de Moraes foi minha primeira supervisora do estágio em docência e me permitiu acompanhar também suas orientações de estágio clínico a estudantes da graduação. Débora de Nez de Melo e Denise Silveira Barbosa, minhas colegas de mestrado, logo se tornaram minha principal rede de apoio na cidade, dividindo interesses, insatisfações e afeto.

Chegando em um programa cheio de analistas do comportamento eu precisava ainda de uma ponte com a psicologia social. Passei a conferir o currículo de uma infinidade de professores da universidade e fiquei entusiasmado com o currículo da Alejandra Astrid León Cedeño. Seu trabalho era tudo o que eu procurava naquele momento! Mais entusiasmado ainda eu fiquei quando a conheci pessoalmente. Alejandra se tornou uma fonte de acolhimento importantíssima, além de uma referência fundamental para o andamento das minhas pesquisas. Meu plano era aproveitar ao máximo essa proximidade no primeiro semestre de 2020, me tornei seu estagiário em docência, contei com sua participação em minha banca de projeto e planejava encontrar meios de colaborar em uma de suas frentes de trabalho comunitário (nos Cirandas). Mas 2020 não foi o ano mais generoso com os nossos planos.

A partir de março de 2020 Camila e eu nos vimos isolados, distantes de nossas famílias em uma situação de real perigo às nossas vidas. Logo foi se tornando insustentável permanecer em Londrina e precisamos retornar para Campo Grande em novembro, buscando uma maior

rede de apoio. Ter minha família por perto foi necessário e garantiu um conforto e uma segurança que nos estava faltando. Aqui é mais fácil receber minha mãe (Rosane Silveira Flores) vindo de Bonito e estamos próximos de minha irmã (Letícia Silveira Flores), meu cunhado (Rodrigo Vieira de Carvalho) e nossa sobrinha (Alice Razzino Vieira Flores). Contamos também com a nossa vizinhança, a “bolha” com a qual mantemos algum contato para balancear os riscos do isolamento e da pandemia. Alternando-se entre si, Cristhian Anderson (Cris), Lucas Teixeira Braz, Leonardo Martins Cavalcanti Furtado (Léo), Jessica Rayssa Ruelis Oliveira (Caju) e Theo Fetsch Werner Silva cumpriram um papel enorme em nossa sobrevivência e para além dela.

Meu plano de estar mais perto do convívio da Carol (e também do Carlos) foi comprometido por imprevistos. Nos meus dois primeiros semestres de curso ambos não estavam no Brasil e passavam um período na *York University* (Canadá). Na época de seu retorno a pandemia já impedia reuniões presenciais. Isso fez com que as orientações com a Carol acontecessem totalmente de modo remoto, e eu ainda me surpreendo com o quanto a sua competência e dedicação superaram essas barreiras. Seria pouco mencionar apenas que essa dissertação dependeu diretamente do trabalho da Carol. Com a sua orientação aprendi muito, em um sentido genuinamente comportamentalista radical. Hoje eu leio, escrevo, pesquiso e penso de modo muito diferente de antes desse processo todo. Meu objetivo principal foi cumprido, mesmo fugindo de todas as expectativas.

Minha pesquisa seguiu com frequentes trocas de ideia e colaborações de Alejandra, Roberta, Débora, Denise e Cris. A presença de Carlos e de Diego Mansano Fernandes na minha banca de qualificação trouxe contribuições fundamentais, além da felicidade de um admirador de longa data de seus trabalhos. O resultado que segue é fruto de muita colaboração, entusiasmo e carinho, também de muitos imprevistos, encontros e desencontros. Como não poderia ser diferente, ainda é fruto de muita revolta, luto, temor e insegurança.

Não se faz pesquisa, é claro, sem a garantia de condições materiais. Sem o financiamento público por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) eu não teria dado conta de seguir com o mestrado. Esse mecanismo é indispensável e vem sendo consistentemente ameaçado e enfraquecido na crise que vivemos. Sozinha, uma bolsa de 1500 reais ainda não seria suficiente para a segurança de duas pessoas em uma cidade desconhecida. Tive a sorte de contar com o apoio financeiro da minha mãe (Rosane) e do meu pai (Cândido Rocha Flores), e assim viemos nos mantendo durante um fim do mundo.

FLORES JÚNIOR, Cândido Rocha. **Possibilidades para uma ciência do comportamento própria:** entre a subversão e o ajustamento social. 2021. 250 f. Dissertação (Pós-Graduação em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

Sob uma interpretação comportamentalista radical, haveria uma relação recíproca entre comportamento científico e contexto social. Noções de neutralidade da prática científica se tornam inviáveis, enquanto se faz necessário o exame de suas dimensões políticas. A discussão sobre essas dimensões na academia latino-americana encontra referência seminal em Fals Borda. O sociólogo colombiano propôs uma concepção de ciência própria e subversiva como oposição ao colonialismo intelectual responsável pela manutenção da dependência em relação ao conhecimento e os critérios científicos estabelecidos nos países desenvolvidos. Pensar uma ciência do comportamento politicamente engajada exige a articulação a essa discussão situada no contexto local. Com o objetivo de investigar as contribuições da proposta de uma ciência própria e subversiva para a construção de um projeto científico de base comportamentalista radical, foi realizada uma pesquisa teórica dividida em três etapas. O objetivo da primeira etapa foi caracterizar uma ciência própria e subversiva, aplicando o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto ao livro “*Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual*”, de Fals Borda. A segunda etapa foi voltada à exposição de dimensões ético-políticas da literatura comportamentalista radical nacional. As fontes foram textos comportamentalistas radicais brasileiros que tratem de conteúdos e posições no campo da ética e da política. A etapa três teve como objetivo relacionar as noções de ciência própria e subversiva descritas por Fals Borda e as dimensões ético-políticas investigadas no comportamentalismo radical. As propostas de Fals Borda foram analisadas conceitualmente e contextualizadas a debates atuais sobre as situações colônias, a conjuntura latino-americana e a crise vivida no Brasil. Uma ciência própria latino-americana contribui com o conhecimento universal partindo de critérios e necessidades do contexto local. Essa ciência seria necessariamente subversiva, por confrontar um *status quo* de dependência intelectual, comprometendo-se com valores de ruptura das estruturas sociais. Com a análise dos textos comportamentalistas radicais selecionados, pudemos identificar uma literatura com dimensões ético-políticas diversificadas, que se modificam ao longo do tempo. Diferentes tendências e modos discursivos puderam ser identificados, compatibilizando em maior ou menor grau com um projeto de ciência própria e subversiva. Há potenciais subversivos na teoria e um interesse crescente por parte da comunidade de analistas do comportamento em aproximar-se de questões políticas, movimentos sociais e itinerários de transformação social. Defendemos o fomento a um novo campo capaz de favorecer esses potenciais, uma psicologia social comportamentalista radical que (1) forneça uma teoria contextualista do sujeito social; (2) privilegie mediações teóricas com os estudos sociais latino-americanos; (3) investigue o comportamento em contextos diversos; e (4) envolva também o estudo do comportamento científico. Espera-se que a pesquisa traga, em sua síntese, uma contribuição ao projeto de uma ciência do comportamento comprometida com as necessidades locais, sob valores de transformação social.

Palavras-chave: comportamentalismo radical; análise do comportamento; Orlando Fals Borda; colonialismo intelectual; ciência nacional.

FLORES JÚNIOR, Cândido Rocha. **Possibilidades para uma ciência do comportamento própria:** entre a subversão e o ajustamento social. 2021. 250 p. Dissertação (Pós-Graduação em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

Under a radical behaviorist interpretation, there would be a reciprocal relationship between scientific behavior and social context. Notions of neutrality of scientific practice become unfeasible, while it is necessary to examine its political dimensions. The discussion about these dimensions in the Latin American academic context finds a seminal reference in Fals Borda. The Colombian sociologist proposed the conception of a “own and subversive science” in opposition to the intellectual colonialism responsible for maintaining dependence on the knowledge and the scientific criteria established in developed countries. Thinking about a politically engaged science of behavior requires articulating this discussion situated in the local context. In order to investigate the contributions of the proposal of a own and subversive science to the construction of a scientific project with a radical behaviorist basis, a theoretical research was carried out divided into three stages. The objective of the first stage was to characterize a specific and subversive science, applying the Conceptual Text Interpretation Procedure to the book “*Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual*”, by Fals Borda. The second stage aimed at exposing the ethical-political dimensions of the national radical behaviorist literature. The sources were Brazilian radical behaviorist texts which dealt with content and positions in the field of ethics and politics. Stage three aimed at relating the notions of the own and subversive science described by Fals Borda and the ethical-political dimensions investigated in radical behaviorism. Fals Borda's proposals were conceptually analyzed and contextualized in current debates on colonial situations, the Latin American situation and the crisis experienced in Brazil. A Latin American own science contributes to the universal knowledge based on the criteria and the needs of the regional context. This science would necessarily be subversive, as it confronts the status quo of intellectual dependence, committing itself to values that disrupt social structures. With the analysis of selected radical behaviorist texts, we were able to identify a literature with diversified ethical-political dimensions, which change over time. Different trends and discursive modes could be identified, making them compatible in a greater or a lesser degree with a project of a own and subversive science. There are subversive potentials in this theory and a growing interest on the part of the behavior analyst community in approaching political issues, social movements and social transformation itineraries. We defend the promotion of a new field capable of favoring these potentials, a radical behavioral social psychology that (1) provides a contextualist theory of the social subject; (2) prioritizes theoretical mediations with Latin American social studies; (3) investigates behavior in diverse contexts; and (4) also involves the study of scientific behavior. It is expected that the research brings, in its synthesis, a contribution to the project of a science of behavior committed to regional needs, under values of social transformation.

Key words: radical behaviorism; behavior analysis; Orlando Fals Borda; intellectual colonialism; national science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma dos artigos selecionados para análise	101
Figura 2 – Frequência acumulada de abstracts selecionados com alguma ocorrência de termos sobre ética e política ao longo dos anos	103
Figura 3 – Proporção de abstracts selecionados com alguma ocorrência de cada termo da busca (16 textos, de 2003 a 2015).....	104
Figura 4 – Proporção de abstracts selecionados com alguma ocorrência de cada termo da busca (23 textos, de 2016 a 2020).....	105

SUMÁRIO

Introdução	14
Política como uma dimensão a ser analisada na ciência do comportamento.....	14
Análise do comportamento e a política brasileira.....	20
Ciência própria e subversiva.....	26
Objetivos	33
Objetivo geral.....	33
Objetivos específicos	33
Método	34
Natureza da pesquisa.....	34
Caracterização das etapas	35
Etapa 1: Interpretação conceitual sobre as proposta de ciência própria e subversiva de Fals Borda.....	35
Etapa 2: Exposição de dimensões ético-políticas presentes na literatura comportamentalista radical nacional.....	36
Etapa 3: Interlocação entre dimensões ético-políticas do comportamentalismo radical e a proposta de uma ciência própria e subversiva.....	39
Resultados e discussão	40
Capítulo 1 – Interpretação conceitual sobre as proposta de ciência própria e subversiva de Fals Borda	41
Orlando Fals Borda.....	41
Análise interpretativa de <i>Ciencia propia y colonialismo intelectual</i>	45
Ciência e sociedade.....	47
Crise e América Latina	52
Sociologia da libertação.....	54
Política exterior estadunidense e conflitos de interesse.....	55
Colonialismo intelectual	57
Compromisso.....	63
Caminho de ação: ciência própria e subversiva.....	67
Contextualização das teses.....	72
Contextualizando ao debate atual sobre as situações coloniais	73
Contextualizando à conjuntura latino-americana.....	77
Contextualizando à crise brasileira	82
Síntese conceitual: noções de ciência própria e subversiva no Brasil contemporâneo.....	94
Capítulo 2 – Algumas dimensões ético-políticas presentes na literatura comportamentalista radical nacional	100
Levantamento bibliográfico	100
Análise qualitativa dos textos selecionados.....	106
Sobre conflitos e antagonismos sociais.....	107
Conflitos entre controladores e controlados	108
Menção a conflitos entre as demandas da população e os interesses de detentores de poder em contexto institucionais	111
Conflitos em termos de opressão de gênero	114
Discussões sobre egoísmo e altruísmo ou competição e cooperação	115

Sobre diferentes formas de se caracterizar problemas sociais	116
Problemas sociais relacionados a conflitos entre níveis de seleção ou tipos de consequências	117
Caracterizações de problemas com foco nos grupos atingidos.....	123
Identificação da origem dos problemas sociais no sistema ou na cultura.....	127
Sobre a contextualização dos temas tratados	129
Foco em questões da realidade nacional	129
Contextualização histórica à análise do comportamento brasileira	133
Contextualização histórica a aspectos políticos internacionais	135
Questões sobre transplante conceitual	139
Sobre as diferentes possibilidades para a resolução de problemas sociais	142
A proposta do delineamento cultural	143
Defesa de políticas públicas informadas pela análise do comportamento.....	147
Foco em mudanças promovidas por meio de trocas colaborativas, pesquisas, ou da disputa do senso comum	149
Sobre valores e ética	157
O sistema ético skinneriano	157
Questões éticas a respeito do trabalho empreendido por analistas do comportamento	161
Sobre o comportamento científico e suas relações	165
Relação com outros saberes e antiessencialismo	166
Críticas ao reducionismo científico	169
Modelos explicativos apontados como mantenedores de desigualdades sociais.....	175
Relações com outras disciplinas	179
Sobre itinerários políticos	183
Transformação social, reforma e revolução	183
Militância e ativismo.....	189
Síntese descritiva: variabilidade e mudanças nas dimensões ético-políticas.....	193
Capítulo 3 – Rumo a uma psicologia social comportamentalista radical	195
Conflitos, antagonismos sociais e o cenário de crise	195
Caracterização de problemas sociais e o interesse das populações oprimidas	198
Contextualização dos temas tratados e autonomia intelectual	199
Resolução de problemas sociais e compromisso-ação.....	201
Valores, ética e libertação	203
Comportamento científico e subversão.....	205
Itinerários políticos e grupos-chave	208
Síntese propositiva: uma psicologia social comportamentalista radical.....	209
Teoria do sujeito social	210
Mediação teórica latino-americana	211
Investigação e ação em contextos diversos.....	212
Psicologia social do comportamento científico	212
Considerações finais.....	214
Referências.....	217
APÊNDICE A: Tabela de textos selecionados para a análise.....	236
APÊNDICE B: Tabela de textos excluídos e seus critérios de exclusão.....	243
APÊNDICE C: Modelo de fichamento	248

Introdução

Política como uma dimensão a ser analisada na ciência do comportamento

Nosso tema de investigação é a relação entre uma ciência do comportamento de base comportamentalista radical e o contexto político-social local. A eleição desse tema confronta noções tradicionais a respeito da objetividade e da neutralidade da prática e do conhecimento científico. Esse conflito se evidencia uma vez que a interação entre objetividade e neutralidade, na qual ambas podem servir como justificativa ou explicação uma da outra, se relaciona à negação da dimensão política da ciência (Chaui, 2000; Laurenti, 2012, 2014).

A tradição da ciência moderna dá centralidade à tese da neutralidade do conhecimento científico, que encontra apoio na dicotomia entre fatos e valores (Laurenti, 2014; Mariconda, 2006). A defesa de que fatos dizem respeito a uma natureza inexorável, em sentido oposto à condição volátil e particularizada dos valores, alicerça a interpretação de que o conhecimento científico deveria ser uma representação fiel dos fatos, pautando-se como objetivo. Apartado da influência dos valores, esse conhecimento contrastaria com os outros campos do saber, como a ética, a política e o senso comum (Laurenti, 2014). A objetividade científica, nesse caso, “seria garantida pela possibilidade de uma observação isenta de compromissos com os interesses de qualquer perspectiva de valor particular (neutralidade científica)” (Laurenti, 2012, p. 368).

A tese da neutralidade científica é compreendida em duas dimensões (Mariconda, 2006). A neutralidade cognitiva estaria baseada na isenção do procedimento de investigação científica; assim, a aceitação das teorias aconteceria de modo independente dos valores pessoais de cientistas. Já a neutralidade aplicada está relacionada “às implicações éticas e sociais dos produtos científicos” (Mariconda, 2006, p. 464), sob a suposição de que o uso desses produtos é possível sob qualquer orientação valorativa.

Ao discorrer sobre o pensamento científico contemporâneo, Marilena Chaui (2000) critica a tese da neutralidade da ciência, qualificando-a como uma ficção científicista. A ideologia científicista, de acordo com a autora, “é a crença infundada de que a ciência pode e deve conhecer tudo, que, de fato, conhece tudo e é a explicação causal das leis da realidade tal como esta é em si mesma” (Chaui, 2000, p. 357). Tal ficção está baseada em uma determinada interpretação sobre a objetividade, a qual faz parte do que a autora identifica como o ideal que rege o pensamento científico ocidental.

Essa ideia de objetividade se relaciona à suposição de que os fenômenos conhecidos teriam estatuto de independência em relação ao sujeito do conhecimento e da ação, sendo estabelecida, assim, a partir da diferenciação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. O senso comum científicista, então, apropria-se dessa cisão entre sujeito e objeto, derivando o entendimento de que o empreendimento científico alcança a realidade das coisas em si mesmas, de forma desinteressada e, portanto, neutra.

Desde o trabalho do estadunidense Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), primeiro e principal expoente do comportamentalismo radical, essa teoria se distancia de algumas concepções hegemônicas da ciência moderna. As rupturas podem ser elucidadas a partir da explicação a respeito do comportamento de cientistas, que não inclui apenas variáveis a respeito do contato com seus dados de pesquisa e com outros pesquisadores, mas, conjuntamente, variáveis particulares do seu dia-a-dia, influências culturais e condições políticas, sociais e econômicas que afetem suas condições de trabalho (Burton, 1980).

Skinner (1956) critica a perspectiva formalista a respeito do comportamento de cientistas, que entende a produção de conhecimento científico como mera consequência da aplicação rigorosa de regras metodológicas. Ao relatar sua própria atividade como pesquisador, o autor enfatiza como elementos acidentais, coincidências e aspectos da experiência pessoal

participam da prática científica; segundo ele, “a ciência é um processo contínuo e muitas vezes desordenado e acidental”¹ (p. 232).

Em concordância com essa crítica, Robson Nascimento da Cruz (2010a) descreve como uma explicação do comportamento de cientistas a partir, unicamente, do relato e da sistematização de procedimentos metodológicos produz uma ilusão de que os fatos científicos descritos seriam autoevidentes. Essa perspectiva formalista caracteriza o fato científico como algo que seria descoberto independente do contexto histórico e do comportamento de cientistas, deixando-se de lado tudo o que envolveu a sua construção:

O que temos então é a ênfase dada à descrição verbal do fato científico como algo que independe do contexto institucional, dos procedimentos, dos instrumentos e, é claro, principalmente, das diversas relações comportamentais necessárias para sua construção. Desta maneira, após o estabelecimento de um fato científico, por exemplo, uma lei científica, os inúmeros aspectos humanos e “não-humanos” envolvidos na sua construção simplesmente deixam de fazer parte de sua descrição, de sua história. (Cruz, 2010a, p. 54)

A interpretação comportamentalista antiessencialista e antiformalista sobre os fatos científicos é bem delineada pela descrição feita por Willard Day (1969) a respeito da epistemologia skinneriana. De acordo com o autor, comportamentalistas radicais compreenderiam que os produtos de suas atividades científicas são, em grande medida, “ainda mais comportamento verbal de sua própria parte, ou um novo conjunto de comportamentos adquiridos que, esperançosamente, lhe permitam controlar a natureza de maneira mais eficaz”² (p. 319). Nesse sentido, a linguagem científica e suas sentenças não são representações fiéis dos fatos; e o conhecimento científico, assim como qualquer outro, é explicado pelas variáveis

¹ Original: “Science is a continuous and often a disorderly and accidental process” (Skinner, 1956, p. 232).

² Original: “either further verbal behavior on his own part or a new set of acquired behaviors which hopefully enable him to control nature more effectively” (Day, 1969, p. 319).

contextuais e históricas relacionadas à sua produção. O fato científico, finalmente, é um produto comportamental, que deverá ter a função de favorecer as ações efetivas de cientistas e de suas comunidades.

Nessa perspectiva, abdica-se da defesa de uma neutralidade da prática científica e de seus produtos em relação a seu contexto histórico e social. Conseqüentemente, dimensões éticas e políticas emergem como conteúdos a serem avaliados no âmbito da própria prática científica, que fora do campo da inexorabilidade ou do desinteresse, comportaria seus próprios compromissos e valores. Afinal, “como cientistas e profissionais, analistas do comportamento frequentemente devem tomar decisões que afetam os outros” (Ruiz & Roche, 2007, p. 1), o que exige responsabilidade.

É necessário pontuar que “a identificação do controle social do comportamento do cientista não significa que o cientista seria desonesto ou indigno quando controlado também por tais contingências” (Cruz, 2010a, p. 57). O foco da discussão é que a prática científica não ocorre sob controle exclusivo das variáveis e interações descritas pela metodologia. O conhecimento científico é diferenciado por sua função na resolução de problemas próprios, e não por uma natureza ontológica afastada das demais formas de conhecimento. Sem essas separações radicais, compreende-se uma relação recíproca, na qual o comportamento científico está vinculado às variáveis de seu contexto, o qual vem a ser modificado pelos produtos desse comportamento.

O cerne do comportamentalismo skinneriano está na rejeição ao estatuto causal da mente: é radical porque radicaliza a noção de comportamento, ao se propor a estudá-lo em sentido próprio, como relação pessoa-mundo (Lopes, Laurenti & Abib, 2018). O mentalismo criticado por comportamentalistas é compreendido como explicações do comportamento que o caracterizem como “resultado de processos e/ou agentes internos e/ou de outra natureza ou substância distinta daquela da conduta a ser explicada” (Zilio & Carrara, 2008, p. 399). Em

geral, tais explicações encerram a investigação sobre a conduta humana por meio de justificativas baseadas em causas internas, como propósitos, sentimentos, intenções, instintos, ou traços de personalidade: uma vez identificadas essas causas, não se inquiri mais além (Skinner, 1974/2006).

Internalismos desse tipo desviam a atenção das variáveis históricas e contextuais relacionadas ao comportamento dos indivíduos. Ainda, ao sugerir entidades internas para explicar o comportamento humano, a perspectiva internalista passa a exigir a explicação dessas entidades. A explicação das entidades internas tende, então, a incorrer em problemas de parcimônia em ao menos duas direções: recorrendo a novas causas internas, sucessivamente; ou voltando-se aos eventos externos, tornando a entidade interna uma variável intermediária desnecessária.

As potencialidades políticas dessa orientação foram destacadas por James G. Holland (1973, 1978), especialmente na década de 1970. O psicólogo estadunidense argumenta que a análise do comportamento fornece meios para a investigação do controle comportamental operado no sistema social vigente. Em sua análise, é denunciado o papel do discurso mentalista em normalizar e naturalizar as desigualdades sociais, por meio de falácias que culpabilizam as vítimas da exploração e desviam o foco sobre a responsabilidade do sistema social.

Entretanto, interpelar o caráter ético-político presente no comportamentalismo radical e no texto skinneriano envolve contradições. Isaac Prilleltensky (1994) discute a coexistência, na produção de Skinner e seus seguidores, entre a retórica de transformação social e a filosofia de ajustamento individual ao *status quo*. A dissonância entre teoria e prática parece ser um ponto de concordância entre Prilleltensky (1991, 1994) e Holland (1978).

Embora a ênfase em variáveis contextuais coloque em xeque culpabilização dos indivíduos pelas opressões³ sofridas e indique a necessidade de mudanças estruturais para a resolução de problemas humanos, o trabalho de analistas do comportamento vinha se apresentando de forma acrítica. Holland (1978) aponta como os especialistas aceitavam agir em conformidade à lógica da correção de causas internas, ajustando as vítimas a sistemas estratificados, de acordo com o interesse de seus patrões. Nesse sentido, o autor argumenta que o comportamentalismo vinha contribuindo com o problema, embora pudesse fazer parte da solução.

O argumento de Prilleltensky (1994) é que a ética skinneriana, enfocada na sobrevivência da cultura, suporta um caráter de reprodução e não de transformação dos sistemas sociais, e que as práticas dos analistas do comportamento estiveram mais direcionadas à modificação de repertório dos indivíduos do que à transformação dos contextos em que estes se encontram. Ao autor critica, ainda, o distanciamento de autores da análise do comportamento em relação às questões sobre a distribuição de poder nas instituições e na sociedade.

A ciência do comportamento, defende Prilleltensky (1991), poderia ajudar de forma efetiva na busca por respostas sobre quais contingências favorecem a concentração de poder e sobre como organizar contingências em direção à cooperação e não à competição. No entanto, essa contribuição exigiria uma reorientação ética e moral, campos nos quais a comunidade de analistas do comportamento seguia tendências tecnicistas.

³ Ao longo do texto faremos uso de diferentes termos que dizem respeito a relações de desigualdade e injustiça perpetuadas por sistemas de hierarquias do mundo capitalista contemporâneo. Embora se refiram a fenômenos indissociáveis e interdependentes entre si, cada palavra trará uma ênfase diferente: (1) *dominação* enfatiza a relação de desigualdade e subordinação entre atores sociais; (2) *exploração* tem ênfase econômica, dizendo respeito ao controle por meio do abuso e da expropriação de recursos (a favor dos interesses dominantes e em detrimento aos sujeitos explorados); e (3) *opressão* destaca a expressão das hierarquias sociais por meio das quais a dominação se organiza. Desse modo, trataremos em termos de sistemas de *opressão* de raça, classe, gênero e sexualidade que organizam relações de *dominação* nas quais grupos de pessoas exercem controle *exploratório* sobre outros. A demarcação se delimita ao uso neste texto e não propomos aqui uma definição conceitual exaustiva dos termos. Discussões voltadas mais diretamente às relações entre esses conceitos podem ser encontradas na literatura do feminismo marxista (Barroso, 2018).

Essas contradições envolvem também a relação do comportamentalismo radical com o seu contexto de origem. Cruz (2010b) pondera a ideia de que a teoria seria um produto eminentemente estadunidense e, conseqüentemente, reprodutor da ideologia hegemônica naquele contexto. O autor afirma que de fato seria ingênuo negar que as formulações skinnerianas são em algum nível fruto de sua cultura, mas ao mesmo tempo Skinner teria sido “um ferrenho crítico do sistema capitalista e de seus principais pressupostos, como o liberalismo” (Cruz, 2010b, p. 486). Enquanto a rejeição ao comportamentalismo radical em países latino-americanos comumente envolve o rótulo de reprodução da ideologia estadunidense, um dos principais motivos das críticas em seu país de origem é a ruptura com valores centrais dos ideários nacionais, ao atacar “os principais pressupostos do liberalismo, a ideia de individualismo e a noção de liberdade como ausência total de controle” (Cruz, 2010b, p. 489).

Análise do comportamento e a política brasileira

Quando mencionamos a relação entre comportamentalismo radical e o contexto político-social local, tratamos especificamente do contexto brasileiro. Como já apresentado, partimos de um reconhecimento de que condições específicas da realidade social se relacionam à prática científica e ao seu desenvolvimento. Desse modo, é assumido que “o conhecimento psicológico se molda e não se replica inteiramente da mesma maneira que fora produzido em seu local de origem e que, portanto, existe um processo de questionamento e contextualização para que sejam aportados em outras realidades” (Alves, 2021, p. 44).

Esse tema exige algumas considerações a respeito do processo de indigenização da análise do comportamento no Brasil. Ou seja, do modo como seus elementos técnicos, filosóficos e científicos são apropriados, adaptados e conformados às necessidades de uma comunidade local e em momentos históricos específicos (Souza Jr., Miranda & Cirino, 2018).

No período inicial, há a influência de um cenário político desenvolvimentista, no qual se concebia o processo de industrialização fomentado e organizado pelo estado como caminho para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento do país (Bielschowsky, 2004). Conforme apontam Rodrigo Lopes Miranda, Jaqueline Andrade Torres, Roberta Garcia Alves e Sérgio Dias Cirino (2020), a noção de progresso no Brasil esteve relacionada a três elementos desde o início do século XX: “a industrialização, o desenvolvimento científico e a renovação educacional. Este último estava particularmente associado ao papel ampliado das universidades e ao desenvolvimento da comunidade científica brasileira”⁴ (p. 5). Nesse contexto, o desenvolvimento da ciência nacional com o incremento de recursos didáticos e tecnológicos ganha prioridade na segunda metade do século XX, bem como a institucionalização da psicologia e a defesa de seu caráter científico.

Soma-se a forte influência dos Estados Unidos na educação brasileira (Souza Jr., Miranda & Cirino, 2018; Todorov & Hanna, 2010). O processo envolvia parcerias institucionais com o Ministério da Educação e Cultura, a formação acadêmica de brasileiros no país norte-americano e a valorização das teorias estadunidenses. De acordo com o relato de João Claudio Todorov e Elenice S. Hanna, essa influência ainda era uma novidade à formação em psicologia no início da década de 1960: “Nessa época, Skinner era um desconhecido no Brasil. Os autores estudados eram todos europeus: Freud, Piaget, Kurt Lewin, Anastasi, Moreno, Klinenberg, entre muitos outros” (Todorov & Hanna, 2010, p. 147).

Um marco apontado ao estabelecimento da análise no comportamento no Brasil envolve um exemplo de investimento dos Estados Unidos, com a vinda de Fred Simmons Keller em 1961 como professor convidado na Universidade de São Paulo (Souza Jr., Miranda & Cirino, 2018, p. 456). A graduação em psicologia da Universidade era uma das primeiras do

⁴ Original: “Since the early 20th century, three elements indicated “progress” in Brazil: industrialization, scientific development, and educational renewal. The latter was particularly associated with the expanded role of universities and the development of Brazil’s scientific community.” (Miranda et al., 2020, p. 5)

Brasil, e a vinda de professores estrangeiros era vista como uma forma de legitimar o projeto de reconhecimento da profissão da psicologia no país (Miranda et al. 2020). Colega e amigo pessoal de Skinner, Keller já havia tido um papel fundamental na institucionalização inicial da análise do comportamento nos Estados Unidos e passa a ter responsabilidade também por sua difusão a outros países (Cruz, 2011).

Na USP, Keller ministrou o primeiro curso em análise experimental do comportamento da América Latina (Todorov, 2006). Seu objetivo era apresentar a teoria analítico-comportamental por meio de demonstrações experimentais, fazendo uso de caixas de Skinner. Logo se formou um grupo próximo de alunos e colaboradores de Keller, que teriam papel de destaque no desenvolvimento da área no Brasil: Rodolpho Azzi, Carolina Bori, Maria Amélia Matos, Maria Inês Rocha e Silva e Dora Fix (Matos, 1998). John Gilmour Sherman vem ao Brasil para substituir Keller como professor convidado na Universidade de São Paulo entre 1962 e 1963. Nesse período “o grupo de alunos ampliou-se e mais algumas atividades foram desenvolvidas. Alguns desses novos membros do conjunto de estudantes eram Luiz Marcellino de Oliveira, João Cláudio Todorov e Rachel Rodrigues Kerbauy” (Miranda & Cirino, 2010, p. 84).

Essa experiência torna o Brasil uma região pioneira no uso de tecnologias de ensino baseadas na ciência do comportamento (Cândido, 2017). As atividades desse grupo resultaram no desenvolvimento do *Personalized System of Instruction* (Sistema de Instrução Personalizado) por Carolina Bori, Fred Simmons Keller, John Gilmour Sherman e Rodolpho Azzi. A proposta combinava com os anseios desenvolvimentistas pela modernização da educação, acentuados entre as décadas de 1930 e 1960 nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (Souza Jr., Miranda & Cirino, 2018; Polanco & Miranda, 2014). Uma expressão desse momento é a fundação da Universidade de Brasília:

Em 1960, Juscelino Kubitscheck, inaugura a cidade de Brasília. Nesse ano, convida Anísio Teixeira, que traz Darcy Ribeiro para ajudá-lo, a planejar a Universidade que se instalaria na nova capital federal. Eleito presidente, Jânio Quadros reafirma esta tarefa e em 1961 nomeia Darcy Ribeiro Reitor da Universidade. (Guedes, Cândido, Belloti, Giolo, Vieira, Matheus, Miguel & Gurgel, 2008, p. 49)

Nessa conjuntura, em 1962, acontece o convite feito por Darcy Ribeiro para que Carolina Bori criasse o Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília, organizando-o com base no novo sistema de ensino que vinha sendo elaborado com seus colegas (Miranda, Torres, Alves & Cirino, 2020). Desse modo, o departamento é criado oficialmente em 1963, comandado por Bori e contando com Fred Keller, Rodolpho Azzi, John Sherman e Isaias Pessotti como professores (Todorov, 2006).

Essas influências refletem nas tendências mais marcantes da análise do comportamento brasileira nas décadas seguintes. O laboratório didático (com o uso de ratos albinos) se tornaria uma tradição na formação em psicologia, de modo que “paulatinamente a Psicologia Experimental no Brasil se transformou em uma espécie de sinônimo de Análise do Comportamento” (Miranda & Cirino, 2010, p. 80). Na pesquisa de analistas do comportamento, o predomínio passa ser o uso da pesquisa básica com animais não humanos e de pesquisas aplicadas relacionadas ao campo da educação (Matos, 1998).

A diáspora da análise do comportamento para outras universidades e regiões do país, por sua vez, se relaciona com o golpe civil-militar de 1964 e com a ditadura que seguiu até 1985. O golpe já havia dificultado o projeto universitário que se construía em Brasília, conforme relatou João Cláudio Todorov (2006): “Deveríamos nos mudar no início de abril, mas em 31 de março um golpe militar depôs o presidente, que voou para o Uruguai com alguns de seus ministros, incluindo nosso amigo e ex-reitor da Universidade de Brasília, Darcy

Ribeiro”⁵ (p. 31). Em outubro de 1965 os militares demitem professores de diferentes departamentos da universidade, acusados de participarem do Partido Comunista Brasileiro: “em protesto, mais de 200 professores, representando mais de 90% do corpo docente da UnB [Universidade de Brasília], pediram demissão” (Todorov & Hanna, 2010, p. 147).

Dentre os professores demitidos estava Rodolpho Azzi, e todos os demais brasileiros da equipe de Carolina Bori se demitem. Os membros da equipe e sua influência se espalham por diferentes universidades do país, produzindo uma rápida disseminação: “com Carolina Bori na Universidade de São Paulo, a maioria dos novos centros de análise do comportamento foram iniciados por pessoas que trabalharam diretamente com ela ou sob sua influência”⁶ (Todorov, 2006, p. 32). Na Universidade de Brasília havia permanecido apenas um professor no Departamento de Psicologia, o estadunidense Robert Berryman (Guedes et al., 2008).

As ditaduras predominaram na América Latina na década de 1970, em um esforço estadunidense de manter a hegemonia do bloco capitalista sobre a região durante a Guerra Fria. Desse modo, as pesquisas empreendidas no período estiveram sob administração e escrutínio militar (Polanco, Beria, Zapico & Miranda, 2021). Referenciais teóricos e tópicos eram restringidos em um cenário político economicamente liberal-capitalista, socialmente conservador, de base militar e sob interferência direta estadunidense.

É nesse cenário que ocorre uma rápida expansão da formação em psicologia no país: “Por exemplo, em 1974 havia 895 psicólogos registrados, mas 4 anos depois, havia 12.139”⁷ (Polanco et al., 2021, p. 51). Esse crescimento e o seu estímulo podem ser relacionados às lógicas de psicologização da vida, por meio de enfoques mais individualistas na forma da

⁵ Original: “We were supposed to move in early April, but in March 31 a military coup deposed the President, who flew to Uruguay with some of his ministers, including our friend and former President of the University of Brasília, Darcy Ribeiro” (Todorov, 2006, p. 31).

⁶ Original: “With Carolina Bori at the University of São Paulo, most of the new centers of behavior analysis were started by people who worked directly with her or under her influence” (Todorov, 2006, p. 32).

⁷ Original: “For instance, in 1974 there were 895 registered psychologists, but 4 years later there were 12,139” (Polanco et al., 2021, p. 51).

sociedade lidar com os problemas sociais. Enquanto isso, diminuía as matrículas em cursos como história, filosofia e sociologia.

Roberta Garcia Alves (2021) aponta um possível movimento de explicitação e difusão de discussões políticas na análise do comportamento no início dos anos 1980, década marcada pela redemocratização lenta e gradual do país. A autora identifica textos das primeiras publicações do periódico *Cadernos de Análise do Comportamento* (lançado em 1981), nos quais se tratava criticamente do compromisso político da comunidade científica da área (tida como demasiadamente alienada), e se defendia aproximações ao campo da psicologia social e a compromissos com a transformação social. Alves pondera que o conteúdo analisado:

não nos permitem generalizar que os analistas do comportamento no Brasil estavam interessados na interlocução da área com a Psicologia Social ou de que ela deveria se tornar uma ciência comprometida com a transformação social. . . . O fato de os artigos circularem em um periódico específico de Análise do Comportamento, editorado pelas associações brasileiras da área, corrobora tal interpretação. Podemos hipotetizar que havia pelo menos o interesse daquelas associações – e dos editores dos periódicos – que os brasileiros interessados em Análise do Comportamento tivessem acesso a tais provocações e debates. Se não houvesse tal interesse, os textos não teriam sido ali publicados. Além disso, parte daqueles trabalhos eram o resultado de debates para os quais os autores haviam sido convidados pelas associações de Análise do Comportamento. (p. 60)

Mas talvez o caso mais significativo desse momento seja o trabalho de Celso Pereira de Sá (1941-2016), um pesquisador do estado Rio de Janeiro que não havia sido formado pela *diáspora paulista da análise do comportamento*, e via no momento da redemocratização a oportunidade para a produção de uma psicologia social com base na teoria comportamentalista radical (Alves, 2021). Parece ter havido pouca repercussão das iniciativas de Sá nos polos

centrais da análise do comportamento nacional. Conforme Alves (2021) apresenta, o autor viria a circular mais em outras comunidades acadêmicas, relacionadas ao estudo das representações sociais e da memória histórica. Mesmo pensando a psicologia social com base no comportamentalismo radical, esse isolamento acabou levando ao apagamento de sua identidade como analista do comportamento, tanto na própria área quanto na psicologia social.

A ciência skinneriana chega no Brasil em um contexto desenvolvimentista, valorizada por representar o progresso em direção ao modelo de sociedade estadunidense, ao mesmo tempo em que já trazia nela mesma o germe da crítica aos valores de seu país de origem. A análise experimental do comportamento se propaga em diferentes locais do país após o golpe de 1964: não por adesão, mas por conflitos com os militares. A psicologia como um todo passa por uma rápida expansão na década de 1970, instrumentalizada e cerceada pela ditadura. Com o processo de redemocratização, a análise do comportamento é tachada como símbolo de uma psicologia hegemônica a ser criticada, mesmo sem nunca ter sido hegemônica, nem no Brasil nem nos Estados Unidos. Possibilidades críticas da teoria passam a ser divulgadas, mas as iniciativas acabam tendo poucos sinais de aderência de sua comunidade.

Essa não é uma história de celebração, expiação ou condenação. Trata-se de uma leitura a respeito do desenvolvimento de uma ciência envolta nas contradições da realidade social. Uma ciência caracterizada por uma teoria potencialmente subversiva, mas cuja efetividade prática é passível de ser instrumentalizada a favor do ajustamento social.

Ciência própria e subversiva

Um movimento renovado de politização da análise do comportamento brasileira parece estar acontecendo nos últimos anos (ao menos desde a segunda metade da década de 2010). Exemplos possíveis são a fundação de coletivos político-científicos, voltados à aproximação a movimentos sociais e à participação política de analistas do comportamento. Em 2015, o

*Coletivo Feminista Marias & Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento*⁸ “nasceu como uma iniciativa de mulheres interessadas em estudar o Feminismo pela ótica da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical”. Já em 2020 o *Coletivo Sociobehavioristas*⁹ “nasce com a pretensão de fomentar um espaço de produção e acolhimento de discussão, formação, divulgação e pesquisa críticas, sob uma perspectiva anticapitalista, antipatriarcal, anti-imperialista, anticolonial e antirracista”.

O momento atual parece voltado à construção de projetos coletivos, ao contrário de iniciativas individuais ou isoladas academicamente na área – uma tendência criticada por Sérgio Vasconcelos de Luna já nos Cadernos de Análise do Comportamento em 1981, e que parece ter ocorrido com Celso Pereira de Sá. As contribuições anteriores, no entanto, não devem ser descartadas.

O resgate das discussões sobre o uso político do contracontrole aparece, por exemplo, na publicação em 2016 do número especial da *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* que comemorava os 40 anos da publicação do texto de James Holland, “*Servirão os princípios comportamentais aos revolucionários?*” (Lopes & Laurenti, 2016). A proposta de Holland (1973, 1978) nos anos 1970 convidava os comportamentalistas a comunicar à população o conhecimento a respeito dos mecanismos de controle do comportamento, como forma de favorecer o enfrentamento à manipulação das elites.

Influenciado pelas propostas de Holland, na década de 1980 Celso Pereira de Sá (1986, 2016) propunha uma educação política popular voltada ao contracontrole social. O contracontrole social, nessa discussão, é compreendido por ações exercidas individualmente ou em grupo, que sejam capazes de “prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazos) produzidas para tais indivíduos por

⁸ Carta de Princípios do Coletivo Feminista Marias & Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento: <https://www.facebook.com/739435619517543/posts/744312562363182/>

⁹ Um convite à revolução psicológica: <https://medium.com/@coletivosociobehavioristas/um-convite-%C3%A0-revolu%C3%A7%C3%A3o-psicol%C3%B3gica-b1b7cce22165>

qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização” (Sá, 1986, p. 53).

A forma como a literatura do contracontrole social torna-se coerente às demandas próprias do contexto latino-americano ganha delineamento na aproximação feita por Abib (2016) à psicologia da libertação. A familiaridade entre as duas propostas psicológicas estaria em seus valores opostos ao *status quo* e no compromisso com a transformação social por meio do fortalecimento das potencialidades da população oprimida.

A aproximação do comportamentalismo radical à perspectiva política da psicologia da libertação encontra respaldo, similarmente, no texto de Alfonso Villalobos Pérez, Giovanni León Sanabria e Carlos Araya Cuadra (2006). Ao tratar sobre o desenvolvimento da análise do comportamento na Costa Rica e na Guatemala, os autores defendem a necessidade de uma adaptação da teoria comportamentalista às realidades nacionais, identificando a produção de Ignacio Martín-Baró sobre o papel da psicologia na América Central como um referencial necessário. Sobre a adequação da teoria ao contexto latino-americano, Martín-Baró (1986/2006) elucida:

Hoje, muitos psicólogos latino-americanos descartaram o comportamentalismo e aderiram a uma ou outra forma de psicologia cognitiva, não tanto por terem criticado esquemas psicanalíticos ou comportamentais, mas porque essa é a abordagem da moda nos centros acadêmicos da América do Norte.

O problema não reside tanto nas virtudes ou defeitos que o comportamentalismo ou as teorias cognitivas podem ter, mas na imitação que nos leva a aceitar os sucessivos modelos em vigor nos Estados Unidos, como se o aprendiz se tornasse médico pendurando o estetoscópio no pescoço ou como se a criança se tornasse adulta, vestindo as roupas de papai. A aceitação acrítica de teorias e modelos é precisamente a negação dos fundamentos da própria ciência. E a importação a-histórica de esquemas leva à

ideologização de abordagens cujo significado e validade, como a sociologia do conhecimento nos lembra, se referem a circunstâncias sociais e questões específicas¹⁰.

(p. 8-9)

A psicologia da libertação de Martín-Baró (1985/1997, 1986/2006) denuncia a inocuidade histórica da psicologia realizada na América Latina em dar respostas satisfatórias às necessidades próprias das maiorias populares de seus países. Esse problema da psicologia local seria resultado de seu mimetismo científico, da falta de uma epistemologia adequada e de seu dogmatismo: fatores relacionados a uma situação de dependência em relação à produção de conhecimento de países desenvolvidos.

Condições específicas do capitalismo em países dependentes trariam idiosincrasias aos povos latino-americanos, exigindo uma contextualização especial para a teoria e a ação da psicologia comprometida com suas populações. Muitos dos problemas expostos por Martín-Baró são provenientes da dominação estadunidense, o que exige especial cuidado em relação aos compromissos ético-políticos implicados nas formas de conhecimento importadas do contexto norte-americano. A demanda trazida nessa aproximação favorece o debate sobre as consequências práticas da adoção de determinadas posições teóricas e metodológicas na realidade social vivida. Tal questionamento é defendido por Martín-Baró (2006), e soa coerente ao que foi exposto sobre o comportamentalismo radical.

Aspectos da relação entre compromissos ético-políticos da produção científica e o contexto local não são um assunto novo na academia latino-americana, encontrando referência

¹⁰ Original: “Hoy muchos psicólogos latinoamericanos han descartado el conductismo y se han afiliado a una u otra forma de Psicología cognoscitiva, no tanto por haber sometido a crítica los esquemas psicoanalíticos o conductistas cuanto porque ése es el enfoque de moda en los centros académicos norteamericanos.

El problema no radica tanto en las virtudes o defectos que pueden tener el conductismo o las teorías cognoscitivas cuanto en el mimetismo que nos lleva a aceptar los sucesivos modelos vigentes en los Estados Unidos, como si el aprendiz se volviera médico al colgarse del cuello el estetoscopio o como si el niño se hiciera adulto por el hecho de ponerse las ropas de papá. La aceptación acrítica de las teorías y modelos es precisamente la negación de los fundamentos de la misma ciencia. Y la importación ahistórica de esquemas conduce a la ideologización de los planteamientos cuyo sentido y validez, como nos lo recuerda la sociología del conocimiento, remiten a unas circunstancias sociales y a unos cuestionamientos concretos” (Martín-Baró, 2006, p. 8-9).

seminal na obra de Orlando Fals Borda (Albuquerque, 2013; Ballestrin, 2013; da Mota, 2018; Gewehr, 2010). A necessidade de uma maior autonomia intelectual como uma exigência política e epistemológica orienta movimentos acadêmicos contemporâneos na América Latina e no Sul Global, como é o caso dos estudos pós-coloniais ou *decoloniais*¹¹. Embora esses movimentos tenham ganhado força na passagem do século XX ao século XXI, a orientação histórica dessas demandas tem origem em autores como Fals Borda (1971) e Paulo Freire (1968/2016), que buscaram caminhos próprios e libertadores em um período de acirramento do imperialismo estadunidense na América Latina, e de consequentes rupturas institucionais (da Mota, 2018; Gewehr, 2010).

No início da década de 1970, o sociólogo colombiano propôs a concepção de uma ciência própria como oposição ao colonialismo intelectual (Fals Borda, 1971). A forma de dominação denunciada por Fals Borda é caracterizada pela manutenção da dependência local em relação ao conhecimento produzido nos países desenvolvidos, por meio da reprodução acrítica de métodos e conceitos estrangeiros e do comprometimento com objetivos e valores destoantes da realidade latino-americana.

Uma *ciência própria* enfocaria as necessidades e objetivos da sociedade local, sem deixar de atender aos requisitos acadêmicos de acumulação de conhecimento, sistematização e formulação de conceitos. A noção se articula ao conceito de subversão: a ciência própria seria uma *ciência subversiva* na medida em que confronta o *status quo* de dependência intelectual, comprometendo-se com valores radicais de ruptura e transformação das estruturas sociais vigentes.

¹¹ A distinção terminológica de *estudos decoloniais* é pautada como forma de evitar a ideia que poderia ser tomada com termos como pós-colonial ou descolonial, de que o fim do colonialismo moderno indicaria o fim das situações coloniais. Dessa forma, os estudos decoloniais se voltam à *colonialidade global*, como sistema de hierarquias e divisão internacional do trabalho que se mantém pautando relações globais de centro-periferia (Castro Gómez & Grosfoguel, 2007). Mais sobre o conceito de colonialidade será discutido no capítulo 1.

A autonomia intelectual almejada por Fals Borda (1971) não significa a negação ao conhecimento de outras localidades, mas criar, a partir de necessidades próprias: “novas formas de trabalho e pensamento, que, por sua vez, sejam contribuições para a comunidade universal de cientistas”¹² (Fals Borda, 1971, p. 81). Não se trata de temer as contribuições externas, mas de sermos receptivos, justamente “porque saberemos discriminar entre o que nos serve e o que é inútil para o desenvolvimento de nossa ciência”¹³ (p. 81).

Pensar uma ciência do comportamento politicamente engajada exige a articulação a essa discussão situada no contexto local, e exige, especialmente, um exame cuidadoso às contradições da teoria e de sua história. É necessário levar em conta, no comportamentalismo radical, as interações entre as potencialidades emancipatórias de sua visão contextualista sobre o comportamento e o seu histórico marcado pela lógica do ajustamento social. A oposição entre a subversão e o ajustamento social coloca em pauta compromissos teóricos e práticos da ciência do comportamento, bem como a própria dissonância entre teoria e prática. Não cabe um itinerário que ignore o debate latino-americano a respeito da relação entre ciência, política e sociedade. O texto de Fals Borda, nesse caso, favorece o contato com a discussão em sua base.

Dessa forma, sob uma perspectiva comportamentalista radical, espera-se fornecer respostas à seguinte questão: quais as contribuições da proposta de uma ciência própria e subversiva para a construção de uma ciência do comportamento comprometida com o contexto local? A questão, naturalmente, não parte de uma premissa desinteressada. Os valores implicados dizem respeito à autonomia popular como um imperativo ético e à defesa pela transformação social como uma necessidade política de nossa realidade. Sobretudo, dizem respeito à tese de que a interlocução com tais itinerários ético-políticos, enraizados na história

¹² Original: “nuevas formas de trabajo y pensamiento, que sean a su vez aportes a la comunidad universal de científicos” (Fals Borda, 1971, p. 81).

¹³ Original: “porque sabremos discriminar entre lo que nos sirve y lo que nos es inútil para el desarrollo de nuestra ciencia” (Fals Borda, 1971, p. 81).

e no pensamento latino-americano, pode trazer contribuições para a teoria e a prática de uma ciência do comportamento engajada no contexto local.

Objetivos

Objetivo geral

Investigar as contribuições da proposta de uma ciência própria e subversiva para a construção de um projeto científico socialmente comprometido de base comportamentalista radical.

Objetivos específicos

- Caracterizar as noções de ciência própria e subversiva com base nas propostas de Fals Borda.

- Descrever dimensões ético-políticas presentes na literatura comportamentalista radical nacional.

- Identificar aproximações e distanciamentos entre as dimensões ético-políticas do comportamentalismo radical e a proposta de uma ciência própria e subversiva.

- Derivar propostas para um itinerário de pesquisa e ação favorável a uma ciência do comportamento própria e subversiva.

Método

Natureza da pesquisa

A pesquisa psicológica desenvolvida é de natureza teórica, o que, em linhas gerais, pode ser entendido como “a investigação de teorias e conceitos psicológicos” (Laurenti, Lopes & Araujo, 2016, p. 8). Lopes (2016) destaca a necessidade de que as psicologias científicas fomentem pesquisas teóricas que tratem de temas filosóficos para além da epistemologia, como a ética, a política e mesmo a estética. Maritza Montero (2002), por sua vez, defende a ética e a política como dimensões constituintes do paradigma científico da psicologia, junto à ontologia, a epistemologia e a metodologia.

A dimensão ética do paradigma diz respeito ao julgamento de bom e mau, além da “concepção de Outro e seu lugar na produção do conhecimento”¹⁴ (Montero, 2002, p. 4). A política, nessa interpretação, é aquilo “relativo à vida organizada coletivamente, ao espaço público”¹⁵ (p. 4), envolvendo as relações de poder nesse espaço, além de direitos e deveres civis. A autora argumenta que a ética e a política, comumente, não seriam reconhecidas como dimensões dos paradigmas científicos da psicologia. A consequência seria a naturalização das concepções e práticas relacionadas a essas dimensões, sob uma ilusão de que seriam aspectos intrínsecos do objeto conhecido.

Na pesquisa, os aspectos destacados do texto de Fals Borda foram utilizados como ponto de partida para dar relevo às dimensões ético-políticas do comportamentalismo radical. Por meio desta interpelação entre duas tradições científicas distintas, pretendemos viabilizar uma análise sobre as demandas e possibilidades para se efetivar uma ciência do comportamento própria e subversiva, que esteja em consonância com a tradição filosófica skinneriana. O

¹⁴ Original: “concepción del Otro y su lugar en la producción del conocimiento” (Montero, 2002, p. 4).

¹⁵ Original: “Lo relativo a la vida organizada colectivamente, al espacio público” (Montero, 2002, p. 4).

delineamento dessa interlocução foi realizado por meio da execução, em sequência, de três diferentes etapas.

Caracterização das etapas¹⁶

Etapa 1: Interpretação conceitual sobre as proposta de ciência própria e subversiva de Fals Borda

Esta etapa teve o objetivo de caracterizar noções de ciência própria e subversiva com base no livro *Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual* (Fals Borda, 1971). A análise foi realizada a partir do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT), conforme descrito por Laurenti e Lopes (2016). Cada capítulo do livro foi documentado separadamente, além do apêndice *post scriptum* adicionado à quinta edição, *Irrumpe la Investigación Militante* (1981/2012a), todos em suas versões impressas.

A primeira etapa do PICT (Laurenti & Lopes, 2016) é listar os conceitos e doutrinas mencionados, de acordo com a importância para o problema de pesquisa, apresentando suas definições a partir de trechos extraídos do próprio texto. Seu primeiro passo é grifar e enumerar os conceitos e doutrinas. O segundo é registrar o que é dito em relação ao que foi grifado. O terceiro passo exige a transcrição das definições, citando o lugar de onde cada citação foi retirada. O quarto é listar os conceitos ou doutrinas que não foram definidos no próprio texto, ausência deve ser sanada com base em outra obra do autor, ou, em último caso, com base em obras de referência na área.

A segunda etapa é a caracterização das teses do texto, que localiza a posição do autor em relação ao tema. Nesta pesquisa, foram consideradas teses tradicionais as doutrinas, teorias e argumentos criticados por Fals Borda. As teses alternativas foram as propostas apresentadas

¹⁶ Os fichamentos dos artigos, os registros do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto e o glossário produzido não estão anexados à dissertação em função do grande volume do material. Caso haja interesse, os arquivos podem ser solicitados entrando em contato pelo *email*: jrochaflores@gmail.com.

pelo autor em função das críticas às teses tradicionais. Na terceira etapa organiza-se esquemas gráficos a partir das relações entre as teses e críticas. A última etapa é a elaboração da síntese interpretativa, com base, prioritariamente, nos esquemas gráficos já produzidos.

No caso da pesquisa atual, também foi realizado um glossário a partir do uso de alguns verbetes ao longo dos capítulos. O documento teve como base o material produzido nas etapas do PICT. Apesar de o PICT permitir a identificação e uma síntese das principais teses do texto, a construção de um glossário favoreceu uma compreensão mais integrada do desenvolvimento de conceitos, termos e noções importantes no livro, organizando-os em um documento único e fornecendo mais um material auxiliar para a elaboração da síntese final da etapa.

Etapa 2: Exposição de dimensões ético-políticas presentes na literatura comportamentalista radical nacional

O objetivo desta etapa foi expor dimensões ético-políticas da produção comportamentalista radical local¹⁷. A escolha dos critérios e temas da busca teve como referência, desde o início, as teses de Fals Borda sobre a ciência comprometida com o contexto latino-americano. Com base na proposta de Montero (2002), dimensões ético-políticas incluem quaisquer conteúdos e posições relativos a compromissos com pautas sociais, instituições ou grupos específicos e em concepções relacionadas à vida coletiva e às interações entre ciência e sociedade.

A busca dos artigos científicos¹⁸ foi realizada na base de dados PsycINFO, a qual inclui periódicos de destaque da análise do comportamento internacional, além de contemplar, em

¹⁷ Embora tomemos uma perspectiva latino-americana como ponto de partida, nossos objetivos estão no escopo da análise do comportamento brasileira. Mesmo reconhecendo as similaridades sócio-históricas, nossa análise exige um grau de contextualização às especificidades nacionais.

¹⁸ A delimitação do material a textos publicados em periódicos foi uma escolha estratégica. Embora não fujam de nosso interesse de pesquisa, teses, dissertações e livros envolveriam um volume de texto muito extenso, o que inviabilizaria uma análise suficientemente rigorosa no período de tempo disponível em uma pesquisa de mestrado.

seu catálogo, revistas de psicologia importantes no cenário nacional. Conjuntamente, foi feita uma busca diretamente nos *sites* dos principais periódicos brasileiros de análise do comportamento: Revista Brasileira de Análise do Comportamento; Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva; e Revista Perspectivas em Análise do Comportamento.

O idioma da busca foi o inglês, em função da indexação dos textos de diferentes línguas contarem com um *abstract* em língua inglesa. A busca realizada na plataforma PsycINFO foi a seguinte: *Abstract: (“radical behaviorism” OR “behavior analysis”) AND Affiliation: (“Centro” OR “universidade” OR “faculdade”) AND Abstract: (“ethic*” OR “politic*” OR “revolution*” OR “conflict*” OR “oppressi*” OR “engagement” OR “scientist behavior” OR “social commitment*” OR “social issue*” OR “social movement*” OR “policy”).* A combinação foi proposta com o objetivo de localizar textos que mencionem, em seus resumos, tanto a teoria em questão quanto os temas pertinentes à pesquisa. Como forma de favorecer a localização de autorias brasileiras, houve a delimitação a artigos que apresentem em sua afiliação institucional as palavras “centro”, “universidade” e “faculdade”, em língua portuguesa.

Como os *sites* de periódicos utilizados já são voltados à análise do comportamento, a busca foi filtrada apenas pelos temas de interesse, sem necessidade de combinações. Tratando-se de periódicos nacionais, o levantamento inicial também não exigiu nenhuma filtragem quanto ao vínculo institucional dos autores. Foi necessário apenas o seguinte trecho da combinação: *“ethic*” OR “politic*” OR “revolution*” OR “conflict*” OR “oppressi*” OR “engagement” OR “scientist behavior” OR “social commitment*” OR “social issue*” OR “social movement*” OR “policy”.* A única especificidade foi a delimitação prévia por ocorrências apenas no resumo dos textos, opção que só é oferecida pelo *site* da Revista Brasileira de Análise do Comportamento. Como os sites da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva e da Revista Perspectivas em Análise do Comportamento não

oferecem limitação automática às ocorrências nos resumos dos textos, seus resumos precisaram ser conferidos manualmente.

Foi feito o *download* dos textos resultantes, que foram organizados em uma pasta única e renomeados com o padrão “autoria - ano - título” por meio do programa *Mendeley Desktop*. Os textos passaram, então, por cinco critérios de exclusão. Primeiro, foram excluídas as publicações que não se tratassem de artigos científicos ou ensaios, como, por exemplo, editoriais e homenagens. O próximo passo foi excluir os trabalhos que não apresentassem afiliação de ao menos um dos autores com uma instituição brasileira. Como terceiro critério, foi feita a exclusão de textos em que se declarava diretamente partir de outra teoria ou que tenham sido encontrados pelos termos “análise do comportamento” em sentido genérico, sem aparente referência à psicologia comportamentalista. O objetivo dessa terceira exclusão era garantir que as discussões encontradas fossem, ao menos, minimamente internas à área.

O quarto critério foi voltado à checagem de ocorrências das palavras buscadas no *abstract* dos textos. Mesmo quando a limitação automática à busca por ocorrências no resumo está disponível, a busca pode recuperar palavras semelhantes às procuradas, mas presentes no resumo em outro idioma; por exemplo, resumos em português podem ser recuperados com o buscador “*politic**” em “políticas públicas”, que no *abstract* corresponderia à palavra *policies*, a qual não foi incluída na busca. Os resumos foram conferidos para averiguar a ocorrência de algum dos temas buscados, excluindo-se aqueles textos que não apresentassem nenhum dos termos em seu *abstract*. O último critério foi voltado à exclusão de artigos recuperados por ocorrências das palavras com sentidos que não correspondem aos objetivos da pesquisa. Por exemplo, há possibilidade de usos não políticos da palavra *engagement* e de ocorrência das palavras em nomes próprios, como em menções ao periódico *Behavior and Social Issues*.

Os artigos foram lidos na íntegra e foi elaborado um fichamento resumindo e comentando o conteúdo encontrado em cada um deles (ver apêndice C). Em cada fichamento

consta: (I) a referência da publicação, (II) o vínculo institucional dos autores, (III) o objetivo do estudo, (IV) as palavras da busca encontradas no resumo, e (V) o registro de conteúdo. O registro de conteúdo é composto por nove tópicos¹⁹: (1) Caracterização de problemas; (2) Perspectivas de resolução de problemas; (3) Menção a conflitos sociais; (4) Dimensões éticas; (5) Outras formas de conhecimento; (6) Relações interdisciplinares; (7) Comportamento científico; (8) Localização dos temas; e (9) Itinerários políticos. Cada um dos tópicos é acompanhado por algumas questões que devem servir de dica verbal para a análise²⁰. O fichamento devia apresentar o que há sobre cada um desses tópicos nos textos, de modo que possibilitasse responder suas perguntas. A síntese geral da etapa foi feita com base no conteúdo fichado.

Etapa 3: Interlocução entre dimensões ético-políticas do comportamentalismo radical e a proposta de uma ciência própria e subversiva

Os objetivos desta etapa foram (1) identificar aproximações e distanciamentos entre o projeto de ciência própria e subversiva descrito por Fals Borda e as dimensões ético-políticas comportamentalistas radicais e (2) derivar propostas para a pesquisa e a ação com base nessas relações. Foi elaborado um texto para agrupar as informações obtidas nas etapas anteriores, envolvendo: (I) as proximidades entre as perspectivas e as possibilidades de contribuições mútuas; (II) os distanciamentos e contradições entre ambas; e (III) as implicações das relações encontradas para o projeto de uma ciência do comportamento comprometida com as necessidades e objetivos locais, sob valores subversivos de transformação social.

¹⁹ No capítulo dois o conteúdo dos tópicos está organizado em uma outra ordem, definida com o objetivo de favorecer a redação da síntese.

²⁰ Por exemplo, o tópico oito (localização dos temas) acompanha as seguintes perguntas: “O texto menciona alguma questão como específica a um contexto local? Qual o contexto? Há implicações práticas e/ou teóricas?”.

Resultados e discussão

Os resultados das etapas da pesquisa serão apresentados na forma de capítulos. Os resultados da primeira etapa estão compilados no capítulo 1, com a devida introdução a respeito da importância de Orlando Fals Borda e a contextualização das teses analisadas ao cenário político e acadêmico atual. A segunda etapa resultou no capítulo 2, contando com a apresentação do resultado da pesquisa bibliográfica e com a análise qualitativa dos textos. Os capítulos têm sua própria organização, mas a discussão apresentada no capítulo 2 é derivada diretamente das sínteses apresentadas no capítulo 1. As relações entre os conteúdos dos dois primeiros capítulos são analisadas no capítulo 3, como resultado da terceira etapa da pesquisa. Essa fração do texto é consideravelmente menor que as anteriores, compondo um texto síntese que envolve tanto a análise das relações encontradas quanto propostas para o desenvolvimento de uma *psicologia social comportamentalista radical*.

Capítulo 1 – Interpretação conceitual sobre as proposta de ciência própria e subversiva de Fals Borda

O objetivo deste capítulo é elaborar uma interpretação conceitual sobre as propostas de ciência própria e subversiva de Fals Borda. Os procedimentos da etapa 1 foram complementados com a leitura de textos sobre a vida e a carreira do autor, as discussões acadêmicas a respeito das situações coloniais e suas relações com a América Latina, bem como análises de conjuntura a respeito da crise brasileira atual. Primeiramente, o sociólogo colombiano e a relevância de sua obra são apresentados. A síntese interpretativa do livro *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (Fals Borda, 1971) é descrita em seguida, dividida por eixos temáticos. Segue-se a essa análise uma contextualização das teses de Fals Borda no cenário atual. O capítulo é encerrado com uma proposta de caracterização conceitual, que envolve a interpretação do livro e a contextualização de seus conceitos para o itinerário da pesquisa como um todo, voltado à promoção de uma ciência do comportamento própria e subversiva em um contexto local e contemporâneo.

Orlando Fals Borda

Pioneiro e figura proeminente da sociologia colombiana (Cubides, 1995), Orlando Fals Borda nasceu na cidade de Barranquilla em 1925, e faleceu em 2008, aos 83 anos. Gonzalo Cataño (2008) organiza a obra do autor em três grandes fases. A primeira fase é marcada por sua formação acadêmica nos Estados Unidos, em Flórida e Minnessota. Após sua formação, Fals Borda participa da fundação da Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional da Colômbia, em 1959. Logo também toma iniciativa na fundação da Associação Colombiana de Sociologia, em 1962, sempre trabalhando junto a Camilo Torres, seu principal colaborador. Seu trabalho na sociologia rural entre a década de 1950 e o início da década de 1970 fora

voltado ao estudo sobre os camponeses andinos, combinando a rigorosidade empírica com a atenção às necessidades próprias do cenário colombiano.

Sob a influência de Camilo Torres, Fals Borda assume gradativamente o projeto de uma sociologia comprometida com as lutas populares (Fals Borda, 2004/2012e). Essa reorientação passa pela necessidade de autocrítica à formação inicial de ambos, que havia sido, segundo o autor: “condicionada pela escola positivista e funcionalista, ou seja, cartesiana. Era obrigatório ser exato, muito objetivo, muito neutro, imitando os físicos que, para nós, eram apresentados como o ideal de cientista²¹” (Fals Borda, 2004/2012e, p. 33).

Nesse processo se dá o esforço de politização que caracteriza a segunda fase citada por Cataño (2008). Em 1968 Camilo Torres entra para a luta armada, morrendo em poucos meses; o impacto de sua morte, junto aos incômodos políticos que vinham se construindo, levou Fals Borda a se afastar da Universidade pelos 18 anos seguintes (Fals Borda, 2004/2012e). A publicação em 1970 de *Ciencia propia y colonialismo intelectual* é contextualizada nesse momento, compilando textos recentes nos quais o autor vinha se opondo à forma colonialista com a qual se estabeleciam os critérios de uma ciência universal:

Agora seu pensamento estava começando a impregnar-se com o latino-americanismo, uma tradição cultural na qual a noção de neutralidade ética e política tinha poucos adeptos. Seu antigo treinamento anglo-saxão foi deixado para trás, para lembrar apenas os pensadores de língua inglesa mais próximos da crítica, do inconformismo e do estranhamento com as condições de vida prevalentes. Sua abordagem das contribuições da sociologia latino-americana, muito sensível ao marxismo naqueles anos, também o levou a condenar o colonialismo intelectual e a sublinhar a necessidade de uma “ciência própria”, uma disciplina que explicasse os problemas da região, e o

²¹ Original: “condicionada por la escuela positivista y funcionalista, es decir, cartesiana. Era obligatorio que uno tenía que ser exacto, muy objetivo, muy neutro, a imitación de los físicos que para nosotros se nos presentaba como el ideal del científico” (Fals Borda, 2004/2012d, p. 33).

compromisso com o desenvolvimento e bem-estar da maioria da população. Daí o conceito de “subversão”, usado como equivalente a projetos de transformação promovidos por grupos e agentes sociais estratégicos²². (Cataño, 2008, p. 85-86)

A terceira etapa se inicia na década de 1970 e vai até o fim de sua vida. A partir da ruptura com o meio universitário e o estabelecimento do projeto de uma sociologia própria e subversiva, Fals Borda dedica-se ao desenvolvimento de ferramentas metodológicas para a concretização de uma práxis que aliasse a produção de conhecimento a respeito das comunidades latino-americanas e ações voltadas à transformação de sua realidade.

O esforço resulta em sua principal contribuição às ciências sociais: a pesquisa-ação participante (*investigación-acción participativa*, IAP), que caracteriza “a um só tempo, um método de investigação, uma técnica educativa e uma ação política” (Mota Neto, 2018, p. 6). A lógica de pesquisa-ação já havia sido proposta por Kurt Lewin, em sua escola psicossocial desenvolvida nos Estados Unidos de 1940 (Rahman & Fals Borda, 1992). Sob influência de referências terceiro-mundistas e da noção de práxis proposta pelo marxismo humanista, Fals Borda e seus colegas usaram da lógica de aliar pesquisa e intervenção e propuseram a pesquisa-ação participante. A proposta é uma ação a favor do conhecimento popular e da autoinvestigação dos povos, em uma ruptura radical com o binômio sujeito-objeto (Fals Borda, 1991b).

A influência da pesquisa-ação participante e de Fals Borda para a psicologia social latino-americana, e em especial à psicologia social comunitária, pode ser identificada desde o trabalho de Maritza Montero (1984). A autora estabelece Fals Borda, junto a Paulo Freire,

²² Original: “Ahora su pensamiento comenzaba a impregnarse de latinoamericanismo, una tradición cultural donde la noción de neutralidad ética y política tenía pocos adeptos. Su antigua formación anglosajona fue quedando atrás, para recordar sólo a los pensadores de habla inglesa más afines a la crítica, el inconformismo y el extrañamiento con las condiciones de vida imperantes. Su acercamiento a las contribuciones de la sociología latinoamericana, muy sensibles al marxismo en aquellos años, lo llevaron, además, a enjuiciar el colonialismo intelectual y a subrayar la necesidad de una ‘ciencia propia’, de una disciplina que diera cuenta de los problemas de la región, y el compromiso con el desarrollo y el bienestar de la mayoría de la población. De allí el concepto de ‘subversión’, empleado como equivalente a proyectos de transformación impulsados por grupos y agentes sociales estratégicos” (Cataño, 2008, p. 85, 86).

como referência chave para a produção da psicologia social própria da América Latina (Montero, 2010). Depreendem-se questões a respeito da integração entre os saberes científicos e populares; do trabalho conjunto com as comunidades a favor da resolução coletiva de problemas e da recuperação da memória histórica; da devolução sistemática do conhecimento produzido à comunidade; e da precursão de uma ética da libertação. Enfatizada por Freire no campo da pedagogia e Fals Borda na sociologia, a libertação ganha destaque na psicologia social com o trabalho de Martín-Baró (Martín-Baró, 1986; Montero, 2004).

O livro *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (1971) apresenta reflexões de Fals Borda sobre os compromissos da ciência com os contextos locais em um momento intermediário de sua obra. Enquanto a pesquisa-ação participante ainda não havia tomado forma, as demandas políticas e epistemológicas que encaminharam à sua criação já estavam presentes, e recebem tratamento especial no texto. Os temas tratados no livro estabelecem as bases para as experiências de pesquisa-ação participante (Fals Borda, 1991a).

Ao mesmo tempo em que a análise do livro envolve recuperar teses que foram centrais ao desenvolvimento teórico-metodológico de uma das principais influências para a psicologia social comunitária, o esforço crítico dedicado por Fals Borda ao tema do colonialismo intelectual traz uma aproximação ao debate atual sobre a geopolítica do conhecimento e suas desigualdades. Arturo Escobar (2003), por exemplo, cita a sociologia de Fals Borda como uma das principais influências à genealogia do programa de investigação modernidade/colonialidade, responsável pela ascensão da crítica decolonial nas últimas décadas. João Colares da Mota Neto (2018), por sua vez, destaca a importância das contribuições de Fals Borda e da pesquisa-ação participante para a ação decolonial latino-americana no campo da pedagogia.

As problemáticas de interesse são éticas e políticas, bem como epistemológicas e metodológicas. O papel seminal do autor para debates latino-americanos contemporâneos e a

característica transitória do contexto da obra analisada favorecem a discussão justamente das teses iniciais, que problematizam questões necessárias à inserção responsável da ciência do comportamento humano nos temas de relevância social situados na realidade local.

Análise interpretativa de *Ciencia propia y colonialismo intelectual*

O livro analisado é originalmente composto por oito capítulos compilados em 1970, e recebeu um novo apêndice em 1981. A organização dos textos é a que segue:

- Primeiro capítulo do livro, *El reto de Rockefeller* é baseado em uma fala realizada no final de 1969, com críticas a respeito das implicações políticas e culturais da política exterior estadunidense aos países da América Latina.

- *¿Es posible una sociología de la liberación?* é um texto original que trata sobre a libertação como um novo campo para a sociologia, proposta declarada oficialmente e de forma coletiva em novembro de 1969, no IX Congresso Latino-americano de Sociologia.

- Com o título de *La crisis como concepto integrante de la Liberación*, o terceiro capítulo é uma síntese da seção sobre a crise latino-americana que Fals Borda havia coordenado no mesmo congresso de 1969, em que o conceito de crise teve um tratamento extenso.

- Quarto e maior capítulo do livro, *La crisis, el compromiso y la ciencia* apresenta o conceito de compromisso na ciência defendido pelo autor, e foi apresentado inicialmente no IX Congresso Latino-americano de Sociologia.

- Em *Antecedentes de una idea*, Fals Borda compila dois discursos diferentes: o primeiro realizado em 1965 em decorrência da fundação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nacional da Colômbia, com o conteúdo voltado às necessidades de reorientação da sociologia colombiana; o segundo apresentado inicialmente em 1967, no Segundo Congresso Nacional de Sociologia, em Bogotá, quando o autor problematiza o discurso anterior e se aprofunda na proposta de uma sociologia comprometida e autônoma.

- *Casos de imitación intelectual colonialista* reproduz um estudo publicado em 1969, baseado em uma apresentação de 1968. Esse sexto capítulo apresenta problemas nas ciências sociais latino-americanas relacionados ao colonialismo intelectual.

- *Un caso transcendental de colonialismo intelectual: la política cooperativa em America* tem uma discussão extensa sobre os efeitos nocivos do colonialismo intelectual sobre o cooperativismo latino-americano, e foi originalmente apresentado para um simpósio de 1969.

- As discussões dos capítulos anteriores são sintetizadas para a conclusão do capítulo final das primeiras edições, *El pro y el contra del reto*.

- Já no apêndice à quinta edição, *Irrumpe la investigación militante* (1981/2012a), Fals Borda comenta as mudanças no debate científico desde a primeira edição do livro e apresenta a investigação militante como um método coerente com suas propostas.

Cada um dos capítulos foi analisado de forma independente para depois compor uma síntese geral do livro. O material apresentado a seguir sintetiza teses dos diferentes capítulos, organizando o conteúdo em sete eixos temáticos:

(1) Em *ciência e sociedade* estão as principais teses sobre a concepção de ciência do autor, e principalmente as formas como essa concepção se relaciona com o contexto político e social vivido por cada cientista.

(2) *Crise e américa latina* é o eixo que trata sobre a proposta conceitual de crise, além da discussão do autor sobre a crise da América Latina daquela época e suas implicações para o fazer ciência e sociologia.

(3) O eixo intitulado *sociologia da libertação* apresenta o conceito de libertação e as implicações de pensá-la como um novo campo sociológico.

(4) Em *política exterior estadunidense e conflitos de interesse* estão as discussões relacionadas às implicações do Relatório Rockefeller e do imperialismo estadunidense para os desafios vivido por cientistas latino-americanos.

(5) O eixo sobre *colonialismo intelectual* apresenta conceitos relevantes à problemática, como o mimetismo e a autonomia intelectual.

(6) No eixo intitulado *compromisso* estão sintetizadas teses sobre a relação entre compromisso e ciência, bem como os conceitos de compromisso-ação e compromisso-pacto.

(7) Em *caminho de ação: ciência própria e subversiva* estão as teses prescritivas que partem do conteúdo dos eixos anteriores para situar a ação científica orientada por Fals Borda.

Ciência e sociedade

As teses de Fals Borda sobre a relação entre a política e o desenvolvimento científico partem de uma rejeição direta à possibilidade de uma ciência neutra ou desinteressada. Inicialmente, é direcionada atenção especial aos efeitos da política sobre o empreendimento científico. Declarações políticas trazem consequências ao desenvolvimento científico, o qual está sujeito às estruturas políticas. A definição de prioridades e o direcionamento de recursos, estabelecidos de acordo com quadros políticos, interferem na orientação dos trabalhos científicos.

Essa discussão geral contextualiza uma tese central que orienta o texto: uma nova política internacional estadunidense para os países da América Latina, quando aplicada, terá consequências para o desenvolvimento científico e cultural de seus países. Tal questão define a forma como Fals Borda organiza e justifica suas propostas, dando destaque à situação de crise vivida na sociedade latino-americana e argumentando que a política proposta pelo Relatório Rockefeller traria um desafio para os intelectuais e cientistas locais.

A particularidade da ciência estaria situada em seu processo de acumulação de conhecimento. A apropriação ao conhecimento acumulado é tomada como uma exigência na prática científica séria. Esse processo não deveria ser subjugado por normativas, mesmo que

não se abduque delas por completo. O autor apresenta tais *regras do jogo* como um subterfúgio para cientistas que pretendam se esquivar do posicionamento exigido por situações de crise.

Haveria uma tendência a recorrer às normativas institucionais como forma de não precisar se comprometer com um posicionamento pessoal. Apesar de compreender sua motivação, Fals Borda considera essa uma tendência eminentemente escapista, e que deveria ser refreada em momentos de crise. Paralisar a ação e rotinizar o estudo seriam efeitos dessa tendência, entrando em conflito com as demandas do momento de crise, que exige maior liberdade e agilidade. A consequência seria o favorecimento à exaltação de posições e valores tradicionais e hegemônicos.

O caminho sugerido envolve a identificação das limitações das regras do jogo científico, sem uma abolição total. O processo de acumulação de conhecimento seria prejudicado pelas limitações dessas regras estabelecidas no exterior. No cenário de crise vivido, Fals Borda defende que uma reorientação deveria se dar a favor das regras de uma nova ciência subversiva: aquelas “que resultam da própria experiência de aplicar o método aos processos sociais, observando as atitudes de responsabilidade e honestidade que devem distinguir todo cientista”²³ (Fals Borda, 1971, p. 55). Essa perspectiva voltada à efetivação de transformações sociais é contrastada com a tese de que hipóteses sobre mudanças na sociedade só poderiam ser validadas pela verificação pura. Tal tese prevê uma natureza de inércia que, mesmo se fosse verdadeira para fenômenos naturais, não o seria no que diz respeito à sociedade.

Em continuação, há o confronto à interpretação determinista dos fenômenos sociais, que concebe a ciência como independente da realidade social e estabelece os critérios de possibilidade de análise com base no determinismo científico. Nessa orientação, os estudos sociais derivariam suas possibilidades de trabalho a partir das regras exigidas pelas ciências

²³ Original: “que resultan de la experiencia misma de la aplicación del método a los procesos sociales, observando las actitudes de responsabilidad y honradez que deben distinguir a todo científico” (Fals Borda, 1971, p. 55).

exatas e naturais, em uma lógica imitativa que contribui com a desvalorização das ciências sociais. Fals Borda argumenta que tal interpretação levaria à aplicação de métodos impróprios aos fenômenos estudados. O autor ainda rejeita que a distinção entre o social e o natural implique em uma falta de rigor entre aqueles que estudam os fenômenos sociais.

Uma possível fonte de resistência às suas propostas, sugere Fals Borda, poderia vir da tendência de que as pessoas confundam a objetividade com a indiferença em relação às situações reais nas quais cientistas se encontram. O autor defende que mesmo Max Weber, como autoridade no assunto, apontara que essa posição é errônea: a indiferença, nesse sentido, equivaleria a estar comprometido com o *status quo*. Dessa forma, a identificação entre neutralidade e objetividade é tratada como uma questão já superada, e a argumentação a favor de uma posição neutra por parte de cientistas é relacionada ao que Fals Borda nomeia como compromisso-pacto.

O valor da objetividade, conforme a defesa do autor, está vinculado à identificação entre conhecimento e ação. Não apenas é negada a identificação entre objetividade e indiferença, mas é proposta uma nova dimensão a ser alcançada, diretamente relacionada a aspectos discutidos sobre o contexto local. O critério da objetividade significaria uma produção consistente em sua relação com a realidade, consistência que seria demonstrada por meio da ação efetiva. A própria noção de rigorosidade científica apresentada no texto valoriza a experiência de quem pesquisa em seu contato com a realidade: “É disciplina pessoal, e não se aprende ou se guarda necessariamente em estranhos meios artificiais: carrega-se consigo, se amadurece e se fortalece em contato com a realidade ambiente” (Fals Borda, 1971, p. 137).

Sob a premissa de que as concepções científicas são condicionadas pela estrutura de sua sociedade, sociólogos latino-americanos contemporâneos não poderiam deixar de reagir aos conflitos de seu contexto. Compreender a conexão entre conhecimento e conflito nos tornaria mais eficazes como cientistas ou cidadãos. Desse modo, um objetivo da formação em

ciências sociais na América Latina seria ajudar os estudantes a alcançar uma nova dimensão da objetividade científica. Essa dimensão seria derivada do ensino das situações reais de conflito e desajuste presentes na sociedade, e da participação ativa em tais situações em busca da libertação. A proposta implica em combinar estudo e ação em um esforço contra as condições de dependência e exploração vividas.

O autor trata a formação em sociologia e ciências sociais na América Latina como uma questão central à problemática da autonomia intelectual. A formação em sociologia geralmente permanecia limitada a dar interpretações estruturais, refletindo a idealização das sociedades nas quais funcionavam as grandes universidades. Com algumas exceções, cursos e pesquisas em universidades de países desenvolvidos refletiriam tal orientação estática, relacionadas a noções de ordem e funcionalidade.

O conflito é delineado pelo autor ao alegar que alunos de regiões subdesenvolvidas comumente partiam de interesses em questões originadas das realidades dinâmicas de suas sociedades. “Ordem” e “função”²⁴ não seriam características relevantes dos países em desenvolvimento. Por esse motivo, a orientação que os alunos latino-americanos encontravam nas universidades de países desenvolvidos não costumava ser suficiente, e suas questões acabavam por receber apenas respostas parciais. O contexto latino-americano exigiria uma formação direcionada à compreensão e enfrentamento dos problemas sociais locais, aos quais as tradições sociológicas dos países desenvolvidos não ofereceriam respostas satisfatórias.

²⁴Função, de acordo com o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (1971/2007, p. 473): “Em sociologia a função foi definida por Durkheim (*Règles de la méthode sociologique*, 1895) como a correspondência entre uma instituição e as necessidades de um organismo social, vale dizer, como a atividade pela qual uma instituição contribui para a manutenção do organismo. Com o mesmo espírito, Radcliffe-Brown define a função de uma atividade social recorrente (como, p. ex., a punição dos crimes ou uma cerimônia funerária) como ‘o papel que ela desempenha na vida social como um todo e, por isso, a contribuição que ela dá para a manutenção da continuidade estrutural’ (*Structure and Function in Primitive Society*, 1952, p. 180)”.

Funcional, de acordo com o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (1971/2007, p. 474): “A análise funcional em sociologia tende a mostrar “o papel que as instituições desempenham na totalidade de um sistema cultural”, como afirma Malinowski, ou, em outros termos, a contribuição que uma instituição dá para a manutenção do conjunto social de que faz parte (MERTON, *Social Theory and Social Structure*, 1957, pp. 20 ss.)”.

Defendendo essa aproximação às necessidades e especificidades locais, o autor critica separação estrita entre sociologia científica e ensaio político. A cisão parte da pretensão de uma escola empírica, quantitativa e sincrônica, que seria dominante até então. Nessa orientação, potenciais políticos da sociologia seriam anticientíficos e indesejáveis. Seria necessário buscar, assim, a objetividade das ciências naturais e a acumulação de fatos. Em sua argumentação, Fals Borda sugere que a pura acumulação de fatos seria futilidade, e que as diferenças entre sociologia e ensaio político seriam espúrias. Mesmo que sem consciência do que faziam, aqueles que se propuseram a ser sociólogos “puros” também responderam às necessidades políticas de suas sociedades, porém suas respostas se deram sob um itinerário específico, de contra-insurgência e racionalização dos sistemas vigentes: “o que esses pioneiros anglo-saxões produziram foi uma sociologia que levou a modelos de equilíbrio estrutural cujo efeito político foi a manutenção do *status quo*”²⁵ (Fals Borda, 1971, p. 63).

Fals Borda defende a interpretação de que a sociologia é uma ciência intrinsecamente política, pois afeta os interesses da comunidade de uma forma ou de outra. O mesmo pode ser dito de outras disciplinas sociais. A validade dessa tese independeria do momento vivido, mas a questão se intensificaria em situações de crise. Em momentos críticos nenhuma ciência sozinha conseguiria respostas satisfatórias, o que leva à necessidade de uma síntese interdisciplinar: a crise exigiria uma ciência humana integral²⁶.

É argumentado que mesmo sociólogos que partam da presunção de uma cientificidade neutra derivam suas referências dos sociólogos do século XIX, que exerceram a sociologia sob visão diacrônica e interpelando os conflitos. As consequências políticas dos estudos destes autores foram profundas, e a própria escolha por estudar os grandes problemas de sua sociedade já configurava uma ação política.

²⁵ Original: “lo que produjeron aquellos pioneros anglosajones fue una sociología que desembocó en modelos de equilibrio estructural cuyo efecto político fue el mantenimiento del statu quo” (Fals Borda, 1971, p. 63).

²⁶ Originalmente o autor menciona uma ciência integral do homem (*ciencia integral del hombre*), a substituição por “ciência humana integral” visa evitar que se incorra em uma identificação entre *masculino* e *universal*.

A sociologia contemporânea encontraria duas possibilidades: manter-se enquadrada em moldes de estruturas e equilíbrio, mantendo uma acumulação rotineira de dados e contribuindo com a manutenção dos sistemas sociais; ou investigar o desequilíbrio e o conflito. Fals Borda ainda argumenta que essa segunda opção, conforme experiências passadas, é justamente o que traria justificativa e garantia à existência da sociologia em momentos de crise.

Crise e América Latina

Fals Borda enfatiza que até poucos anos antes da publicação de *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (de 1970) não seria viável escrever sobre uma disciplina comprometida ou propor uma ciência rebelde e subversiva. A mudança parecia, segundo ele, ser consequência da crise pela qual a América Latina passava: estruturas políticas, econômicas, ideológicas e culturais sofriam fortes tensões, o que exigiria uma nova linguagem científica e o tratamento a tópicos incomuns. Os tópicos necessários poderiam soar não científicos, por não se enquadrarem nos padrões de normalidade estabelecidos no exterior.

O autor apresenta uma síntese das propostas desenvolvidas no IX Congresso Latino Americano de Sociologia para sugerir a crise como um novo conceito sociológico. Em suas palavras, crise “é uma situação em que uma sociedade ou nação, em seu desenvolvimento histórico, experimenta contradições e inconsistências de tal entidade que sua solução não é alcançada sem produzir transformações fundamentais, levando a um novo tipo de estrutura social”²⁷ (Fals Borda, 1971, p. 33). Essa seria uma definição inicial e geral, e ainda careceria de uma contextualização a cada caso específico.

A crise seria um fato identificável cientificamente, e não seria possível interpelar o conceito sem um referencial teórico e bases empíricas. Seu significado pleno seria adquirido

²⁷ Original: “una situación en que una sociedad o nación, en su desarrollo histórico, experimenta contradicciones e incongruencias de tal entidad que la solución de ellas no se logra sin producir transformaciones fundamentales, llevando a un nuevo tipo de estructura social” (Fals Borda, 1971, p. 33).

unicamente de forma contextualizada sob determinado processo histórico, político-social e econômico. A crise não seria apenas processo, nem apenas situação: seria necessário estudar as diferenças de cada situação, não apenas as semelhanças do processo. Nesse sentido, seria mais valiosa a discussão sobre uma *atual crise latino-americana*, em oposição a tratamentos demasiadamente abstratos e genéricos.

A crise da América Latina daquela época teria origem provável no fim da Segunda Guerra Mundial, tornando-se mais nítida no fim da década de 1950. A constatação da crise estaria amplamente amparada com base em indicadores e estudos das ciências humanas. Como exemplos de indicadores mencionados no congresso, Fals Borda cita:

a corrupção administrativa, a falência moral, o surgimento de ideologias como o populismo militar, o controle abusivo da propaganda e da mídia de massa, a urbanização generalizada, o neonacionalismo fora de foco, a sanha reacionária da segurança nacional, a contra-insurgência etc., que correm por uma das vertentes da crise; e indicadores como a vigência da guerrilha, a rebelião clerical, a ação de partidos revolucionários, o efeito deletério das contra-elites, o aparecimento de anti-valores, a validade imediata e a relevância do modelo cubano em toda a região etc., que deslizam para o outro lado²⁸. (1971, p. 35)

A crise latino-americana estaria ligada a um processo de mudanças produzidas pelas contradições de uma sociedade dependente. As expressões da crise envolvem diferentes atores, valores, regras, grupos, instituições e técnicas que irão buscar a manutenção ou a transformação dessas estruturas. Haveria uma maior consciência coletiva sobre certos tipos de problemas

²⁸ Original: “indicadores como la corrupción administrativa la bancarrota moral, la aparición de ideologías como la del populismo militar, el control abusivo de la propaganda y los medios, de comunicación de masas, la urbanización generalizada, el neonacionalismo desenfocado, el prurito reaccionario de la seguridad nacional, la contrainsurgencia, etc., que corren por una de las vertientes de la crisis; e indicadores como la vigencia de la guerrilla, la rebeldía clerical; la acción de partidos revolucionarios, el efecto deletéreo de contraélites, la aparición de antivalores, la vigencia y pertinencia inmediatas del modelo cubano en toda la región, etc., que se deslizan por la otra vertiente” (Fals Borda, 1971, p. 35).

políticos característicos da crise vivida: (1) as limitações do reformismo/desenvolvimentismo, que mesmo buscando uma nova sociedade não produz mais que mudanças secundárias; e (2) os mecanismos coloniais de dominação e exploração, que vinham se tornando mais perceptíveis, de modo a provocar confrontos e novas repressões. Juntos, esses fatores viriam caracterizando o subdesenvolvimento, o atraso, a pobreza e a dependência da América Latina.

Sociologia da libertação²⁹

A crise latino-americana daquele momento, de acordo com Fals Borda, exigiria novos campos à sociologia; um desses campos seria o da libertação. Em uma primeira descrição, o autor enfatiza o aspecto subversivo do conceito: a libertação estaria relacionada a uma ruptura da estrutura social e das relações de poder, pautando-se assim, como um tema de interesse para uma sociologia subversiva. Nas palavras do autor, o campo da libertação seria:

o uso do método científico para descrever, analisar e aplicar o conhecimento para transformar a sociedade, para romper o poder e a estrutura de classe que condicionam essa transformação e pôr em prática todas as medidas que levam a assegurar uma satisfação mais ampla e real do povo³⁰. (Fals Borda, 1971, p. 23)

O autor salienta que uma sociologia da libertação traria questionamentos. Especialmente, poderia haver críticas à postura de não se dedicar às questões funcionalistas ou sobre pequenos grupos. Porém, Fals Borda argumenta que a escolha por uma sociologia da

²⁹ O IX Congresso Latino-Americano de Sociologia é apresentado como um evento seminal para a proposição coletiva da sociologia da libertação. Haveria um esforço coletivo na academia latino-americana sob um compromisso comum, com os quais a sociologia da libertação estaria relacionada. O evento teria envolvido uma atitude intelectual que, sem abrir mão do rigor científico, estaria comprometida com ações com vistas à transformação da sociedade latino-americana. A ideia aparece como um projeto voltado à mudança social por meio do poder popular. Sob uma interpretação de que o imperialismo seria responsável pela condição local de dependência, os sociólogos presentes teriam condenado a repressão estatal, e reivindicado a liberdade de presos políticos.

³⁰ Original: “la utilización del método científico para describir, analizar y aplicar el conocimiento para transformar la sociedad, trastocar la estructura de poder y de clases que condiciona esa transformación y poner en marcha todas las medidas conducentes a asegurar una satisfacción más amplia y real del Pueblo” (Fals Borda, 1971, p. 23).

libertação se dá por uma questão de prioridade. Fora a simples aceitação dos critérios e prioridades estabelecidos pela sociologia europeia e norte-americana, não haveria justificativa lógica para que os problemas mais comuns ao campo fossem mais ou menos importantes que o da libertação. O argumento defendido é de que países críticos exigiriam valores diferenciados:

talvez não haja uma pessoa consciente que negue a importância de que haja, para todos seus habitantes, o processo histórico, social e político que os possa levar a uma posição autônoma e digna, ou seja, à sua libertação. Neste momento, nada poderia ser mais vital para a coletividade³¹. (Fals Borda, 1971, p. 23)

Há uma união entre as atividades intelectuais e a ação política a favor do fomento de tal mudança social. As demandas oriundas da crise vivida exigiriam soluções que aproximavam a sociologia de uma perspectiva politizada e de maior autonomia intelectual. Tal movimento favorecia o surgimento da sociologia da libertação, a qual se firmaria na síntese entre compreender o mundo e transformá-lo, entre conhecimento e ação.

Política exterior estadunidense e conflitos de interesse

O primeiro capítulo do livro é dedicado a uma crítica ao relatório do delegado presidencial dos Estados Unidos, o governador Nelson A. Rockefeller, sobre a situação na América Latina. Datado de novembro de 1969, o Relatório Rockefeller visaria incentivar uma nova política externa em relação aos países latino-americanos. A política defendida no relatório envolvia: (1) o fortalecimento dos governos estabelecidos na América Latina, inclusive aqueles ditatoriais; (2) a defesa e o favorecimento dos grupos mais tradicionais na economia e nos governos latino-americanos; (3) o enfrentamento a Cuba e demais países socialistas, além de

³¹ Original: “quizá no haya persona consciente que niegue la importancia que para todos sus habitantes tenga el proceso histórico, social y político que pueda llevarles a una posición autónoma y digna, es decir, a su liberación” (Fals Borda, 1971, p. 23).

possíveis forças revolucionárias; e (4) a promoção de uma política violenta de contrainsurgência.

O Relatório Rockefeller elabora o tema do “interesse mútuo” que ligaria todos os países das Américas, com exceção de Cuba. Haveria uma mutualidade de problemas e interesses, além de relações que levariam à conclusão de que a qualidade de vida de uma área do continente estaria vinculada à de todo o resto. A proposta é criticada por Fals Borda, que acusa como o tema é usado para justificar a defesa de uma homogeneização da região³². De acordo com o autor, não seria possível tratar de objetivos comuns entre países que estão em diferentes etapas de desenvolvimento econômico.

Em continuidade, o Relatório Rockefeller propõe uma noção cristã de fraternidade entre os países, e indica a Organização dos Estados Americanos (OEA) como mecanismo para a sua promoção. Fals Borda enfatiza como não é fácil promover a fraternidade entre nações desiguais. O autor pondera que talvez possa funcionar em países mais ou menos homólogos, como na Europa, mas não em nosso contexto de histórica exploração. Esse esforço se torna uma ameaça quando parte do país dominante. O relatório não daria espaço a outras alternativas: caso não se acatasse a política de fraternidade, ela seria imposta por meio de repressão aos grupos progressistas, com intervenção indireta do governo e exército dos Estados Unidos.

Esta seria uma proposta de solução para a crise daquele momento e o fracasso do reformismo³³. A proposta orientava à imposição política sob a égide do Pentágono e do Conselho Interamericano de Defesa, por meio da violência, da ameaça político-militar e de coerção científica e tecnológica. Mais do que a simples sugestão, o autor defende que uma

³² Em adição ao argumento, é apresentada a criação do Conselho Interamericano Cultural, como exemplo de implementação dessa política. O objetivo, nesse caso, teria sido controlar um processo de homogeneização e favorecer produtos norte-americanos nos mercados latino-americanos.

³³ Como ficará explícito nas seções de contextualização das teses, essa viria a ser a proposta vitoriosa, compondo o cenário para a crise atual.

ofensiva cultural já estava acontecendo, e a autonomia intelectual e científica da América Latina vinha sendo enfraquecida.

Segue-se uma problemática central no texto: por meio da penetração cultural explícita ou implícita, a aceitação da política do Relatório Rockefeller condicionaria a produção técnica e científica dos países latino-americanos. Esse cenário levaria cientistas locais a seguirem imitando ou importando modelos e equipamentos e a manter suas referências situadas no norte global, de onde são ditados os marcos da ciência universal e as normas científicas.

Comentando o papel de cientistas nesse cenário, o autor sugere que seguir a via do mimetismo intelectual seria, de fato, o caminho mais fácil. Nessa via, haveria a crença de que se possa ganhar respeito universal repetindo ou confirmando as teses estrangeiras. Isso seria perigoso para a identidade e a sobrevivência dos latino-americanos como um povo. A via política de entrega total exigida pelo relatório limitaria as possibilidades de expressão própria do intelecto latino-americano: “na realidade, ganhamos apenas o sorriso tolerante e paternal daqueles que fazem ou impõem as regras do jogo científico à sua maneira”³⁴ (Fals Borda, 1971, p. 18). Fals Borda defende o enfrentamento a tal desafio. O caminho a ser trilhado deveria ser a favor da independência cultural, técnica e científica da América Latina, compreendendo que essa orientação favoreceria, ainda, a independência política e econômica da região.

Colonialismo intelectual

Fals Borda argumenta pela importância de se expor exemplos concretos de colonialismo intelectual. Examinar alguns aspectos do colonialismo intelectual nas ciências sociais permitiria deduzir diretrizes de combate ao desperdício de talentos. Esse combate seria importante aos países latino-americanos, que necessitariam de um uso mais extensivo em seus recursos escassos, tanto econômicos e tecnológicos quanto humanos.

³⁴ Original: “en la realidad no ganamos sino la sonrisa tolerante y paternal de quienes hacen o imponen las reglas del juego científico, a su manera” (Fals Borda, 1971, p. 18).

Caracterizando a discussão, o autor questiona a ideia de que uma “fuga de talentos” ou “roubo internacional de cérebros” esteja restrita à emigração para outro país. A resposta dada é de que mesmo quando cientistas permanecem em sua terra natal há a possibilidade de ocorrer o desperdício de esforço e intelectos que caracteriza o problema. A situação acontece quando cientistas tem como padrão de seu trabalho exclusivamente aquilo produzido em outras localidades, sem apresentar esforços críticos em favor de sua própria independência intelectual. Nessa circunstância, a servidão intelectual e a imitação de modelos de países desenvolvidos tomariam o lugar da criatividade. Tais tendências serviriam mais ao acúmulo intelectual dos países dominantes do que à compreensão da própria cultura e a solução de problemas locais.

A imitação intelectual é apresentada como uma tendência vigente nas ciências sociais latino-americanas daquele momento. O autor afirma que comumente ciências imitativas não acumulam conhecimento sobre a própria condição de colonialismo e imitação intelectual. Análises sobre o colonialismo intelectual, a imitação intelectual, e as formas de enfrentamento a essas condições servem para desvelar mecanismos sociais responsáveis por conservar o *status quo*³⁵.

A investigação desses temas deslindaria a situação crítica pela qual as massas latino-americanas passavam, a qual mesmo cientistas comprometidos com a ordem vigente não poderiam ignorar. Junto ao modo de vida daquele momento, estaria em crise também a sua concepção explicativa, a ciência e o conhecimento no qual esse modo se baseava, ambos ancorados em uma lógica reformista que se demonstrava insustentável.

A posição expressada pelo autor é de que, nesse cenário, o esforço por uma ciência própria e por livrar-se do colonialismo intelectual seria uma tarefa necessária, individualmente e coletivamente. Esse esforço conquistaria o respeito mundial, ingressando cedo ou tarde na

³⁵ Por esse motivo, Fals Borda argumenta que tais análises não fariam sentido para aqueles que defendem a manutenção das estruturas sociais vigentes, os quais considerariam condenáveis as posições de cientistas que insistissem nestes temas.

corrente intelectual universal: não por meio de relações de dependência, mas de igualdade. Não haveria nada a se perder com essa decisão, uma vez que o horizonte apresentado era de uma homogeneização imposta pelo imperialismo estadunidense.

O mimetismo intelectual é apresentado por Fals Borda sob a interpretação de que a sua permanência favoreceria politicamente os países aos quais os modos de produção cultural e científica seguissem sendo mimetizados: “Se [intelectuais e cientistas da América Latina] quiserem copiar o padrão anglo-saxão de cultura e técnica, isso levaria a uma imposição política externa e à expansão automática dos mercados dos Estados Unidos na América Latina”³⁶ (Fals Borda, 1971, p. 12). O autor assume a existência de uma tendência regional de se buscar pelo reconhecimento de pesquisadores estrangeiros, mas afirma em contrapartida que o mimetismo não seria o único caminho, e que este poderia ser abandonado por meio da eleição de temas caros à própria realidade popular.

O autor caracteriza as práticas imitativas como algo comum à condição de servidão intelectual, a qual é descrita com vínculo à reprodução de modelos teóricos e conceituais inapropriados para a realidade local. Ao nível dos comportamentos e práticas de cientistas locais, a servidão intelectual configura-se pela imitação intelectual. Ao nível da dinâmica internacional da produção de conhecimento, há a consequente contribuição aos interesses de acumulação intelectual dos países desenvolvidos, em detrimento às necessidades, às aspirações e à autonomia da sociedade local. A noção de imitação intelectual é situada em oposição a uma ciência rebelde, nova e construtiva, enquanto é aproximada à noção de uma ciência de segunda classe e desajustada (mal adaptada).

Uma vez que a ciência do norte estabelecera as regras do jogo científico e determinara os temas prioritários e os conceitos a serem utilizados, o autor ataca a servidão intelectual que

³⁶ Original: “Si quiere copiar el patrón de cultura y técnica anglosajón esto llevaría a una imposición política externa y a una ampliación automática de los mercados de los Estados Unidos em América Latina” (Fals Borda, 1971, p. 12).

levou à adoção desses modelos teóricos e conceituais da Europa e dos Estados Unidos. O autor concorda com a tese de que cientistas sociais da América Latina ainda teriam muito a aprender para alcançar a habilidade, o respeito e a independência de que gozam cientistas físicos e naturais. Os esforços de tais cientistas sociais ainda teriam seus resultados limitados, por serem muito recentes. Além disso, é apontada uma mediocridade no trabalho, especialmente daqueles que seguiam rotineiramente modelos estrangeiros assépticos da ciência não comprometida.

Em alusão às influências do início de sua carreira, Fals Borda se inclui como alvo dessa crítica; mas afirma que o trabalho de muitos de seus colegas latino-americanos poderia ser favoravelmente comparado com qualquer trabalho realizado por cientistas em qualquer parte do mundo. Seria profícuo o estudo dos exemplos de tais profissionais criativos e originais, favorecendo o combate à fuga de talentos e a superação das limitações apresentadas. Sua criatividade seria inversamente proporcional à sua dependência de modelos de pesquisa e estruturas conceituais de lugares como a América do Norte e Europa.

Ao apresentar o conceito de independência intelectual³⁷, o autor enfatiza a necessidade do enfrentamento ao colonialismo intelectual, mas afasta possíveis interpretações de rejeição às contribuições estrangeiras. A relação proposta entre conhecimento local e universal é mais refinada: a produção local seria feita com vista a tornar-se uma contribuição universal, mas a definição de prioridades e da validade das contribuições externas deveria ser feita por critérios próprios, adequados à realidade local. Sobre esse ponto, o autor conclui: “Em suma, declarar independência intelectual significa alcançar, no mundo da ciência e da literatura, dignidade e autoridade próprias”³⁸ (Fals Borda, 1971, p. 81). Desenvolver a autonomia intelectual seria um desafio em qualquer parte, mas ainda mais difícil em um cenário latino-americano em que se seguia a tendência a adotar os modelos estrangeiros.

³⁷ Não parece haver uma diferença clara entre os usos dos termos “autonomia intelectual” e “independência intelectual” ao longo do livro.

³⁸ Original: “En fin, declarar la independencia intelectual significa alcanzar dentro del mundo de la ciencia y de las letras dignidad y autoridad propias” (Fals Borda, 1971, p. 81).

Naquele momento, a comunicação entre cientistas se fazia mais estreita do que nunca, tornando inevitável o transplante conceitual de ideias e conceitos de uma cultura a outra. O termo é apresentado em analogia ao transplante de órgãos. Trata-se da importação de um conceito desenvolvido em um outro contexto cultural. Os critérios para a adaptação adequada desses conceitos são um tema central à discussão sobre a servidão intelectual. Recorrendo a exemplos das disciplinas sociais latino-americanas, o autor sustenta que a imitação simples, com frequência, acabou tornando-se um beco sem saída, para além de intenções sinceras de confirmar hipóteses.

Fals Borda alega que o princípio de aceitação ou rejeição de novas ideias é central para a questão da tensão entre colaboração e servidão científica. Sua posição é de que cientistas da América Latina que recebem o impacto de culturas dominantes deveriam, especialmente naquele momento, ter precaução e bom senso no esforço de se apropriar de modelos estrangeiros. Deveriam desenvolver uma sensibilidade para descobrir quais esquemas e conceitos não trariam bons resultados, ou ao menos, desenvolver um desenho experimental para o controle da difusão de teorias que se demonstrem irrelevantes, evitando o desperdício de recursos e tempo que caracteriza a imitação colonialista.

O autor rejeita interpretações de que a colaboração na pesquisa e o trabalho interdisciplinar sejam incapazes de fornecer contribuições para o tratamento de questões relevantes à realidade própria latino-americana. As contribuições seriam especialmente possíveis quando as partes interessadas se baseiam nos mesmos quadros de referência, se respeitam e se inspiram em um mesmo compromisso social. Uma ciência universal mais valiosa seria produto desse tipo de colaboração. O defendido não é a assistência técnica unilateral, mas uma colaboração honesta. Havia profissionais em países desenvolvidos que demonstravam ter conhecimento e interesse político a respeito de problemas sociais de outras partes. Com estes poderia ser produtivo colaborar.

Intelectuais colombianos vinham em uma tradição de apenas falar e escrever, sob a crença de que isso seria o suficiente para cumprir suas obrigações com a sociedade em transformação. Nesse campo, está incluída a busca pelo conhecimento por meio da leitura rotineira de livros (geralmente importados) e dos ritos da educação universitária. De acordo com Fals Borda, tal tradição permanecia por muito tempo e demonstrava mínimo efeito no sistema social e econômico enfrentado. Cientistas sociais da América Latina precisariam chegar aos fatos, “sujar as mãos” nas realidades locais, em uma dedicação diligente e produtiva.

A questão torna-se mais complexa conforme o autor argumenta que a simples permissibilidade à discussão e publicação de ideias subversivas pode ser benéfica ao sistema, possibilitando narrativas sobre a amplitude de seu debate democrático. Naquele momento a Colômbia vivia uma agitação com potencial subversivo, em uma orientação a novas formas de ação e organização social. Nesse cenário, em que o país tentava articular novas metas para a ação coletiva por um futuro melhor, os sociólogos e demais cientistas nacionais adquiriam uma nova obrigação: trabalhar em favor dessa nova ordem social almejada.

O autor defendia que a plenitude intelectual surgiria da resposta autônoma aos problemas e possibilidades vividas naquele momento histórico, baseando-se na pesquisa disciplinada e independente, na reflexão e na acumulação sistemática do conhecimento adquirido. A resposta às questões científicas, bem como suas motivações, deveria partir de uma ciência comprometida com a criação de um novo país. Tal tarefa implicaria em um compromisso com o futuro de sua sociedade, e em novos critérios para definir as prioridades em relação a esse futuro. O mais relevante seria ir além da expressão unicamente literária, científica ou artística, tornando-se participantes de forma ativa, para que as palavras e teses sejam sustentadas pelos fatos.

A viabilidade do caminho à autonomia intelectual é atestada por meio de casos citados no capítulo oito, *El pro y el contra del reto*, que servem como exemplos dos elementos tratados pelo autor ao longo do livro:

Felizmente, tem havido casos que apontam para o caminho autônomo e que nos ensinam uma grande lição: quanto mais latino-americanos, maior o respeito suscitado em nível universal. Respeitado se é pelo que é, não pelo que imita; por sua própria contribuição, que cria um nicho na ciência ou na arte mundial³⁹. (Fals Borda, 1971, p. 136)

Há a defesa de que a reorientação da sociologia latino-americana no momento de crise a levaria, gradualmente, ao abandono de sua servidão intelectual. Nesse processo, a sociologia local passaria a adquirir uma dimensão política central para compreender o significado da crise. Como resposta à crise, a ciência social teria o surgimento de um conjunto novo de teorias e conceitos, comprometido com o processo de libertação: “porque para mudar o mundo é necessário compreendê-lo”⁴⁰ (Fals Borda, 1971, p. 46).

Compromisso

Como a palavra *compromiso* pode ser polissêmica no espanhol, Fals Borda recorre à distinção presente na língua francesa para tratar do conceito. Há, primeiramente, o compromisso-pacto, que equivale no francês a *compromis*. É o compromisso implicado em fazer concessões, arranjos, arbitragens e entrega. Conscientemente ou não, aqueles que se consideram neutros nas situações críticas exercem esse compromisso.

³⁹ Original: “Por fortuna ha habido casos que nos señalan la vía autónoma y que nos enseñan una gran lección: mientras más latinoamericano, mayor el respeto que se suscita en nivel universal. Se es respetado por lo que es, no por lo que se imita; por el aporte propio, que crea un nicho en la ciencia o en el arte mundial” (Fals Borda, 1971, p. 136).

⁴⁰ Original: “porque para cambiar el mundo es necesario comprenderlo” (Fals Borda, 1971, p. 46).

O compromisso proposto por Fals Borda, por sua vez, tem proximidade ao conceito sartreano de *engagement* (engajamento). Trata-se do compromisso-ação, da “ação ou a atitude do intelectual que, ao tomar consciência de seu pertencimento à sociedade e ao mundo de seu tempo renuncia a uma posição de simples espectador e coloca seu pensamento ou sua arte a serviço de uma causa”⁴¹ (Fals Borda, 1971, p. 66). Em uma época de crise social, essa causa seria, por definição, a transformação que permita superar de fato a crise, criando uma sociedade melhor.

Na mesma época podem haver diversos compromissos-ação, por se tratar de uma questão de cada pesquisador. Fals Borda cita alguns aspectos a serem elucidados para avaliar a validade e consistência de um determinado compromisso-ação:

1. Sobre o compromisso (pacto) anterior: Com quais grupos você esteve comprometido até agora? A quem você serviu consciente ou inconscientemente? Como os interesses de classe, econômicos, políticos ou religiosos dos grupos aos quais você pertence se refletem em seus trabalhos?
2. Sobre a objetividade: Quais são os grupos que não temem que seja feita uma estimativa realista do estado da sociedade e que, portanto, dariam todo o seu apoio à objetividade da ciência?
3. Sobre o ideal de serviço: levando em consideração a tradição humanista das ciências sociais, quais são os grupos políticos, movimentos ou partidos que realmente procuram servir a toda a sociedade, sem pensar em si mesmos, mas em benefício real das pessoas marginalizadas que até agora foram vítimas da história e das instituições? Quais são os

⁴¹ Original: “es la acción o la actitud del intelectual que, al tomar conciencia de su pertenencia a la sociedad y al mundo de su tiempo, renuncia a una posición de simple espectador y coloca su pensamiento o su arte al servicio de una causa” (Fals Borda, 1971, p. 66).

grupos que, por outro lado, se beneficiam das contradições, inconsistências e incongruências reinantes?⁴² (Fals Borda, 1971, p. 69)

A orientação profissional e a produção de quem adota uma atitude comprometida é condicionada por certas decisões, a partir das quais a qualidade de seu compromisso pode ser avaliada. Trata-se (1) da escolha dos temas de investigação e as formas de tratá-los; (2) do potencial criativo e de originalidade que o compromisso assumido possibilita; (3) da identificação com grupos-chave, aos quais sua produção científica deverá servir e, ao mesmo tempo, tomar como fonte de demanda e apoio.

A relação com o grupo-chave acontece em reciprocidade com a pessoa pesquisadora, em uma troca favorável à produção de conhecimento e à ação política. Os grupos interessados em reconstruir a sociedade deveriam ser tomados como referência, e ter a ciência seu serviço. O compromisso-ação é um compromisso com esses grupos. Fals Borda defende que determinar e conhecer seus grupos-chave seria uma tarefa urgente à sociologia latino-americana.

De acordo com Fals Borda, haveria um desafio nessa relação: quando suas concepções fossem desafiadas pela ciência, os militantes poderiam ter resistência às contribuições científicas. Na condição de cientistas, cabe a profissionais da sociologia comprometida auxiliar no esforço de racionalização a respeito da situação social, resistindo ao dogmatismo, fornecendo dados e se envolvendo na aplicação de políticas.

Um questionamento sugerido por Fals Borda seria se o compromisso-ação, sendo expressão ideológica, poderia prejudicar o empreendimento científico; especialmente,

⁴² Original: “1. Sobre el previo compromiso (pacto): ¿Con qué grupos ha estado comprometido hasta ahora? ¿A quiénes ha servido condente o inconcientemente? ¿Como se reflejan en sus obras los intereses de clase, económicos, políticos o religiosos de los grupos a que ha pertenecido?

2. Sobre la objetividad: ¿Cuáles son los grupos que no temerían que se hiciese una estimación realista del estado de la sociedad y que, por lo mismo, brindarían todo su apoyo a la objetividad de la ciencia?

3. Sobre el ideal de servicio: Tomando en cuenta la tradición humanista de las ciencias sociales, ¿Cuáles son los grupos, movimientos o partidos políticos que buscan servir realmente al conjunto de la sociedad, sin pensar en sí mismos sino en el beneficio real de las gentes marginadas que hasta ahora han sido víctimas de la historia y de las instituciones? ¿Cuáles son los grupos que, en cambio, se benefician de las contradicciones, inconsistencias e incongruencias reinantes?” (Fals Borda, 1971, p. 69).

inviabilizar a acumulação sistemática do conhecimento. O autor se contrapõe, argumentando que pode haver a acumulação rotineira do conhecimento científico, amontoando dados e testando hipóteses sem que se promova o avanço científico, nem a compreensão ou a resolução dos problemas investigados.

As pautas do compromisso-ação levam cientistas a reavaliar e reorientar sua disciplina. Desse modo, o compromisso não apenas produz acumulação do conhecimento, mas também o redireciona, renovando e enriquecendo a ciência. O compromisso-ação ajuda a identificar grupos, temas e ideias importantes que podem favorecer a criatividade. Esse compromisso deve ter base no conhecimento científico: distorcer evidências em função de uma ideologia ou interesse não seria apenas desonesto, mas contraproducente.

Fals Borda defende a legitimidade do questionamento se o compromisso com a transformação social, ao tornar-se ação política, não iria para além da ciência. De fato, tal caminho apresenta riscos. Seria possível interpretar que uma sociologia orientada às necessidades e aspirações populares favoreceria atitudes prejudiciais à ciência. Em oposição a essa interpretação, o autor defende que, mesmo com seus riscos, não haveria desvantagens particulares em relação aos demais caminhos disponíveis. O argumento é de que tais riscos não poderiam ser evitados ou ignorados, o que justifica a exigência de atitudes bem definidas em relação a eles. Por ação ou omissão, quem favorece a manutenção do *status quo* também o faz sob um compromisso. Quando não se está ciente desse fato, é assumido que defender o sistema dominante seria uma posição objetiva e livre de preconceitos.

Seria necessário, então, buscar esclarecer tais ideias e ideologias, sejam elas conscientes ou não. Levando os próprios compromissos em conta nos processos de investigação, sem que se abdique do método científico. A atitude necessária ao momento histórico levaria a um compromisso de cientistas com o seu povo, nas angústias e na vida cotidiana. Tal compromisso, defende Fals Borda, poderia favorecer contribuições de largo alcance. O autor trata como

nítidas as vantagens trazidas para a ciência por meio da possibilidade de lutar pela mudança, observando e aprofundando o conhecimento de seus processos. O sociólogo defende que a ciência deriva justamente dessas experiências de ação e das novidades por elas produzidas.

Caminho de ação: ciência própria e subversiva⁴³

A formação de uma ciência nova e subversiva faz parte do caminho próprio de ação proposto pelo autor. O compromisso pretendido não seria apenas uma forma de reconstrução da sociedade, mas inclui também o desafio de se criar uma ciência própria, autônoma em relação à ciência do hemisfério norte. Sem abrir mão do rigor científico e do interesse em contribuir com uma ciência a nível universal, essa ciência enfoca as necessidades e objetivos da sociedade local.

Fals Borda defende a necessidade de uma rebelião legítima frente à política impositiva estadunidense. Não se trataria de uma atitude anti-estadunidense, mas da reação a uma postura violentamente anti-latino-americana. As escolhas disponíveis estariam entre a adoção imitativa de um modelo de sociedade anglo-saxã, servindo assim aos interesses de mercado dos Estados Unidos; ou o caminho próprio, sob os próprios valores e potencialidades. Fals Borda defende que a reação local se dê nesse segundo sentido.

Uma primeira atitude para essa orientação seria abandonar certo complexo de inferioridade latino-americano, sem abrir mão de se apropriar do desenvolvimento científico global. O segundo passo seria tomar referências com base no próprio contexto. A terceira

⁴³ O uso feito dos nomes *ciência subversiva* e *ciência rebelde* por Fals Borda parece intercambiável ao longo do livro, sempre no sentido de um trabalho científico voltado à ruptura e transformação social, a partir de um comprometimento com a realidade e as necessidades locais. Apesar de não ter sido possível discriminar alguma distinção no uso feito por Fals Borda, o termo ciência rebelde vem como uma referência ao texto de Varsavsky (1969), por conseguinte, há uma certa dependência em relação à malha conceitual do autor para uma análise adequada. Por sua vez, a originalidade no nome ciência subversiva e a relevância do conceito de subversão na obra de Fals Borda fazem com que o uso de ciência subversiva denote uma referência mais direta à malha conceitual desenvolvida pelo sociólogo colombiano. A escolha por privilegiar o termo ciência subversiva na discussão parece ocorrer, assim, sem aparente prejuízo interpretativo.

atitude citada seria trabalhar com a própria realidade, articulando ferramentas teóricas próprias.

Adequar-se à corrente científica universal seria secundário:

É sabido que existem maneiras de ser universal sendo criador com o que está à mão.

Mas as questões não devem ser as mesmas que foram impostas ou sugeridas por nós de outras partes, mas aquelas que nos encontramos, dependendo das necessidades de nossos povos⁴⁴. (Fals Borda, 1971, p. 19)

A defesa de Fals Borda é de que, em uma realidade como a latino-americana, a missão da ciência deveria ser envolver-se ativamente no processo de definição e implementação de uma nova sociedade. Argumentando que o preconceito com esses debates no meio científico já vinha se rompendo, o autor toma como exemplo o livreto publicado pelo engenheiro argentino Óscar Varsavsky, *Ciencia, política y cientificismo* (1969). Voltando-se não só às ciências sociais, mas a todos os campos, a obra propunha uma ciência rebelde e guerrilheira.

De acordo com Varsavsky, a missão da ciência rebelde é a investigação dos aspectos teóricos e práticos da mudança do sistema social em suas diferentes etapas. A proposta seria produzir uma ciência politizada, o que não implicaria em destruir a ciência, mas enriquece-la e fornecer contribuições por meio da originalidade das realidades locais. Uma vez que sua própria justificativa é a investigação do processo de tomada de poder e a construção de um novo sistema social, a ciência rebelde exigiria a participação de cientistas dispostos a sacrificar suas carreiras frente à resistência institucional, caso necessário.

Ao tratar sobre o problema de orientação entre universidades de países desenvolvidos e alunos de países subdesenvolvidos, Fals Borda apresenta dois cursos de ação complementares. O primeiro curso de ação seria a modificação de ideologias e marcos de referência presentes nas universidades dos países desenvolvidos. Essa mudança deveria ser

⁴⁴ Original: “Bien se sabe que hay maneras de ser universal siendo creador con lo que se tiene a la mano. Pero los temas no deberán ser los mismos que nos han impuesto o sugerido desde otras partes, sino aquellos que hallemos nosotros solos, en función de las necesidades de nuestros pueblos” (Fals Borda, 1971, p. 19).

orientada em direção aos temas da revolução, do conflito e da transformação social em nível local e internacional. É argumentado que essa modificação poderia estimular o desenvolvimento de uma antielite intelectual em países desenvolvidos.

Uma antielite é um grupo formado por jovens que disponham de alto prestígio social, possivelmente com vínculos com as elites tradicionais, mas dissidentes de seus interesses (Fals Borda, 1971/2012b). Esses grupos confrontam o poder político dominante, seja por tendências geracionais ou ideológicas (Fals Borda, 2007/2012c). Fals Borda afirma que certa dissidência já viria acontecendo na Europa e nos Estados Unidos. Uma antielite intelectual nesses países poderia se aproximar de grupos rebeldes do terceiro mundo, estabelecendo trocas colaborativas. O autor argumenta que essa aproximação apenas seria possível se esses grupos confrontassem o aparato de dominação e contra-insurgência internacional empreendido a partir de seus países.

O segundo curso de ação proposto seria o estabelecimento de escolas voltadas à construção da autonomia intelectual, que lidem com problemas sociais de suas próprias realidades nacionais. Essa opção seria a mais conveniente e efetiva. O curso de ação confrontaria a imitação intelectual, estabelecendo as bases para uma sociologia da libertação latino-americana. Assim, os alunos seriam formados com foco na inovação e na capacidade de combinar pensamento e ação.

Sua defesa é de que, naquele momento, a melhor forma de treinamento em sociologia seria a promoção ativa de esforços revolucionários. O autor defende tal postura: “penso que o estudante que alcançar essa orientação se prepararia insuperavelmente para fazer contribuições fundamentais para o progresso de sua sociedade e da ciência”⁴⁵ (Fals Borda, 1971, p. 29). O

⁴⁵ Original: “Pienso que el estudiante que lograra esta orientación llegaría a prepararse insuperablemente para hacer contribuciones fundamentales al progreso de su sociedad y de la ciencia” (Fals Borda, 1971, p. 29).

caminho de tais estudantes seria desafiador, exigindo que consigam, ao mesmo tempo, lidar com as técnicas estrangeiras e produzir ferramentas próprias.

Enquanto a propensão comum à ciência em épocas de crise era o isolamento, o que deveria ser feito seria justamente o oposto. Tratando sobre a comunicação da ciência para com a sociedade, Fals Borda defende a necessidade de um novo estilo de conceitualização, mais claro e preciso; com a simplificação técnica para a apresentação ao público geral e a agentes políticos.

O contexto latino-americano exigiria ideias e metodologias próprias para a descrição e a explicação de uma realidade em transformação. A proposta não diz respeito a eliminar os conceitos estabelecidos, mas suspendê-los por um momento, como forma verificar sua validade para o contexto local. Tal caminho implica em reinterpretar valores nacionais e regionais nesse contexto de transformação, destacando os surgimentos de novidades autênticas. Embora Fals Borda defenda a busca por uma espécie de nacionalismo, esse seria um nacionalismo baseado no desenvolvimento e na transformação social e voltado ao futuro; o que levaria a um nacionalismo amplo, latino-americano, favorecendo uma compreensão adequada da realidade nacional.

Fals Borda sugere que tal reorientação ideológica da universidade exigiria alguns atos naquele momento. Primeiramente é mencionado que a sociologia comprometida deveria se dar como investigação e docência, empreendendo uma análise própria da realidade social. O autor demarca que, nesse campo, não poderia haver uma dada sociologia sem uma aplicação específica. O segundo ato descrito seria a concepção de uma ciência humana integral. A sociologia do conflito e das transformações sociais proporcionava um reconhecimento da interdependência da sociologia em relação às outras ciências sociais⁴⁶.

⁴⁶ O autor cita como ciências sociais a antropologia, a história, a economia, a psicologia e a geografia.

É citada a necessidade de uma melhor compreensão a respeito de fenômenos internacionais complexos (por exemplo, o imperialismo), sem idolatrar a cultura estrangeira. Esse ato envolveria aprender com as experiências históricas dos sujeitos do exterior. Para esse ponto, o autor sugere a criação de cadeiras universitárias de estudos norte-americanos, europeus, africanos e asiáticos, para que se estude os países dominantes assim como eles estudam os demais. Seria o momento de cientistas de regiões menos desenvolvidas produzirem estudos autônomos sobre os Estados Unidos e demais países imperialistas. Isso não configuraria uma fuga de talentos, mas uma busca por conhecer melhor as potências dominantes, com foco no progresso dos países dominados.

Outro ato importante seria promover a colaboração com cientistas do exterior. Parcerias entre países do terceiro mundo seriam especialmente profícuas, mas até mesmo cientistas dos países desenvolvidos poderiam contribuir a depender de seus compromissos. Também seria necessário dar continuidade ao estudo das ideologias daquele momento⁴⁷. O último ato defendido é a criação de disciplinas livres e optativas.

Em 1965, Fals Borda defendera também a necessidade de uma reorientação econômica das instituições universitárias colombianas. Até então, vinha-se dependendo do financiamento de entidades estrangeiras, o que trazia a conquista da independência financeira como uma necessidade para a efetivação de uma ciência comprometida.

Entre outras coisas, a independência intelectual defendida por Fals Borda significa a criação de novas formas de trabalho e pensamento, as quais inclusive poderiam vir a ser contribuições para a comunidade científica geral. A independência representa a possibilidade de interagir com colegas de países avançados em função da qualidade da produção local. E também, trata-se de não temer novas correntes intelectuais, e sim ser receptivo, sem

⁴⁷ Como exemplos, o autor menciona o marxismo, o integracionismo, o desenvolvimentismo e o pacifismo.

preconceitos ou dogmatismos, por saber discriminar o que servirá ou não ao desenvolvimento da ciência própria.

Uma consideração especial é feita a respeito do contexto cubano, que seria diferente do restante da América Latina. Lá subsistiria uma política que levaria à experimentação e à criação de algo novo nas ciências sociais, caso se mantivessem as conjunturas favoráveis. Houve, em Cuba, o rompimento do marco institucional que limita a renovação da ciência no resto da América Latina. A renovação aumenta quando os marcos de referência com que se trabalha não são importados, mas baseados na própria realidade.

A ideia de uma ciência nova é apresentada para destacar a natureza excepcional da possibilidade de transdisciplinaridade posta por essa realidade revolucionária. Viabilizando um entendimento integral do fenômeno social, essa ciência talvez não pudesse ser comportada pelo nome de sociologia. Mesmo nas circunstâncias apresentadas, a possibilidade de efetivação dessa nova ciência exigiria um movimento de autonomia intelectual e heterodoxia metodológica.

Quando Fals Borda se posiciona de forma favorável a uma integração entre as explicações das ciências sociais, tomadas como interdependentes, tal ciência humana integral parece significar o mesmo que a ciência nova possibilitada pela revolução cubana. A possibilidade dessa síntese seria maior fora dos países desenvolvidos, nos quais a fragmentação das ciências sociais estaria mais estabelecida.

Contextualização das teses

Por mais que as propostas de Fals Borda se demostrem contribuições relevantes historicamente e conceitualmente, existem limitações para o seu uso na discussão de uma ciência do comportamento própria e subversiva no contexto brasileiro atual. A relação entre as conjunturas políticas e a produção científica é de influência recíproca. As teses de Fals Borda

perpassam a necessidade da investigação e da tomada de posição sobre essas influências. Desse modo, a exigência pela contextualização a um outro cenário sócio-histórico pode ser compreendida a partir da própria discussão do autor.

Como forma de adequar o itinerário apresentado às especificidades dessa realidade própria, discutiremos questões referentes aos debates atuais sobre a geopolítica do conhecimento, as mudanças políticas na América Latina e a atual conjuntura brasileira. Esse esforço possibilita uma contribuição mais rigorosa e situada para se pensar as possibilidades de uma ciência do comportamento própria e subversiva no contexto local.

Contextualizando ao debate atual sobre as situações coloniais

Um primeiro passo necessário é a contextualização à discussão atual a respeito da participação da América Latina na geopolítica do conhecimento. Ao analisar o conceito de americanidade, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein (1992) especificam como a América não passou meramente por um processo de incorporação ao sistema mundial capitalista: na realidade havia sido justamente sua colonização o que possibilitou a implantação do sistema moderno.

Os autores argumentam que novidades produzidas na América, ao longo dos séculos, passaram a ser o modelo do sistema moderno como um todo. Dentre essas novidades estava a etnicidade, concebida junto à produção de uma hierarquia laboral; e o racismo, como elaboração que justificaria a etnicidade por volta do século XIX. Outra novidade seria a própria noção de novidade, com a valoração positiva do que fosse apresentado como novo ou moderno a partir do estabelecimento de um “novo mundo” e do desenvolvimento capitalista: “A modernidade tornou-se a justificativa para o sucesso econômico; mas também sua prova. Era um argumento circular perfeito que desviava a atenção do desenvolvimento do

subdesenvolvimento”⁴⁸ (Quijano & Wallerstein, 1992, p. 586). Por fim, há a colonialidade, produzida pela criação de um sistema hierárquico entre novos estados e sustentada via hierarquias sociais e culturais divididas entre europeu e não-europeu.

Ramón Grosfoguel (2008) diferencia colonialismo e colonialidade. Ambas se tratam de *situações coloniais*, o que é concebido como “a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais” (Grosfoguel, 2008, p. 126-127). O colonialismo seria a situação colonial cuja imposição se dá por uma administração colonial. A colonialidade diz respeito às situações coloniais vinculadas às hierarquias étnico-raciais do sistema-mundo moderno/colonial, mesmo que não estejam sujeitas a uma administração colonial.

María Lugones (2008) expande o conceito, argumentando que a colonialidade não diria respeito unicamente a uma classificação racial, abarcando outros sistemas de poder, como classe, gênero e sexualidade. Essas não seriam categorias atomizadas ou homogêneas, mas componentes do sistema-mundo moderno/colonial de opressão e exploração (Lugones, 2014).

Compreendendo a colonialidade do poder como conceito chave para a explicação dos efeitos do colonialismo sobre as sociedades contemporâneas, Ochy Curiel (2007) argumenta que as principais propostas críticas sobre o tema não partiram do meio acadêmico, mas das lutas sociais. Trata-se de um desenvolvimento que parte dos movimentos sociais para as teorias e não o contrário: “Sem usar o conceito de 'colonialidade', feministas racializadas, afrodescendentes e indígenas, se aprofundaram desde os anos setenta no quadro do poder

⁴⁸ Original: “La modernidad se convirtió en la justificación del éxito económico; pero también en su prueba. Se trataba de un argumento circular perfecto que desviaba la atención del desarrollo del subdesarrollo.” (Quijano & Wallerstein, 1992, p. 586).

patriarcal e capitalista, considerando o entrelaçamento de vários sistemas de dominação (racismo, sexismo, heteronormatividade, classismo)⁴⁹ (Curiel, 2007, p. 93-94).

A referência à literatura sobre a colonialidade nesta pesquisa não significa uma adesão à corrente intelectual do decolonialismo ou teorias adjacentes. Trata-se apenas do reconhecimento da importância de uma contextualização às questões que tem tido destaque no debate atual. É possível, no entanto, assimilar contribuições recentes sem abrir mão da obra de Orlando Fals Borda como pedra de toque.

Uma contribuição que não pode ser ignorada diz respeito à ênfase dada aos sistemas de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade. A produção citada identifica a relação inseparável entre tais dimensões e o sistema colonial, inclusive no que diz respeito à produção e à validação dos saberes. É possível, assim, tornar mais complexa a noção dos grupos-chave para o exercício do compromisso-ação na ciência: há marcadores sociais claros que se relacionam diretamente a movimentos sociais anti-opressão, com os quais uma ciência própria deveria se vincular.

Essa orientação também atualiza outro aspecto a ser reavaliado do texto de Fals Borda (1971): a possibilidade da ação política de uma antielite parece pouco efetiva no enfrentamento aos sistemas de opressão internos nos países colonizados/subdesenvolvidos. Mais do que um regime científico que contribua e se alie às lutas anti-opressão, é necessário um esforço político pela inclusão e ascensão das pessoas desses grupos oprimidos não apenas nas lideranças políticas, como também nos próprios espaços acadêmicos de produção e difusão de conhecimento.

Como fator adicional para uma atualização, a tipificação feita por Darcy Ribeiro (1976/2017) a respeito das antielites (divididas entre populistas e reformistas) traz elementos

⁴⁹ Original: “Sin utilizar el concepto de “colonialidad”, las feministas racializadas, afrodescendientes e indígenas, han profundizado desde los años setenta en el entramado de poder patriarcal y capitalista, considerando la imbricación de diversos sistemas de dominación (racismo, sexismo, heteronormatividad, clasismo)” (Curiel, 2007, p. 93,94).

familiares à conjuntura atual que corroboram a leitura de que a aposta política nas antielites possa ser um equívoco:

Algumas lideranças destes dois padrões conseguiram alcançar enorme prestígio junto às massas populares e impor-se sucessivamente a velhas elites civis e militares que vetam seu acesso ao poder. Porém, via de regra, têm um desempenho fugaz. Os *populistas* porque veem desmascarada sua demagogia pelo próprio exercício do poder. Os *reformistas* porque conseguem mais facilmente assustar as classes dominantes com suas ameaças de promover reformas radicais, do que organizar as bases de massas e estruturar os dispositivos de segurança que permitam leva-las a cabo. Uma debilidade essencial dos *reformistas* reside em seu próprio caráter intrinsecamente conciliativo, que os faz recuar sempre que a direita ameaça com a guerra civil; ou que o processo político que eles lideram se radicaliza ameaçando transcender e passar do reformismo à revolução. Mas reside também, principalmente talvez, em sua incapacidade de organizar politicamente o povo para a autodefesa contra o golpismo. (Ribeiro, 1976/2017, p. 43)

A familiaridade entre o trecho citado e elementos da conjuntura brasileira atual adianta a possibilidade que as propostas presentes em *Ciencia propia y colonialismo intelectual* sejam surpreendidas pelas mudanças políticas ocorridas desde a sua publicação em 1970. Tal processo já seria mesmo previsível pelo caráter de crise estrutural constatado por Fals Borda (1971).

Quijano (2012) menciona como o padrão de poder mundial passou por severas transformações a partir de meados de 1973. Embora Fals Borda (1971) afirmasse um aspecto pré-revolucionário de seu momento, as mudanças ocorridas foram expressamente contrarrevolucionárias. Houve uma intensificação da exploração e precarização do trabalho por meio das tendências neoliberais adotadas em resposta aos conflitos sociais daquele momento.

Em especial, nota-se o fortalecimento do projeto denunciado pelo sociólogo colombiano com base no Relatório Rockfeller.

Apesar da possível constatação a respeito das tendências opressivas e contrarrevolucionárias que emergem como resposta à efetivação de estratégias de subversão (Quijano, 2011), não é o caso de rejeitar a proposta de uma ciência subversiva. O que se demonstra necessário, certamente, é um esforço constante pela compreensão das ameaças presentes em cada conjuntura.

Contextualizando à conjuntura latino-americana

Com a crise dos anos 1970, o movimento de expansão capitalista pós-Segunda Guerra dava sinais de falência. O consenso keynesiano e sua ideia de um estado de bem-estar social passam a ser apontados como causadores da crise: “o neoliberalismo surge, então, como força prática e teórica a reorientar a política internacional e a conformação dos padrões de dominação internos de cada país” (Mathias & de Brito, 2016, p. 339).

O processo de neoliberalização se intensifica gradativamente nos anos 1980 e 1990, precarizando as condições de trabalho por meio da lógica de flexibilização, desregulando o fluxo de capital e intensificando a abertura econômica e a privatização de empresas públicas. Com esses processos, foi possível manter consolidada “a lógica de poder dos setores dominantes dos países centrais e a subordinação dos países periféricos⁵⁰” (Treacy, 2019, p. 25).

Na América Latina, o caso paradigmático dessas tendências foi a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, que perdurou de 1973 a 1990 e teve sua política econômica manejada pelos *chicago boys* (Oliveira, 2020). O grupo formado por economistas vinculados à escola econômica de Chicago surge a partir do convênio firmado entre a Universidade de Chicago e

⁵⁰ Original: “se logró consolidar la lógica de poder de los sectores dominantes de los países centrales y la subordinación de los países periféricos” (Treacy, 2019, p. 25).

a Universidade Católica do Chile, e de programas de bolsa do governo estadunidense direcionados à modernização dos estudos econômicos sobre a América Latina.

A tendência neoliberal se tornou hegemônica na região por meio do denominado *consenso de Washington*. O termo cunhado no final dos anos 1980 faz alusão às estratégias políticas “que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina na visão *consensual* dos organismos financiadores do governo dos Estados Unidos e organizações multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional” (Oliveira, 2020, p. 165). Ao mesmo tempo em que a expansão capitalista reproduzia e fortalecia as desigualdades entre as nações, fortalecia-se a narrativa de que o desenvolvimento capitalista seria a grande solução ao problema do subdesenvolvimento (Treacy, 2019).

Sob um discurso de forte crítica às políticas neoliberais e, sobretudo, aos seus efeitos desnacionalizantes, o cenário político latino-americano entra em um novo ciclo na virada do século, conhecido como *maré-rosa* (Mathias & de Brito, 2016). Como exemplos da tendência, podem ser citadas as posses de Hugo Chávez na Venezuela em 1999; Nestor Kirchner na Argentina em 2003; Michele Bachelet no Chile em 2006; Evo Morales na Bolívia, também em 2006; Rafael Correa no Equador em 2007; Fernando Lugo no Paraguai em 2008 e José Mujica no Uruguai em 2010. No Brasil, a participação no ciclo se deu por meio das vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores, em 2002 e 2006 com Luiz Inácio Lula da Silva, e 2010 e 2014 com Dilma Rousseff. Como conteúdo programático, esses governos trouxeram uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos, políticas sociais compensatórias e um esforço por uma política de integração regional (América Latina, América do Sul e Caribe) (Silveira, 2016).

Fabricio Pereira da Silva (2019) menciona que apenas os casos de Venezuela, Bolívia e Equador envolveram mudanças estruturais, ascendendo em momentos de crise, instituindo novas constituições e aprofundando a participação cidadã. Consequentemente, esses governos

logo vieram a ser taxados de autoritários. Nos demais casos, o processo foi moderado e conciliatório, com as novas lideranças se adequando ao sistema político vigente por meio de alianças com forças de centro e de direita. Entretanto, Alair Silveira (2006) menciona duas características divergentes dos interesses do grande capital que estariam presentes nos governos da maré-rosa, mesmo sem que estes rompessem efetivamente com o projeto neoliberal em curso:

1) resultam de partidos e/ou lideranças estreitamente associadas às lutas coletivas e/ou demandas sociais primárias (como o direito elementar à alimentação, à moradia, ao emprego etc); 2) priorizam ações externas mais independentes em relação aos EUA e mais solidárias em relação à integração regional. Esses dois “defeitos congênitos” os transformam em governos “não confiáveis” e, a depender do grau de “ousadia” das suas políticas internas e externas, potencialmente “insuportáveis”. (Silveira, 2016, p. 7)

Tais questões levaram ao acirramento das tensões sociais que desembocam na conjuntura atual. Os sinais de crise da guinada à esquerda têm início com o golpe de Estado contra o hondurenho Manuel Zelaya, ocorrido em 2009, e vão se intensificando com o golpe de Estado de 2012 contra Fernando Lugo no Paraguai, contra Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e com a eleição de Maurício Macri em 2015, na Argentina⁵¹ (Giniger & Carbone, 2020).

A tendência fica ainda mais clara com a eleição de Jair Messias Bolsonaro no Brasil em 2018 e o golpe de Estado contra o boliviano Evo Morales em 2019 (Leonel Júnior, 2021). Da Silva (2018) menciona como, mesmo que o fim do ciclo pudesse ser previsível, a forma tomada por essa crise foi inesperada: “fomos em grande medida devorados. Em especial a academia brasileira, e particularmente os cientistas políticos em sua crença institucionalista na

⁵¹ Vale mencionar que, antes dos golpes efetivados, houve tentativas em 2002 na Venezuela, em 2008 na Bolívia e no Equador em 2010.

democracia procedimental, no equilíbrio de poderes e no funcionamento estável do chamado ‘presidencialismo de coalizão’” (da Silva, 2018, p. 165).

É perceptível o estabelecimento de um novo tipo de golpe. Desde a redemocratização iniciada na região nos anos 1980, ocorreram “somente” duas deposições efetivadas com uso de forças militares: em 2000 no Equador e em Honduras em 2009 (Kasahara e Marsteintred, 2018). Diferente do padrão do século XX, que envolvia protagonismo militar e rupturas explícitas e violentas, as forças conservadoras atuais se organizam por meio da sabotagem econômica e da manipulação midiática para disfarçar golpes operados por vias jurídicas e parlamentares (Miorando, 2018).

Um exemplo paradigmático do ensaio do neogolpismo na América Latina foi a tentativa frustrada de Golpe contra Hugo Chávez em 2002. Apesar do uso de força por parte dos militares que detiveram Chávez, o discurso veiculado na mídia hegemônica anunciava que o presidente havia renunciado. A disputa política fora travada nas ruas com manifestações a favor e contra o governo. A mobilização de movimentos conservadores era mediada por uma instrumentalização midiática, com ampla exposição das conclamações dos militares golpistas e suas versões distorcidas dos fatos, além da omissão do poder judiciário e de prévia sabotagem econômica por parte de atores da burguesia local (Miorando, 2018). De fato, o golpe só fora frustrado em função da forte organização dos grupos chavistas e dos esforços de comunicação contra-hegemônica, como o empreendido pelo canal comunitário Catia TVe:

Catia TV cresceu e se tornou nacional e internacionalmente visível durante o golpe contra o presidente Hugo Chávez em 11 de abril de 2002, já que foi ela quem anunciou que Chávez não havia renunciado, como proclamavam os grandes meios de comunicação do país, mas havia sido deposto da presidência e posteriormente sequestrado; com isso, exortaram os cidadãos a protestarem em frente ao palácio presidencial e à sede pelo retorno do presidente eleito. Da mesma forma, contribuíram

para o restabelecimento do sinal da VTV, único canal estatal na época, que havia sido desativado pelos golpistas enquanto as grandes emissoras transmitiam desenhos animados em vez de reportar o que estava acontecendo.⁵² (León Cedeño, Bonetti Lima, Caetano Silva & de Proença Lopes, 2012, p. 375-376)

O padrão estabelecido no período atual acentua as especificidades que vinham surgindo nesse primeiro ensaio. O padrão do neogolpismo envolve militares apenas no papel de conviência ou endossamento público de processos institucionais liderados por setores parlamentares ou jurídicos. Esses processos se dão a partir de interpretações distorcidas de regras institucionais, como o caso dos mecanismos de *impeachment*, e sustentam a aparência de normalidade democrática por meio da ação sistemática de legitimação via mídias hegemônicas e redes sociais (da Silva, 2019).

Mais do que de golpes judiciários ou parlamentares, esses elementos permitem a compreensão de que se configuram golpes midiáticos (Sierra Caballero & Sola-Morales, 2020). A legitimação se constrói com a produção de uma nova maré de direita, baseada em uma união entre elementos do individualismo neoliberal, com apelo a discursos antiestado, tecnicistas e de desideologização da administração pública; junto a elementos neoconservadores de negacionismo científico, pânico moral e fundamentalismo religioso. Nessa nova dinâmica:

Temos então como atores principais os setores conservadores políticos e judiciais (aparato de segurança incluído), sustentados pelos poderes fácticos da burguesia local (agro/industrial/rentista, atualmente constituindo o mesmo ator hibridizado), os setores religiosos conservadores e os grandes oligopólios de comunicação – com o (por

⁵² Original: “Catia TV fue creciendo y se volvió nacional e internacionalmente visible durante el golpe de Estado contra el presidente Hugo Chávez el 11 de abril de 2002, ya que fue ella quien anunció que Chávez no había renunciado, como pregonaban los grandes medios del país, sino que había sido depuesto de la presidencia y posteriormente secuestrado; con ello, exhortaron a los ciudadanos a protestar frente al palacio presidencial y al cuartel general por el retorno del presidente electo. Igualmente, contribuyeron con el restablecimiento de la señal de VTV, el único canal del Estado para ese momento, que había sido desactivado por los golpistas mientras los canales de los grandes medios transmitían dibujos animados en lugar de informar lo que ocurría” (León Cedeño, Bonetti Lima, Caetano Silva & de Proença Lopes, 2012, p. 375, 376).

enquanto) ainda difícil de comprovar mas muito provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos EUA. (da Silva, 2019, p. 172)

A ascensão de tais tendências encaminha uma possibilidade de desestabilização dos governos progressistas locais sob uma aparência de normalidade institucional que escapa de condenações no cenário internacional (da Silva, 2019). Essa estratégia se orienta em prol de uma versão intensificada do entreguismo neoliberal. A mesma dinâmica de atores políticos pode ser percebida no golpe contra Dilma Rousseff em 2016. Ao contrário do que poderiam esperar alguns de seus atores, as consequências não se orientaram à reestabilização da democracia liberal sob o controle da centro direita. O que há, na prática, é o recrudescimento do cenário de crise.

Contextualizando à crise brasileira

Mesmo não sendo sua principal causa ou expressão (S. Fernandes, 2019), o golpe realizado contra Dilma Rousseff em 2016 é um marco importante para a compreensão da crise brasileira atual. A discussão sobre esse processo, por sua vez, exige algumas considerações sobre seu contexto antecedente.

A classificação dos governos petistas como neodesenvolvimentistas faz referência ao nacional-desenvolvimentismo latino-americano dos anos 1930 a 1970. O modelo nacional-desenvolvimentista buscava “reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos” (Mota & Moraes, 2017, p. 356), bem como tomar o Estado e a lógica nacionalista como meios para atenuar as causas do atraso social que se qualificava à região, “como o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de riqueza” (Mota & Moraes, 2017, p. 356).

Após a ditadura empresarial-militar brasileira que durou de 1964 a 1985, o cenário de reestabelecimento da democracia liberal acompanhou a vitória nas urnas de projetos neoliberais

com Fernando Collor de Melo em 1989, e Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998. Seus projetos priorizavam a privatização das empresas públicas e flexibilização trabalhista, sob o argumento de que assim se fortaleceria a eficiência e as exportações das empresas nacionais (Bastos, 2017).

Um ponto chave para a compreensão das contradições dos governos petistas é sua relação com esses projetos⁵³. Apesar de se distanciar do discurso neoliberal de seus antecessores, defendendo um maior papel do estado e priorizando o gasto com a assistência social, o neodesenvolvimentismo se mantém centrado em um cenário de ortodoxia neoliberal na administração da economia (Mota & Moraes, 2017). Como forma de garantir a máxima da *governabilidade*, a aposta foi voltada a uma perspectiva de conciliação de classes, firmando acordos com partidos políticos conservadores.

No modelo neodesenvolvimentista, os interesses de frações da burguesia nacional são priorizados, proporcionando de maneira secundária ganhos a setores “do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal” (Boito Jr., 2016, p. 156). A aliança neodesenvolvimentista compreende, então, essa “frente política policlassista, ampla, heterogênea e contraditória” (Boito Jr., 2016, p. 156). Dessa forma, mesmo conquistando uma relevante redução na desigualdade social por meio do aumento nas taxas de emprego e do fortalecimento das políticas de redistribuição de renda, os governos de Lula e Dilma ainda o fizeram sem uma ruptura com os dogmas do mercado internacional capitalista.

Sob a máxima da governabilidade, o envolvimento do Partido dos Trabalhadores com práticas corruptas seguiu uma tendência entre partidos social-democratas, voltando-se ao financiamento ilegal de suas campanhas eleitorais e à garantia de apoio por parte dos

53 É notável que embora desenvolvimentismo (ou neodesenvolvimentismo) e neoliberalismo sejam frequentemente colocados como antagônicos entre si, ambos se tratam de alternativas restritas aos limites da institucionalidade liberal-capitalista.

congressistas (Boito Jr., 2016). Essa circunstância possibilitou que se desenvolvesse no cenário brasileiro o que vem sendo denominado guerra híbrida, um modo recente de intervenção utilizado pelos Estados Unidos para derrotar ou enfraquecer governos que não contemplem seus interesses. A estratégia envolve a produção de caos social e movimentos de massa via a manipulação de redes sociais e meios de mídia, conjuntamente à “aplicação de guerras não convencionais contra os inimigos, através de meios midiáticos, jurídicos e até do armamento de grupos fundamentalistas e neofascistas” (L. E. Fernandes, 2019, p. 193). Nesse cenário, a pauta anticorrupção é instrumentalizada em favor da “radicalização de transformações reacionárias na base econômica (desindustrialização) e superestruturais (restrições democráticas) no capitalismo periférico” (L. E. Fernandes, 2019, p. 194).

A Petrobrás, estatal petroleira brasileira, se torna um alvo prioritário nesse processo, em um contexto de forte interesse estadunidense na exploração das reservas de petróleo do pré-sal descobertas entre os Governos Lula. Junto às principais empreiteiras do Brasil, a Petrobrás é envolvida em um escândalo de pagamento de propinas repercutido durante o Governo Dilma, o *Petrolão*. O resultado é a criação da Operação Lava Jato (da Polícia Federal) e subsequentemente na Força-Tarefa Lava Jato (do Ministério Público Federal) (van Dijk, 2017).

Focando diretamente no PT e em Lula, a Lava Jato contou com um esforço conjunto entre Ministério Público Federal, Polícia Federal, Juízes, veículos de imprensa e, até mesmo, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (*The Intercept Brasil*, 2020). Conforme explicitado pela série de reportagens intitulada *Vaza Jato*, provenientes do acesso a conversas do Procurador Deltan Dallagnol, o esquema envolveu, entre outras irregularidades: a colaboração indevida entre Polícia Federal, procuradores e juízes, com destaque especial à interferência constante do então juiz Sérgio Moro; o vazamento seletivo de informações; a proteção a possíveis aliados políticos; e a influência direta por parte do Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI). No mesmo período, Dilma, seu alto escalão e os

diretores da Petrobrás sofriam espionagem por parte da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, conforme comprovado pelos documentos divulgados em 2013 por Edward Snowden (L. E. Fernandes, 2019).

Enquanto os Estados Unidos articulavam a intensificação da participação de suas empresas, bancos e fundos de investimento nos projetos de infraestrutura latino-americanos, o complexo brasileiro voltado a esse setor era desmontado, e os efeitos jurídicos da Lava Jato alcançavam atores de diferentes países da região (L. E. Fernandes, 2019). O enfraquecimento da autonomia política, econômica e tecnológica torna-se um efeito do processo: “a partir das investigações e condenações de empresários, políticos e lobistas, a Lava Jato desencadeou num complexo e acelerado processo de desmonte, desnacionalização, desestruturação produtiva da economia nacional e o reforço da hegemonia das atividades financeiras no processo de acumulação” (L. E. Fernandes, 2019, p. 192).

No campo da política exterior, os governos petistas haviam buscado independência em relação aos Estados Unidos, priorizando parcerias Sul-Sul, e a aliança com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Embora as políticas neodesenvolvimentistas e sua lógica de ascensão social via consumo fossem especialmente favoráveis às frações produtivas da burguesia nacional, sua agenda vai de encontro aos interesses do mercado financeiro e das frações rentistas, favoráveis à ortodoxia econômica neoliberal (Boito Jr., 2016; da Silva, 2019; Lourenço & de Carvalho, 2018). A estratégia de manter uma agenda conciliatória entre esses interesses havia passado a perder viabilidade conforme a economia brasileira era afetada, tardiamente, pela crise financeira internacional de 2008.

O número crescente de greves vitoriosas gerava incômodo no setor empresarial, enquanto a pressão política advinda das manifestações de junho de 2013 trazia novas demandas de gastos públicos que enfraqueciam as possibilidades de manutenção do equilíbrio fiscal ortodoxo (Bastos, 2017). O campo neoliberal passa a empreender uma ofensiva que exigiria

reformas que iriam contra os interesses das classes populares (Boito Jr., 2016). Ao mesmo tempo, até mesmo as frações produtivas da burguesia viam seus interesses ameaçados pela instabilidade do mercado financeiro (da Silva, 2019; Lourenço & de Carvalho, 2018). O resultado é a crise do governo petista, que irrompe especialmente no segundo mandato de Dilma Rousseff, sob um discurso de restauração da ordem neoliberal.

Nesse cenário de ofensiva nacional e internacional, o caminho escolhido logo no início do segundo mandato de Dilma foi o de ajuste fiscal e conciliação com a agenda neoliberal. Tal decisão contrariava as promessas feitas em uma campanha que priorizara a crítica ao modelo empreendido pelos governos anteriores, que encontravam continuidade na figura do segundo colocado nas eleições de 2014, Aécio Neves (Mota & Moraes, 2017).

Outro elemento importante na campanha de Dilma fora o discurso de prioridade à educação, sob o *slogan* “Pátria Educadora”. Contraditoriamente, o mandato se inicia com 31% de corte na educação: “o Ministério da Educação passou a ser o mais atingido dos então 39 ministérios que sofreram cortes de gastos” (Mota & Moraes, 2017, p. 367).

Como afirma Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017), tal estratégia de guinada à direita é comum aos governos de centro-esquerda, que tentam reduzir a hostilidade à direita enquanto o crescimento não é retomado, contando com o fato de que seus apoiadores à esquerda não terão outra opção viável a curto prazo. Entretanto, a mudança na política econômica não teve o efeito esperado de reconquistar o apoio do setor empresarial, e ainda “alienou parte da população para quem era verossímil a acusação de ‘estelionato eleitoral’ (ou mesmo ‘traição’) feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária” (Bastos, 2017, p. 5).

Conforme a crise resulta em manifestações de rua a favor e contra o governo em 2015, vai ficando mais clara a atuação da mídia, monopolizada no país por algumas poucas famílias (van Dijk, 2017). Em geral, houve uma campanha midiática a respeito da legitimidade e da constitucionalidade do processo de *impeachment*. Aos estratos médio-altos, já pouco

simpáticos aos governos petistas, a mídia cumpriu o papel de motivar “o passo incomum de se manifestar em massa, construindo ativamente suas razões para fazê-lo⁵⁴” (van Dijk, 2017, p. 203).

Ao contrário da parca exposição em relação aos movimentos contra o afastamento de Dilma, as manifestações *pró-impeachment* tiveram ampla propaganda, com a participação dos veículos de imprensa divulgando as chamadas e locais para a concentração. Nos cinco principais eventos contra o governo, “as grandes emissoras de televisão abertas e sites de notícias fizeram inserções ao vivo durante todo o domingo, com convocatória para o local do evento” (de Oliveria, 2016, p. 88).

O motivo encontrado para justificar o afastamento foi o uso de manobras apelidadas de *pedaladas fiscais*, que consistem no atraso por parte do Tesouro Nacional em repasses aos bancos, como forma de “maquiar” os dados fiscais do governo em uma determinada data. Sob essa acusação, o Senado Brasileiro votou pela destituição de Dilma em agosto de 2016, após a recomendação da Câmara dos Deputados e nenhum impedimento por parte do Supremo Tribunal Federal (van Dijk, 2017).

Conforme da Silva (2019) explicita, o cenário da crise atual envolve o recrudescimento de condutas ilegais no judiciário. Prisões temporárias sem provas são usadas como forma de pressão por confissões. Aumenta-se a repressão às manifestações populares, especialmente com tentativas de criminalização dos movimentos sociais e de seus dirigentes. Persegue-se docentes, estudantes e jornalistas, enquanto se fortalece valores morais conservadores comprometidos com a perseguição a minorias e o fundamentalismo religioso.

Finalmente, enquanto figurava no primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, Lula é preso e excluído das eleições em 2018. Juiz responsável pelo frágil processo, Sérgio

⁵⁴ Original: “The media were crucial in motivating the middle class to take the uncustomary step of demonstrating en masse, by actively construing its reasons to do so” (van Dijk, 2017, p. 203).

Moro⁵⁵ viria a integrar como Ministro da Justiça o governo do novo presidente, ao qual sua magistratura ajudara a eleger. Trata-se do outrora segundo colocado nas intenções de voto, Jair Messias Bolsonaro. Em meio a essas circunstâncias, a partir da crise pré-2016, mas especialmente em seu período posterior, a intolerância passa a ser uma questão em voga:

temos um nível de intolerância na sociedade que é inédito: artistas e políticos sendo agredidos verbalmente nas ruas e nas redes sociais; discursos de tolerância e diversidade sendo revertidos por propostas de legislação sobre a família ou pela defesa, por setores da mídia, de uma agenda antidireitos e anti-igualdade de gênero. (Avritzer, 2018, p. 275)

Enquanto a ultradireita toma a hegemonia sobre as outras expressões da direita nacional, a esquerda se encontra em uma crise de práxis composta por uma severa fragmentação e pela ausência de novas forças capazes de ocupar o vácuo deixado pela decadência petista (S. Fernandes, 2019). Conforme apresenta Sabrina Fernandes (2019), o cenário brasileiro enfrenta duas formas crescentes de despolitização, a pós-política e a ultrapolítica. A pós-política parte da negação dos conflitos e das disputas, subordinando a política a noções tecnocráticas de imparcialidade que tomariam as agendas a serem seguidas como fatos autoevidentes. A autora cita como uma posição conservadora legitimada via pós-política o movimento Escola Sem Partido⁵⁶, e no campo neoliberal a visão de governança eficiente de mercado supostamente neutra, como as agendas definidas via Banco Mundial.

Parte relevante do discurso pós-político diz respeito às ideias de radicalismo e extremismo como qualificadores de algo contraditório ao senso comum, à razoabilidade e à tolerância. Explicitações de antagonismos, conflitos e disputas recebem essa qualificação. Simultaneamente, é negada “a existência de extremismos e radicalismos fundamentados na

⁵⁵ Em 2021, o Supremo Tribunal Federal viria a reconhecer a parcialidade e as motivações políticas de Sérgio Moro na condenação de Lula.

⁵⁶ Sobre o projeto Escola Sem Partido, consultar a tese de doutorado de Diego Mansano Fernandes (2020).

defesa do status quo, do capital e das estruturas de opressão” (S. Fernandes, 2019, p. 219). Com a intensificação do fenômeno da pós-política, a valoração de uma noção idealizada de tolerância serve de pretexto para que se invalide tentativa de autodefesa ou denúncia por parte de pessoas oprimidas: confrontando o opressor, o oprimido é quem estaria demonstrando *intolerância* (S. Fernandes, 2019).

Tais tendências fortalecem um moralismo dicotômico e superficial, que vem a ser apropriado pela ultrapolítica. Na ultrapolítica, uma orientação fundamentalmente polarizada e dicotômica torna os conflitos em *guerra política*, sob uma figura do outro como inimigo: “Se na pós-política o antagonismo é esvaziado em favor da tecnocracia democrática-liberal, na ultrapolítica o antagonismo é substituído por ódio, por medo e pela gestão do pânico pela via conservadora e de forma autoritária” (S. Fernandes, 2019, p.255).

A noção de democracia é mistificada na pós-política como algo reduzível a ritos e processos tecnocraticamente estabelecidos, enquanto na ultrapolítica a democracia é desprezada, em favor de que se governe somente pelos interesses dos seus. Desse cenário se depreende uma crescente polarização social de base moral, que acirra uma crise que se estende para além da política institucional, embora passe por ela:

A crise pela qual passa o país tanto ocorre no plano do sistema político como também deslizou para as relações interpessoais, sobretudo da população mais mobilizada politicamente. Na conjuntura atual, muitos brasileiros — pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção a política nacional — têm experienciado por um tempo prolongado divergências políticas e morais que tensionaram laços de amizade, de trabalho e de família. Em especial, as redes sociais digitais potencializaram ainda mais os conflitos interpessoais. (Almeida, 2019, p. 209)

A eleição de Bolsonaro e o fenômeno do bolsonarismo acontecem nesse cenário de despolitização, tanto por vias da pós-política quanto da ultrapolítica. Seu desempenho eleitoral

encontra raízes em um momento de ápice do antipetismo (sobretudo via a o discurso anti-corrupção), de intolerância pessoal exacerbada, de apelo à moralidade de costumes e discursos antissistema e antiestado. A essas condições somam-se a prisão de Lula (substituído na candidatura por Fernando Haddad), o uso massivo de produção e propagação de notícias falsas, boatos e teorias da conspiração por meio do uso das redes sociais e um cenário de ascensão internacional da ultradireita (Almeida, 2019; Mariano & Gerardi, 2019).

Sua base se fortalece com a aproximação dos meios religiosos, usando de leituras fundamentalistas que alimentavam o antipetismo sob a concepção de que a esquerda iria “implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família” (Mariano & Gerardi, 2019, p. 69). O pânico moral foi promovido via notícias falsas, especialmente por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*: “incluindo a mamadeira erótica distribuída em creches pelo PT e as imagens de Haddad com brinquedo sexual do ‘kit gay’ e a de Manuela D’Ávila, sua vice, vestindo camiseta com a estampa ‘Jesus é travesti’” (Mariano & Gerardi, 2019, p. 73).

O ataque às populações oprimidas por raça, gênero, sexualidade e classe compõe o projeto político da gestão de Bolsonaro, assim como é tomado como pauta de mobilização de sua base de apoio. O discurso de ódio e pânico moral promovido na campanha foi cumprido desde o início do mandato, “sem dar tréguas aos trabalhadores em geral, aos negros, aos indígenas, a GLBTTs e aos movimentos sociais e sindicais” (Silva, Pires & Pereira, 2019, p. 6). O Governo intensifica ainda mais as tendências autoritárias e antidemocráticas que já vinham se apresentando na crise brasileira (Ximenes et al., 2019).

O primeiro escalão de Bolsonaro mantém a tônica bélica e ultrapolítica em relação a estudantes, profissionais da educação, jornalistas e artistas, com ataques diretos às universidades, principalmente as públicas (Zaak Saraiva, 2019). Com isso, educação, ciência e tecnologia passam por um desmonte de suas políticas de Estado, com cortes progressivos de

orçamento. Somam-se as tentativas de supressão de dados desfavoráveis ao governo, como o caso da “demissão de Ricardo Galvão do comando do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em represália à divulgação dos dados alarmantes sobre o desmatamento na Amazônia Legal” (Zaak Saraiva, 2019, p. 2); e a nomeação de interventores para a reitoria de universidades e institutos federais: “chegou-se ao cúmulo de indicar à reitoria um candidato que obteve somente 4,6% dos votos na consulta pública a estudantes, técnicos e professores” (Zaak Saraiva, 2019, p. 2).

Conforme discutido por Nuria Giniger e Rocco Carbone (2020) ao tratarem especialmente do caso argentino, esse padrão (tratado sob a alcunha de científicídio) não é exclusividade brasileira, e já vinha se apresentando em outros países da América Latina:

As linhas de produção científico-tecnológica que haviam começado a se fortalecer agora estão truncadas pela falta de subsídios sérios e pela impossibilidade de os pesquisadores que estão se formando nessas linhas se incorporarem permanentemente ao trabalho científico. Tudo isso devido ao encerramento (progressivo) da carreira do pesquisador científico. Isso vai diretamente contra a construção de uma agenda científica do nosso país e da nossa região, em linha com o desenvolvimento do pensamento crítico, indissociável da C&T [ciência e tecnologia].⁵⁷ (Giniger & Carbone, 2020, p. 200)

Dentre os aspectos da crise diretamente vinculados à forma e os efeitos do científicídio empreendido pelo governo atual, são especialmente relevantes aqueles que se relacionam à pandemia de COVID-19 iniciada em 2020 (Malta, Murray, da Silva & Strathdee, 2020). Com

⁵⁷ Original: las líneas de producción científica-tecnológica que habían comenzado a fortalecerse ahora quedan truncas por falta de subsidios serios y por la imposibilidad de que aquellos investigadores que se están formando en esas líneas se incorporen de forma estable al trabajo científico. Todo esto se debe al cierre (progresivo) de la carrera del investigador científico. Esto atenta directamente contra la construcción de una agenda científica propia de nuestro país y nuestra región, en línea con el desarrollo del pensamiento crítico, indisociable de la CyT. (Giniger & Carbone, 2020, p. 200)

o número de mortes no país alcançando as centenas de milhares na maior crise sanitária do século, o uso responsável do conhecimento científico torna-se uma questão de sobrevivência.

Bolsonaro tem mantido a estratégia ultrapolítica mesmo nessas circunstâncias, incentivando teorias conspiratórias e a rejeição por parte de seus apoiadores às recomendações de cientistas e profissionais de saúde. Repetidas vezes o presidente minimizou a crise, expôs outras pessoas a riscos por meio do contato sem máscara, incentivou e participou de aglomerações em manifestações a favor de seu governo e divulgou informações falsas. A tônica é de ofensiva contra políticas de distanciamento social, testagem e vacinação da população. A alternativa defendida é a da contaminação em massa, em nome de uma “imunização de rebanho”, e o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes (Calil, 2021; Nexo Jornal, 2021).

A questão não se encerra no campo da propaganda e do discurso, pois a gestão pública de Bolsonaro exige a rejeição total da aplicação do conhecimento científico a favor da gestão da crise. Optando pela manutenção do engajamento de seus apoiadores por meio da polarização bélica entre quem adota o negacionismo e aqueles comprometidos com as orientações de especialistas para o enfrentamento à pandemia, Bolsonaro escolhe o genocídio deliberado como itinerário⁵⁸.

Esse caminho acaba por intensificar a necessidade do envolvimento de cientistas das mais diversas áreas no debate público. Tudo isso em circunstâncias de crise da democracia liberal, com tendências neogolpistas; intensificação da política econômica neoliberal e desmonte dos investimentos em educação, ciência e tecnologia desde 2014; uma crise financeira distante de acabar e que atinge especialmente as populações mais vulneráveis; ascensão de uma onda de direita internacional com tendências neofascistas; reestabelecimento

⁵⁸ Os diferentes interesses envolvidos nessa escolha seguem sendo investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Link: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>

de políticas de subserviência aos Estados Unidos, fortalecidas por meio da guerra híbrida contra países latino-americanos; manipulação informacional com estratégias generalizadas de propagação de notícias falsas e teorias da conspiração; despolitização do debate público por meio da pós-política e da ultrapolítica; pânico moral, fundamentalismo religioso e perseguição a populações oprimidas e marginalizadas; e de fragmentação de um campo de esquerda incapaz de comunicar outras possibilidades à população.

Traçando esse rápido panorama a respeito da cronologia que nos situa na crise atual, é possível notar aspectos de um país marcado por severas desigualdades sociais estruturais. No campo exterior essas relações se expressam na continuidade da dominação imperialista estadunidense, focada na manutenção da dependência tecnológica e intelectual dos países latino-americanos e da subordinação das burguesias locais em relação ao capital estrangeiro. No campo interno, as desigualdades garantem a inviabilidade da participação popular nas decisões políticas por meio da hegemonia midiática, de aparatos jurídicos e institucionais e do golpismo sempre à espreita frente a qualquer sinal de conquista social. O acirramento dos conflitos sociais acontece de forma cada vez mais explícita, por meio dos ataques da ultradireita aos direitos sociais e às populações oprimidas.

Embora seja necessariamente diferente da crise colombiana dos anos 1970, o cenário brasileiro atual é de crise generalizada. Assim como no passado, o reformismo falhou, resultando em um recrudescimento das desigualdades sociais e da dominação. Novamente, sobram indícios de que ganhos sociais pontuais não se sustentam sem a ruptura com as estruturas do poder hegemônico e, especialmente, a garantia de um projeto político de participação popular. A academia científica está envolvida nas causas e nos efeitos da crise, e a necessidade da tomada de posição e da aproximação em relação às populações oprimidas torna-se explícita, talvez mais do que nunca.

Síntese conceitual: noções de ciência própria e subversiva no Brasil contemporâneo

Conforme o itinerário interpretativo apresentado em seções anteriores, podemos compreender a noção de ciência própria a partir de uma articulação entre autonomia intelectual e compromisso-ação. Definir ciência própria, então, exige a caracterização desses conceitos.

Autonomia intelectual é uma situação oposta ao colonialismo e à servidão intelectual. Como uma forma de dominação político-cultural sobre outros povos, o colonialismo intelectual é caracterizado pela imposição de critérios e referências que universalizem as experiências de produção e acumulação do conhecimento a partir dos interesses dominantes.

A condição vivida pelos povos dominados por essa estratégia colonialista é a servidão intelectual. Esta é caracterizada por práticas de mimetismo, reproduzindo modelos intelectuais inapropriados à realidade local, e também pela consequente contribuição aos interesses e à acumulação de conhecimento do povo dominador, em detrimento às necessidades e interesses do próprio povo.

Autonomia intelectual, desse modo, diz respeito à produção e acumulação de conhecimento que tenha como base critérios próprios da sociedade local, inclusive quando houver transplantes conceituais e o uso de referências estrangeiras. Uma produção intelectual autônoma e independente pode resultar em contribuições à ciência em nível universal, mas isso não seria a sua prioridade e apenas ocorreria como consequência do trabalho comprometido localmente.

Compromisso-ação, por sua vez, é uma atitude oposta ao compromisso-pacto. Atitudes de subserviência e concessões aos interesses dominantes, relacionadas a noções de neutralidade científica, universalidade do conhecimento e separação entre ciência e política, configuram o compromisso-pacto. Sua vigência leva à ideia de que a defesa do sistema social dominante seria uma posição objetiva, como atitude neutra e desinteressada por parte de cientistas e

intelectuais. De forma consciente ou não, o compromisso-pacto contribui com a manutenção do *status-quo*, seja por ação ou omissão.

O compromisso-ação nega o desinteresse, assumindo a relação indissociável entre ciência e sociedade e direcionando os esforços práticos e teóricos a uma causa política específica. Distanciando-se da identificação entre a objetividade e as noções de neutralidade ou desinteresse, o compromisso-ação envolve a compreensão de que os valores e as consequências práticas na realidade social fazem parte da ciência. Sendo assim, elucidar os compromissos implicados nos empreendimentos científicos seria necessário à rigorosidade científica e enriqueceria sua objetividade, ao invés de negá-la.

Definida pela tomada ativa e consciente de posição no empreendimento científico e no comprometimento com uma causa política específica, a noção de compromisso-ação não é delimitada a uma única expressão política. Embora Fals Borda (1971) defenda o compromisso-ação especificamente voltado a valores de libertação e revolução, o conceito envolve, basicamente: (1) uma dimensão de práxis, como união entre teoria e prática a fim de produzir determinado efeito na realidade; (2) um critério de objetividade que exige a elucidação e a explicitação dos compromissos e valores implicados em sua prática científica; e (3) o estabelecimento de grupos-chave, que devem servir como referência e fonte de demandas e apoio ao empreendimento científico e à efetivação de suas causas.

De cada um desses aspectos depreendem-se exigências ao trabalho científico que se organizam de acordo com as especificidades de cada compromisso, com o contexto sócio-histórico vivido e com a própria disciplina científica empreendida. Entre essas exigências de trabalho, é de especial importância a questão do desenvolvimento de metodologias que deem conta do emprego coerente do compromisso-ação. Os métodos adotados necessitam de formas de garantir a unidade entre teoria e prática ao longo dos processos de pesquisa e ação; de garantia à atenção crítica e reflexiva a respeito dos valores de quem pesquisa, acompanhando

o empreendimento de maneira transversal; além de formas de integração e colaboração com as comunidades reconhecidas como grupos-chave, o que exige especial cuidado ético e rigor.

Nas especificidades dos países latino-americanos, possibilidades de uma ciência própria exigem a constituição de uma ciência subversiva. Uma ciência subversiva envolve um direcionamento a valores de ruptura com um determinado *status quo*, em prol da construção de novas possibilidades de existência.

No que diz respeito à autonomia intelectual, a necessidade da subversão parte do reconhecimento do aspecto de servidão intelectual vigente, o que exige a ruptura com o padrão dominante da produção científica, sua dinâmica geopolítica colonialista e suas regras do jogo universalizadas a partir das experiências de países desenvolvidos. A subversão intelectual necessária envolve o reconhecimento das formas de saber endógenas de cada sociedade, a valorização dos potenciais de originalidade e criatividade dos povos locais e o tratamento de temas e problemas pouco reconhecidos pela ciência hegemônica. Entre outras coisas, envolve também a rejeição às delimitações dogmáticas entre as diferentes disciplinas científicas, que afastam compreensões integrais e complexas a respeito do indivíduo e da sociedade.

No campo do compromisso-ação, os valores revolucionários de ruptura social e o comprometimento com a libertação dos povos oprimidos seriam necessidades decorrentes do contexto latino-americano de desigualdade e dominação internas e externas. A exigência pelo posicionamento em relação a esses contextos se torna ainda mais explícita em momentos de crise estrutural, nos quais a negação dos conflitos sociais se torna inviável mesmo para aqueles que exerçam compromissos-pacto. A circunstância de crise tem o papel de fortalecer a viabilidade das rupturas sociais, percebidas como possibilidade iminente em momentos de acirramento dos conflitos sociais.

As propostas de Fals Borda (1971) não nos oferecem um conjunto de temas e procedimentos a serem aplicadas na realidade atual para que alcancemos uma práxis científica

própria e subversiva. Suas teses proporcionam contribuições para o esforço de avaliação da qualidade do compromisso exercido na produção e difusão do conhecimento científico. A apresentação formal de uma ciência própria e subversiva dependerá do vínculo estabelecido com os grupos-chave e suas necessidades locais.

Contextualizando a análise à realidade atual, populações historicamente vinculadas às pautas anti-opressão compõem, junto à classe trabalhadora em geral, grupos-chave em potencial. Mais do que a adoção de palavras-chave familiares aos debates e movimentos anti-opressão, anticapitalistas e anti-imperialistas, trata-se de uma práxis de compromisso-ação que oriente a produção de conhecimento em amplo aspecto.

O conteúdo de suas teses não envolve apenas dimensões políticas da ciência, mas também as formas como questões epistemológicas, ontológicas, metodológicas, éticas, históricas e contextuais interagem com os determinantes e as consequências políticas do empreendimento científico. A atenção a essas interações, por sua vez, não significa uma derivação necessária entre teses intelectuais e posições políticas, mas a necessidade de uma leitura contextualizada que não disfarce os compromissos envolvidos na prática de cientistas.

Na severa crise política atual, não há indicativos de circunstâncias pré-revolucionárias, no entanto essa constatação não deve ser tomada como um desestímulo à ciência comprometida. Pelo contrário, as ameaças presentes tornam a resistência e o enfrentamento em necessidades urgentes. A esperança em possibilidades transformadoras de uma nova antielite se demonstra insustentável, o que favorece o comprometimento com a ação popular como horizonte político.

É necessária uma nova relação entre ciência e maiorias populares, que esteja orientada à construção coletiva de novas possibilidades de existência. Cientistas não trarão as grandes respostas ou deverão tomar a frente dos processos políticos, mas devem possibilitar que as potencialidades emancipatórias do conhecimento produzido e acumulado estejam a serviço da

população (e não contra ela). Cientistas e sociedade não são entes separados, e a dissolução desse distanciamento é uma responsabilidade histórica.

Algumas considerações podem ser apresentadas. Uma ciência própria e subversiva, no contexto atual, deverá caracterizar os problemas sociais a serem enfrentados com base nos interesses das maiorias populares e das populações oprimidas. A identificação da origem dos problemas não pode ignorar os aspectos estruturais e históricos responsáveis pelos desafios enfrentados na sociedade atual. O ideal é a articulação de possibilidades para que aqueles prejudicados pelas mazelas sociais sejam capazes de intervir, enquanto a aposta em soluções operadas verticalmente, tomando como base apenas a figura de especialistas, deve ser recebida com a devida precaução. A negligência aos problemas que atingem a população é algo a ser evitado, assim como a mera exposição das adversidades sem nenhuma orientação propositiva.

Uma ciência que negue ou ignore os conflitos sociais, ou que se isente de tomar posição frente aos grandes antagonismos, tenderá a servir à despolitização que aproxima a ciência dos compromissos-pacto. Os valores que orientam a prática científica precisam ser expostos, avaliados e criticados sob perspectivas que valorizem a emancipação humana e a autonomia individual e coletiva.

Necessariamente, o compromisso-ação é politizado, e deverá envolver a aproximação a itinerários políticos voltados à transformação social por meio de mudanças estruturais. Cabe avaliar se os projetos favorecidos contribuirão com a libertação humana frente às condições opressivas, se a ação popular é privilegiada, e se há um comprometimento verdadeiramente anticolonial e anticapitalista em seus horizontes.

Uma ciência brasileira própria e subversiva não deverá contribuir com o afastamento radical entre o conhecimento científico e as outras formas de saber presentes na sociedade, tampouco deverá abrir mão das especificidades que fortalecem as contribuições do saber científico rigoroso. O que se exige é reconhecer o papel e os limites do conhecimento científico

na diversidade do diálogo coletivo e na construção emancipatória e contínua do senso comum. É preciso uma posição colaborativa na relação entre as diferentes disciplinas da própria ciência, evitando fragmentar o conhecimento acumulado e as possibilidades de compreensão e intervenção na realidade.

Essas atitudes exigem o abandono de visões mistificadas e idealizadas sobre o comportamento de cientistas e suas formas de compreender o mundo. Teses que neguem as dimensões sociais, contextuais e históricas da produção do conhecimento favorecem as ideologias responsáveis por justificar as situações coloniais.

Essa ciência própria e subversiva, assim, precisa ter em vista as especificidades do contexto local, tomando suas necessidades próprias como critério de trabalho. A localização dos saberes é igualmente necessária para a apropriação do conhecimento proveniente de outros lugares, sem que se prossiga tomando a experiência dos povos colonizadores como referenciais universais. Tal ciência nem mesmo poderá existir, é claro, sem uma luta imediata e contínua em favor da sobrevivência e autonomia da produção científica nacional.

Capítulo 2 – Algumas dimensões ético-políticas presentes na literatura comportamentalista radical nacional

Este capítulo tem o objetivo de expor e discutir algumas tendências das dimensões ético-políticas da produção comportamentalista radical brasileira. Os resultados da pesquisa bibliográfica e seus critérios de análise serão apresentados, destacando a quantidade de textos e os termos por meio dos quais eles foram recuperados. O fichamento de conteúdo do material selecionado foi usado como base para a análise qualitativa que segue. Na análise, alguns conceitos relacionados à proposta de ciência própria e subversiva discutida no capítulo 1 são retomados.

Levantamento bibliográfico

A busca foi delimitada com base nas teses de Orlando Fals Borda e voltada a ocorrências dos buscadores nos *abstracts* dos textos. Esses critérios favoreceram uma seleção de materiais que dão alguma centralidade ao compromisso com pautas sociais, instituições e grupos específicos, ou a concepções relacionadas à vida coletiva e às interações entre ciência e sociedade. Não se trata, portanto, de uma amostra representativa da literatura analítico comportamental como um todo. A Figura 1 descreve o processo de busca e seleção das fontes.

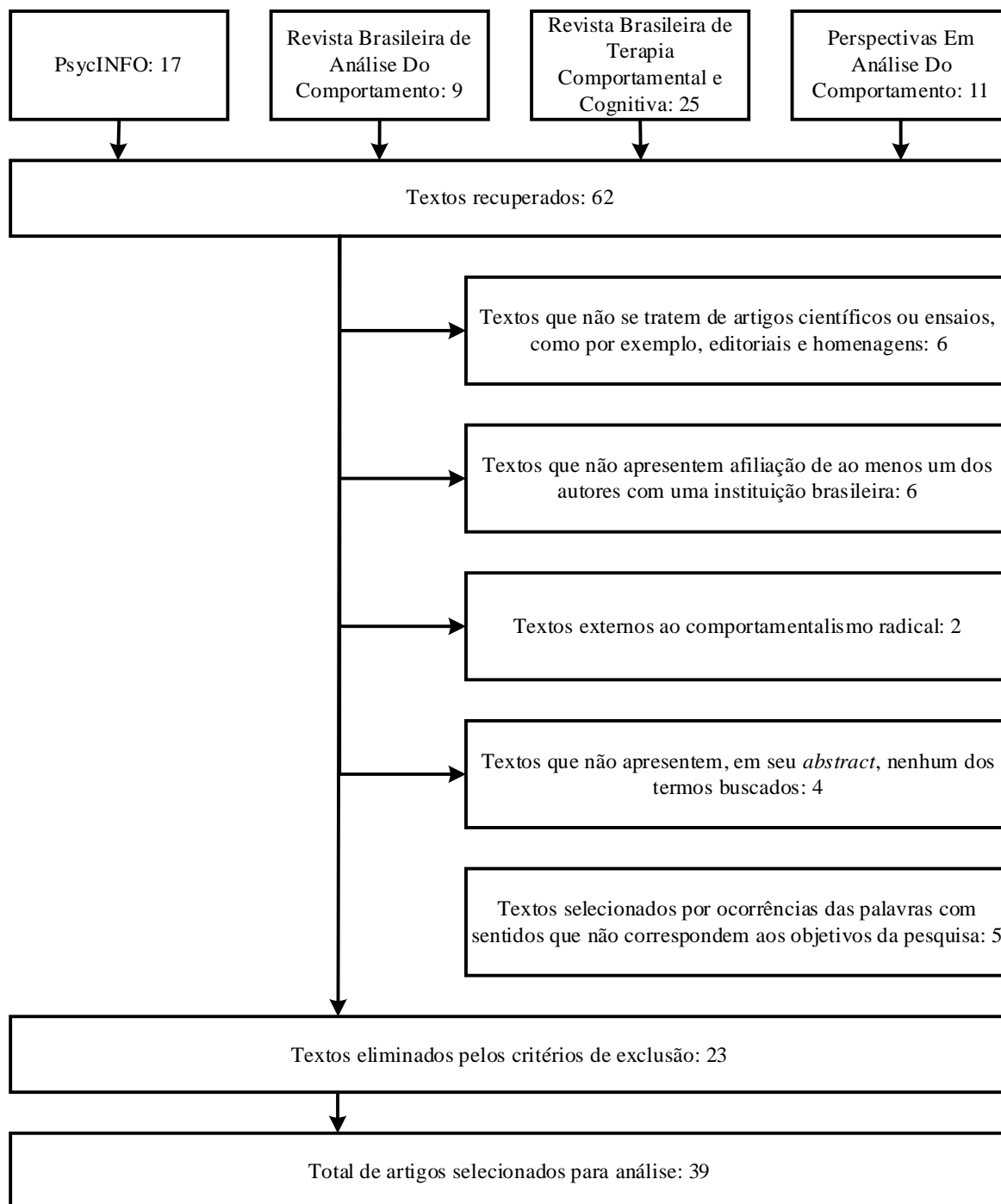


Figura 1: Fluxograma dos artigos selecionados para análise

Foram recuperados 62 textos com o uso das combinações de palavras propostas, sendo 17 na base de dados PsycINFO, nove no *site* da Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 25 no *site* da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva e 11 no *site* da Revista Perspectivas em Análise do Comportamento. O primeiro critério de exclusão eliminou seis textos, que tinham formatos de publicação diferentes de artigos científicos ou

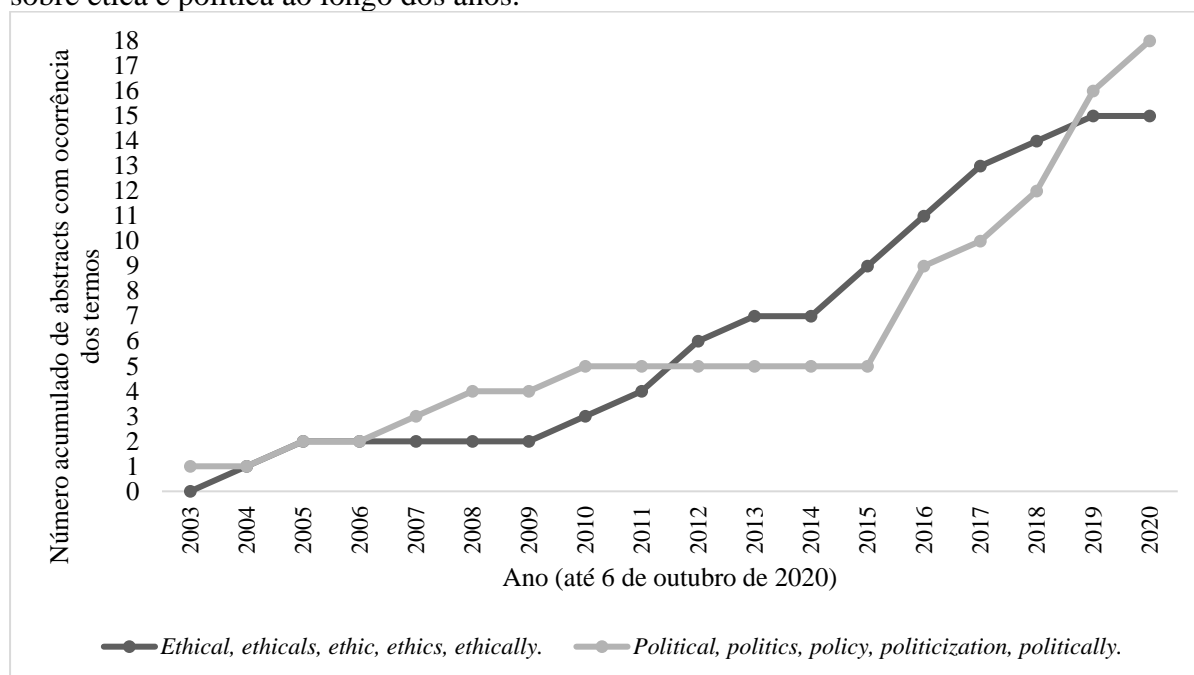
ensaios, como editoriais e homenagens. Foram seis os artigos excluídos por apresentarem apenas afiliação institucional dos autores com instituições estrangeiras, nenhum desses autores era brasileiro. Foi identificado que dois artigos partiam de outras teorias que não o comportamentalismo radical, um deles estava associado à psicoterapia cognitiva (Duchesne, 2001), e o outro à teoria do esquema de Jeffrey Young (Paim & Falcke 2016). Quatro artigos recuperados dos *sites* das revistas nacionais de análise do comportamento não apresentavam, em seus *abstracts*, nenhum dos termos buscados e, portanto, foram excluídos.

Por fim, cinco textos foram excluídos por terem sido recuperados por ocorrências das palavras com sentidos que não correspondem aos objetivos da pesquisa. Um desses textos apresentava a palavra *conflicting* no sentido de um conflito teórico-conceitual (Figueiredo, 2015); um possuía a palavra *revolution* em alusão à ascensão da psicologia cognitiva na academia estadunidense na década de 1950, apelidada de *revolução cognitiva* (Watrin & Darwich, 2012); outro artigo havia sido recuperado unicamente pelas palavras *social issues* presentes no nome da revista *Behavior and Social Issues* (Dal Ben, Camargo, Melo, & Figueiras, 2017); os dois últimos artigos excluídos foram recuperados por ocorrências da palavra *engagement* apresentada em sentido genérico de participar ou envolver-se em uma atividade, fora do sentido político buscado: um dizia respeito ao engajamento dos participantes em um jogo (Suzuki & Souza, 2019), outro ao engajamento de professores em relações de qualidade com seus alunos (Vieira-Santos & Henklain, 2017). No total foram 23 textos excluídos (ver apêndice B), resultando em 39 artigos selecionados para análise (ver apêndice A).

Para além das restrições de conteúdo relacionadas à escolha dos temas que orientaram a busca, o material selecionado também diz respeito a um período específico de publicação. Os textos selecionados estão distribuídos entre os anos de 2003 e 2020. É provável que a falta de textos mais antigos diga respeito às fontes e aos meios de busca utilizados, não permitindo

extrapolações a respeito de períodos de publicação anteriores. A figura 2 apresenta duas curvas acumuladas que dizem respeito à distribuição por ano dos *abstracts* selecionados com alguma ocorrência de termos sobre ética ou política.

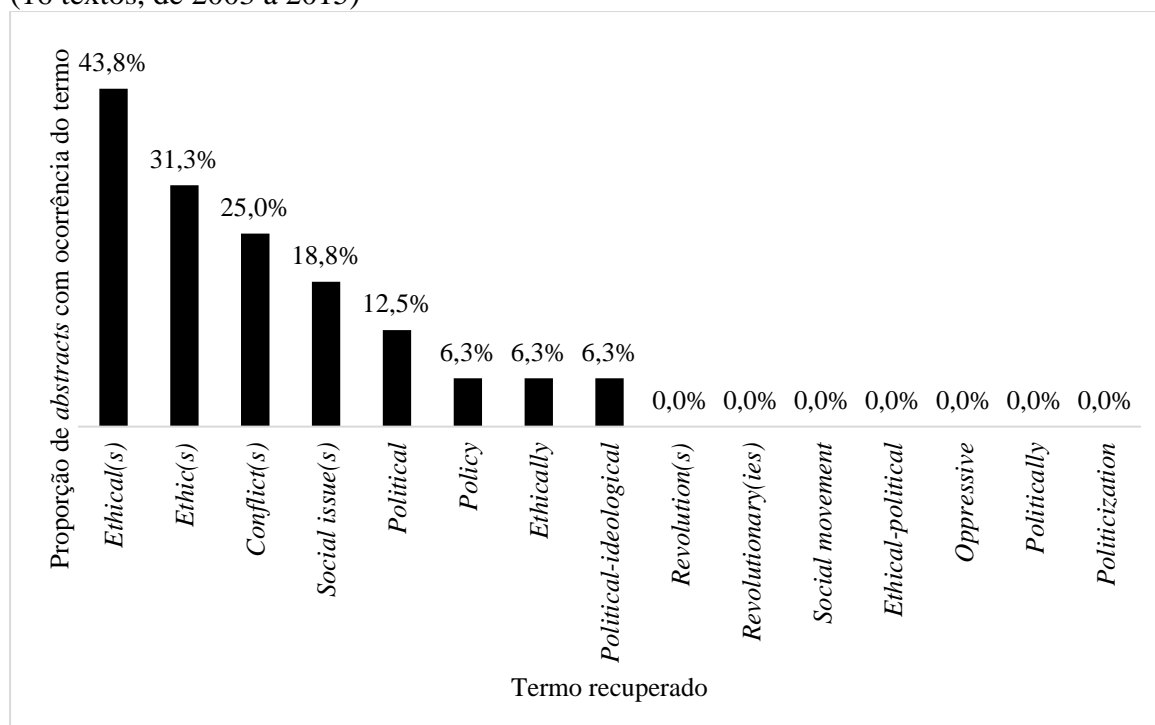
Figura 2: Frequência acumulada de *abstracts* selecionados com alguma ocorrência de termos sobre ética e política ao longo dos anos.



Nota-se dois períodos de estagnação das curvas: não houve textos selecionados com termos sobre ética entre 2006 e 2009, assim como termos sobre política de 2011 a 2015. Publicações com os termos sobre política se mantiveram em um número maior até 2011, acumulando no máximo duas publicações a mais que o outro conjunto. Em 2012 as publicações do conjunto sobre ética passaram a ser maioria, após um crescimento constante iniciado a partir de 2010. Há um rápido aumento no conjunto sobre política que se inicia em 2016. Esse crescimento foi impulsionado por artigos do número especial da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) publicada naquele ano, que celebrava os 50 anos de publicação do texto *¿Servirán los principios conductuales para los revolucionarios?*, de James Holland. O crescimento segue, atingindo um novo pico em 2019, com quatro publicações no mesmo ano.

É possível interpretar algumas tendências das publicações ao longo do tempo. Especialmente, o período de publicação desde 2016 apresenta algumas especificidades, percebidas inclusive na análise qualitativa do conteúdo. Diferenças também podem ser indicadas apresentando a proporção dos termos recuperados em dois conjuntos de texto separados: os publicados entre 2003 e 2015 (Figura 3) ou entre 2016 e 2020 (Figura 4). A Figura 3 apresenta a proporção de *abstracts* selecionados do período entre 2003 e 2015 com alguma ocorrência de cada termo da busca⁵⁹.

Figura 3: Proporção de *abstracts* selecionados com alguma ocorrência de cada termo da busca (16 textos, de 2003 a 2015)



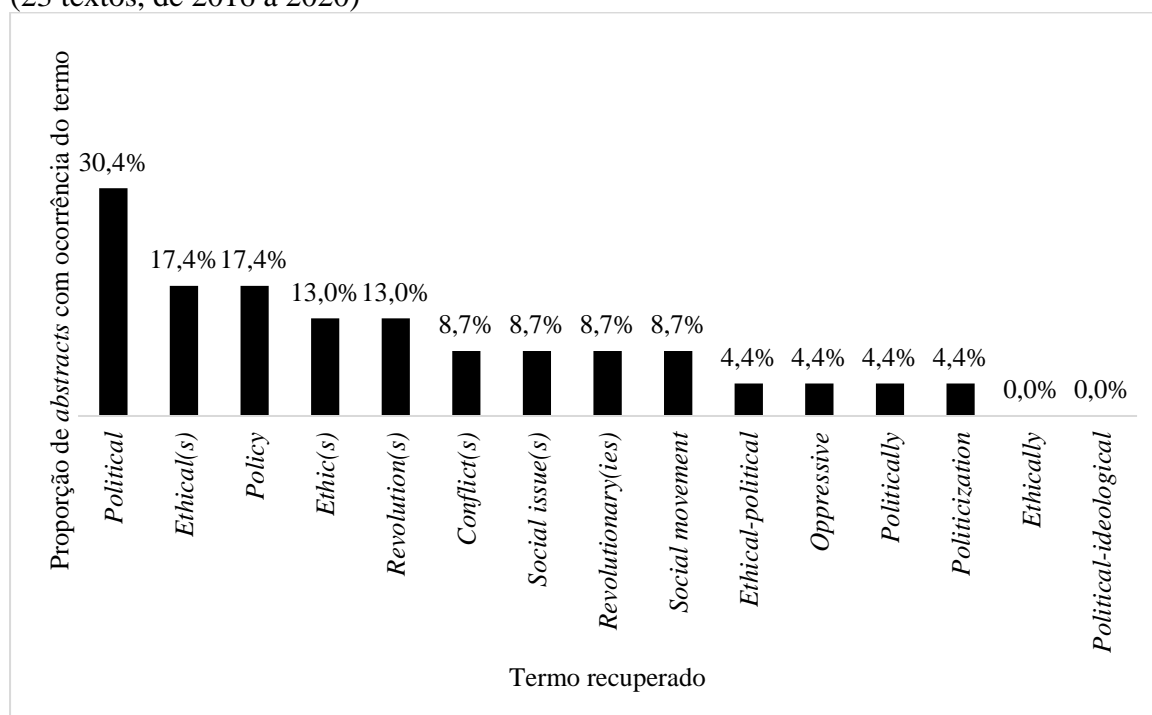
O buscador “*ethic**” teve destaque nesse conjunto, resultando em ocorrências das palavras *ethical* ou *ethicals* em 43,8% dos *abstracts*, *ethic* ou *ethics* em 31,3%, e *ethically* em 6,3%. Os termos recuperados a partir do buscador “*politic**” foram *political*, com proporção de 12,5% e *political-ideological*, com 6,3%. *Conflict* ou *conflicts* apareceram em 25% dos

⁵⁹ Um *abstract* pode conter mais de uma das palavras buscadas, por isso a soma das porcentagens nas figuras 3 e 4 somam mais do que 100%. A proporção de ocorrências de cada termo diz respeito ao número total de *abstracts*.

abstracts. As palavras *social issue* ou *social issues* foram encontradas em 18,8% dos casos, enquanto *policy* teve 6,3% de ocorrências.

A partir do ano de 2016 o número de textos tem um aumento considerável, com os 23 artigos restantes distribuídos do início de 2016 até o primeiro semestre de 2020. A Figura 4 apresenta a proporção de *abstracts* selecionados com alguma ocorrência de cada termo da busca, focando nas publicações desse segundo período.

Figura 4: Proporção de *abstracts* selecionados com alguma ocorrência de cada termo da busca (23 textos, de 2016 a 2020)



Nesse caso, a maior proporção foi de ocorrências da palavra *political*, em 30,4% dos *abstracts*. A palavra *policy* esteve em 17,4% dos casos, bem como *ethical(s)*. *Ethic(s)* teve uma proporção de 13%, assim como *Revolution(s)*. *Conflict(s)*, *social issue(s)*, *revolutionary(ies)* e *social movement* apareceram em 8,7% dos *abstracts* cada. Por fim, foi de 4,4% a ocorrência das palavras *ethical-political*, *oppressive*, *politically* e *politization*. Os buscadores “*engagement*”, “*scientist behavior*” e “*social commitment**” não tiveram ocorrência em nenhum dos artigos selecionados, em qualquer período de tempo.

Tais variações não são o foco da pesquisa atual, mas podem indicar possíveis mudanças nas tendências da comunidade analítico-comportamental ao longo dos anos. Uma busca direcionada especificamente as essas questões poderia estabelecer relações entre os temas escolhidos e as mudanças políticas vividas, especialmente no que diz respeito à crise brasileira atual. Conforme alguns apontamentos serão apresentados nas seções seguintes, o aumento à menção de termos sobre política parece ser acompanhado uma mudança no tratamento à temática.

Análise qualitativa dos textos selecionados⁶⁰

Os 39 textos selecionados tiveram seu conteúdo analisado com base em nove tópicos de interesse: menção a conflitos sociais; caracterização de problemas; localização dos temas; perspectivas de resolução de problemas; dimensões éticas; outras formas de conhecimento; relações interdisciplinares; comportamento científico; e itinerários políticos. Os tópicos tiveram sua elaboração baseada na discussão prévia sobre as noções de ciência própria e subversiva.

O primeiro tópico diz respeito ao tratamento a conflitos sociais, com a análise de menções ou posicionamentos a respeito de conflitos entre diferentes grupos ou sujeitos. A caracterização de problemas sociais foi analisada com foco não apenas em quais foram os problemas mencionados, mas também em quais sujeitos eram afetados por aquilo que está sendo caracterizado pelos autores como um problema, possíveis justificativas para essa caracterização, e apontamentos sobre condições ou atores responsáveis pela existência do problema.

⁶⁰ As seções da análise qualitativa têm o objetivo de descrever conjuntos de teses, posicionamentos e modos argumentativos encontrados nos textos. Em cada seção são citados apenas os textos utilizados na redação, o que não significa que as mesmas ideias (ou ideais semelhantes) não estejam presentes em outros artigos analisados.

A localização dos temas discutidos é analisada no terceiro tópico, dizendo respeito à descrição de questões como específicas de um contexto local, além de explicações sobre qual contexto seria esse e quais as implicações práticas e/ou teóricas dessas especificidades. O quarto tópico trata das perspectivas apresentadas para a resolução dos problemas, com destaque à distinção entre lógicas de transformação ou de ajustamento social, além da especificação de quem seria responsável por possíveis soluções apresentadas. A análise de dimensões éticas parte de declarações sobre os valores éticos da ciência ou de cientistas.

Os sexto, sétimo e oitavo tópicos estão diretamente relacionados e resultaram em menos material que os demais, motivo pelo qual foram condensados e sua análise foi feita em conjunto. O sexto tópico trata de enunciados sobre a relação com outras formas de conhecimento, para além do saber científico. Afirmações sobre relações interdisciplinares entre a análise do comportamento e outras áreas do conhecimento científico dizem respeito ao sétimo tópico. No oitavo tópico o foco são menções a variáveis que afetem o comportamento de cientistas ou especialistas. Por fim, o tópico nove é voltado aos itinerários políticos mencionados e caracterizados no texto, como movimentos políticos, movimentos sociais ou filosofias políticas.

Sobre conflitos e antagonismos sociais

O tratamento dado aos conflitos sociais nos textos traz informações sobre suas dimensões políticas, por meio da caracterização das disputas entre diferentes grupos e atores. Nos textos analisados, houve destaque a caracterizações de conflitos de interesses entre controladores e controlados (Abib, 2016; Bogo & Laurenti, 2012; Carrara, 2016; Dittrich, 2019; Flores Júnior & Córdova, 2019; Pessotti, 2016; Santos, Garbelotti & Lopes, 2016), podendo aparecer também em termos de uma elite controladora e uma população controlada. Outro grupo de textos foca no modo como certos conflitos entre os interesses de detentores do

poder e as demandas populares ocorrem em contextos institucionais (Carrara & Fernandes, 2018; Fernandes & Rezende, 2016; Gusso, 2019; Morais, Melo & Souza, 2017). Podem ser identificados também tratamentos a conflitos relacionados a noções de egoísmo e altruísmo ou competição e cooperação (Bogo & Melo, 2019; Fidelis & Faleiros, 2017), ou à noção de opressão de gênero (Couto & Dittrich, 2017; Freitas & Morais, 2019; Laurenti, de Jesus, Nogueira, de Sales, Risolia & Strapasson, 2019).

Conflitos entre controladores e controlados

As discussões encontradas a respeito do conflito entre controladores e controlados costumam ocorrer em referência ao trabalho do psicólogo estadunidense James G. Holland, com um posicionamento favorável ao combate às relações de controle estabelecidas. Trata-se de um antagonismo definido com base na própria teoria comportamentalista, enfatizando o poder de manipulação das variáveis controladoras do comportamento das pessoas e, principalmente, as disparidades desse poder.

O texto de Alexandre Dittrich (2019) apresenta críticas de James Holland ao sistema capitalista e à sociedade estadunidense, com ênfase na organização hierarquizada e estratificada, em contingências favoráveis à competição e ao egoísmo, e no controle da elite sobre o comportamento da maioria da população. Os conflitos sociais entre controladores e controlados são relacionados, nesse caso, à divisão por meio de hierarquias de classe. A manutenção dessas hierarquias seria favorecida pelo mentalismo, construindo uma lógica de que “se os ricos e poderosos merecem o que têm por suas qualidades pessoais, os pobres e não-poderosos são também responsáveis por seu infortúnio” (p. 5). A análise do comportamento também tenderia a servir a essa manutenção quando suas técnicas servem a quem detém o poder de controle, e não aos sujeitos controlados.

Preocupações similares são discutidas por Anne Carolynne Bogo e Carolina Laurenti (2012). As autoras colocam em pauta o controle das elites sobre a população e a tendência de que profissionais da psicologia sejam chamados para favorecer a manutenção do *status quo*, os interesses das elites e os mitos que justificam essas desigualdades. É especificado o risco mencionado por James Holland: “ao se inserirem no sistema, os analistas do comportamento poderão ter um alto grau de estabilidade e prestígio, e, em função dessas condições, poderiam facilmente acreditar que merecem esse reconhecimento devido à sua inteligência superior, motivação e direitos” (Bogo & Laurenti, 2012, p. 963).

Cândido Rocha Flores Júnior e Lucas Ferraz Córdova (2019) afirmam que “os frutos problemáticos de formas de controle social díspares ou desiguais é um tema do qual uma ciência do comportamento humano não pode se eximir” (p. 252), e defendem uma perspectiva comportamentalista radical que se oponha à dominação e à opressão. Identificando a possibilidade opressiva dessa disparidade de poder de controle, os autores tratam os controlados como *maioria populacional* ou *população oprimida*. É dado destaque especialmente ao poder monopolizado por instituições ou agências de controle organizadas, questionando o papel de analistas do comportamento nesse conflito:

cria-se espaço para o questionamento das implicações a longo prazo relacionadas ao trabalho junto às grandes agências de controle, sejam de estado ou mercado, no delineamento de práticas culturais. Em que medida não estaríamos refinando o controle exercido pelas instituições sobre a população oprimida? Como o especialista, mesmo que pessoalmente comprometido com a autonomia da população, poderia impedir que a instituição, cujo poder de controle é muito mais amplo que o seu próprio, não acabe por usar o controle de forma a oprimir a população? (p. 539)

Kester Carrara (2016) traz essa discussão ao campo da produção e difusão do conhecimento científico. O autor aponta como “as primeiras instâncias que têm acesso aos

novos desenvolvimentos científicos são justamente as instâncias que detêm o poder (econômico e político especialmente)” (p. 90). Essa seria mais uma situação a favorecer a manutenção do *status quo*. Apontando a problemática da concentração de poder de controle social, o autor afirma que o acesso à tecnologia e à informação se daria “justamente acompanhando a arquitetura piramidal da organização social na maior parte do mundo” (p. 91).

O papel político da informação a respeito das estratégias de controle do comportamento é central no texto de Isaias Pessotti (2016). O itinerário defendido pelo autor diz respeito ao enfrentamento aos controladores por parte dos controlados, o que deveria envolver o acesso ao conhecimento sobre o controle: “enquanto o conhecimento dos processos de controle não chegar aos governados, a força dos governos crescerá imperturbada” (p. 103).

As reflexões de Pessotti (2016) adotam um tom anarquista, envolvendo um enfrentamento a toda forma de controle. A organização política das democracias ocidentais é apresentada como uma forma disfarçada de controle, que teria a função de dificultar revoltas, as quais seriam “o contracontrole exercido pelos controlados” (p. 98). Apesar de não fazer uso da força bruta, essa forma de controle não deixaria de ser coercitiva. O autor afirma que essas teses seriam corroboradas pelos textos skinnerianos, mas ressalta que Skinner não aponta formas de abuso do poder para além do uso da força, como seria o caso do poder econômico.

José Antônio Damásio Abib (2016) relaciona a discussão à obra de Martín-Baró, afirmando que tanto sua perspectiva quanto a de Holland seriam avessas às elites e aos opressores. A psicologia da libertação envolveria a “opção preferencial pelos pobres” (p. 29) e a investigação psicossocial sobre os oprimidos. Seria um movimento de deslocar o olhar para o povo latino-americano, ao invés de aos seus opressores. Nesse caso, a psicologia seria delineada a partir do analfabeto (na psicologia educativa), do desempregado (na psicologia do trabalho), e do marginalizado (na psicologia clínica). Holland faria esse deslocamento em direção às *pessoas* e não às elites que as controlam. Abib afirma, então, que “em ambos os

casos, o movimento é de distanciamento ou de não-envolvimento com os opressores e com as elites” (p. 31).

Emersson Augusto Paixão dos Santos, Carolina dos Santos Garbelotti e Carlos Eduardo Lopes (2016) mencionam que uma atuação revolucionária por parte de analistas do comportamento envolveria um compromisso com os interesses da população e o enfrentamento ao controle exercido pelas elites. Trata-se de uma lógica que acompanha as discussões sobre controladores e controlados no geral: o compromisso com os interesses dos controlados implicaria no combate à organização social vigente, responsável pela manutenção das disparidades no controle. É possível encontrar nessas caracterizações uma tendência a posicionamentos anti-opressão ou dominação, juntamente a uma orientação subversiva que visa o combate às relações de controle estabelecidas.

Menção a conflitos entre as demandas da população e os interesses de detentores de poder em contextos institucionais

As implicações das disparidades de poder também são discutidas em suas implicações em processos institucionais, especialmente no contexto governamental. Nesse caso, o poder de controle toma formas específicas de recursos econômicos ou influência política sobre diferentes atores.

Helder Lima Gusso (2019) recorre ao conceito de *organização* para discutir conflitos de interesse relacionados à atuação de servidores públicos. O autor esclarece que embora os estados não sejam organizações propriamente ditas, análises organizacionais podem ser usadas para o seu estudo. As organizações seriam um tipo de sistema social muito antigo e muito comum no cotidiano. Toda organização visaria a produção de um resultado específico, “utiliza recursos (humanos, materiais, energéticos, ambientais...) que são da sociedade na qual se

insere, bem como produz externalidades (efeitos ou impactos) ambientais, econômicas e sociais nessa sociedade” (p. 527).

O conflito é dado na medida em que esse objetivo social das organizações não é necessariamente compatível com o de seus membros, especialmente dos gestores que detêm o poder de controle sobre os demais trabalhadores. No caso de funcionários públicos, sua função é cumprir os objetivos do Estado e não de governantes. Desse modo, sua prática deveria ser orientada ao cumprimento da Constituição Federal, mesmo que cumprir esse dever coloque o servidor em conflito com “eventuais desmandos do governo ou de seu chefe” (p. 536). A estabilidade do cargo público teria justamente a função de proteger o servidor em sua atuação frente a esses conflitos. Outro recurso importante seria o controle social sob a atuação de agentes públicos, uma vez que não seria possível “vislumbrar uma redução no desequilíbrio das relações de poder entre governantes, servidores e população, se a população estiver afastada das atividades do Estado” (p. 540).

Kester Carrara e Diego Mansano Fernandes (2018) comentam como o jogo político de troca de favores para a obtenção de apoio nas assembleias legislativas favorece o investimento público voltado aos interesses dos grupos que detêm o poder, em detrimento às “demandas públicas concretas” (p. 7). Essa tendência a não atender demandas dos cidadãos também se estabelece por meio de relações com o setor privado, o que seria favorecido em países nos quais o financiamento privado de campanha ainda é permitido.

Diego Mansano Fernandes e Júnio Vieira de Rezende (2016) ressaltam discrepâncias das elites econômicas sobre a população em geral. As elites seriam beneficiadas nos processos relacionados a decisões políticas e institucionais. Essa constatação era verdadeira nos Estados Unidos de Holland, nos anos 1970, e se intensifica ainda mais ao se contextualizar o Brasil contemporâneo. A participação popular na política brasileira seria limitada pela agenda neoliberal, resultando em apatia pela democracia representativa.

Amanda Oliveira de Moraes, Camila Muchon de Melo e Silvia Regina de Souza (2017) comentam esses conflitos na forma como se relacionam aos juízos de valor, por meio dos quais os comportamentos são classificados “como ‘bom’ ou ‘mau’, ‘certo’ ou ‘errado’, ‘lícito’ ou ‘ilícito’” (p. 48). As autoras comentam como uma das funções dessa prática é “alterar comportamentos em benefício de quem tem maiores possibilidades de manipular variáveis que afetem outros indivíduos” (p. 48). Essa é uma tendência comum às agências de controle, diferentemente dos grupos não organizados, os quais “são assim descritos por raramente formalizar as classificações valorativas dos comportamentos” (p. 48).

É argumentado, desse modo, que “nem sempre, ou talvez quase nunca, as regras ou julgamentos de valor surgem para satisfazer as contingências seletivas de maneira igualitária para os membros de uma cultura” (Moraes, Melo & Souza, 2017, p. 53). O interesse de grandes corporações financeiras ou daqueles que têm o poder de governar poderia ser atendido por meio de leis. Instituições religiosas poderiam ditar normas morais que visem “a obtenção de vantagens, como doação de bens para a instituição” (p. 48). A regra do futebol contra jogadores que tirem suas camisas durante a comemoração de um gol também é usada como exemplo. Esse comportamento não traria prejuízo aos jogadores ou à torcida, mas é punido em prol dos interesses dos patrocinadores, cujos logotipos estão estampados no uniforme: “o momento do gol é de importância extrema para o marketing da empresa, já que a cena será mostrada durante diversas vezes nas mídias” (p. 54).

Essas caracterizações parecem coerentes com os compromissos apresentados nas discussões sobre controladores e controlados, e trazem exemplos objetivos dos efeitos dessas inequidades nos contextos institucionais. Suas discussões podem recorrer menos à linguagem do paradigma operante, tratando de relações de desigualdade e dominação sob outros termos, mas mantém ainda uma ênfase em relações comportamentais.

Conflitos em termos de opressão de gênero

Textos que propõem aproximações entre análise do comportamento e feminismo trazem discussões específicas sobre os conflitos envolvidos na opressão de gênero de homens sobre mulheres. É o caso do artigo de Aline Guimarães Couto e Alexandre Dittrich (2017), que dá centralidade à questão da desigualdade de gênero, indicando uma cultura patriarcal e sexista na qual os interesses de mulheres são subjugados pelos interesses masculinos.

A menção a conflitos sociais no texto de Júlia Castro de Carvalho Freitas e Amanda Oliveira de Morais (2019) diz respeito à dominação masculina. O texto apresenta a concepção analítico-comportamental do gênero como um efeito “do controle diferencial exercido pelos membros de uma cultura” (p.113) ao longo de toda a vida de homens e mulheres. As autoras especificam que esse modo de se relacionar diferencialmente “não produz apenas comportamentos estereotipicamente masculinos e femininos” (p. 113), mas também a dominação masculina, dos homens sobre as mulheres.

Tratando de produção de diferentes repertórios entre meninos (estimulados à iniciativa e a tomar riscos) e meninas (estimuladas a habilidades de cuidado de si e dos outros), as autoras observam que “isso seleciona um amplo repertório feminino não apenas diferente do masculino, mas desigual em termos de acesso a reforçadores, como dinheiro e prestígio social” (Freitas & Morais, 2019, p. 113). A cultura do estupro seria uma parte desse modelo de manutenção da dominação, que caracteriza o patriarcado.

Laurenti e colaboradores⁶¹ (2019) apontam “um sistema de privilégios que favorece os homens em detrimento das mulheres” (p. 252), no qual “*status*, bens, oportunidades, responsabilidades, acesso e controle sobre recursos são distribuídos diferencialmente” (p. 252). A desigualdade de gênero é tomada como a questão central do texto, especialmente em sua

⁶¹ Texto de Carolina Laurenti, Letícia Stephane de Jesus, Larissa Nazario Nogueira, Sarah Corrêa de Sales, Isabelle Wunsche Risolia e Bruno Angelo Strapasson.

expressão na participação acadêmica e científica, na qual a proporção feminina é reduzida conforme se aumenta o grau de prestígio e hierarquia.

São outros exemplos de tratamentos a relações de desigualdade no acesso diferencial a reforçadores e a recursos que permitam maior poder de controle sobre o comportamento. Permanece a caracterização de conflitos desiguais que configuram situações de opressão, bem como a defesa aos interesses de quem detém menor poder. A aproximação ao movimento feminista torna os compromissos políticos ainda mais claros, e favorece a identificação de um possível grupo-chave para a construção de um compromisso-ação.

Discussões sobre egoísmo e altruísmo ou competição e cooperação

As discussões em termos de dicotomias entre egoísmo e altruísmo ou competição e cooperação aparecem com menor frequência, mas ainda assim apresentam interpretações a respeito de conflitos de interesses nas relações sociais. Como um exemplo, Anne Carolynne Bogo e Camila Muchon de Melo (2019) apresentam a diferenciação entre um egoísmo natural, que diz respeito “à tendência das pessoas de acumular bens para si” (p. 280), e um egoísmo ético, que “ocorre quando alguns passam a ter menos do que precisam porque outros tendem a acumular os bens, ou quando há exploração por interesses individuais ou de classe de indivíduos ou grupos sociais.” (p. 280).

O texto de Dafne Pavanelli Fidelis e Pedro Bordini Faleiros (2017), por sua vez, é uma revisão sistemática de experimentos analítico-comportamentais que fizeram uso do Dilema do Prisioneiro, um modelo de jogo que simula uma situação de conflito de interesse entre participantes. Trata-se de uma situação na qual os participantes são prisioneiros que cometeram um crime sem provas e são interrogados sozinhos. O dilema apresentado envolve consequências diferenciais se ambos os prisioneiros se delatarem, se não delatarem, ou se apenas um deles delatar seu cúmplice.

Os autores especificam que as escolhas disponíveis são definidas como cooperação, quando há uma “escolha mútua entre os jogadores que resulta em um reforço maior para o grupo e que também produz um maior reforçador, ao longo do jogo, individualmente para os participantes” (Fidelis & Faleiros, 2017, p. 47); ou como competição, quando há uma “escolha entre os jogadores que resulta em um reforço menor para o grupo e também para os jogadores individualmente, quando comparada com o padrão de escolhas cooperativas que poderiam ser obtidas ao final do jogo” (p. 47). Os experimentos na análise do comportamento utilizando esse modelo investigavam o comportamento social até 1990, a partir de então passou-se a investigar também o tema do autocontrole, e desde 2012 passou-se a empregar o modelo em pesquisas sobre metacontingências.

Trata-se de modelos psicológicos de explicação de conflitos de interesses, nos quais aspectos ou tendências do comportamento individual são classificados de modo a apresentar modelos para a análise de relações mais amplas. Questões sobre competição e cooperação, por exemplo, podem aparecer em discussões sobre o favorecimento a contingências competitivas no sistema capitalista, como nos textos já citados de Abib (2016) e Pessotti (2016).

Sobre diferentes formas de se caracterizar problemas sociais

O interesse a respeito da caracterização dos problemas sociais em um texto envolve tanto a questão de quais são os problemas mencionados quanto a identificação de suas origens e sua relação com diferentes atores sociais. Um modo de caracterização encontrado diz respeito a explicação da origem dos problemas sociais com base em conflitos entre diferentes níveis de seleção ou tipos de consequências do comportamento (Bogo & Melo, 2019; Carrara, de Souza, Oliveira, Orti, Lourencetti & Lopes, 2013; Castro & de Rose, 2015; Holpert, 2004; Lourencetti & Carrara, 2017; Melo, Castro & de Rose, 2015; Morais, Melo & Souza, 2017; Todorov & Moreira, 2004). Há também os casos nos quais a identificação dos grupos atingidos por

determinado problema toma destaque em sua caracterização (Couto & Dittrich, 2017; Freitas & Morais, 2019; Laurenti et al., 2019; Leugi & Guerin, 2016; Maciel, dos Santos, Cruz, Lira, de Almeida, de Souza, de Lacerda Filho, Paiva, Pereira & Alves, 2020). Por fim, a cultura e o sistema social são apontados como a origem dos problemas em alguns textos (Bogo & Melo, 2019; Fernandes & Rezende, 2016; Freitas & Morais, 2019).

Problemas sociais relacionados a conflitos entre níveis de seleção ou tipos de consequências

O conflito entre o bem pessoal e o bem da cultura no campo do planejamento cultural é o tema central do texto de Marina Souto Lopes Bezerra de Castro e Júlio César Coelho de Rose (2015) e, igualmente, ganha relevância na discussão de Camila Muchon de Melo, Marina Souto Lopes Bezerra de Castro e Júlio César Coelho de Rose (2015). De acordo com esses autores, haveria a possibilidade de que a suscetibilidade do comportamento individual a consequências pessoais e imediatas leve à prevalência de práticas que tenham consequências nocivas à sobrevivência e ao bem-estar geral da cultura em longo prazo. Da mesma forma, estratégias que visem a sobrevivência da cultura poderiam induzir ao sacrifício individual, prescindindo da felicidade e do bem-estar do indivíduo. Estevam Colacicco Holpert (2004) apresenta uma interpretação semelhante, afirmando que os problemas sociais podem ter origem em relações contraditórias entre os diferentes níveis evolutivos, que não ocorrem seguindo uma mesma direção.

João Claudio Todorov e Máisa Moreira (2004) apresentam o conflito entre metacontingências tecnológicas e cerimoniais. As metacontingências tecnológicas são voltadas à experimentação e variação, como forma de avaliar suas regras a partir de suas consequências. Ao contrário dessa orientação à mudança, metacontingências cerimoniais direcionam-se à sua manutenção. Instituições como a família, a igreja e o estado garantiriam a manutenção do *status*

quo social por meio das metacontingências cerimoniais: “este controle cerimonial não é necessariamente nocivo ao indivíduo e à sociedade, mas é insensível às possibilidades de inovações de mudanças sociais construtivas” (p. 26).

Castro e de Rose (2015) afirmam que o conflito entre consequências imediatas e remotas seria o problema central do campo ético na obra skinneriana. A existência desses conflitos poderia ser resolvida, uma vez que “a cultura pode fazer uso de reforçamento positivo para induzir seus membros a trabalharem pela sobrevivência da cultura. Então, ele faz o que gosta e promove o bem da cultura” (p. 50). Nesse caso, embora se mencione um conflito entre diferentes tipos de consequência do comportamento, a resolução do conflito passa por uma conciliação de interesses entre indivíduo e cultura.

Nota-se que esse conjunto de texto por vezes menciona *conflitos* de um modo abstrato, sem dizer respeito a conflitos entre atores sociais concretos, mas a elementos conceituais do léxico selecionista. Por esse motivo, seu conteúdo não se enquadra no eixo sobre conflitos e antagonismos sociais. Trata-se de modos de se caracterizar o que seriam problemas sociais nos quais, com frequência, o mais próximo de um antagonismo social que poderia ser interpretado se daria entre indivíduo e sociedade (ou cultura, ou grupo). A política, nesse caso, tende a ser tratada com um enfoque em questões que seriam nocivas à sociedade como um todo.

Ao não descrever antagonismos sociais ou disputas de interesses entre diferentes grupos ou indivíduos, recorre-se a exemplos cuja crítica seja inequívoca ou pouco contestável. Melo, Castro e de Rose (2015), por exemplo, conjecturam sobre o Terceiro Reich⁶² para se opor à ideia de que uma cultura que sobrevive é necessariamente boa. Os autores afirmam que a maioria das pessoas atualmente consideraria a cultura do Terceiro Reich como má, de forma independente de sua sobrevivência. É argumentado que, mesmo se essa cultura tivesse

⁶² Não deve haver dúvidas de que a cultura mencionada no exemplo é condenável, o que se coloca em pauta é a escolha pela reflexão sobre a sociedade por meio de temas que não sejam passíveis de disputa.

sobrevivido, ela talvez seria considerada ainda mais maligna. Com essa argumentação, os autores defendem que a ética skinneriana não seria favorável à garantia da sobrevivência das culturas por meio de “práticas tirânicas, coercitivas ou exploradoras” (p. 46), uma vez que o bem da cultura não deveria se dar por meio do sacrifício do bem-estar e da felicidade individual.

Todorov e Moreira (2004), por sua vez, iniciam seu artigo mencionando o ataque sofrido pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, resultando em mais de 3000 mortes e em retaliações ao Afeganistão. Os autores afirmam que esse exemplo, “entre milhares de outras tragédias que ocorrem todos os dias em nossos países” (p. 25), faz lembrar o fato de que “várias das nossas práticas culturais trazem prejuízos às vidas de todos” (p. 25). Nota-se que, mesmo com os exemplos envolvendo conflitos violentos, a reflexão é apresentada sob uma premissa de que os prejuízos seriam à vida *de todos* de forma aparentemente indistinta.

Há uma ênfase em problemas de larga escala, o que acompanha algumas especificidades na forma de apresentação de problemas sociais. O texto de Melo, Castro e de Rose (2015) serve como exemplo: a lógica apresentada é a de problemas cuja gênese se encontraria no comportamento individual e em sua suscetibilidade a consequências pessoais e imediatas. Os resultados seriam consequências atrasadas, nocivas à sociedade ou à cultura como um todo. Os autores afirmam diretamente: “muitos de nossos problemas globais atuais são devidos a comportamentos que são fortalecidos por consequências imediatas, apesar das consequências prejudiciais de longo prazo” (p. 47).

Essa forma de apresentação dos problemas sociais aparece frequentemente relacionada a grandes questões sociais, de forma pouco detalhada. É possível citar com especial destaque a questão da conservação ambiental. Voltando ao exemplo de Melo, Castro e de Rose (2015), sua discussão sobre a busca por meios de resolução de problemas sociais menciona o despejo de resíduos em locais inapropriados e a baixa adesão ao uso de preservativos. Os autores

também mencionam o aquecimento global, relacionando sua explicação ao uso em grande escala de carros próprios ao invés do transporte coletivo.

Bogo e Melo (2019) tratam do exemplo do aquecimento global discutindo um impasse sobre a sua correlação com a poluição produzida pelo motor de veículos. As autoras afirmam que mesmo com a possibilidade de se “defender que ações locais não têm relação com os problemas globais” (p. 271), mudanças locais deveriam ser buscadas, pois, por exemplo: “a despeito dos efeitos globais não definidos, a poluição do ar tem efeitos imediatos para a saúde de todos” (p. 271).

Todorov e Moreira (2004), por sua vez, comentam como o desenvolvimento técnico e científico não vinha sendo acompanhado de preocupação suficiente a respeito do “gasto dos recursos naturais ou com a excessiva poluição das águas e do ar, e menos ainda mecanismos de controle do uso da violência, seja por pessoas, por organizações ou por países” (p. 25). A necessidade de conservação da água também é apresentada em diferentes momentos do texto de Carrara e colaboradores (2013). Em primeiro lugar, os autores citam a questão para exemplificar a utilidade do conceito de metacontingência para o planejamento de políticas públicas que envolvam a modificação de comportamentos em larga escala. Em seguida, tratando sobre o conflito entre consequências de curto e de longo prazo das práticas culturais, o tema da conservação de recursos naturais retorna, mas segue como um exemplo abstrato.

Interpretações abstratas a respeito dos conflitos que permeiam a sociedade merecem um tratamento cauteloso. São aqui tratadas como interpretações abstratas dos fenômenos sociais os enunciados que se referem a questões políticas e sociais com pouca ou nenhuma menção a características específicas que as dariam contexto, como a identificação de atores e interesses envolvidos, caracterização histórica, ou aspectos próprios de situações reais. As discussões que puderam ser identificados nessa tendência abrem o flanco para interpretações despolitizantes, aquelas que ocultam ou mistificam os antagonismos sociais e disputas de poder. Interpretações

desse tipo podem ser associadas ao compromisso-pacto, como atitude implícita (consciente ou não) de subserviência e concessões aos interesses dominantes.

A descrição de conflitos sociais sem a identificação do papel de diferentes atores acaba por ignorar perguntas relevantes sobre quais interesses podem estar em disputa. Especialmente, a discussão em termos de um conflito entre indivíduo e sociedade pode acabar responsabilizando demasiadamente o comportamento individual sem a contextualização necessária às desigualdades estruturais que distanciam radicalmente os efeitos das ações de cada indivíduo sobre a realidade social. Os conflitos sociais da realidade se dão em função do interesse de atores concretos, e é necessário que as abstrações teóricas não deixem de levar esses antagonismos em conta.

Em aparentes esforços para se afastar de um discurso individualizante, é possível perceber discussões com foco em problemas que não digam respeito a sujeitos específicos. São mencionados problemas sociais cuja origem estaria na suscetibilidade (ou insensibilidade) do comportamento individual a diferentes tipos de consequência, e que resultariam em danos à sociedade em larga escala. De fato, por exemplo, é fácil concordar que a conservação de recursos naturais seja uma preocupação válida, mas será que esses grandes problemas teriam sua gênese e sua solução tão vinculados ao comportamento dos indivíduos que compõem a maioria da população? Com esse enfoque na caracterização, ignora-se, por exemplo, o papel das características predatórias do sistema capitalista, as quais são sustentadas pelos interesses de um número ínfimo de pessoas.

Buscando-se enfatizar o efeito dos problemas sobre a cultura *como um todo*, a responsabilidade acaba retornando aos indivíduos mais prejudicados por essas mazelas (que, certamente, não são os detentores do poder nesse sistema social). Há pouca atenção sobre os marcadores que indiquem diferentes formas de afetar e ser afetado pelos problemas sociais. Especialmente, é perceptível a baixa frequência de menções a quais interesses são atendidos

pelas contingências sociais em voga. Pouco se especifica também sobre sistema social (no caso, capitalista) e a como, por exemplo, esse sistema se relaciona à suscetibilidade do comportamento individual em uma dada cultura.

Os textos de Luiz Antonio Lourencetti e Kester Carrara (2017) e Moraes, Melo e Souza (2017) representam uma exceção a essa tendência. Lourencetti e Carrara (2017) discutem conflitos envolvendo as consequências de ações em curto e longo prazo, mas enfatizam os efeitos em diferentes grupos. O exemplo apresentado diz respeito à ocupação de um território no qual faltam terrenos vazios para novas construções, mas há grande procura de novos moradores em potencial. Caso agentes imobiliários adquirissem os imóveis da área, os demolissem e construíssem grandes edifícios residenciais em seu lugar, as consequências de curto prazo poderiam ser positivas tanto aos agentes imobiliários (que lucram) quanto aos potenciais moradores (que teriam maior disponibilidade de imóveis). Feita sem planejamento, essa ação poderia vir a trazer consequências de longo prazo diferentes para esses grupos, no caso dos moradores, “duas das consequências poderiam ser o aumento no tráfego de veículos e a ausência de equipamentos urbanos que comportem o grande volume populacional.” (p. 165).

Moraes, Melo e Souza (2017) mencionam o conflito na relação bens pessoais, bens dos outros e os bens das culturas. Um exemplo apresentado diz respeito a cuidados contra a proliferação dos mosquitos *Aedes Aegypti*, como “colocar areias nos vasos de plantas, cobrir e/ou higienizar com frequência recipientes que possam acumular água parada” (p. 47). Esses comportamentos produzem os três tipos de bem, tanto por evitar estimulações aversivas (relacionadas à infecção por dengue, chikungunya ou zika) para o indivíduo (bem pessoal) e para as pessoas de seu território (bem dos outros), quanto por combater danos à cultura (bem da cultura) que essas doenças podem causar: “bebês com microcefalia, gastos com saúde pública, diminuição da mão de obra por adoecimento etc.” (p. 47). O segundo exemplo

apresenta “uma pessoa que decide cobrar um preço baixo para desviar escoamentos de esgotos de empresas para mananciais” (p. 47), situação na qual haveria um conflito entre os bens, uma vez o indivíduo produz reforçadores para si mesmo, mas danos e prejuízos a outros grupos e à cultura como um todo. As autoras também não deixam de mencionar antagonismos concretos ao longo do texto, mencionando como grupos podem ser atingidos pelos problemas de modo diferente.

Ainda, modos alternativos de tratar desses temas poderiam favorecer uma discussão que não se comprometa com uma despolitização que se dê em um sentido individualista (o que analistas do comportamento parecerem evitar), mas ao mesmo tempo não acabe por encobrir conflitos e antagonismos sociais. Distinções entre diferentes grupos ou comunidades, marcadores de classe, raça, sexualidade, gênero, regionalidade, religiosidade e etnia são exemplos de recursos que permitem tratar de aspectos coletivos relacionados aos problemas sociais sem incorrer em dicotomizações exacerbadas entre indivíduo e sociedade.

Caracterizações de problemas com foco nos grupos atingidos

Guilherme Bergo Leugi e Bernard Guerin (2016) argumentam que o tratamento dado por analistas do comportamento aos problemas sociais deveria envolver o contato com o discurso daqueles atingidos por esses problemas e engajados politicamente em suas soluções. Trata-se de um argumento favorável a caracterizações que levem esses diferentes grupos em conta, apresentando uma crítica direta a caracterizações que se distanciem desses compromissos. Como exemplo dos argumentos, a discussão sobre a caracterização dos problemas sociais feita por James Holland é apresentada pelos autores sob um viés crítico, especialmente em relação ao tratamento dado à homossexualidade.

Embora o psicólogo estadunidense enfatizasse a gênese social de problemas comumente associados ao comportamento individual, a inclusão do comportamento

homossexual junto a exemplos como o estupro de crianças, a violência e a drogadição é problematizada por enquadrar a pessoa homossexual “como vítima, mas não de preconceito contra sua sexualidade, mas sim de sua própria sexualidade”⁶³ (Leugi & Guerin, 2016, p. 80). Desse modo, ainda se subscreveria o comportamento homossexual como problema. Os autores argumentam que a caracterização feita por Holland era comum à comunidade científica nos anos 1970, que concebia a “homossexualidade como uma perversão em vez de um aspecto natural da sexualidade”⁶⁴ (p. 80), de modo que a discussão sem consulta à comunidade atingida acaba incorrendo na reprodução dessa concepção.

A caracterização de problemas sociais com foco na identificação dos grupos atingidos parece estar se tornando mais frequente nos últimos anos, sobretudo por propostas de aproximação da análise do comportamento a movimentos de combate a opressões de gênero e sexualidade. É possível perceber, também, que esse modo de caracterizar os problemas tratados envolve uma atenção a características mais concretas da forma como se manifestam na realidade, com o apontamento de exemplos objetivos e dados de diferentes fontes.

Os problemas tratados no texto de Freitas e Morais (2019) são o estupro, a violência sexual, a cultura do estupro, a dominação masculina e o patriarcado. Os temas recebem uma descrição ampla em dados nacionais e internacionais, caracterizações de diferentes autoras ou instituições e em discussões sobre suas interrelações. A violência sexual é caracterizada como uma violência de gênero com base em dados nacionais que apontam como a grande maioria das vítimas são mulheres e dos agressores são homens. Essas violências não se restringiriam aos registros oficiais, que “podem indicar apenas uma parte dos comportamentos em um

⁶³ Original: “as a victim, but not of prejudice against their sexuality, but of their sexuality itself” (Leugi & Guerin, 2016, p. 80).

⁶⁴ Original: “To be fair to behavior analysis and James Holland, they were no worse than the rest of the scientific community as a whole in 1978 regarding the understanding of homosexuality as a perversion rather than a natural aspect of sexuality” (Leugi & Guerin, 2016, p. 80).

espectro mais amplo de assédio e violência sexual contra as mulheres” (Freitas & Morais, 2019, p. 114).

O texto de Couto e Dittrich (2017) apresenta a desigualdade de gênero com menção a índices desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas, que avaliam fatores como empoderamento, participação no mercado de trabalho e saúde reprodutiva. A colocação de diferentes países em relação a esses fatores é apresentada, incluindo o Brasil, na 97ª posição de 155 países investigados. Comparando os índices com a avaliação do desenvolvimento humano, os dados confirmariam a tese feminista de que “o desenvolvimento das nações não necessariamente se reflete em ampliação da igualdade de condições de homens e mulheres” (p. 150).

O texto de Laurenti e colaboradores (2019) se volta à questão da desigualdade gênero, especialmente no contexto universitário. Os autores mencionam que essa desigualdade se faz presente em diversos contextos, como o trabalho, a política, a educação, a religião e as relações domésticas. Sua expressão envolve a valorização de padrões da masculinidade, “associados à virilidade, racionalidade, assertividade, competitividade” (p. 253), enquanto noções vinculadas à feminilidade, como “passividade, submissão, sensibilidade, emotividade e abnegação” (p. 253) são vistas negativamente. Nesses diferentes contextos poderia haver, ainda, formas mais explícitas de violência, como o assédio, a violência física e o feminicídio.

No contexto acadêmico e científico, os autores apontam uma sub-representação feminina, principalmente nas posições de maior prestígio. Sobre essa disparidade, o texto traz a menção à hipótese do teto de vidro: “um conjunto de práticas inconspícuas que criaria obstáculos (uma ‘barreira invisível’) à ascensão das mulheres a posições de mais prestígio em uma dada estrutura organizacional (e.g., hierarquia científica)” (p. 253-254). Essa tendência se demonstra presente também na análise do comportamento brasileira, conforme identificado

pela pesquisa. Embora as mulheres sejam maioria na área desde a graduação, sua proporção “diminui com o aumento da seletividade da posição na hierarquia científica” (p. 264).

Maciel e colaboradores⁶⁵ (2020) afirmam que analistas do comportamento entendem “os principais problemas sociais enfrentados pela sociedade como problemas relacionados ao comportamento humano” (p. 143), e apontam como fenômenos sociais relevantes que têm sido tratados por estudos recentes na área a homofobia, o racismo e a violência doméstica. O texto é direcionado especialmente à violência doméstica contra mulheres e seu potencial agravamento com o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Os autores apresentam a violência doméstica como um fenômeno complexo, que pode vitimar diferentes populações, como “crianças, adolescentes, mulheres e idosos” (p. 141). Foram apresentados dados nacionais sobre a violência contra mulheres, demonstrando como o confinamento doméstico poderia agravar riscos, e como algum aumento já era perceptível.

Mencionando a relação entre a análise do comportamento e problemas sociais relevantes, Táhcita Medrado Mizael (2018) aponta a defesa de que a área poderia ser útil para enfrentar questões como “a má distribuição de renda, o racismo, a fome, o sexismo, entre outros”, e defende que essa posição presente na literatura pode ser estendida ao preconceito sexual e à homofobia. A autora trata o preconceito sexual e a homofobia como o “preconceito dirigido a indivíduos cuja prática ou orientação sexual não é heterossexual, e/ou a indivíduos cuja expressão e/ou identidade de gênero não é coerente com o gênero que foi assignado no nascimento” (p. 17). O texto é voltado especialmente ao tratamento inadequado dado à homossexualidade por parte da psicologia. As condutas inadequadas apontadas pela autora incluem a patologização de sexualidades não heterossexuais, sua classificação como condutas

⁶⁵ Texto de Maria Angélica Lacerda Maciel, Maria Cecília Bonfim dos Santos, Marli Braga Cruz, Maria Gabriela Cardoso Lira, João Aristides Tomaz de Almeida, Carlos Alberto Costa de Souza, Elias Cosme de Lacerda Filho, Felipe José Lima Paiva, Gabriel da Silva Pereira e Matheus Gomes Lins Alves.

desviantes, a busca por explicações de sua gênese (que acabam por tratar essas sexualidades como desvios a serem explicados), e tentativas de intervenção com vistas à reversão sexual.

Como um conjunto de textos que envolve publicações que datam a partir de 2016, esses exemplos podem sinalizar a possibilidade de um direcionamento da análise do comportamento brasileira a caracterizações menos abstratas ou descompromissadas dos problemas sociais. A questão não se trata, é claro, de que todo texto se deva se comprometer diretamente com os interesses de uma pauta anti-opressão específica, mas cabe questionar a falta desse comprometimento *explícito* ao longo das publicações dos anos anteriores. Afinal, a construção de um compromisso-ação exige a explicitação dos valores e grupos com os quais se está vinculado, o que passa pela eleição dos grupos-chave que sirvam como referência e fonte de demandas e apoio ao empreendimento científico.

Identificação da origem dos problemas sociais no sistema ou na cultura

A possibilidade de se caracterizar os problemas sociais com base em sua gênese social aparece de maneira concreta em alguns textos. Um exemplo é o tratamento de Freitas e Morais (2019) à noção de cultura do estupro. Central ao texto, o conceito teria o papel de favorecer o entendimento sobre o contexto no qual os comportamentos que envolvem a violência sexual ocorrem. Sua descrição envolve práticas e crenças que vinculam a sexualidade e a sensualidade à violência e que tratam a violência contra a mulher como algo normal, favorecendo a persistência da violência sexual contra as mulheres na sociedade. Nessa cultura, a violência de gênero se estabelece em um contínuo desde expressões verbais até o estupro.

As autoras apresentam, por fim, uma caracterização comportamentalista, a cultura do estupro seria: “um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal” (p. 121-122). A

vinculação entre a violência e a sensualidade, por exemplo, é discutida no texto com base em dados sobre o consumo de pornografia (majoritariamente contendo agressões físicas ou verbais), e a objetificação do corpo feminino na mídia. Partindo de estudos correlacionais, as autoras afirmam que “parece haver, a partir da mídia e pornografia, uma modelação de comportamentos sexualmente abusivos importante na instalação de comportamentos pertencentes à cultura do estupro” (p. 115). Outra questão discutida no texto é a falta de apoio às vítimas, seja durante ou depois do episódio de abuso:

Tanto a família, como amigos, desconhecidos e até os órgãos governamentais não costumam prestar o devido suporte a essas mulheres. Isso acontece porque essas pessoas, assim como agressores e vítimas, também fazem parte da comunidade verbal que ensina mitos sobre estupro, oferece modelos de papéis sexuais e reforça diferencialmente comportamentos em homens e mulheres. (p. 119)

A relação de problemas sociais com o sistema capitalista é discutida em outros textos. Alguns dos problemas mencionados no texto de Bogo e Melo (2019) estariam vinculados à tendência da cultura capitalista em criar necessidades e transformar o reforço do comportamento em mercadoria. Fernandes e Rezende (2016) apresentam a defesa de James Holland de que analistas do comportamento identificassem as origens sociopolíticas dos problemas sociais. Atualizando os diagnósticos feito pelo psicólogo estadunidense nos anos 1970, os autores defendem que a situação havia piorado. Os problemas apontados, como a desigualdade social, a disparidade de poder político e a degradação ambiental, são relacionados ao sistema capitalista, “na aliança entre os Estados e as elites financeiras” (p. 46). Os autores apontam essa identificação como um ponto pacífico nas ciências sociais, o que justificaria o interesse em movimentos anticapitalistas como uma forma de contracontrole. Nessa perspectiva, a degradação ambiental e o crescimento dos centros urbanos, por exemplo, são apresentados com ênfase em seus efeitos nocivos à qualidade de vida da população que tem

seu acesso a serviços básicos inviabilizados, como educação, transporte, alimentação e saneamento.

Nesses casos, há uma dimensão sociológica do problema que antecede a discussão sobre o papel do comportamento individual e de suas suscetibilidades. As explicações analítico-comportamentais partem de diagnósticos anteriores das ciências sociais ou de movimentos sociais. São caracterizações que tendem a ser mais concretas, na medida em que sua explicação exige a menção a aspectos presentes na realidade social.

Sobre a contextualização dos temas tratados

Algumas questões sobre o modo como os temas tratados foram contextualizados a seus contextos locais ou históricos estão sintetizadas nas próximas seções. Há alguns exemplos de textos que enfocam as questões da realidade brasileira (Carrara & Fernandes, 2018; Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007; Freitas & Morais, 2019; Gusso, 2020; Lourencetti & Carrara, 2017; Maciel et al., 2020; Naves & Vasconcelos, 2008). Também é possível identificar conteúdos voltados a alguma contextualização histórica à análise do comportamento nacional (de Miranda, Gonçalves, Miranda & Cirino, 2011; Laurenti et al., 2019; Sá, 2016). Outros esforços de contextualização se deram em relação a questões históricas e políticas para além do contexto nacional (Abib, 2016; Couto & Dittrich, 2017; Fernandes & Rezende, 2016; Flores Júnior & Córdova, 2019; Leugi & Guerin, 2016; Morais, Melo & Souza, 2017). Por fim, são feitas algumas considerações a respeito do transplante conceitual da análise do comportamento estadunidense ao contexto brasileiro.

Foco em questões da realidade nacional

O tratamento dado a questões nacionais como foco principal dos textos envolve temas como a desigualdade de gênero, a violência e problemas relacionados à governança pública.

As contextualizações são feitas com base em exemplos de casos concreto da política brasileira, em dados nacionais e internacionais, e em explicações históricas.

Um uso de casos nacionais como exemplos do tema tratado aparece na discussão feita por Carrara e Fernandes (2018) sobre o fenômeno da corrupção. A discussão envolveu a menção episódios famosos da política brasileira, como o Mensalão petista, o Tremalão Tucano e a Operação Lava Jato. Os casos são tomados para justificar a relevância do estudo sobre a corrupção “para as ciências do comportamento e, em particular, para a Análise Comportamental da Cultura” (p. 2).

Voltado especificamente ao contexto brasileiro, o texto de Gusso (2020) apresenta aspectos da legislação nacional e exemplos da política nacional. Como exemplo do conflito entre desmandos de gestores que vão contra os preceitos constitucionais e a atuação de funcionários públicos, o autor menciona o caso do oceanógrafo José Martins da Silva Junior. Gusso afirma que “em sua atuação, o servidor tem apontando problemas na ampliação irregular de pousadas no arquipélago [de Fernando de Noronha], o que tem contrariado os interesses de empresários” (p. 539). Protegido pela estabilidade de servidor público, José Martins foi transferido para um parque florestal no sertão de Pernambuco após uma reunião entre o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, o presidente do ICMBIO e empresários. A transferência do oceanógrafo teria sido feita como forma de barrar sua atuação, resultando em uma disputa legal sobre a validade do ato perante os princípios constitucionais.

O trabalho de Marcus Bentes de Carvalho Neto, Ana Carolina Pereira Alves e Marcelo Quintino Galvão Baptista (2007) é voltado especialmente às consequências de explicações do comportamento adotadas por autoridades que administram políticas públicas, e contextualiza a discussão com base em um exemplo central. O caso mencionado diz respeito a declarações do Ministro da Justiça José Gregori, do Governo Fernando Henrique Cardoso em 2000. Gregori relacionava o aumento da violência a uma falta de consciência da população, de modo que a

conscientização sobre seu próprio papel na sociedade e da importância do respeito à lei resultaria no fim da violência. Os autores criticam esse discurso, apontando que ele desviaria a atenção das contingências sociais que explicariam a violência, e principalmente, da responsabilidade do governo na manutenção dessas contingências. Ainda são feitas menções a eventos conhecidos relacionados à violência no país, como o sequestro do ônibus 174 e a chacina da Candelária.

Contextualizações por meio de dados também estão presentes no texto Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007). São apresentados dados a respeito da crescente taxa de homicídios no Brasil dos anos 2000, e especialmente no estado de São Paulo. As taxas brasileiras são colocadas em comparação a partir do Mapa da Violência 2006, no qual o país ocupava o quarto lugar no mundo nos dados gerais (com Colômbia, Venezuela e Rússia nos primeiros lugares) e terceiro lugar nos dados a respeito da população jovem (superando a Rússia nessa categoria do Ranking).

A corrupção é apresentada por Carrara e Fernandes (2018) a partir de índices de percepção da corrupção da organização *Transparency International*. A corrupção seria frequente no Brasil tanto a nível federal quanto nas esferas estaduais e municipais. Algumas consequências são mencionadas: “escolas mal equipadas, medicina despreparada e ineficaz bem como eleições decididas por meio do dinheiro” (p. 1).

O texto de Freitas e Moraes (2019) traz muitas menções a dados brasileiros para tratar sobre a cultura do estupro, desde questões epidemiológicas, midiáticas, até especificidades jurídicas. As autoras descrevem a cultura brasileira como patriarcal, o que corresponderia também à cultura majoritária na população mundial. Compreender essa cultura patriarcal seria necessário para o entendimento sobre a violência sexual e sua relação com a dominação masculina.

O texto de Maciel e colaboradores (2020) se volta ao contexto nacional tanto a partir dos dados sobre a prevalência da violência doméstica quanto em marcos legais e institucionais do combate ao problema. Mencionando a Lei Maria da Penha, os autores apontam que “a mobilização protagonizada por mulheres foi fundamental na construção de uma legislação contra a violência de gênero” (p. 142). São citados também as diferentes instituições que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Tratando da mobilidade urbana no Brasil, o texto de Lourencetti e Carrara (2017) é um exemplo de tratamento a questões nacionais com base em contextualizações históricas. A discussão é contextualizada ao desenvolvimento urbano brasileiro, a partir do processo de êxodo rural vivido no país na segunda metade do século XX. Essa contextualização envolve questões a respeito do desenvolvimento das políticas públicas de planejamento urbano no Brasil ao longo das décadas.

De acordo com os autores, no contexto da migração do campo para as áreas urbanas as cidades brasileiras “não foram planejadas e estruturadas em proporção similar de modo a receber esse novo contingente populacional de forma adequada, garantindo amplo acesso a aparatos de educação, habitação, lazer, saneamento básico, segurança, saúde e transporte” (p. 161). Nesse cenário as demandas da população não foram supridas, enquanto cresciam as desigualdades (cita-se como principais exemplos as desigualdades sociais e ambientais). As políticas públicas que tentavam lidar com essa situação até a década de 1980 teriam se focado em soluções pontuais e pouco articuladas. O resultado foram “programas de construção de moradias em áreas afastadas e que não contavam com aparatos adequados de saúde, educação, comércio ou trabalho, requerendo que os habitantes dessas localidades se locomovessem para outras regiões para suprir suas necessidades” (p. 162).

O texto de Ana Rita Coutinho Xavier Naves e Laércia Abreu Vasconcelos (2008), por sua vez, é voltado especificamente ao estudo das famílias brasileiras e suas transformações

atuais, mantendo um enfoque na realidade nacional. No tema da coerção e violência contra as crianças no núcleo familiar, alguns aspectos são citados em menção direta a análises sobre a realidade nacional, como a origem vinculada à colonização e a manutenção por meio de agências como a família e a escola.

As especificidades do contexto nacional ganham destaque no texto de Carrara e Fernandes (2018) ao se comentar que “a complexidade e a multiplicidade das condições de vida da sociedade brasileira” (p. 5) dificultam ou impedem que as normas do Código Penal acompanhem as dinâmicas do controle ético dos grupos sociais. Os autores relacionam essa questão à noção de *jeitinho brasileiro*, representado por práticas que “podem ser ilegais em um contexto e legais em outro” (p. 5) ou “ser consideradas éticas e ilegais, ou legais e antiéticas, a depender do arranjo de contingências dos contextos específicos” (p. 5). A alta frequência dessas práticas e sua história no contexto nacional seria uma questão relevante no tratamento ao fenômeno da corrupção.

A análise dessas discussões permite a identificação de um interesse em se tratar de questões específicas da realidade nacional, bem como sinaliza quais delas estão recebendo a atenção de analistas do comportamento. A contextualização é feita de diferentes modos, com a menção a casos reais, dados quantitativos e caracterizações históricas. Essas orientações são necessárias à construção de uma ciência própria, que trata da realidade local e se comprometa com as necessidades locais.

Contextualização histórica à análise do comportamento brasileira

A busca realizada não recuperou textos específicos sobre a história da análise do comportamento brasileira, mas alguns textos trouxeram contextualizações pontuais. Celso Pereira de Sá (2016), por exemplo, contextualiza a proposta de comunicação popular de sua tese, conduzida entre 1983 e 1984, ao contexto da abertura política gradual empreendida nos

últimos anos da ditadura militar no Brasil: “o planejamento da pesquisa levou em conta tal situação, a qual, por certo, influenciou também a elaboração da Cartilha” (p. 55).

Jhonatan Jeison de Miranda, Acrísio Luiz Gonçalves, Rodrigo Lopes Miranda e Sérgio Dias Cirino (2011) apontam questões sobre a história dos laboratórios de análise do comportamento em sua discussão sobre a ética em experimentação animal. São mencionadas a consolidação do laboratório como ferramenta didática, sua introdução na década de 1960 com a passagem de Fred Keller no Brasil, a tradição do uso dos ratos albinos no país, e a própria questão da ética animal:

historicamente, o laboratório de Análise do Comportamento esteve sensível às discussões sobre ética no uso de animais em experimentação. No ensino, em meados da década de 1980, alguns cursos substituíram práticas de punição, comumente realizadas por meio da aplicação de choques nos animais, pela apresentação da filmagem dessas práticas. (p. 204)

A pesquisa de Laurenti e colaboradores (2019), por sua vez, é voltada especificamente a características da análise do comportamento brasileira. Os autores mencionam como “a história da Análise do Comportamento brasileira, diferentemente da estadunidense, é caracterizada pela presença marcante de mulheres” (p. 254), sendo citadas nominalmente, como exemplos, Carolina Martuscelli Bori e Maria Amélia Matos. É aventada a possibilidade de que essa característica histórica pudesse ter alguma interferência na igualdade ou desigualdade de gênero na área.

A discussão dos autores envolveu a produção e discussão de uma série de dados sobre a análise do comportamento brasileira, além de menções a aspectos próprios das políticas científicas nacionais em geral. Uma questão mencionada é a cultura produtivista alimentada pelo modelo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*: “porque status científico e acesso a outros recursos, como financiamento para pesquisas, bolsas de iniciação

científica ou bolsa de produtividade em pesquisa, dependem, em alguma medida, da quantidade da publicação científica” (p. 261).

A recuperação de aspectos da história da análise no comportamento no Brasil e de suas relações com o contexto local favorece uma melhor compreensão de suas especificidades. Como a busca dos textos não foi voltada a essa temática, os exemplos são poucos, mas ilustrativos da possibilidade de diferentes esforços no sentido da discussão das tendências e compromissos da área.

Contextualização histórica a aspectos políticos internacionais

Outras contextualizações não se focam necessariamente no contexto brasileiro, mas localizam o tema tratado em relação a seu desenvolvimento histórico e suas relações com circunstâncias políticas de diferentes locais. A maioria dos casos se voltam a contextualizações críticas sobre a relação entre a ciência (geralmente a psicologia) e a realidade política. Um caso diferente é o texto de Morais, Melo e Souza (2017), que menciona como questões da ética esportiva se relacionam a aspectos políticos e históricos da Inglaterra.

Os argumentos de Leugi e Guerin (2016) são representativos do movimento argumentativo apresentado nesses textos. Os autores apontam como as técnicas comportamentais empregadas com base na ciência do comportamento se relacionam ao seu contexto político e social, e não partem de aspectos naturais ou neutros do ambiente social. Como exemplo, o fortalecimento de comportamentos “bons” ou o uso sistemas de reforçamento monetários estariam associados à reprodução de mecanismos do contexto neocapitalista vivido nas sociedades ocidentais atuais. Desse modo, determinados usos da tecnologia comportamental podem se apresentar como parte do problema, se analisados pelo ponto de vista de interesses revolucionários.

Em outro exemplo de Leugi e Guerin (2016) já mencionado, o tratamento dado à homossexualidade por analistas do comportamento nos Estados Unidos da década de 1970 é contextualizado para problematizar a falta de uma atenção às demandas políticas dos movimentos sociais da época. O uso de terapias aversivas de conversão de pessoas homossexuais se estabelecia sem razão justificável pela epistemologia e pela teoria comportamentalista. Tanto a persistência dessas práticas quanto seu desuso partiam de influências históricas de mudanças políticas e ideológicas. Os autores enfatizam que a despatologização das sexualidades não heterossexuais se deu sob influência de diferentes fontes e atores, do ativismo às pesquisas científicas. Enquanto essas discussões vinham sendo pautadas, analistas do comportamento que estivessem alheios a esses movimentos reproduziriam as práticas vigentes sem questioná-las. Os lapsos são exemplificados:

Por exemplo, os Relatórios Kinsley foram publicados em 1948, com impacto considerável na comunidade acadêmica ao redefinir a homossexualidade como parte de um espectro natural da sexualidade, e não uma “inversão sexual”, como era amplamente referida. No entanto, a American Psychiatric Association só iria desclassificar a homossexualidade como um transtorno em 1973, depois de uma série de manifestações de ativistas dos direitos gays desafiando a classificação da APA nos anos anteriores, no que foi parte de uma importante mudança cultural iniciada em 1969 com os motins de Stonewall⁶⁶. (Leugi & Guerin, 2016, p. 80-81)

Abib (2016) e Flores Júnior e Córdova (2019) trazem contextualizações específicas sobre a realidade latino-americana e suas relações com a psicologia social da região. As

⁶⁶ Original: “For example, the Kinsley Reports were published in 1948, with considerable impact on the academic community by redefining homosexuality as part of a natural spectrum of sexuality, and not a ‘sexual inversion’, as it was widely referred to. Nonetheless, the American Psychiatric Association would only declassify homosexuality as a disorder in 1973, after a series of gay rights activists’ demonstrations. To spark a social revolution behavior analysts must embrace community-based knowledge challenging the APA’s classification in the preceding years, in what was part of a momentous cultural change initiated in 1969 with the Stonewall Riots” (Leugi & Guerin, 2016, p. 80-81).

discussões não se voltam à análise do comportamento, mas a tendências da psicologia enraizadas nas condições políticas e sociais locais, que poderiam trazer contribuições prolíficas à área.

Abib (2016) aponta que, de acordo com o argumento de Martín-Baró, a realidade centro-americana envolveria “injustiça estrutural, lutas revolucionárias e rebaixamento dos estados nacionais a satélites dos Estados Unidos” (p. 29). O autor menciona a miséria vivida pela maioria dos povos latino-americanos, o que subsidiaria a escolha preferencial aos pobres, e a necessidade de se investigar os processos psicossociais dos oprimidos. Os problemas próprios do contexto latino-americano ganham destaque: “A realidade opressiva dos povos latino-americanos não mudou substancialmente desde o colonialismo e neocolonialismo” (p. 36). Abib enfatiza a necessidade da libertação: na obra Martín-Baró, essa necessidade viria de mecanismos de opressão e desumanização; na de Holland, estaria relacionada ao controle do comportamento das pessoas em favor da classe dirigente.

Flores Júnior e Córdova (2019) apresentam a psicologia social comunitária por meio de seu desenvolvimento histórico, no cenário político e social da América Latina na segunda metade do século XX. O movimento teria nascido com base em tentativas de respostas políticas entre as décadas de 1950 e 1960 “ao crescimento, nesses vários países, de demandas características do contexto de exploração, miséria, repressão e ascensão do imperialismo norte-americano” (p. 533). O trabalho teria se intensificado na década de 1970, com o “irrompimento das ditaduras militares latino-americanas, intervencionismo estadunidense e permanência da miséria entre os povos locais” (p. 533). Os autores afirmam que esse histórico tornaria profícuo o contato de analistas do comportamento com o conhecimento da psicologia social comunitária, em função do acúmulo de experiências em trocas colaborativas com as comunidades, voltadas às necessidades locais.

Especificidades latino-americanas também aparecem no texto de Couto e Dittrich (2017), que contextualizam a história do movimento feminista contada a partir das sufragistas estadunidenses, mas apresentam ponderações críticas sobre essa narrativa. O foco no desenvolvimento e nas conquistas do movimento feminista estadunidense é criticado por não levar em conta movimentos de mulheres negras e latino-americanas. Os autores mencionam que feministas negras “colocam que nunca lutaram pelo direito de trabalhar fora, já que sempre estiveram ao lado dos homens no mundo do trabalho desde a escravidão no Ocidente” (p. 149), e que mulheres latino-americanas historicamente encamparam lutas junto a outros movimentos sociais, “mas não costumam ser consideradas como parte do corpo do movimento feminista” (p. 149).

Fernandes e Rezende (2016) tratam das discussões políticas de James Holland e fazem atualizações à realidade contemporânea, apresentando o desenvolvimento do capitalismo corporativo a partir da década de 1970. No contexto estadunidense, é enfatizado o movimento de ascensão neoliberal que culmina no agravamento da desigualdade social, por meio da inserção conservadora no poder público, desregulamentação econômica e redução dos impostos sobre grandes fortunas. Esse direcionamento se deu com o esforço conjunto de forças conservadoras “por meio de investimentos em produção acadêmica e cultural de intelectuais conservadores, da defesa de práticas não intervencionistas nos setores comerciais e de propaganda, e da formação de organizações de defensoria jurídica para seus interesses comuns” (p. 42). Os autores também mencionam como, no Brasil das últimas décadas, o crescimento econômico dos mais ricos foi muito maior em relação aos mais pobres.

A construção de uma ciência própria e subversiva, como discutido anteriormente, envolve uma compreensão crítica das relações do conhecimento produzido com a realidade local e internacional. Como ocorre em outros tópicos, a contextualização histórica a aspectos políticos internacionais trata-se de uma discussão que tem destaque em textos recentes,

publicados desde 2016. É possível notar que essas contextualizações são feitas com ênfase em aspectos conflitivos das diferentes realidades históricas, chegando a tratar mesmo a história em si como objeto de disputa. Talvez o mais importante: o conteúdo envolve posicionamentos claros em relação a essas disputas, favoráveis aos sujeitos oprimidos.

Questões sobre transplante conceitual

Os esforços por contextualizações históricas da ciência a aspectos políticos internacionais se relacionam diretamente com a questão da adequação do conhecimento científico estrangeiro ao contexto local. Um exemplo de ponderação a esse respeito é encontrado no texto de Luc Vandenberghe (2005). Identificando a ética como comportamento e, portanto, como fruto das contingências, o autor especifica como as prescrições éticas de Skinner estavam vinculadas às suas próprias experiências e ao seu contexto:

A cultura ocidental com as contradições do seu tempo, e particularmente a dos Estados Unidos, constituía o contexto em que desenvolveu seu pensamento. Se a ética prescritiva de Skinner é resultado das contingências de sua vida, por que precisamos obedecer a ela? Ao invés de seguir as descrições do que considerava bom e adotá-las como regras deontológicas, seria melhor voltar-se diretamente para as contingências da vida. (p. 62)

O movimento demonstrado por esse trecho fomenta o debate a questões de especial interesse a uma discussão sobre as possibilidades de uma ciência do comportamento própria. Sob critérios comportamentalistas radicais, apresenta a relevância de se levar em conta as especificidades do contexto de origem da teoria e das prescrições skinnerianas, ao mesmo tempo em que dá margem à eleição de valores derivados das especificidades de contextos próprios.

Ponderação semelhante é feita por Dittrich (2019), que apresenta as propostas políticas de Holland à análise do comportamento sob o questionamento da atualidade de suas críticas no cenário contemporâneo, dado que “os alvos da crítica sejam especialmente as práticas dos analistas do comportamento estadunidenses até a década de 70” (p. 2). O autor enfatiza que a aplicação da análise do comportamento passou por grandes mudanças desde então, mas ainda assim defende a relevância das críticas e sugestões de Holland.

No texto de Santos, Garbelotti e Lopes (2016) não há apenas uma ponderação, mas o diagnóstico de um exemplo especialmente despolitizado de transplante conceitual. A pesquisa foi voltada especificamente ao impacto das propostas políticas de James Holland na literatura brasileira da análise do comportamento, investigando a “repercussão da noção política de Contracontrole” (p. 65). É apresentado como essa literatura nacional não realizava “uma análise pormenorizada das teses de Holland e nem reflexões que extrapolassem ou acrescentassem algo aos textos originais” (p. 66), tomando-as geralmente apenas como exemplo ilustrativo. O uso do conceito de contracontrole teria uma tendência apolítica, por meio da associação a noções de fuga e esquiva. Os autores afirmam que “os dados obtidos não permitem afirmar que a literatura nacional em análise do comportamento não discute questões políticas e sociais, mas parece que essa discussão não está vinculada ao conceito de contracontrole” (p. 71).

A questão pode também ser discutida em relação à recorrência de textos que fazem menções às preocupações de Skinner a respeito dos problemas sociais de sua época. Alguns exemplos de explicações internalistas apresentadas por Bogo e Laurenti (2012) a partir do texto skinneriano são a falha educacional sendo atribuída à falta de respeito do aluno pelo conhecimento e pelo educador; a recusa ao serviço militar como falta de lealdade e patriotismo; a guerra como fruto de tensões e modos de pensar; a improdutividade no trabalho sendo tomada como traço pessoal; e a má qualidade de produtos relacionada à falta de orgulho pelo trabalho

ou senso de arte e dignidade. Como é possível perceber, o conteúdo parece mais vinculado à análise do próprio texto skinneriano (e, portanto, às suas circunstâncias originais) do que a uma proposta de situar os exemplos em relação aos problemas relevantes no contexto de publicação dos artigos.

Outros exemplos de menções diretas à discussão skinneriana podem ser apresentados. Tratando a respeito do posicionamento de Skinner em sua faceta pós-moderna, Laurenti (2012) afirma que, nessa perspectiva, “o papel da ciência é o de trazer o futuro para o presente” (Laurenti, 2012, p. 374). A autora explica a afirmação em termos da apresentação das consequências de longo prazo das intervenções humanas empreendidas na natureza ou na sociedade, e alguns exemplos são citados: “superpopulação, esgotamento de recursos naturais, pobreza, radiação solar e nuclear” (p. 374). O tratamento dado às questões sociais na obra de Skinner é mencionado também por Holpert (2004), citando os exemplos de “superpopulação, fome, educação e a possibilidade de um holocausto nuclear” (p. 2), além de “desigualdade na distribuição de renda, crime e analfabetismo” (p. 2). Melo, Castro e de Rose (2015), por sua vez, citam a preocupação de Skinner de que a ciência do comportamento possibilitasse solução a problemas humanos relevantes, dentre os quais são citados a superpopulação, a guerra nuclear, a poluição e necessidade de igualdade de direitos e maiores oportunidades às mulheres.

Tais menções parecem carecer de maiores esforços de contextualização. Seus exemplos nem sempre serão compatíveis com o contexto local ou atual. É compreensível e esperado que análises do texto skinneriano mencionem as preocupações discutidas pelo autor estadunidense, mas cabe um alerta sobre o contraste entre a recorrência dessas menções e a ausência de apontamentos sobre a pertinência desses exemplos à realidade de seus comentadores⁶⁷.

⁶⁷ Essa discussão é um bom exemplo de como as análises apresentadas neste capítulo dizem respeito a interpretações gerais dos textos selecionados, e não se voltam à problemática de cada artigo em específico. Um único texto em que se mencione os problemas citados por Skinner sem contextualizá-los não teria motivos para ser criticado, principalmente quando o texto skinneriano é tomado como objeto de análise. Passa a haver algo a ser questionado apenas quando os exemplos aparecem em diferentes textos sem contrapontos, indicando uma tendência.

O discurso da superpopulação como um dos grandes problemas contemporâneos é especialmente problemático sob uma perspectiva do Sul Global, e pode servir como exemplo. Seu uso tem tido a função de desviar o foco da responsabilidade do sistema capitalista sobre problemas como a fome e as mudanças climáticas, fortalecendo um discurso de culpabilização de imigrantes e povos oprimidos, ao mesmo tempo em que legitima intervenções de esterilização e controle de natalidade sobre mulheres marginalizadas de países periféricos (Dyett & Thomas, 2019).

Buscar contextualizar as reflexões do autor e sua teoria a problemas mais caros à nossa realidade poderia ser um passo significativo a favor de análises melhor situadas. Do mesmo modo, a insistência por exemplificar problemas sociais a partir do texto de autores estadunidenses pode favorecer transplantes conceituais inadequados, que não seriam compatíveis com o projeto de uma ciência própria.

Sobre as diferentes possibilidades para a resolução de problemas sociais

O conteúdo a respeito das diferentes possibilidades para a resolução de problemas sociais diz respeito tanto aos modos de intervenção propostos quanto ao papel desempenhado pela ciência do comportamento nesses itinerários. O primeiro conjunto apresentado diz respeito a discussões sobre a proposta do delineamento cultural como forma de intervenção (Bogo & Melo, 2019; Carrara, 2016; Carrara et al., 2013; Castro & Rose, 2015; Dittrich, 2019; Freitas & Morais, 2019; Melo, Castro e de Rose, 2015; Naves & Vasconcelos, 2008; Pessoti, 2016; Todorov & Moreira, 2004). Em outros textos, encontra-se defesas diretamente relacionadas a políticas públicas informadas pela análise do comportamento (Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007; Lourencetti & Carrara, 2017; Maciel et al., 2020; Oliveira-Castro & Aguiar, 2020). Por último, há argumentos favoráveis à promoção de mudanças por meio de trocas colaborativas, pesquisas, ou da disputa do senso comum (Abib, 2016; Bogo & Laurenti, 2012;

Carrara & Fernandes, 2018; Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007; Couto & Dittrich, 2017; Dittrich & Abib, 2004; Freitas & Morais, 2019; Flores Júnior & Córdova, 2019; Laurenti et al., 2019; Leugi & Guerin, 2016; Mizael, 2018; Sá, 2016).

A proposta do delineamento cultural

Todorov e Moreira (2004) mencionam que os problemas sociais apresentados em seu texto (como violência, poluição e gasto de recursos naturais) são comumente tratados pelas ciências sociais, enquanto o exame por parte da análise do comportamento se restringia a raras exceções. No entanto, os autores defendem que análise do comportamento teria potencial para auxiliar na resolução dos problemas sociais, por meio do estudo das “regras que descrevem as relações de controle entre contingências ambientais e comportamentos” (p. 25). Membros atuantes da sociedade, seguindo essas regras, poderiam apresentar repertórios de solução de problemas que seriam mantidos pelas contingências da cultura.

Ainda segundo os autores, essa possibilidade não estaria sendo devidamente aproveitada, uma vez que a ciência do comportamento vinha se dedicando “a resolver problemas principalmente de indivíduos, ainda que em organizações ou instituições, muitas vezes vítimas de um mau planejamento cultural, mas sem um instrumental teórico explícito que se aplicasse ao comportamento de grupos sociais” (Todorov & Moreira, 2004, p. 25). A via de ação defendida é a do planejamento cultural, informado pelo conceito de metacontingências, o qual possibilitaria o estudo do comportamento de grandes grupos. O conceito diz respeito a “uma unidade que descreve as relações funcionais entre classes de operantes, cada classe associada a uma contingência tríplice diferente, e uma consequência comum a longo prazo, comum a todos os operantes na metacontingência” (p. 26).

O texto de Melo, Castro e de Rose (2015) apresenta algumas ponderações sobre as dimensões éticas da tecnologia comportamental voltada à resolução de problemas que afetem

a cultura em termos macrossociais. Os autores afirmam que a tecnologia voltada ao planejamento cultural desencadearia forte oposição e questionamentos de ordem ética. Em contraponto, a tese defendida é de que o controle do comportamento humano ocorrerá, independente da intervenção baseada na ciência do comportamento, e que, portanto, abrir mão de engajar-se nessa tarefa incorreria em uma negligência.

A participação de cientistas do comportamento no planejamento cultural é central ao texto de Carrara e colaboradores⁶⁸ (2013), que definem o planejamento cultural “como planejamento de processos comportamentais para coletividades” (p. 100). O objetivo da pesquisa foi a elaboração de instrumentos que auxiliassem em intervenções voltadas a práticas culturais. A proposta prevê a possibilidade de intervenções que visem eliminar, enfraquecer, instalar ou fortalecer uma prática cultural. Trata-se de um guia voltado a intervenções planejadas por especialistas que tenham algum domínio sobre os conhecimentos da análise do comportamento, sob marcos profissionais da psicologia. Mesmo não exigindo que a iniciativa quanto à intervenção parta da população envolvida, há uma prescrição para que haja a participação democrática por meio de consulta popular.

Defesas a esse modo de intervenção aparecem em outros textos analisados. Naves e Vasconcelos (2008) mencionam a possibilidade de que analistas do comportamento participem de “intervenções interdisciplinares voltadas para um planejamento cultural” (p. 23), esforços que seriam auxiliados pelos conceitos de metacontingências e macrocontingências. Em uma menção mais específica, Freitas e Morais (2019) apresentam exemplos do papel que a análise do comportamento poderia ter no combate à cultura do estupro por meio do planejamento de intervenções em nível cultural:

⁶⁸ Texto de Kester Carrara, Vivian Bonani de Souza, Dafne Rosane Oliveira, Natália Pinheiro Orti, Luiz Antonio Lourencetti e Fernanda Rodrigues Lopes.

seriam pertinentes delineamentos culturais que enfraquecessem ou eliminassem as práticas de categorização por gênero, papéis sexuais, mitos sobre estupro, culpabilização da vítima, e, planejamentos que fortalecessem práticas adequadas de acolhimento e encaminhamento de mulheres que foram vítimas, bem como práticas do sistema de justiça que diminuíssem a frequência de comportamentos violentos sexualmente. (p. 122)

Outro exemplo de discussão sobre o planejamento de práticas culturais voltado a um tema específico está no enfrentamento à corrupção sugerida no texto de Carrara e Fernandes (2018). Para coibir práticas corruptas e corruptoras, esse planejamento deveria contemplar três eixos: “(1) reversão do baixo custo de resposta dos repertórios corruptos e corruptores; (2) reconhecimento social de práticas que envolvam cooperação, transparência e solidariedade; (3) reforma política para radicalização da democracia.” (p. 9). Esses eixos são voltados ao fortalecimento da representação popular na gestão pública, ao enfraquecimento de comportamentos indesejáveis e fortalecimento de relações mais justas.

É possível notar uma tendência a que essas intervenções envolvam e promovam algum nível de participação democrática. Carrara e Fernandes (2018), por exemplo, adicionam que a função de analistas do comportamentais da cultura seria promover estratégias de contracontrole social. Esse papel seria exercido colocando os recursos desenvolvidos pela análise do comportamento a serviço do bem coletivo, de modo “sensível às demandas coletivas levantadas pelas diferentes categorias de movimentos sociais civis organizados” (p. 9).

Outro objetivo mencionado a respeito do delineamento cultural é o de favorecimento à sobrevivência e solução de conflitos entre os bem de diferentes níveis de seleção do comportamento. Castro e Rose (2015) apresentam o argumento de Skinner de que as culturas deveriam tomar medidas a fim de tornar o comportamento dos indivíduos suscetível à sobrevivência da cultura como efeito remoto. A análise e planejamento de práticas culturais

deveria se dar, então, com vistas à promoção do bem ao indivíduo, ao maior número possível de pessoas, bem como à cultura e a toda a humanidade.

O texto de Bogo e Melo (2019) se volta à relação entre o delineamento cultural e a educação da sensibilidade (Abib, 2007), trazendo ênfase à promoção da sobrevivência. A proposta envolve a caracterização de dois tipos prévios de sensibilidade, “a sensibilidade vital é sensibilidade às consequências naturais e estaria relacionada à sobrevivência, reprodução e preservação da vida” (Bogo & Melo, 2019, p. 271), enquanto “a sensibilidade mental refere-se à sensibilidade a consequências reforçadoras produzidas por comportamento operante; relaciona-se à sensibilidade ao prazer e alívio de dor, e não tem valor de sobrevivência” (p. 271). A educação para a sensibilidade envolveria harmonizar esses dois aspectos, sobrevivência e prazer, produzindo a sensibilidade cultural, “que orienta os indivíduos para ações que gerem prazer, e que sejam compatíveis com a sobrevivência dos indivíduos e das culturas” (p. 272). A implicação ao planejamento cultural seria trazer um foco aos sentimentos, “e não apenas o desenvolvimento de novos comportamentos” (p. 284).

O delineamento cultural aparece, então, como uma proposta voltada a um direcionamento da análise do comportamento a questões que envolvam grandes grupos. Seu objeto são as práticas culturais, processos comportamentais que constituam a cultura destes grupos. Fala-se no fortalecimento ou enfraquecimento de diferentes práticas com o objetivo de resolver problemas, promover a sobrevivência e o respeito à participação democrática. Ainda é possível incluir nesse projeto a mudança de representações sociais, mitos, sentimentos e da sensibilidade. O itinerário parece oferecer condições práticas para contribuições da ciência do comportamento à sociedade em larga escala, mas ainda desperta questões sobre o papel dos diferentes atores sociais em sua aplicação prática.

Defesa de políticas públicas informadas pela análise do comportamento

Alguns textos apresentam propostas voltadas diretamente à possibilidade de que o conhecimento da análise do comportamento contribua para o planejamento de políticas públicas. Parte do conteúdo é voltado a exemplos práticos em relação ao tema central de cada texto, como pode ser percebido nos exemplos que seguirão. Jorge M. Oliveira-Castro e Julio Cesar de Aguiar (2020), por outro lado, defendem uma participação mais ampla, na qual a ciência do comportamento forneceria conhecimento a respeito das questões do direito como modo de aumentar a eficácia de políticas públicas. A contribuição viria por meio de respostas a questões importantes sobre, por exemplo:

os fatores que fazem as pessoas obedecerem (ou desobedecerem) a lei, as variáveis que influenciam o comportamento dos responsáveis pela aplicação da lei (por exemplo, polícia, advogados, juízes), a influência que o texto da lei tem sobre o comportamento das pessoas. (p. 94)

A tese defendida no texto de Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) é que a violência encontra sua gênese nas contingências sociais, e essas são administradas sobretudo pelas agências de controle, em especial o governo. As condições de predominância de relações coercitivas e de privação de reforçadores mantidas pelo governo teriam um papel imprescindível na explicação da violência. A explicação analítico-comportamental parece ter a função de explicitar as variáveis responsáveis pela gênese do problema. Essa explicitação possibilitaria ações que partissem de políticas públicas e se voltassem à solução das condições aversivas e de privação responsáveis por perpetuar a violência:

Os comportamentos violentos são gerados por ambientes coercitivos. A punição é usada para tentar, por definição, reduzir a frequência desses padrões. Mas tais padrões foram gerados previamente e continuam a ser gerados. O combate à violência por meio do aumento e eficiência das vias de repressão mascara o problema original: De onde vêm

os marginais? Qual a gênese de um crime? Qualquer combate sério ao problema deveria começar com um amplo e rigoroso diagnóstico dos diferentes tipos de crime, suas fontes e suas variáveis ambientais históricas e imediatas de controle. Esse mapeamento funcional deveria ser usado para uma política preventiva, na qual mudanças reais e profundas nos arranjos sociais e econômicos fossem implementadas. Leiam-se: melhores condições de saúde, educação, emprego, moradia, saneamento básico, lazer, etc. para todos. (p. 41)

Lourencetti e Carrara (2017) defendem o planejamento de políticas públicas, leis e diretrizes como forma de lidar com os problemas de mobilidade urbana. Essas ações deveriam se dar com fins de “evitar eventuais prejuízos à população em virtude do crescimento não planejado, tais como congestionamento de vias públicas, aumento dos níveis de poluição sonora e do ar ou pelo aumento do número de acidentes de trânsito” (p. 161). No entanto, diretrizes e leis nem sempre prescreveriam de maneira clara as ações a serem executadas e suas consequências. A análise do comportamento poderia ajudar a solucionar essa lacuna, relacionada à interação entre indivíduo e ambiente.

Maciel e colaboradores (2020) apontam que as intervenções frente à pandemia da COVID-19 deveriam considerar diferentes impactos, de curto, médio e longo prazo. Essa necessidade se deveria ao fato de que as mesmas medidas podem envolver tanto proteção quanto ameaças, como no caso do isolamento social, que envolve proteção contra a infecção e riscos em relação à violência doméstica contra mulheres. Desse modo, os autores ponderam: “tanto medidas de isolamento requerem celeridade para evitação de novos contágios da doença, como medidas de proteção às vítimas demandam também especial atenção por parte das autoridades e sociedade civil” (p. 141-142).

As intervenções envolveriam mudanças individuais e culturais, e poderiam ser informadas pelo conceito de metacontingência. É indicada a possibilidade de analistas do

comportamento desenvolverem “programas que promovam repertórios comportamentais adequados para o manejo de questões que envolvam violência doméstica” (Maciel et al., p. 144), como modo de treinar profissionais para o atendimento de vítimas e o uso dos novos recursos tecnológicos no contexto da pandemia. Seria possível contribuir também “em relação a mudanças sociais que busquem promover modificações relativas ao fenômeno da violência doméstica (para além da época da pandemia)” (Maciel et al., p. 144), envolvendo estratégias como a criação de legislações e políticas públicas.

A lógica geral encontrada é de que a análise do comportamento traria contribuições por meio da explicação da gênese dos problemas a serem enfrentados, da possibilidade de previsão de consequências em longo prazo de determinadas intervenções ou práticas, e por permitir modos de intervenção eficazes (seja por ações legislativas ou pela gestão das políticas públicas). São sugestões que dão continuidade às ideias defendidas na literatura sobre delineamentos culturais, e que se valem do poder de controle do Estado como modo de promover ações voltadas ao comportamento em ampla escala.

Foco em mudanças promovidas por meio de trocas colaborativas, pesquisas, ou da disputa do senso comum

Como alternativa às propostas que envolvem a colaboração direta com o controle institucional, outros textos sugerem modos de ação que pautem as mudanças sociais a partir do favorecimento à ação popular. Nesse caso, o papel de analistas do comportamento poderia se dar por meio da própria pesquisa e da produção de conhecimento a respeito de um tema, por trocas colaborativas em trabalhos em conjunto às comunidades, ou mesmo da disputa política sobre as noções que orientam o senso comum. Essa perspectiva aparece tanto como complemento ao delineamento cultural quanto criticando-o.

Alexandre Dittrich e José Antônio Damásio Abib (2004) argumentam pela relevância de que se leve em conta o provável conflito decorrente de orientações éticas divergentes entre analistas do comportamento e os sujeitos afetados por intervenções e tecnologias comportamentais. Esse conflito exige que o trabalho do analista do comportamento eticamente orientado deveria se valer da experiência prática dos indivíduos e das comunidades como forma de não pautar o curso de ação apenas pela experiência científica:

O conhecimento proporcionado pela experiência prática do indivíduo é, portanto, diferente do conhecimento científico; é um conhecimento que o cientista, em princípio, não possui. No entanto, esse conhecimento é absolutamente indispensável para a efetiva aplicação da tecnologia comportamental. É, portanto, um conhecimento que deve conjugar-se ao conhecimento científico. A fim de utilizar-se desse conhecimento, o cientista pode lançar mão de duas estratégias. A primeira é travar contato pessoalmente com a situação sobre a qual pretende intervir, imergindo nas contingências que a caracterizam. Embora essa seja uma estratégia frequentemente necessária, dificilmente será suficiente. O cientista jamais terá condições de adquirir o mesmo grau de conhecimento do qual dispõem aqueles que convivem sob as contingências investigadas. A segunda alternativa aponta para a colaboração entre os detentores desse conhecimento empírico e os analistas do comportamento. (p. 430)

Leugi e Guerin (2016) também defendem a necessidade de se basear a atuação em análise do comportamento no conhecimento da comunidade, daqueles que vivem nos contextos sociais que serão alvo de análise e intervenção. No entanto, o texto traz ponderações a respeito dessa consulta, na medida em que a maioria das pessoas em um dado sistema social “provavelmente não tem consciência de como o sistema está definindo e controlando seu comportamento, ou então é complacente com o sistema, especialmente se em posições de poder e privilégio” (p. 78). Essa questão orienta a um caminho mais específico, em se consultar

aquelas pessoas que pensam estratégias revolucionárias de transformação dos sistemas sociais: “Não precisamos concordar com tudo o que eles dizem, mas devemos aprender muito sobre como as mudanças podem ser efetuadas” (p. 78-79). É necessário ter atenção às demandas das comunidades e suas lutas políticas.

Essa lógica favorável a eleição de grupos que sirvam de referência à atuação também está presente na discussão de Sá (2016). A perspectiva de resolução de problemas apresentada pelo autor diz respeito à comunicação popular do conhecimento sobre o controle social do comportamento, com o objetivo de que as pessoas “estejam melhor preparadas para o exercício do Contracontrole” (p. 54). Sua proposta de comunicação popular voltada à promoção do contracontrole social teve como critério a avaliação feita por informantes qualificados. Esses informantes foram selecionados com base em suas atividades de militância em diferentes contextos:

sindicatos de trabalhadores; partidos políticos de ideologia socialista; associações de moradores de bairros e favelas; entidades de assistência social, sanitária e educacional à população; associações comunitárias religiosas; organizações de trabalhadores em empresas e movimentos de defesa dos direitos de minorias sociais. (p. 56)

O texto de Flores Júnior e Córdova (2019) se volta às possibilidades de trabalho em conjunto a comunidades oprimidas como forma de favorecer a solução de problemas por meio da ação popular. Os autores apontam a presença na literatura comportamentalista radical de argumentos a favor de trocas colaborativas e horizontalizadas que levem em conta os saberes das comunidades: “são discussões que remetem à questão ético-política e à própria eficácia do fazer científico, favorecida a partir da interlocução com o conhecimento popular” (p. 538). A proposta apresentada no texto é orientada pela promoção de três objetivos derivados da práxis da psicologia social comunitária: a conscientização, a autonomia popular, e o enfrentamento às ideologias fatalistas.

A conscientização é caracterizada como “um processo no qual a comunidade ensina o sujeito a estar sensível ao seu próprio comportamento em relação ao ambiente, e comportar-se efetivamente a partir desta sensibilidade” (Flores Júnior & Córdova, 2019, p. 537), e teria a função de possibilitar a mudança dessas relações. Os autores afirmam que um projeto de delineamento cultural prescindiria da conscientização da população, diferentemente de projetos voltados à ação popular.

A autonomia é apresentada como a conjunção entre o repertório e a possibilidade de ações voltadas a “alterar elementos das contingências de controle sob as quais os sujeitos estão inseridos” (Flores Júnior & Córdova, 2019, p. 538). Desse modo, o fortalecimento da autonomia envolveria a busca por relações mais equânimes, e ações voltadas à coletividade, levando em conta que a capacidade da intervenção realizada coletivamente é maior que a de indivíduos isolados. O conhecimento sobre o controle do comportamento humano teria valor para esse objetivo, e seria preciso “uma prática horizontalizada, inserida no cotidiano das comunidades e realizada em conjunto com a população” (p. 539).

O enfrentamento a ideologias fatalistas exigiria um compromisso ético-político com a oposição a noções individualistas e naturalizantes a respeito das situações de opressão. Os autores defendem a possibilidade de convergência do comportamentalismo radical com um projeto de transformação social, mas que isso apenas poderia se efetivar por meio do contato com as comunidades locais e as demais ciências humanas.

Tratando sobre a práxis proposta na Psicologia da Libertação, Abib (2016) afirma que uma psicologia revolucionária na América Latina deve ter dimensões éticas, políticas e epistemológicas comprometidas com a libertação de seus povos. O papel de profissionais da psicologia nesse contexto, de acordo com os textos de Martín-Baró, exigiria o domínio da história dos povos latino-americanos como forma de compreender sua realidade. O *quefazer* apresentado se direciona ao desenvolvimento da conscientização dos povos latino-americanos

“na esperança que aprendam a ler a sua própria realidade e a contar a sua própria história” (p. 30). O autor defende que essa orientação seria simpática às propostas de James Holland. Desse modo, conhecendo os mecanismos de controle, opressão e desumanização, seriam promovidas novas possibilidades de ação.

As discussões favoráveis a trocas colaborativas apresentam uma especial compatibilidade com os critérios presentes nas propostas de Fals Borda. O conhecimento científico é convidado a compor um itinerário de participação política que leve em conta os saberes populares. O papel dedicado às comunidades ou grupos militantes é coerente com a eleição de grupos-chave com os quais o trabalho deve estar comprometido. Os posicionamentos defendidos são favoráveis à transformação social e ao combate às opressões.

A defesa de que essa orientação esteja aliada a uma visão de mundo comportamentalista radical é apresentada por meio de dois argumentos principais. Primeiramente, há defesa de que o conhecimento a respeito do controle do comportamento humano poderia favorecer formas de enfrentamento aos seus mecanismos. Defende-se também que o antimentalismo e o modo contextualista de se caracterizar as relações entre pessoa e mundo seriam aspectos da teoria comportamentalista radical vantajosos para itinerários subversivos.

Pessotti (2016) defende que o recurso mais eficaz contra a submissão ao controle é a explicitação das técnicas de controle, por meio de uma atuação anárquica. Esse trabalho de difusão envolveria as técnicas empregadas pelos mais diversos grupos: “governo, fabricantes, comerciantes, agentes de publicidade, órgãos de informação, líderes religiosos ou ativistas políticos (behavioristas ou não)” (Pessotti, 2016, p. 102). O autor trata do itinerário como “uma espécie de vacinação em massa contra a submissão incauta às técnicas de controle” (p. 102). Se sua proposta se volta às possibilidades de contracontrole, esse deveria se dar a partir de iniciativas próprias dos sujeitos controlados e não do planejamento de cientistas.

Na introdução do texto de Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) é apresentada a defesa skinneriana de que a linguagem da análise do comportamento deveria permitir tornar explícita a fonte dos problemas humanos em relações entre organismo e ambiente, além de possibilitar a orientação para soluções. Essa proposta é colocada em oposição à linguagem mentalista, a qual teria sido apontada por Skinner como um entrave importante à solução dos problemas humanos, por “encobrir as variáveis críticas que estariam na base da produção e/ou manutenção das mazelas cotidianas” (p. 28).

Couto e Dittrich (2017) dão destaque à visão de mundo comportamentalista radical ao discutir as possibilidades de aproximação entre a análise do comportamento e o feminismo. Menciona-se a explicação do comportamento com base no contexto como uma contribuição à rejeição de visões essencialistas sobre o masculino e o feminino, o que “permite confiar nas possibilidades transformadoras da sociedade, por meio da alteração das práticas culturais vigentes” (p. 153).

A orientação interventiva dessa compatibilidade diz respeito ao desvelamento dos controles sobre comportamento das pessoas na sociedade: “isto pode auxiliar na criação de táticas de contracontrole e permitir a análise das consequências deste contracontrole, bem como contar com o envolvimento ativo de cientistas do comportamento num projeto de mudança social” (Couto & Dittrich, 2017, p. 156). Essas possíveis contribuições por parte da análise do comportamento deveriam ser feitas, ainda, de modo assertivo, claro, humilde e aberto ao conhecimento já produzido por décadas no feminismo, fora de pretensões messiânicas.

Esses argumentos favorecem a inserção do comportamentalismo radical na disputa política do senso comum. Ainda que a necessidade de que essa inserção não seja impositiva seja ressaltada com frequência, permanece uma lógica de que o comportamentalismo radical deveria contribuir com a construção coletiva de um senso comum menos comprometido com explicações mentalistas e com noções de um Eu iniciador do comportamento. Essa ideia acaba

envolvendo a defesa de que a própria pesquisa sobre determinados temas pode ser uma forma de contribuição, produzindo novos conhecimentos que deveriam ser capazes de alcançar o debate comum.

Carrara e Fernandes (2018) mencionam três frentes de ação para o combate à corrupção com as quais analistas do comportamento poderiam colaborar. A primeira seria promover o abandono de noções de que “o corrupto, o corruptor e a própria corrupção constituem ‘coisas’, eventos, estruturas, deformação de caráter, desvio ético-moral inato” (p. 9). A segunda seria uma educação ética com foco no estabelecimento de repertórios voltados a “relações sociais justas, equitativas e contributivas para uma vida coletiva harmônica” (p. 10). A última frente de ação seria o fomento público à pesquisa sobre as relações entre comportamento e ambiente, de modo a subsidiar “um tratamento rigoroso e integrado com a contribuição dos movimentos sociais organizados, dos pesquisadores e da mídia” (p. 10).

O texto de Freitas e Morais (2019) direciona o combate à violência sexual contra a mulher ao campo da disputa cultural, envolvendo a explicitação das práticas que compõem a cultura do estupro, sua associação com o contínuo que envolve a violência sexual e o combate à cultura patriarcal em geral. O próprio uso da palavra “estupro” para nomear essa cultura tem a função de tornar mais clara a vinculação de todo esse espectro de práticas com o estupro, se valendo da atitude negativa que as pessoas tem em relação à palavra: “parece haver uma tentativa do movimento feminista de mudar a função que atos vistos como normais têm em nossa sociedade, para que eles sejam tão repudiados quanto estupros estereotípicos” (p. 121). No entanto, essa disputa simbólica é apresentada com um adendo: “nada garante que nomear atos que hoje são tidos como banais de estupro não possa fazer com que o contrário aconteça e o nome estupro passe a ter uma função menos aversiva” (p. 121).

Laurenti e colaboradores (2019) defendem o combate à desigualdade de gênero na participação de atividades acadêmicas e científicas por meio de “uma política científica de

identificação dos fatores ou contingências discriminatórias entre os gêneros, ampliando o conhecimento das variáveis que controlam o comportamento dos(as) cientistas” (p. 265). Essa alternativa passa pelo desenvolvimento da análise científica a respeito do comportamento científico, para a qual a análise do comportamento teria ferramentas adequadas. A sugestão é estendida à participação de outros grupos oprimidos:

Esta pesquisa é uma tentativa de criar subsídios para discussões sobre o papel do gênero na prática acadêmico-científica analítico-comportamental no Brasil, no intuito de que também dê ensejo ao estudo de outras identidades de gênero, como a de travestis, transexuais e transgêneros, considerando também outros vetores de desigualdade social, como raça/etnia e classe, que estão relacionados com distorções de gênero. (p. 265)

Mizael (2018) sugere caminhos para a ciência favoráveis ao enfrentamento a essas opressões. Seis possibilidades são apresentadas: (1) a análise dos efeitos do preconceito sexual e da homofobia sobre os indivíduos, com foco em sua manutenção tanto como comportamento quanto como prática social; (2) análise funcional dos diferentes modos de discriminação, especialmente daqueles mais sutis e recreativos; (3) análise do comportamento de terapeutas e de suas concepções a respeito do tema, com vistas à instrumentalização de intervenções educativas sobre gênero, sexo e sexualidade; (4) uso de modelos teóricos e experimentais sobre as relações verbais e os controles de estímulo relacionados à manutenção desses preconceitos; (5) uso do “paradigma de equivalência de estímulos ou a teoria das molduras relacionais na tentativa de diminuir vieses sexuais negativos” (p. 25), com fins de pesquisa e intervenção; e (6) o contato com a produção de conhecimento de outras áreas a respeito do tema, “na elaboração de trabalhos teóricos e empíricos, complementando-os e/ou contrastando-os com os pressupostos analítico-comportamentais” (p. 25).

Sobre valores e ética

A apresentação do conteúdo a respeito dos valores na ciência envolve a apresentação do sistema ético skinneriano, realizada com base em alguns textos que dão destaque ao tema (Bogo & Laurenti, 2012; Castro & de Rose, 2015; Dittrich & Abib, 2004; Melo, Castro & de Rose, 2015). Considerações sobre os valores implicados no trabalho empreendido por analistas do comportamento são apresentadas em seguida, com base em textos que versam sobre o tema sob diferentes enfoques (Carrara et al., 2013; Couto & Dittrich, 2017; de Miranda, Gonçalves, Miranda & Cirino, 2011; Dittrich, 2019; Dittrich & Abib, 2004; Vandenberghe, 2005; Zilio, 2018).

O sistema ético skinneriano

Bogo e Laurenti (2012) iniciam seu texto mencionando as críticas das quais o comportamentalismo radical costuma ser alvo, em especial aquelas relacionadas à ética: seria uma teoria reacionária e antidemocrática, que não daria conta de lidar com o tema dos valores. As críticas são contrapostas com os posicionamentos éticos de Skinner. No modelo skinneriano, a análise do comportamento pode ser concebida como uma ciência dos valores, na qual “a moralidade é tratada em termos de comportamento moral, e os valores como consequências de ações morais” (p. 958).

Melo, Castro e de Rose (2015) especificam o tratamento dado à ética de Skinner em termos de uma ética descritiva (como campo de investigação, metaética) explícita e uma ética prescritiva (normativa, moral) implícita. Sua ética descritiva diria respeito a tratar o comportamento ético e moral como objeto da ciência do comportamento. A defesa dessa possibilidade passaria, de acordo com os autores, por uma rejeição à distinção entre fatos e valores. Os valores seriam tratados em termos de interações entre organismo e ambiente, assim como os demais processos comportamentais.

A ética descritiva de Skinner é apresentada nos textos com base em seu modelo seletcionista. Dittrich e Abib (2004) especificam como o sistema ético se vale do conceito de bens éticos para designar determinados tipos de consequências do comportamento: (1) *Bens pessoais* como reforçadores positivos para o comportamento do próprio indivíduo que os produziu; (2) *Bens dos outros* como reforçadores positivos para o comportamento de outras pessoas, que não os produziram; (3) *Bens das culturas* como consequências de determinadas práticas culturais que tenham o efeito de contribuir para a sobrevivência de sua cultura.

Os comportamentos eticamente bons, então, seriam aqueles que produzem um ou mais desses tipos de bens, ou seja, “que ‘satisfazem’ às contingências seletivas” (Dittrich & Abib, 2004, p. 427). Sob essa leitura descritiva, Melo, Castro e de Rose (2015) afirmam que a metaética skinneriana subscreveria um relativismo moral, classificando os eventos a partir de suas funções, sem bem ou mal absoluto. Os autores apontam que, em contrapartida, intervenções culturais que se baseiem em tecnologias comportamentais envolvem valores, na medida em que exigem decisões sobre o que seria melhor às pessoas e à cultura.

A escolha skinneriana pela primazia ao bem da cultura como valor orienta sua ética prescritiva. Melo, Castro e de Rose (2015) afirmam que “o Behaviorismo Radical como filosofia da ciência do comportamento estabelece suposições necessárias, mas não suficientes, para a eleição do bem da cultura” (p. 45), de modo que a ética descritiva skinneriana não leva necessariamente à sua ética prescritiva. Os autores ainda ponderam que essa primazia não deveria se dar a qualquer custo, em detrimento da felicidade e ao bem-estar dos indivíduos.

A discussão de Castro e de Rose (2015) apresenta a tese skinneriana de que a tecnologia do comportamento seria eticamente neutra e de que não haveria valores éticos absolutos. A preferência pela sobrevivência da cultura seria um valor norteador *a ser eleito* para o uso da tecnologia comportamental.

Nota-se, nesse caso, uma desvinculação entre uma dimensão cognitiva e outra aplicada da neutralidade científica (Mariconda, 2006). Nega-se que o uso do conhecimento científico se dê de forma neutra (rejeitando a neutralidade aplicada), mas ainda assim há a defesa de uma neutralidade no desenvolvimento desse conhecimento (corroborando a tese da neutralidade cognitiva). Essa orientação difere da defendida na atual pesquisa, na qual rejeitamos a possibilidade de neutralidade científica em ambas as dimensões, uma vez que se discute a relação do contexto sociopolítico com o desenvolvimento da teoria como um todo. Desse modo, mesmo a separação entre uma ética descritiva e outra prescritiva é passível de questionamentos.

Castro e de Rose (2015) discutem a escolha preferencial ao bem da cultura e suas implicações ao planejamento frente à possibilidade de conflitos entre os bens de diferentes níveis de seleção. Essa preferência não deveria ocorrer com o sacrifício de liberdades pessoais, promovido por meio de controle aversivo. Não haveria necessidade de sacrifício desde que os indivíduos fossem induzidos a favorecer o bem da cultura por meio do reforço positivo.

Dittrich e Abib (2004) defendem a pertinência da sobrevivência das culturas como valor. Especialmente, a filosofia moral skinneriana favoreceria uma orientação menos rígida e mais mutável de acordo com as circunstâncias históricas. Enquanto o valor fundamental seria a sobrevivência das culturas, todos os outros seriam continuamente reavaliados de acordo com sua pertinência para esse primeiro: “Enquanto valor, a sobrevivência prepara a cultura que a adota para a experimentação e a mudança” (Dittrich & Abib, 2004, p. 429). O caráter experimental do sistema ético skinneriano seria desafiador, sobretudo pelas dificuldades de previsão a respeito das consequências dos diferentes cursos de ação.

As implicações práticas do sistema ético skinneriano, desse modo, envolvem uma atenção prioritária à relação entre o comportamento de analistas do comportamento e suas consequências. As intervenções e as tecnologias comportamentais seriam *boas* na medida em

que tenham como consequências bens éticos, principalmente aqueles compatíveis com a sobrevivência das culturas. Naturalmente, passa a ser esperado que analistas do comportamento desenvolvam uma *sensibilidade* específica, de modo que seu comportamento seja reforçado por tais consequências.

A defesa skinneriana pela possibilidade de uma ética descritiva baseada no estudo do comportamento humano parece favorável à construção de uma ciência própria e subversiva, uma vez que não contribui com a omissão sobre o papel dos valores na prática científica, e ainda indica possibilidades de investigação sobre o tema. Tal tese dificulta o discurso sobre a neutralidade científica⁶⁹, que desempenha um papel importante na manutenção de compromissos-pacto na ciência. Um itinerário favorável ao compromisso-ação seria compatível com a atenção direcionada à natureza comportamental dos valores, sobretudo à ênfase nas consequências da ação no mundo como parâmetro do comportamento ético.

A forma como as prescrições a favor do bem das culturas são apresentadas nos diferentes textos analisados, no entanto, merece algumas ponderações. Mesmo que se afirme que o que está sendo selecionado na sobrevivência das culturas seja as práticas culturais, não fica claro como os conflitos entre diferentes culturas, comunidades ou indivíduos se relacionam a essa trama. Nem mesmo parece muito claro o que sobrevive quando uma cultura sobrevive. Não há de se negar que a sobrevivência mútua de algumas culturas seja incompatível, ao passo que estas se contradigam; ou que relações de exploração possam se dar de modo exógeno, entre indivíduos de uma cultura sobre a outra (como nas situações coloniais). Análises de processos culturais voltadas exclusivamente para “dentro” da cultura analisada correm o risco de não dar conta destes problemas.

⁶⁹ É importante salientar que uma tese favorável a alguma investigação sobre o papel dos valores na prática científica dificulta a defesa à neutralidade, mas não a impede. Ainda há a possibilidade de uma defesa parcial, como é o caso da aceitação da neutralidade cognitiva junto à rejeição da neutralidade aplicada. Trata-se de uma possibilidade lógica, se os resultados encontrados pelo escrutínio seriam ou não coerentes como essa separação já é uma questão de outra ordem.

A insistência por caracterizações que não envolvam disputas ou antagonismos concretos contribui para acúmulo de lacunas que dificultam a discussão desse modelo. Uma possível consequência a ser considerada é a eleição de itinerários que preguem soluções conciliatórias mesmo em contextos nos quais estas não sejam viáveis. Vincular essas prescrições em termos de ajustamento (em função da ênfase na ideia de sobrevivência ou de continuidade da cultura) ou de transformação (em função de seu caráter experimental) acaba sendo um verdadeiro desafio frente a esses impasses.

Questões éticas a respeito do trabalho empreendido por analistas do comportamento

Outros textos tratam sobre valores com foco nas questões relacionadas ao trabalho empreendido por analistas do comportamento. É possível encontrar defesas a diferentes modos de se conceber os valores que deveriam orientar a pesquisa e a aplicação da ciência do comportamento, e diferentes ponderações sobre como avaliar esses compromissos. As discussões apontam principalmente para o modo como decisões éticas de cientistas podem ser influenciadas por seu contexto político e social.

Dittrich (2019) discute a necessidade da avaliação ética do trabalho. O autor aponta que a discussão de questões éticas é frequente na análise do comportamento, desde temas relacionados à sua aplicação, até a análise do comportamento ético como objeto de estudos experimentais. Os campos da ética e da política não permitiriam conclusões absolutas. Desse modo, decisões e ações por parte de analistas do comportamento envolveriam assumir riscos, que deveriam ser acompanhados de uma “autocrítica - científica, técnica e ética - não apenas ao planejar suas intervenções, mas também ao implementá-las e ao avaliar seus resultados” (p. 6). Seria necessário levar em conta, ainda, a apreciação crítica daqueles afetados por suas intervenções.

As prescrições skinnerianas recebem problematizações. Couto e Dittrich (2017) mencionam a afirmação de Ruiz e Roche (2007) de que a defesa skinneriana à sobrevivência da cultura como valor fundamental não seria adequada caso não se leve em conta os “conflitos de interesses entre os valores dos cientistas e da sociedade” (Couto & Dittrich, 2017, p. 155). Desse modo, seria necessária uma explicitação dos valores que envolvem a prática científica e o fazer pesquisa.

Seria importante que a tomada de decisão em análise do comportamento passasse pelo questionamento sobre quem é beneficiado pelo conhecimento produzido, como se contribui com a solução dos problemas sociais e com a transformação da sociedade. Couto e Dittrich (2017) afirmam que o “foco em intervenções sobre ambientes controlados e em pequena escala, ao invés de em contextos mais amplos e diversos” (p. 155) afastaria a análise do comportamento de um itinerário de transformação social, de modo que essa tendência deveria ser melhor investigada.

Essa ênfase conflitiva na avaliação ética também aparece no texto de Diego Zilio (2018). Ao discutir as dimensões ético-políticas do comportamento de cientistas, o autor destaca a influência de agências privadas e governamentais sobre o processo de pesquisa: “são estas as detentoras de capital de financiamento e, não raramente, das patentes e tecnologias criadas via pesquisa científica” (p. 241). Assim, é apontado que “as análises éticas e políticas, campo da análise teórica do comportamento, tornam-se especialmente relevantes” (p. 241), uma vez que se reconheça o poder político e econômico envolvido no empreendimento científico.

Dittrich (2019) relaciona decisões éticas a respeito da pesquisa e da prestação de serviços em análise do comportamento tanto a demandas sociais quanto à história pessoal: “o julgamento desses sobre quais problemas são socialmente relevantes depende das especificidades das demandas apresentadas pelas comunidades e instituições junto às quais

atuam, mas também de contingências idiossincráticas presentes na história de vida de cada analista” (p. 7). Como um exemplo, o autor relaciona o crescimento da atuação e pesquisa a respeito do espectro autista às oportunidades crescentes de colocação no mercado de trabalho. Dittrich afirma que, embora o tema certamente diga respeito a uma demanda da sociedade, “a atual predominância desse tipo de pesquisa e intervenção obviamente não se explica apenas em função dela, mas também por variáveis relativas a empregabilidade e remuneração” (p. 7). Sob essa discussão, é defendida uma diversificação em espaços e populações atendidas pela análise do comportamento.

Carrara (2016) menciona a variabilidade na história e no repertório de analistas do comportamento para tratar do comprometimento político, sob a oscilação entre engajamento e alienação: “como quaisquer indivíduos, os psicólogos em geral, de qualquer mediação teórico-epistemológica, estão sujeitos a esses variados tipos de arranjo de contingências na sua história cotidiana” (p. 92). Nesse sentido, o autor defende uma sensibilização de analistas do comportamento em formação, de modo que se interessem por:

viabilizar, de maneira planejada, relações interpessoais e interculturais marcadas por uma conduta ética prescrita não apenas pelos seus melhores pares na literatura, mas também pelas normas de conduta ética da profissão e pelas prescrições maiores que norteiam direitos e deveres constitucionais do cidadão. (p. 92)

No texto de Laurenti e colaboradores (2019), o combate às desigualdades de gênero no meio acadêmico e científico passa pela compreensão do comportamento científico e de seus produtos. Nas conclusões da pesquisa, discutindo a possibilidade de que preconceitos de gênero moldem as desigualdades identificadas, os autores afirmam que essa hipótese “também não está descartada para a Análise do Comportamento nacional, uma vez que as contingências que integram suas práticas científicas se articulam com práticas da sua cultura – uma cultura que também perpetua desigualdades entre os gêneros” (p. 264).

Outro elemento tratado nos textos é o possível conflito de valores entre a pessoa especialista e a comunidade afetada pelo seu trabalho. Carrara e colaboradores (2013) mencionam especificamente a possibilidade de conflito desses distintos valores entre os sujeitos envolvidos em um processo de planejamento cultural. Dittrich e Abib (2004) explicitam a natureza conflitiva dessa relação: “trata-se, portanto, de relações que envolvem negociação de valores. Em certo sentido, esse é um tipo de relação idealizada, pois conflitos e imprevistos seguramente ocorrerão” (p. 430).

A intervenção de analistas do comportamento também é apresentada sob o conflito com os interesses de terceiros. Os conflitos de interesse entre o sujeito atendido na terapia e as agências de controle ou a sociedade em geral são discutidos por Vandenberghe (2005) como uma fonte de paradoxos na prática terapêutica, envolvendo pressões de diferentes atores, como a escola e membros da família.

Os profissionais deveriam agir em favor da eliminação dos impactos colaterais do alinhamento do sujeito às normas da sociedade operado pelas agências de controle: “o terapeuta deve ajudar o sujeito a viver, alcançando o que é importante para si, mas sem sofrer os efeitos prejudiciais (para o indivíduo) do controle aversivo da sociedade” (Vandenberghe, 2005, p. 63). Sem alcançar uma transformação na sociedade por conta própria, o indivíduo seria ajudado a encontrar maneiras criativas de se adaptar: “esta tarefa contém uma ética inevitavelmente subversiva, porque o terapeuta escolhe, num certo sentido, sempre para o indivíduo, contra a sociedade” (p. 63).

O autor pondera como, em outro sentido, a terapia acaba colaborando com as agências controladoras por esse fim adaptativo: “a libertação do indivíduo é compensada pela sua reinserção, agora como pessoa mais criativa, menos reprimida, potencialmente um membro mais valioso da mesma sociedade” (p. 63). É aventada a possibilidade de que uma dessas duas

dimensões contraditórias do trabalho terapêutico poderia ser colocada acima da outra, dependendo mais do contexto sócio-político do que da teoria psicológica adotada.

Os exemplos citados endossam a defesa de estratégias de investigação e avaliação a respeito dos valores na prática da análise do comportamento. Conflitos de interesses são colocados em pauta, de modo a tratar a questão também em sua dimensão política. O conteúdo é relacionado diretamente à tese da ciência como comportamento de cientistas e à possibilidade de sua explicação com base em variáveis contextuais. Permanece o favorecimento ao compromisso-ação por meio da explicação dos compromissos implicados na prática científica, nesses casos com ênfase em aspectos sociais mais explícitos.

Sobre o comportamento científico e suas relações

Os tópicos sobre o comportamento científico e suas relações com outras disciplinas e com os saberes não científicos foram agrupados em um só conjunto. Foi possível identificar discussões sobre as especificidades do conhecimento científico, com argumentos favoráveis a concepções comportamentais e antiessencialistas (Bogo & Laurenti, 2012; Flores Júnior & Córdova, 2019; Laurenti, 2012; Vandenberghe, 2005). Em seguida, são apresentadas críticas ao reducionismo científico (Carvalho Neto, de Salina & Montanher, 2003; Laurenti, 2012; Leugi & Guerin, 2016; Ferreira, Santos, Matos, Moura & Rodrigues, 2017). Alguns textos analisados trouxeram críticas em relação a modelos explicativos apontados como mantenedores de desigualdades sociais (Bogo & Laurenti, 2012; Carvalho Neto, de Salina, Montanher & Cavalcanti, 2003; Couto & Dittrich, 2017; Dittrich, 2019; Flores Júnior & Córdova, 2019; Pessotti, 2016). Por fim, é apresentado o conteúdo sobre relações interdisciplinares da análise do comportamento, com base em diversos textos (Abib, 2016; Carrara, 2016; Carrara & Fernandes, 2018; Carrara et al., 2013; Carvalho Neto, Alves &

Baptista, 2007; Couto & Dittrich, 2017; Flores Júnior & Córdova, 2019; Gusso, 2019; Naves & Vasconcelos, 2008; Oliveira-Castro & Aguiar, 2020; Zilio, 2018).

Relação com outros saberes e antiessencialismo

A caracterização da ciência como comportamento de cientistas é por vezes acionada com a função de discutir sobre a verdade ou a legitimidade das diferentes formas de conhecimento. A questão também envolve questões éticas e políticas sobre a relação entre ciência e sociedade. O debate entre o modelo científico moderno e a ciência pós-moderna também é empregado, “como um recurso heurístico útil para sistematizar, não só as críticas ao modelo moderno de ciência, mas também as propostas alternativas do fazer científico que emergem em função dessas críticas” (Laurenti, 2012, p. 367).

O tratamento comportamental aos problemas do conhecimento orienta críticas a concepções essencialistas sobre a verdade. O argumento é apresentado por Vandenberghe (2005) sob a tese de que uma consequência inevitável seria a caracterização do próprio comportamentalismo radical “como nada mais do que comportamento” (p. 56). O autor afirma que mesmo tais reflexões de natureza epistemológica “são resultado das contingências que levaram à sua elaboração e, por isto, nunca constituem uma verdade absoluta” (p. 56).

Flores Júnior e Córdova (2019) também relacionam a tese à ruptura com ideais essencialistas da verdade e de superioridade hierárquica do conhecimento científico. Os autores defendem que essa ruptura não incorreria numa visão relativista: “pelo contrário, permite a exigência da revisão constante das implicações de cada forma de discurso, sob um exame contextualista que envolva tanto o repertório verbal do sujeito como as práticas vigentes em sua comunidade” (p. 530).

Desse modo, problemas de natureza epistemológicas passam a ser discutidos em termos comportamentais. Bogo e Laurenti (2012) discutem como, para Skinner, a distinção entre

conhecimento científico e senso comum diria respeito a diferentes controles de estímulo, e não à proximidade com a realidade. Por um lado “a comunidade científica organiza contingências de modo que o cientista descreva leis com as quais possa lidar efetivamente com a natureza, seja explicando, seja prevendo ou modificando o fenômeno de interesse” (p. 968), enquanto o indivíduo que se baseia no conhecimento comum “organiza contingências de modo que consiga resolver seus problemas imediatos cotidianos” (p. 968).

Concepções sobre o comportamento de cientistas vinculadas à relação entre fatos e valores também envolvem teses sobre a relação do conhecimento científico e as outras formas de saber. De acordo com Carolina Laurenti (2012), no paradigma moderno haveria uma possibilidade de que a prática científica estivesse sob controle estrito dos fatos, isentando-se da influência dos valores. Partindo da crença em um mundo ordenado e constituído de relações inexoráveis, a ciência conheceria essas relações causais a partir da observação isenta de valores que advenham da subjetividade de quem pesquisa ou de seu contexto sociocultural.

Os valores não permitiriam o conhecimento verdadeiro por sua natureza demasiadamente pessoal, relativa e irregular, e estariam, portanto, apartados da ciência: “com efeito, as questões de fato (objetivas) foram reservadas à ciência; e as de valor (subjetivas) aos campos da ética, política, estética, religião e senso comum” (Laurenti, 2012, p. 368). Essa perspectiva atrela a objetividade à neutralidade científica: “a objetividade do conhecimento científico seria garantida pela possibilidade de uma observação isenta de compromissos com os interesses de qualquer perspectiva de valor particular (neutralidade científica)” (p. 368).

Na ciência pós-moderna, por sua vez, a noção de objetividade não estaria mais atrelada à neutralidade. A objetividade, conforme apresentado no texto, estaria relacionada à identificação sistemática dos valores, pressupostos, preconceitos e interesses implicados na investigação científica. Nessa orientação, a objetividade é relacionada ao comportamento de cada cientista e à história:

A busca pela objetividade torna-se premente para uma filosofia da ciência historicamente orientada, que considera a história da ciência também como uma história de cientistas individuais ou grupo de cientistas na defesa de suas ideias, mostrando que ciência é, antes de tudo, o comportamento do cientista. (p. 369)

A participação dos valores na ciência, de acordo com um paradigma pós-moderno, estaria atrelada à visão de uma realidade inacabada, que tem “seus contornos delimitados pelo toque de mãos humanas” (Laurenti, 2012, p. 370). A implicação desse inacabamento seria o comprometimento com as “consequências éticas e políticas de suas intervenções na natureza e na sociedade” (p. 370), tornando o paradigma científico um paradigma social. Essa leitura estaria afastada de metanarrativas do paradigma moderno, que atrelariam necessariamente a emancipação humana ao desenvolvimento científico. A autora defende que, a despeito disso, esse paradigma não implica na negação da racionalidade científica:

Trata-se, agora, de uma racionalidade voltada para as relações dos homens entre si e com o mundo natural. A racionalidade a ser construída passa necessariamente pelo crivo das opções éticas. Em última instância, o fazer científico, mais do que nunca, reclama não só uma reflexão sobre a adequação de teorias, métodos e técnicas aos seus assuntos de interesse, mas, principalmente, uma discussão de suas consequências ético-políticas. (p. 370)

Bogo e Laurenti (2012) apresentam como, no modelo científico pós-moderno, as outras formas de conhecimento seriam reconhecidas como válidas para seus próprios critérios, sem uma separação hierárquica. Na relação entre senso comum e ciência, nesse caso, uma penetração recíproca seria bem-vinda. Enquanto a ciência poderia aprender com o conhecimento leigo de modo a produzir “um conhecimento concreto, contextualizado à realidade histórica e social” (p. 966), a sociedade poderia se utilizar do conhecimento científico para desenvolver reflexões críticas sobre os problemas sociais, potencializando suas

possibilidades emancipatórias. Nessa orientação, o uso do conhecimento científico por parte da sociedade se daria a partir do que ela deliberar, em contraposição à centralidade de cientistas no papel de decisão: “em outras palavras, na ciência pós-moderna, o especialista está subjugado à sociedade civil, e não o contrário” (p. 966).

As autoras advogam a favor da filiação da análise do comportamento com o modelo científico pós-moderno. A perspectiva skinneriana, argumentam, sugeriria a defesa à cooperação e não o isolamento entre analistas do comportamento e leigos. Além disso, essa filiação ajudaria a análise do comportamento a lidar com críticas que a classifiquem como reacionária ou antidemocrática.

Essas discussões aproximam o comportamentalismo radical das noções de objetividade científica defendidas por Fals Borda (1971), bem como justificam uma orientação colaborativa e participativa da prática científica. A rejeição a ideais hegemônicos da ciência moderna é apresentada sob teses com estatuto epistemológico positivo, propondo interpretações alternativas que partem do próprio desenvolvimento científico da análise do comportamento e do acúmulo sistemático de conhecimento a respeito dos fenômenos comportamentais. Desse modo, o reconhecimento do papel do contexto social e político na ciência não se orienta a um enfraquecimento do empreendimento científico, mas à complexificação da forma como se concebe o fazer ciência.

Críticas ao reducionismo científico

Algumas das discussões sobre a relação entre as disciplinas científicas se voltam especialmente à questão do reducionismo científico. O tema é apresentado no texto de Laurenti (2012), na discussão sobre a separação entre ciência naturais e ciências humanas no paradigma científico moderno. A crença de que o conhecimento científico verdadeiro teria base em relações certas e absolutas subjugaria as ciências humanas, “já que, no máximo, podem aduzir

leis estatísticas de seus objetos de estudo” (p. 368). As possibilidades das ciências humanas nesse cenário estariam em, por um lado, assegurar seu estatuto científico por meio do programa reducionista, conformando suas leis às das disciplinas cuja cientificidade é mais reconhecida. Por outro lado, haveria a possibilidade de reivindicação de um estatuto epistemológico próprio, apartado do cânone das ciências naturais em termos de “linguagem, objetivos, conceitos, métodos e técnicas” (p. 368).

Essa separação seria justificada pela natureza de seu fenômeno de investigação, o qual seria “complexo, espontâneo, criativo e intencional, diferindo do caráter mecanicista e determinista do objeto das ciências naturais” (Laurenti, 2012, p. 368). A autora esclarece como as duas opções, o reducionismo e a distinção do estatuto científico, ainda subscreveriam ao cânone da racionalidade estabelecido pelas ciências naturais, fortalecendo a visão dicotômica entre humano e natureza, junto a uma visão mecanicista e determinista sobre a última:

Isso porque as ciências humanas reclamam um modo de explicação diferente das ciências naturais com base na suposição de que o homem não se identifica com a natureza. Esta é simples e mecânica, aquele é dotado de complexidade e intencionalidade. Em outras palavras, a defesa do caráter único do ser humano pelas ciências humanas se dá em contraposição à visão mecanicista e determinista de natureza – exatamente a mesma concepção defendida pelas ciências naturais. (p. 368, 369)

Em oposição, o paradigma pós-moderno descreve um mundo inacabado e indeterminista, “um sistema em que o presente não fixa de maneira inequívoca o futuro, sendo compatível com inúmeras possibilidades de realização” (Laurenti, 2012, p. 369). Essa perspectiva induz a uma pluralidade metodológica possibilitada, de acordo com a autora, com o abandono das noções de simplificação e redução presentes na ciência moderna. As alternativas seriam um pensamento complexo, que reconheça níveis diversos de emergência da realidade; e uma comunicação antirreducionista, que oriente a transdisciplinaridade

valorizando a autonomia dos campos científicos sem implicar em isolamento: “uma relação que supera a clássica dicotomia da ciência moderna entre ciências naturais e humanas” (p. 369).

A autora aponta uma nuance reducionista que contrasta com a defesa skinneriana de uma ciência do comportamento com suas próprias leis e conceitos. Essa nuance explicitaria a faceta moderna de Skinner, e é exemplificada com um trecho que sugere que uma redução total dos princípios da psicologia só não teria ocorrido por motivos metodológicos e pelo desenvolvimento técnico-científico.

Já a faceta pós-moderna da obra skinneriana subscreve uma visão da variação como um aspecto natural do comportamento, com estatuto epistemológico positivo. É argumentado que, como resultado “a meta da ciência skinneriana não seria a busca da certeza, mas sim, de conceitos e leis que descrevam relações de dependência probabilística entre indivíduo e seu contexto natural e social” (Laurenti, 2012, p. 374). Seu modelo de seleção pelas consequências, em face à complexidade do comportamento, exigiria que essa busca recorra a um diálogo transdisciplinar envolvendo diferentes ciências que estudam os processos de variação e seleção. Essa proposta não subscreveria um programa reducionista, já que, nesse ponto, Skinner seria “mais categórico em relação à autonomia de campos científicos. Por exemplo, ele condena a análise do fenômeno de um nível seletivo com os princípios e conceitos de outro nível” (p. 374).

Essa rejeição ao reducionismo no selecionismo skinneriano pode ser exemplificada com base no texto de Marcus Bentes de Carvalho Neto, Alessandra Salina, Ana Roberta Prado Montanher e Laura Abdalla Cavalcanti (2003). Os autores versam criticamente sobre manifestações do determinismo reducionista biológico em áreas como a biologia, sociobiologia, genética e antropologia criminal. São apontados, especialmente, limites da explicação sobre o comportamento com base na explicação filogenética. É explicitado que o conhecimento a respeito do comportamento humano é composto por condições da história da

espécie, do indivíduo e da cultura. A ciência skinneriana se voltaria especialmente à história individual/ontogenética, e seria incompatível com perspectivas reducionistas:

Explicações do comportamento que não compartilham a visão de multicausalidade, ao enfatizarem qualquer uma das variáveis, quer históricas ou organísmicas, como causadoras únicas, pouco auxiliam na compreensão do comportamento concreto do mundo real, onde as unidades analíticas inventadas pelo Homem são postas continuamente em suspeição dado o caráter complexo e interligado do fenômeno. (p. 49)

O tema aparece no texto de Leugi e Guerin (2016) por meio da crítica à aplicação descontextualizada da lógica experimental ao tratamento de questões de um ambiente social complexo. Os autores apontam essa complexidade como um conhecimento comum às ciências sociais como um todo, que compreendem que os contextos sociais envolvem diversas camadas de relações (pessoais, políticas, de trabalho, etc.). Mesmo em tentativas de se emular configurações sociais em laboratório, “os participantes vêm aos laboratórios já imersos em relações sociais complexas”⁷⁰ (p. 76). Diferentemente da formação em antropologia social ou sociologia, “analistas do comportamento não são treinados atualmente para medir, reconhecer ou analisar os múltiplos contextos sociais nas sociedades, nem as variações culturais”⁷¹ (p. 76). Desse modo, o papel de analistas do comportamento na investigação sobre os contextos sociais e sua influência na vida das pessoas se torna uma questão a ser discutida.

O texto de Ferreira e colaboradores⁷² (2017) apresenta uma crítica ao reducionismo científico voltada ao contexto clínico. Os autores tratam de questões a respeito da validade da prática clínica em análise do comportamento em relação às discussões do movimento da

⁷⁰ Original: “participants come to laboratories already immersed in complex social relations” (Leugi & Guerin, 2016, p. 76).

⁷¹ Original: “Behavior analysts are not trained currently to measure, recognize or analyze the multiple social contexts in societies, nor the cultural variations” (Leugi & Guerin, 2016, p. 76).

⁷² Texto de Tiago Alfredo da Silva Ferreira, Felipe Melo Souza Santos, João Pedro Alves Matos, Maurício Cardoso Borges Lacerda Moura e Sidarta da Silva Rodrigues.

psicologia baseada em evidências, ou prática baseada em evidências em psicologia, “como parte de um movimento para aprimorar e aperfeiçoar serviços psicológicos através da medição de resultados e avaliação de evidências empíricas de mudança” (p. 399).

Os autores apontam como é negligenciada a questão sobre quais seriam os resultados esperados na psicoterapia. Os critérios comumente utilizados nas discussões sobre a eficácia da psicoterapia envolvem o retorno de um funcionamento normal do cliente, por meio da resolução dos problemas que o levaram à busca a ajuda profissional. A diferença entre funcionamento normal e anormal seria avaliada com base em critérios de diagnóstico de manuais médicos.

Pesquisas baseadas em experimentos de caso único, estudos de caso e revisões de literatura são secundarizadas sob esse critério, enquanto o ensaio clínico randomizado é tomado como “o padrão ouro na hierarquia de evidências empíricas em saúde” (p. 399). Esse modelo é apresentado pelos autores: “um estudo experimental comparativo entre grupos com a utilização de métodos estatísticos e se adequa satisfatoriamente à investigação de resultados que podem ser medidos topograficamente” (p. 399).

Os autores apresentam algumas críticas a essa perspectiva. Sobre a vigência dos critérios diagnósticos, Ferreira e colaboradores afirmam que “uma parcela significativa dos clientes que procuram terapeutas analítico-comportamentais não apresenta uma correspondência clínica com critérios diagnósticos dos manuais” (p. 398). É argumentado, ainda, que mesmo havendo um diagnóstico, os objetivos de cada caso não se restringem à remissão dos sintomas das queixas iniciais, e o atendimento costuma ter continuidade com foco em aspectos mais amplos da vida de cada cliente. Os objetivos globais de diferentes modelos terapêuticos não seriam os mesmos, e seriam critérios necessários à sua avaliação. Assim, a validade das comparações inter-modelos também é questionada.

Sobre a prioridade ao ensaio clínico randomizado, é apontado como a análise do comportamento apresenta críticas centrais tanto a métodos de comparação estatística de grupos quanto ao uso da topografia (e de sua modificação) como objetivo das intervenções psicológicas. Desse modo, os ensaios clínicos randomizados “teriam validade questionável em relação a objetivos que se propõem relativos a idiosincrasia de histórias de contingências individuais” (p. 405), como se apresenta na análise do comportamento clínica.

A tese defendida pelos autores se coloca em oposição à redução dos critérios da análise do comportamento a outras disciplinas da saúde. Rejeitando a importação da hierarquia de evidências empregada pela medicina, é argumentado que “os estudos de caso, principalmente quando contemplam um delineamento experimental de caso único, podem ser ferramentas de pesquisa mais adequadas à investigação clínica analítico comportamental” (p. 405). Enquanto os métodos estatísticos podem ser de primeira importância na farmacologia e na medicina, é mais indicado que a clínica analítico comportamental mantenha seu caráter funcionalista.

O conteúdo apresentado favorece uma visão pluralista do conhecimento científico, que reconheça a complexidade dos fenômenos investigados e, ao mesmo tempo, exija a autonomia epistemológica de sua própria teoria. A autonomia epistemológica de uma disciplina científica em relação às demais não significa o mesmo que a autonomia intelectual de um povo. No entanto, afinidades podem ser identificadas, especialmente na rejeição à imposição de critérios com base na ciência hegemônica. O material encontrado até mesmo permite avanços sobre contradições das propostas de Fals Borda (1971), como é possível destacar, por exemplo, na crítica à dicotomia entre ciências humanas e naturais⁷³.

⁷³ O livro do autor carece de consistência em relação a esse problema. Por vezes é enfatizado que suas propostas não dizem respeito apenas às ciências humanas, e as suas teses sobre a relação entre ciência e política envolvem também discussões sobre as ciências exatas e naturais. No entanto, Fals Borda também usa argumentos sobre uma natureza especial dos eventos sociais, colaborando com uma perspectiva dicotômica que mantém intocada a visão moderna sobre os fenômenos naturais. Por sua vez, uma visão de mundo não-determinista que rejeite essa divisão parece favorável a uma maior coesão das teses apresentadas. Dessa forma, pode-se estender as críticas e concepções já discutidas, alcançando mesmo as ciências naturais (e exatas).

Modelos explicativos apontados como mantenedores de desigualdades sociais

É possível encontrar em diferentes textos a crítica a modos de explicação do comportamento caracterizados como internalistas, mentalistas, individualistas ou biologicistas. Os critérios dessas críticas envolvem uma dimensão política, apontando um papel de naturalização das desigualdades sociais desempenhado por essas explicações.

Bogo e Laurenti (2012) apontam uma função mantenedora do *status quo* empreendida pelas noções internalistas. Justificar problemas sociais com base nos indivíduos favoreceria o controle por parte da elite. As implicações das desigualdades sociais seriam mistificadas por meio das explicações internalistas, criando obstáculos às possibilidades de mudanças sociais. Essa relação se dá sob um conflito de interesses, uma vez que mudanças sociais poderiam favorecer a maior parte da população em detrimento dos interesses dos mais poderosos.

A mesma crítica está presente no texto de Carvalho Neto, de Salina, Montanher e Cavalcanti (2003), com foco nos modos explicativos sobre a criminalidade. A discussão é feita com base na oposição entre justificativas de sua origem com base no determinismo reducionista biológico ou em fatores ambientais. O determinismo reducionista biológico é compreendido no texto como um problema por si só, em função de favorecer o conformismo, o fatalismo e a manutenção ao *status quo*.

Alguns trechos discutem a relação entre o determinismo reducionista biológico e suas consequências políticas. Como implicações na Antropologia Criminal são citados o racismo e o descaso ou extermínio de povos marginalizados. No campo da educação, explicações do tipo dariam justificativa a condições de desigualdade social e pobreza. O determinismo reducionista biológico em relação à inteligência foi apontado como uma justificativa histórica para lógicas de eugenia e controle migratório. Exemplos dos Estados Unidos são apresentados, em especial a relação entre o reducionismo baseado nos testes de inteligência e a política migratória voltada a “evitar a degradação da nação norte-americana” (Carvalho Neto et al., 2003, p. 46).

As questões se relacionam à justificativa das diferenças e desigualdades com base em causas naturais, o que também poderia ser usado pra justificar “preconceitos, como a segregação das pessoas em raças superiores e inferiores, como se a questão de raças humanas fosse inteiramente justificável cientificamente” (Carvalho Neto et al., 2003, p. 54). Essas consequências atenderiam a interesses socioeconômicos daqueles que ganham com as desigualdades sociais e não estariam interessados por mudanças nas contingências em vigor na sociedade.

O argumento defendido por Carvalho Neto e colaboradores (2003) é o de que a resolução de problemas sociais exige a mudança do ambiente social. A ciência no geral e a ciência do comportamento em específico contribuiriam com a identificação de que condições estão na gênese dos problemas e, conseqüentemente, do que precisaria ser mudado.

Bogo e Laurenti (2012) identificam o aspecto relacionista do comportamentalismo radical como um motivo pelo qual a explicação dos problemas sociais não poderia ser reduzida a explicações sobre o indivíduo: “as questões éticas e sociais devem ser avaliadas à luz dessa perspectiva relacional. Problemas sociais são problemas da relação do homem com o mundo, e não problemas do ou no indivíduo, ou problemas do ou no ambiente” (p. 960).

A proposta de tratar os problemas sociais como problemas relacionais entre pessoa e mundo é esclarecida com base na crítica ao modo tradicional com que se lida com essas questões. As autoras descrevem a criminalidade como algo comumente justificado com base em falhas de personalidade, o que justificaria ações no sistema prisional voltadas à correção dessas supostas falhas. A respeito do alcoolismo, as intervenções mais comuns errariam pela falta de compreensão da função adaptativa do consumo do álcool. Nesse caso, o alcoolismo não deveria ser o único problema a ser enfrentado, fazendo parte de outras relações problemáticas que mantinham pacientes naquela condição, como a falta de companhia e residência fixa, a pobreza, o desemprego, condições graves na saúde física, infelicidade e

solidão: “mas o profissional, ao considerar que o álcool seja o problema, trata direta e apenas dele, esquecendo-se de que, se algo precisa ser mudado para solucionar o problema, são as contingências sociais” (Bogo & Laurenti, 2012, p. 963).

Textos como os de Carvalho Neto e colaboradores (2003), Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) e Bogo e Laurenti (2012) apresentam uma orientação comum, tratando das especificidades da forma comportamentalista radical de caracterizar os problemas sociais, bem como as consequências dessa caracterização. Conforme apresentado nos exemplos, essa perspectiva rejeita explicações individualistas e reducionistas, e caracteriza os problemas com base na relação entre pessoa e mundo. Os autores chegam à conclusão de que a resolução dos problemas sociais deve passar necessariamente por um itinerário de mudança, de transformação dessas relações. Trata-se de um modo explicativo pouco simpático a soluções adaptacionistas, uma vez que as mudanças devem ser voltadas à relação, e não apenas ao indivíduo ou a um aspecto específico de seu ambiente.

É possível identificar um padrão de apresentação das disputas sociais relacionando-as a diferentes modelos explicativos do comportamento. A tese subjacente a essa forma de argumentação diz respeito à ideia de que as implicações de diferentes formas de explicar o comportamento podem vir a atender a interesses de atores sociais distintos.

Resta questionar se essa tendência acompanha (ou acompanhará) o compromisso com pautas anti-opressão e, conseqüentemente, anti-imperialistas e anticapitalistas. Conforme explicitado sobre o conceito de ciência própria, a construção da autonomia intelectual latino-americana exige que se confronte o sistema de hierarquias (de raça, classe, gênero, sexualidade e divisão centro-periferia) que estruturam o capitalismo global. Esse confronto exige que uma ciência própria latino-americana seja também uma ciência subversiva, contando com um direcionamento a valores de ruptura com o sistema social vigente e em prol da construção de novas possibilidades de existência.

Fato é que essas discussões são apontadas explicitamente como uma tendência crítica ao sistema capitalista. De acordo com o texto de Pessotti (2016), o comportamentalismo seria uma ameaça a esse sistema em função de sua rejeição às explicações baseadas em causas internas. Como essas explicações funcionariam como justificativa para a estratificação social, o modo explicativo do comportamentalismo radical teria um aspecto subversivo. As críticas ao mentalismo e a seu papel mantenedor das desigualdades também aparece relacionada à crítica ao capitalismo no texto de Dittrich (2019) sobre James Holland.

Outras afinidades políticas são apresentadas. Couto e Dittrich (2017) apontam possibilidades de aproximação entre a análise do comportamento e o feminismo mencionando fatores como a rejeição a explicações internalistas e biologicistas, e à noção de livre arbítrio na qual o indivíduo seria um agente iniciador das ações. Esses modos de explicação ocultariam a determinação social das ações humanas, de modo a prejudicar possibilidades de análise e intervenção com vistas à construção de uma cultura menos sexista. Flores Júnior e Córdova (2019), por sua vez, defendem a filiação a um compromisso político de oposição a ideologias que naturalizem situações de opressão, para além do campo acadêmico.

Em suma, as discussões apresentadas parecem simpáticas ao enfrentamento às diferentes formas de opressão e ao favorecimento a itinerários de transformação social. É criticada a possibilidade de tratamentos ineficazes a problemas comportamentais, que negligenciem sua gênese social. Do mesmo modo, são condenadas as formas de estigmatização de grupos marginalizados por meio da atribuição de traços negativos ou inferiores. A explicação contextualista e relacionista do comportamentalismo radical é apresentada como uma alternativa, caracterizando problemas sociais como relações entre pessoa e mundo, e sinalizando a possibilidade de transformação dessas relações.

Relações com outras disciplinas

É frequente a menção a outras áreas do conhecimento que trariam contribuições a respeito dos temas tratados nos textos, sugerindo uma orientação favorável a trocas colaborativas entre diferentes disciplinas. Entre profissionais interessados em entender o fenômeno da violência Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) mencionam profissionais das áreas do jornalismo, história, sociologia, biologia e filosofia. De modo semelhante, Carrara e Fernandes (2018) enfatizam que a corrupção é um fenômeno que envolve o conhecimento de diferentes campos do conhecimento, citando: “Ciências Sociais, Economia, Filosofia, Antropologia, Psicologia” (p. 3). Carrara (2016) especula que caso fosse possível uma “explicação completa dos assuntos humanos” (p. 86) de modo a informar o arranjo social, o empreendimento envolveria, para além do campo comportamentalista radical, “um acesso compartilhado ao conhecimento advindo de parcerias com a Antropologia, a Biologia, as Ciências Políticas e Sociais” (p. 86).

Naves e Vasconcelos (2008) argumentam que estudar a análises de outras ciências pode contribuir com a compreensão a respeito da família brasileira e suas mudanças. As autoras recorrem, então, a áreas que se interessam pelo tema, mencionando como exemplos a antropologia, a sociologia e o direito. Já no final do texto, a apropriação de pesquisas de outras áreas de conhecimento é tratada como necessária ao estudo das práticas familiares, citando dessa vez: “Antropologia, Sociologia, História, Educação, Direito, estatística, assim como a outras subáreas da Psicologia” (p. 23).

A menção ao contato com outras áreas não vem sem ponderações, considerações a respeito do tema envolvem a explicitação das especificidades relacionadas a diferentes escolhas teóricas. Tratando das diferentes definições de família entre as áreas de conhecimento, Naves e Vasconcelos (2008) afirmam que “a forma como a família é compreendida pode influenciar a atuação do profissional/pesquisador que intervêm neste grupo social” (p. 14). Definir um

grupo social como família dependeria, então, do referencial teórico adotado (menciona-se antropológico, jurídico e psicológico) e do contexto sócio-histórico desse grupo.

Carrara e Fernandes (2018), por sua vez, argumentam que uma definição comportamental da corrupção diferiria das sociológicas, antropológicas ou psicológicas, tomando como base a noção de classes de comportamento operante. Os autores afirmam que essa caracterização implica em “concentrar esforços em formas de organização social controladas por consequências específicas” (p. 6), e se baseia numa visão comportamental tanto do fenômeno da corrupção quanto da cultura em geral.

Em um último exemplo, no artigo de Carrara e colaboradores (2013) a menção a contribuições de outras áreas de estudo a respeito das práticas sociais é acompanhada de uma ressalva a respeito de diferenças de método e epistemologia. Os autores ressaltam a implicação do tratamento comportamentalista radical à cultura, de priorizar especificamente as dimensões e variáveis comportamentais do objeto. É possível perceber uma lógica de colaboração e validação de diferentes formas de estudos da cultura e das práticas sociais, ao mesmo tempo em que há ênfase nas consequências particulares de se adotar uma orientação metodológica e epistemológica específica.

Um caso diferente dos demais é o texto de Oliveira-Castro e Aguiar (2020), que tratam a análise do comportamento como um arcabouço capaz de integrar diferentes produções de conhecimento sobre questões do direito. São mencionadas diferentes áreas que investigam os temas, como a teoria jurídica, a análise econômica do direito, a criminologia e a criminologia experimental. Os autores afirmam que esses estudos trariam avanços sobre o entendimento de variáveis que afetam o comportamento, mas o campo seguiria carecendo “de um arcabouço teórico geral que possa ajudar a integrar descobertas e conceitos decorrentes de várias tradições empíricas aos desenvolvidos por teóricos” (p. 94).

Os autores defendem, então, que a análise do comportamento poderia cumprir esse papel integrador, não apenas de matérias do direito. Isso se daria porque sua proposta estaria baseada “na suposição, defendida por Skinner, de que uma ciência do comportamento pode fornecer a base para outras ciências sociais” (p. 96). Sua argumentação parece diferir das demais em função do papel centralizador na qual a análise do comportamento é colocada, podendo abrir espaço para reduções de problemas de outros campos a explicações comportamentais.

Algumas defesas a aproximações mais diretas com outras disciplinas também podem ser apontadas. Flores Júnior e Córdova (2019) argumentam a favor do diálogo da análise do comportamento com outras áreas do conhecimento, e propõem especificamente uma aproximação à psicologia social comunitária. Os autores afirmam que “a busca por uma efetivação ético-política dos conhecimentos oriundos do Comportamentalismo Radical e da Análise do Comportamento pode ser potencializada por um contato cuidadoso com as questões próprias da práxis social comunitária” (p. 529). O texto apresenta a defesa de que a acumulação de experiência por meio do trabalho em conjunto com as comunidades e com foco em necessidades locais tornaria as contribuições da Psicologia Social Comunitária um requisito para uma análise do comportamento comprometida com a transformação social.

Abib (2016) se propõe a relacionar a Análise do Comportamento à psicologia social desenvolvida por Martín-Baró, a psicologia da libertação. Suas afinidades envolvem uma epistemologia avessa às elites e aos opressores; o interesse pelo desvelamento das estratégias de controle/opressão como forma de favorecer seu enfrentamento; uma perspectiva ética com “um horizonte de valores avesso ao *status quo* com o intuito de alumiar a ação transformadora da realidade dos povos latino-americanos e das pessoas” (p. 32); a caracterização de ambas como psicologias da ação; e a ênfase na relação entre ação e consciência.

Couto e Dittrich (2017) defendem que a análise do comportamento (especialmente aquela comprometida com a transformação social) se beneficiaria pela visão de mundo feminista e por reflexões já estabelecidas pelo feminismo nas ciências humanas. Especificamente, essa contribuição ocorreria ao se agregar “o conhecimento construído pelas mulheres que se dedicam a estudar e transformar as condições desfavoráveis que a cultura reservou ao seu gênero” (p. 156) e no questionamento de valores que orientam a produção de conhecimento na área, rompendo com práticas que sirvam ao *status quo*.

Sob o argumento de que a análise de fenômenos culturais por parte da análise do comportamento deveria ser informada por outras ciências que tenham maior experiência nesse campo, Gusso (2019) recorre ao conceito de organização. Pouco explorado na análise comportamental da cultura, o conceito teria “ampla demonstração de seu valor como recurso analítico para estudo de processos culturais complexos” (p. 526), podendo talvez se sobrepor ao conceito de metacontingência.

Estes exemplos representam esforços direcionados ao contato com outras disciplinas, sob uma lógica na qual a análise do comportamento poderia se valer de contribuições externas como modo de aperfeiçoar seu tratamento a questões sociais. Os apontamentos não se dão apenas no sentido de critérios de eficácia científica, mas também de orientação política.

É possível questionar se o contato com contribuições externas não incorreria numa descaracterização da análise do comportamento. Essa questão pode ser discutida com base no texto de Zilio (2018), que identifica a teoria como o elemento integrador entre analistas do comportamento. O autor afirma que as suas ferramentas aplicadas, experimentais e tecnológicas não são necessariamente uma exclusividade de analistas do comportamento, e podem ser empregadas em outras áreas. Desse modo, o que une essas áreas como parte da análise do comportamento é a teoria, a filosofia comportamentalista radical: “essas dimensões só são parte da mesma ‘área’ por compartilharem os mesmos pressupostos teóricos” (p. 246).

Com relação aos diálogos com outras disciplinas, então, não seria esperado um apego aos métodos tradicionais da análise do comportamento, mas uma identidade baseada no modo comportamentalista radical de se compreender as relações comportamentais.

Sobre itinerários políticos

O tópico sobre itinerários políticos teve seu conteúdo agrupado em duas seções. Na primeira estão algumas reflexões sobre lógicas de transformação social, reforma e revolução social (Abib, 2016; Carrara, 2016; Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007; Fernandes & Rezende, 2016; Pessotti, 2016; Santos, Garbelotti & Lopes, 2016). Textos que discutem relações com a militância e o ativismo informam a segunda seção (Dittrich, 2019; Fernandes & Rezende, 2016; Sá, 2016; Freitas & Morais, 2019; Couto & Dittrich, 2017; Maciel et al., 2020).

Transformação social, reforma e revolução

Alguns textos discutem dimensões políticas da análise do comportamento associadas às suas lógicas de mudança social. Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) defendem que “Fazer behaviorismo seria fazer, mesmo que indiretamente, política” (p. 42). A análise do comportamento estaria vinculada necessariamente com o engajamento político e social na medida em que a mudança no comportamento humano exige a mudança em seu ambiente, majoritariamente social e permeado pelo controle das agências. Assim, fazer behaviorismo radical:

Implicaria desvelar controles culturais e determinações sociais sutis. Seria indicar caminhos alternativos que levariam a implementações de mudanças estruturais na sociedade. As contribuições que poderiam ser feitas nesse sentido ainda são tímidas e

incompletas diante principalmente da complexidade enfrentada, mas não parece haver outra alternativa partindo-se dos princípios partilhados nesta abordagem. (p. 42)

Carrara (2016) defende a importância de intervenções voltadas à resolução dos grandes problemas sociais, seja por meio de itinerários reformistas ou revolucionários. As duas alternativas são apresentadas com base nas propostas de Glenn (1986), voltadas a mudanças lentas e gradativas a partir do cotidiano, e de Holland (1973), voltadas a contribuições mais diretas e com a instrumentalização de novas formas de governo. A formação de analistas do comportamento deveria envolver o compromisso com mudanças “contextuais ou consequentes ao comportamento” (Carrara, 2016, p. 93). Esse compromisso deveria se voltar à justiça social e à igualdade e a não manter a sociedade “à mercê das manipulações baseadas na acumulação de bens e lucros por elites minoritárias” (p. 93).

O autor trata da distinção entre caminhos de ação revolucionários e reformistas no campo da análise do comportamento. Ações revolucionárias seriam aquelas que “possam liminarmente contribuir para uma mudança de sistema político” (Carrara, 2016, p. 87), enquanto seriam reformistas aquelas ações que possam “atual e limitadamente, alcançar apenas mudanças ‘suaves’ no âmbito do sistema capitalista hegemônico” (p. 87). É ponderado que o planejamento de práticas igualitárias incorreria necessariamente em mudanças, sejam de cunho revolucionário ou não.

A concepção popular de revolução seria a de uma mudança especificamente “vertical, direta, rápida, profunda, radical” (Carrara, 2016, p. 86), o escopo dessa mudança envolveria as “estruturas organizativas das relações políticas, da economia, da forma de governo, das relações de trabalho e muitos outros aspectos que permeiam a vida em grupo” (p. 86). Decorreria da drasticidade dessas mudanças a tendência histórica de que as revoluções incorram em “confrontos que resultam em guerras, ruínas, morte, destruição” (p. 86). O autor

questiona, então, se essas características seriam igualmente inerentes às perspectivas revolucionárias sugeridas por alguns analistas do comportamento⁷⁴.

Abib (2013) apresenta a identificação entre revolução e violência como algo que colocaria em xeque a natureza revolucionária de propostas psicológicas pacifistas (como ele classifica a psicologia da libertação e o comportamentalismo radical). A necessidade da violência na revolução é rejeitada pelo autor. A posição é endossada pelo exemplo da revolução não violenta indiana liderada por Gandhi por meio da não-cooperação e da desobediência civil. No entanto, ainda é pontuado que mesmo em revoluções não violentas há presença da violência, geralmente via contrarrevolução: “Gandhi foi assassinado, Martin Luther King foi assassinado, Ignacio Martín-Baró foi assassinado” (p. 35), Paulo Freire foi perseguido e forçado ao exílio pelo regime militar e os teólogos da libertação foram perseguidos pela igreja católica.

A ação contrarrevolucionária também é ponderada por Pessotti (2016). De acordo com o autor, a lógica do planejamento da cultura remete diretamente à defesa de Skinner ao estabelecimento de um novo ordenamento político que deveria ser derivado da ciência do comportamento. Uma vez que o controle sobre o comportamento humano não seria evitável, seria imprescindível o uso do conhecimento científico com fins ao planejamento de um controle menos coercitivo. Essa proposta não envolveria uma ruptura com a organização política vigente, e sim o seu aperfeiçoamento baseado no saber científico. O otimismo ingênuo desse itinerário é confrontado por Pessotti, sobretudo pela suposição subjacente de que essa interferência sobre o poder dominante seria aceita sem resistência e antagonismo.

Fernandes e Rezende (2016) citam como a literatura sobre fenômenos culturais na análise do comportamento apontava “para a necessidade de ferramentas de atuação prática e

⁷⁴ Como exemplos de analistas do comportamento que propunham um itinerário revolucionário, são mencionados Jerome D. Ullman e James G. Holland.

transformadora da realidade social” (p. 43). Os autores defendem que a Análise Comportamental da Cultura seria uma forma de dar continuidade ao legado de James Holland, “por meio de análises de contingências sociais, denúncia de sistemas de reforçamento e punição exploradores e opressores, e a proposição de soluções aos problemas humanos por meio da aplicação dos princípios comportamentais” (p. 48).

Essas análises envolveriam o questionamento quanto à utilidade do conhecimento a respeito dos princípios comportamentais, trazendo ênfase às “possibilidades de atuação dos comportamentalistas no âmbito de reformas sociais e no papel de agentes da mudança institucional” (Fernandes & Rezende, 2016, p. 42). O foco de Holland era voltado à revolução como uma mudança radical de contexto, o que envolve necessariamente a produção de um “Homem revolucionário”. Tais mudanças são defendidas em um direcionamento ao alcance das necessidades de todos por meio da ação coletiva.

Santos, Garbelotti e Lopes (2016) apresentam a defesa de Holland de que a teoria da análise do comportamento poderia ter um uso revolucionário, desempenhando “um papel fundamental no planejamento de uma nova sociedade” (Santos, Garbelotti & Lopes, 2016, p. 63). O conceito de contracontrole teria papel de destaque nesse itinerário. Seria necessário que analistas do comportamento: se recusassem a trabalhar a serviço das elites e da manutenção de sua dominação; analisassem e explicassem os interesses envolvidos nos controles vigentes, explicitando quem controla e como controla o comportamento das pessoas; e projetassem “condições para a promoção do Contracontrole” (p. 65), de modo favorecer o enfrentamento ao controle exercido pelas elites.

As propostas de Holland relacionadas a uma atuação revolucionária por parte da análise do comportamento se baseiam no contracontrole como um conceito político, “entendido como enfrentamento ou resistência aos controles instituídos, de modo que, se eficaz, o contracontrole poderia conduzir a relações sociais mais equilibradas” (Santos, Garbelotti & Lopes, 2016, p.

68). No entanto, o conceito de contracontrole pode ser usado em acepções apolíticas. Como já mencionado anteriormente, esse uso apolítico e predominante na literatura brasileira comumente vincula o contracontrole à fuga ou à esquivia. O fenômeno seria concebido por meio de uma naturalização: “em situações de controle aversivo é natural que um organismo contracontrole” (p. 69). Em oposição a uma visão naturalista e apolítica do contracontrole, os autores argumentam:

O sentido político de contracontrole parece exigir um repertório mais elaborado, que depende de contingências sociais especiais, responsáveis pelo autocontrole (uma vez que o contracontrole dificilmente suprime imediatamente a condição aversiva, e muitas vezes pode até torná-la mais intensa) e pelo autoconhecimento (uma vez que a efetividade do contracontrole depende que o controlado discrimine as contingências que estão controlando o comportamento, os agentes controladores, as agências de controle envolvidas e assim por diante). (p. 69-70)

A vinculação do sentido político do contracontrole a itinerários revolucionários também está presente no argumento de Abib (2016) de que a análise do comportamento poderia interessar tanto a conservadores quanto a revolucionários. A questão é endossada com base na identificação feita por Skinner do comportamento operante como exercício do poder. De acordo com Abib, o conhecimento produzido sobre o controle e o contracontrole do comportamento seria útil tanto a aqueles interessados no exercício do controle (identificados como conservadores) quanto àqueles interessados no exercício do contracontrole (identificados como revolucionários).

Abib se propõe, então, a elaborar um cenário de revolução psicológica a partir das contribuições de Martin-Baró, Holland e Skinner. O autor enfatiza que uma psicologia revolucionária na América Latina deve ter dimensões éticas, políticas e epistemológicas comprometidas com a libertação de seus povos. A possibilidade de revolução não violenta

caracterizada pelas perspectivas apresentadas estaria na promoção de seus “valores radicalmente opostos aos valores consagrados pelo *status quo* social, político e institucional” (p. 36). Uma vez que “nem toda violência é revolucionária, o que acontece quando, por exemplo, ela não se faz acompanhar de uma mudança de valores” (p. 36), e que “a mudança de valores por si só, sem violência, pode ser suficiente para caracterizar uma revolução” (p. 36).

É citado, também, que a ética de Holland seria solidária aos valores de uma sociedade socialista, como o fim da exploração; favorecimento do altruísmo em oposição à competição e à acumulação; a ênfase na sabedoria do grupo; e valorização das contribuições do indivíduo na medida em que contribua com o grupo. É apontado no texto que Holland “comenta que as sociedades socialistas se solidarizaram com esses valores, mas que não conseguiram concretizá-los, dando margem à ascensão de novas elites e à preservação dos valores da velha cultura.” (Abib, 2016, p. 32)

Pessotti (2016) traz um contraponto aos esforços de Skinner e Holland de explicar e intervir sobre os mecanismos de poder por meio da ciência do comportamento. De acordo com o autor, o poder não pode ser compreendido como um sistema formal e estável, que siga uma ideologia ou lógica específica. A lógica do jogo do poder seria oportunista, aética, e em constante mudança. O exercício da política (seja do poder prevalente ou da oposição) prescinde do saber científico, articulando-se a partir dos interesses de suas próprias disputas. O autor especifica que o interesse principal daqueles envolvidos na luta pelo poder (mesmo os revolucionários) seria o de “aumentar suas forças, enfrentar forças contrárias, multiplicar seus quadros e alianças” (p. 101-102).

O cenário geral da discussão parece indicar uma tendência favorável a mudanças sociais, mas com reticências sobre a escolha de caminhos revolucionários e principalmente a uma disputa de poder por meio da violência. O tratamento a essas questões é ainda bastante

especulativo, o que de fato é necessário a esse estágio inicial da discussão. Respostas mais claras sobre os dilemas abertos sob essas diferentes perspectivas exigem um passo adicional, o qual também é necessário à construção de uma ciência própria e subversiva. Trata-se da aproximação entre ciência e militância, de modo que esses problemas políticos concretos e a discussão de suas compatibilidades teóricas tornem-se mais bem definidas.

Militância e ativismo

As menções a respeito da militância e do ativismo nos textos analisados trazem considerações sobre os compromissos de analistas do comportamento. As discussões partem principalmente de questões relacionadas à carreira e as contribuições de James Holland, além de propostas de aproximação ao movimento feminista.

O movimento feminista passou a ter menções frequentes nos últimos anos. Freitas e Morais (2019), por exemplo, tratam sua discussão sob uma perspectiva feminista, explicitando sua compatibilidade com o comportamentalismo radical, bem como a importância desse diálogo. Tratando sobre o movimento feminista, o texto de Couto e Dittrich (2017) apresenta dois aspectos centrais às suas definições: “o feminismo se caracteriza tanto como (1) uma forma de analisar as relações humanas pela ótica do gênero, quanto como (2) um movimento para buscar a transformação dessas relações” (p. 149). Suas diversas manifestações se voltam à denúncia e ao enfrentamento às desigualdades de gênero na sociedade. O texto de Maciel e colaboradores (2020), por sua vez, traz menções rápidas tanto à luta dos movimentos feministas dedicados ao combate à violência doméstica, quanto à existência de movimentos conservadores com ações contrárias aos avanços legais e institucionais nesse combate.

O trabalho de Sá (2016) está especialmente relacionado à militância, com sua tese de doutorado envolvendo o convite de militantes no papel de avaliar o material produzido. O autor defende a compatibilidade da teoria com uma orientação política de esquerda e revolucionária.

Essa possibilidade tem como exemplo o tratamento dado a problemas sociais contemporâneos ao longo de sua cartilha voltada ao contracontrole social, que foi bem recebido sob a avaliação das pessoas militantes convidadas. Desse modo, Sá argumenta que “o fato de que essa inclusão de posicionamentos políticos não tenha implicado na distorção dos princípios veiculados constitui uma demonstração de que o sistema skinneriano não está forçosamente vinculado às necessidades do sistema controlador aversivo e/ou exploratório” (p. 57).

Dittrich (2019) remete a questões da filosofia política, em especial à classificação de tendências políticas, como modo de tratar sobre a diversidade de orientações presentes entre analistas do comportamento. O autor trata dessas classificações como “ismos”, que poderiam dar origem a diversos “sub-ismos”, “adjetivos que qualificam adjetivos, tendências políticas que se mesclam, tornando progressivamente mais difícil e especializada a tarefa de identificar e classificar posicionamentos éticos e políticos de diferentes pessoas e grupos” (p. 4).

O autor defende que o comportamentalismo radical não implica em uma posição específica: “há espaço dentro do behaviorismo radical para a defesa das mais variadas posições político-econômicas” (Dittrich, 2019, p. 4), podendo haver comportamentalistas radicais socialistas, liberais, anarquistas, conservadores, ou mesmo aqueles “que pouco ou nada se interessam por política e economia” (p. 5). Desse modo, a discussão de diferentes itinerários deveria se dar democraticamente, “sem a pretensão de que estejamos, com isso, representando politicamente a totalidade da comunidade behaviorista radical ou expressando com especial fidelidade os princípios dessa filosofia” (p. 5).

O autor se posiciona contra a autoridade epistemológica nesse debate, e afirma que “supostamente todos as correntes político-econômicas querem ‘o bem’, mas o concebem de diferentes formas e/ou buscam produzi-lo com diferentes métodos” (p. 5). Sob essa discussão, Dittrich defende que mesmo aqueles que discordem da orientação política de James Holland (associada no texto ao socialismo marxista), poderiam tomar as contribuições de suas críticas

e propostas para avaliar suas decisões. Nesse caso, seria necessário levar em conta alguns questionamentos sobre o papel da intervenção exercida nas hierarquias e disputas de interesses: “quem a faz, quem a financia e com que objetivos? Concordamos com tais objetivos? Quem será beneficiado pela intervenção e de que forma?” (p. 5-6).

Fernandes e Rezende (2016) também tratam da carreira de James Holland, e a descrevem em dois âmbitos. Enquanto o primeiro diz respeito a estudos relacionados ao ensino programado, o segundo fora dedicado ao ativismo social. Esse ativismo de Holland, apontam os autores, “envolveu participações em movimentos revolucionários como as Brigadas Venceremos, em Cuba, e suas análises políticas de seu próprio campo profissional” (p. 41- 42).

A discussão de Fernandes e Rezende (2016) se volta à organização *Deep Green Resistance* como forma de indicar um itinerário que seria coerente com o comportamentalismo radical. Os autores apontam que esse movimento social é “orientado pela garantia dos direitos humanos e animais, justiça social e equilíbrio ecológico, o que o torna não apenas um movimento anticapitalista como também ambientalista, feminista, antirracista e indigenista” (p. 47). Seu objetivo é o desmantelamento das bases da civilização industrial, destruindo sua infraestrutura por meio de ações não-violentas ou violentas, e a construção de uma cultura de resistência.

Os autores mencionam o interesse em implementar uma cultura de resistência como uma aproximação das propostas de Holland a favor do planejamento cultural. Esse enfoque seria uma superação em relação a tendências da esquerda que não priorizavam um planejamento em longo prazo. Esse planejamento teria um foco especial em contingências verbais, “compostas por educação política e sistemas de organização social que garantam a efetividade das ações e a manutenção da cultura ao longo das gerações” (Fernandes & Rezende, 2016, p. 47).

A compatibilidade também viria por meio de pressupostos filosóficos da análise sociopolítica do *Deep Green Resistance*. Ontologicamente, tanto o movimento quanto o comportamentalismo radical se filiariam ao “monismo, o materialismo e o determinismo” (Fernandes & Rezende, 2016, p. 48). Haveria uma aproximação ao pragmatismo: as respostas políticas propostas pelo movimento são interpretadas de modo a poderem servir mesmo a itinerários não radicais, sua classificação como radical ou não estaria em seus fins, e não em sua forma. Os autores mencionam ainda o rechaço ao idealismo e o naturalismo (biologismo), que se daria em favor do construtivismo social e do materialismo. Essa orientação favorece a defesa à classe ou grupo como foco da vida social, em oposição à ênfase no indivíduo caracterizado pelo paradigma iluminista.

Embora tanto Dittrich (2019) quanto Fernandes e Rezende (2016) partam da obra de Holland em suas discussões, o tratamento adotado é significativamente diferente. Fernandes e Rezende se voltam diretamente ao itinerário político proposto por Holland, atualizando suas discussões em amplo aspecto ao cenário atual. Nesse caso, são mencionadas tanto compatibilidades filosóficas quanto aquelas que dizem respeito ao seu posicionamento político. Dittrich, por outro lado, se volta mais especificamente à defesa de que os compromissos ético-políticos sejam tratados como uma dimensão presente na prática de analistas do comportamento, enfatizando a consequente necessidade de sua avaliação.

A dissociação entre essa defesa e as implicações próprias dos compromissos propostos por Holland pode ser questionada: seriam seus esforços de problematização realmente independentes de seu itinerário político? E principalmente, as diferentes orientações políticas citadas seriam compatíveis com essa politização e essa explicitação dos conflitos sociais? Há motivos para se acreditar que as contribuições de Holland não sejam do interesse de toda e qualquer pessoa analista do comportamento. Permanece inegável que analistas do comportamento podem, logicamente, se filiar a diferentes posicionamentos e denominações

políticas, mas essa não deixa de ser uma questão complexa. Parece ser necessário tratar com maior atenção a extensão dessas compatibilidades, bem como as implicações de diferentes compromissos nas práticas e no desenvolvimento da área.

Esta é mais uma seção construída com base na análise de textos publicados a partir do ano de 2016, tratam-se de discussões que parecem ter ganhado especial atenção nos últimos anos, apontando a um movimento de politização da análise do comportamento brasileira⁷⁵. O foco nessas questões é de especial interesse à construção de uma ciência do comportamento própria e subversiva, o que indica uma compatibilidade crescente. Persiste a tendência à defesa de compromissos anti-opressão. É de se esperar, no entanto, que diferentes compromissos sejam propostos e avaliados em novas publicações da área. Especialmente, seria interessante que os limites que separam as figuras de militante (ou mesmo ativista) e cientista sejam cada vez mais rompidos, por meio do envolvimento político ativo de cientistas e do maior acesso das populações oprimidas (ou grupos-chave) aos espaços acadêmicos.

Síntese descritiva: variabilidade e mudanças nas dimensões ético-políticas

Com a análise dos textos selecionados pudemos identificar uma literatura com dimensões ético-políticas diversificadas, que se modificam ao longo do tempo. Diferentes tendências e modos discursivos puderam ser identificados, compatibilizando em maior ou menor grau com um projeto de ciência própria e subversiva nos moldes propostos por Fals Borda (1971). As mudanças mais recentes, que parecem ter como marco o ano de 2016, são favoráveis a compromissos políticos mais explícitos e a caracterizações mais concretas a respeito das questões sócio-políticas discutidas. O trabalho de autoras feministas toma protagonismo nesse cenário.

⁷⁵ Essa interpretação diz respeito ao período de tempo referente aos textos analisados, e não implica de forma alguma na negação de outros esforços por uma ciência do comportamento politizada, como o exemplo das iniciativas de Celso Pereira de Sá por uma psicologia social comportamentalista radical desde a década de 1980 (Alves, 2021).

Para além desse recorte temporal, as discussões que tratam da ciência e da prática científica como tema de análise já traziam fortes compatibilidades subversivas desde os textos mais antigos analisados. É justamente com base nessas compatibilidades de natureza teórico-filosófica que são apresentadas as justificativas para os itinerários e compromissos políticos propostos. O foco geral em questões sociais parece ainda atrelado a análises teóricas e conjecturas sobre diferentes possibilidades práticas. Essa característica fortalece a percepção de que a comunidade brasileira de analistas do comportamento demonstra interesse por temas sociais, mas ainda parece incerta a respeito de quais método de trabalho utilizar na prática nesse campo.

Este capítulo teve como objetivo a descrição das dimensões ético-políticas identificadas na literatura analítico-comportamental brasileira. Por si só, os resultados obtidos podem contribuir com a discussão a respeito das relações da análise do comportamento nacional com questões sociais. Em conjunto com o material do capítulo 1, o conteúdo permite uma síntese propositiva a respeito de nosso problema de pesquisa. Algumas relações com o texto de Fals Borda (1971) já foram mencionadas. Tanto as dimensões descritas quanto suas compatibilidades ou incompatibilidades com o projeto de uma ciência do comportamento própria e subversiva serão retomadas no capítulo 3.

Capítulo 3 – Rumo a uma psicologia social comportamentalista radical

O capítulo final da pesquisa está organizado com base nas interlocuções entre as dimensões ético-políticas do comportamentalismo radical e a proposta de uma ciência própria e subversiva, dividido em tópicos correspondentes à análise qualitativa do capítulo 2. Ao final do texto, é apresentada uma síntese propositiva a respeito do projeto de uma psicologia social comportamentalista radical, como campo de uma ciência do comportamento própria e subversiva.

Conflitos, antagonismos sociais e o cenário de crise

Fals Borda (1971) estabelece a compreensão a respeito dos conflitos sociais como um critério de efetividade para a ciência, tanto na acumulação de conhecimento quanto na sua responsabilidade social. Essa tese é endossada pelo argumento de que os antagonismos presentes na sociedade interferem na produção científica, o que se torna ainda mais intenso em contextos de crise. Desse modo, a investigação a respeito dos conflitos e antagonismos sociais favorece, ao mesmo tempo: (1) uma produção de conhecimento coerente com a nossa realidade; (2) possibilidades de ações efetivas a favor dos interesses daqueles prejudicados pelos desequilíbrios nessas disputas; e (3) um critério de objetividade científica na qual quem pesquisa esteja consciente das formas como sua prática é afetada por essas circunstâncias.

Orientações que neguem ou ocultem os conflitos sociais, por sua vez, são relacionadas por Fals Borda (1971) ao compromisso-pacto com a manutenção do *status quo*. Esse aspecto se torna ainda mais relevante com a compreensão de que a crise brasileira contemporânea tem relação direta com mecanismos de despolitização (S. Fernandes, 2019). O sociólogo colombiano apontava como modelos teóricos hegemônicos em países desenvolvidos traziam concepções estruturalistas e funcionalistas que enfatizavam a ordem social, o que favoreceria teorizações incompatíveis com a realidade latino-americana. A produção de uma ciência do

comportamento própria e subversiva também envolve, então, o questionamento sobre suas filiações com diferentes concepções do debate político e das ciências sociais.

O modo de caracterização de conflitos sociais com base nas noções de controladores e controlados apresenta claras afinidades com as propostas apresentadas. É uma elaboração baseada no próprio comportamentalismo radical, demonstrando a capacidade da teoria em informar dimensões sociais para além de concepções de ordem e equilíbrio social. A vigência de posições favoráveis aos sujeitos controlados e ao enfrentamento do controle opressivo é outro aspecto coerente com a proposta. Sua tendência subversiva e em favor da transformação social também é defendida nos textos analisados. A concepção política de contracontrole, em especial, é representativa de uma forma de se fazer comportamentalismo radical que toma os conflitos sociais como objeto de análise.

Parece haver interesse de analistas do comportamento nacionais no modo como essas disputas interferem no atendimento aos interesses da população por meio do poder público. O tratamento ao poder em termos de influência política e recursos econômicos que influenciam nas instituições está presente na área, e exige o contato com a literatura de outros campos das ciências sociais.

Outra filiação relevante a ser considerada é entre a teoria e os movimentos sociais que mobilizam pautas políticas anti-opressão. Essa compatibilidade é capaz de indicar a viabilidade da participação da ciência do comportamento no debate político a respeito dos conflitos sociais. Nesse caso, o tratamento dos conflitos em termos de opressão de gênero é representativo, envolvendo propostas de aproximação da análise do comportamento ao movimento feminista. Essa vinculação aos movimentos sociais parece ser a forma mais concreta de se avaliar o tratamento dedicado aos conflitos, identificando diretamente os atores sociais envolvidos nas disputas.

As menções a conflitos por meio de categorias psicológicas como egoísmo, altruísmo, competição e cooperação trazem exemplos de modos de se tratar o tema na relação entre indivíduo e coletividade. Embora, de imediato, o uso de modelos que expliquem conflitos com base em tendências individuais possa parecer mais coerente com uma psicologia social individualista, sua mediação com análises a respeito dos fatores sociais que produzem essas tendências pode ser uma contribuição importante. Essa possibilidade fica mais explícita nas discussões a respeito do contraste entre diferentes sistemas sociais, relacionados a contingências de competição ou cooperação. O modelo argumentativo aparece em discussões anticapitalistas, fornecendo um exemplo de como o conhecimento sobre o comportamento de indivíduos pode compor o debate a respeito dos processos revolucionários. O emprego individualista e apolítico dos conceitos ainda assim parece possível, exigindo um uso cauteloso.

Em geral, a literatura consultada indica a possibilidade da investigação comportamentalista radical sobre os conflitos. Esse campo envolve tanto enfoques voltados à análise social, por meio das noções de controle e contracontrole, quanto análises mais situadas no campo psicológico, enfatizando a manifestação dos fenômenos sociais nas tendências do comportamento individual. O interesse nos contextos institucionais e nos movimentos sociais parece favorecer a efetivação dessas potencialidades. Ainda, a conjuntura brasileira atual pode exigir que analistas do comportamento se atentem a essas questões, uma vez que as disputas parecem a cada dia mais evidentes, e se fortalece a percepção da impossibilidade de uma postura neutra. A busca por referências transdisciplinares que tratem sobre os conflitos e antagonismos sociais pode favorecer esse caminho, assim como a aproximação às diferentes pautas anti-opressão.

Caracterização de problemas sociais e o interesse das populações oprimidas

No capítulo 1 argumentamos que o projeto de uma ciência do comportamento própria e subversiva no Brasil contemporâneo exigiria que a caracterização dos problemas sociais a serem enfrentados tome como base as necessidades das maiorias populares e das populações oprimidas. Essa orientação deveria, ainda, ser coadunada com o enfoque histórico e estrutural na compreensão da gênese dos problemas. As discussões de Fals Borda apontam a um modo de compreensão dos fenômenos sociais que envolva aspectos concretos de cada situação, processos históricos e disputas, sem perder de vista o tratamento conceitual e o conhecimento acumulado.

A caracterização dos problemas sociais com base em conflitos entre níveis de seleção ou tipos de consequências do comportamento não parece o ideal para essa proposta. A questão não diz respeito ao selecionismo skinneriano em si, mas a tratamentos que preconizam a descrição dos processos e conceitos do modelo explicativo de formas excessivamente abstratas, colaborando para que as dimensões concretas das situações reais sejam negligenciadas. Interpretações despolitizantes acabam sendo favorecidas com base em asserção sobre a sociedade, a cultura, ou os grupos *como um todo*, com indistinção sobre as diferenças de interesses, necessidades e poder de controle de diferentes atores sociais.

Não cabe a interpretação de que esse modo de caracterização seja *incompatível* com a explicação de diferenças, disputas e antagonismos sociais ou seja *eminente* despolitizante. O que está sendo afirmado é que se abre flanco para consequências do tipo. Talvez seja o caso de se evitar teses que identifiquem diretamente noções como a de *problemas sociais* com determinado processo conceitualmente definido com base no léxico selecionista (e.g, conflitos entre suscetibilidades a consequências imediatas e consequências postergadas). Isso não implica em recusar esse modelo explicativo para as análises da realidade social, mas em reconhecer modos alternativos de se caracterizar o que é ou não um problema social.

Os dois outros modos descritos com base nos textos analisados parecem mais compatíveis com o projeto atual. Sem deixar a teoria comportamentalista radical de lado, as caracterizações de problemas com foco nos grupos atingidos e a identificação da origem dos problemas sociais no sistema ou na cultura são propostas que recorrem a outros referenciais em suas caracterizações. O foco nos grupos atingidos favorece o trabalho que tenha como base os interesses e as necessidades de atores sociais concretos, exigindo um comprometimento direto com os sujeitos em questão. Nesse caso, as análises são informadas tanto por outras disciplinas que apresentam dados concretos a respeito da realidade social, quanto pelas pautas discutidas pelos próprios sujeitos afetados. Dessa forma, a teoria é apenas a ferramenta por meio da qual cientistas atuam, e não o ponto de partida ou o objetivo final do trabalho. É importante que essa caracterização esteja aliada a explicações sociais e históricas sobre a gênese dos problemas, o que também exige que informações que venham das demais ciências humanas e dos próprios movimentos sociais antecedam as interpretações centradas em suscetibilidades do comportamento individual.

Contextualização dos temas tratados e autonomia intelectual

Conforme nossas discussões anteriores, o colonialismo intelectual permanece como um problema a ser enfrentado, o que se intensifica após a década de 1970, com a consolidação da hegemonia estadunidense no cenário global e a efetivação dos piores cenários sugeridos por Fals Borda (1971). O itinerário a favor da autonomia intelectual exige a contextualização do fazer científico em diferentes aspectos. Para além de questões de natureza epistemológica, ainda são necessários o enfrentamento aos problemas locais e a luta política a favor da ciência nacional.

Uma questão central é a relação entre conhecimento local e universal. No mimetismo científico, as regras e modelos estrangeiros são reproduzidos sob uma premissa de

universalidade do conhecimento que antecede a avaliação sobre a adequação dessas referências ao contexto local. A autonomia intelectual, por sua vez, envolve a definição das prioridades que organizarão o empreendimento científico com base em necessidades próprias, de modo que tornar-se ou não uma contribuição a uma *corrente intelectual universal* seria uma consequência secundária. Esse processo de avaliação se demonstra necessário à prática científica autônoma, exigindo uma análise rigorosa e constante a respeito dessas relações.

Foi possível notar esforços a favor de contextualizações dos temas tratados nos textos da análise do comportamento. O interesse por questões da realidade nacional teve foco em temas como a desigualdade de gênero, a violência e problemas relacionados à governança pública. O tratamento foi diverso, envolvendo exemplos de casos concretos, a referência a fontes de dados quantitativos e a apresentações de processos históricos. A história da análise do comportamento brasileira também recebeu menções, capazes de endossar sua pertinência como um tema a ser analisado na investigação sobre as relações da ciência do comportamento com o contexto local. Outro recurso identificado foi a contextualização histórica a aspectos políticos internacionais, frequentemente com o objetivo de delinear relações entre a realidade política e a produção científica.

Os textos analisados indicam um caminho favorável à consolidação de uma análise do comportamento brasileira contextualizada. Não parece haver espaço para interpretações que neguem a viabilidade do comportamentalismo radical em tratar de temas próprios da realidade brasileira. O fortalecimento da autonomia intelectual da área envolve esses esforços críticos constantes da comunidade como um todo, em cada apropriação conceitual e cada tema tratado. Também se faz necessária a construção de linhas de pesquisa próprias a respeito do tema, com análises históricas, conceituais e metacientíficas. Um caminho de investigação relevante poderia ser avaliar a vigência (atual ou passada) da identidade de analistas do comportamento do Brasil como uma comunidade científica autônoma e capaz de estabelecer seus próprios

critérios e objetivos. As relações dessa comunidade com a ciência do comportamento de outros países, sua influência mútua, e suas especificidades são outras questões relevantes, bem como suas características regionais internas.

Resolução de problemas sociais e compromisso-ação

As prescrições dos modos de intervenção de uma ciência própria e subversiva não envolvem cursos de ação ou métodos definidos previamente, mas uma adequação da lógica de trabalho aos diferentes contextos sob a orientação de um compromisso-ação. Por si só, a configuração de um compromisso-ação exige a eleição explícita de valores políticos que orientarão a prática, bem como os grupos-chave que deverão ser atendidos e reconhecidos como fonte de demanda e apoio. Fals Borda (1971) defende, ainda, que épocas de crise exigem a preferência por métodos e conceitualizações mais simples, claros e precisos, como forma de facilitar a comunicação com diferentes atores sociais.

No capítulo 1 defendemos a eleição de grupos oprimidos e de movimentos anti-opressão como grupos-chave para a atuação de uma ciência do comportamento própria e subversiva. Nesse compromisso-ação, a ciência deve envolver uma orientação propositiva que indique alternativas de atuação. A articulação de possibilidades de intervenção por parte dos sujeitos afetados deveria ser privilegiada, bem como o emprego de métodos participativos, como aqueles defendidos por Fals Borda.

O campo do delineamento cultural pode instrumentalizar ações voltadas à resolução de problemas que envolvam práticas de grandes grupos, assim como oferece contribuições ao debate sobre as táticas e estratégias envolvidas em programas políticos de revolução social. As discussões sobre políticas públicas informadas pela análise do comportamento exemplificam essas possibilidades, que vão desde os projetos planejados e executados com base na lógica do delineamento cultural, até contribuições pontuais na explicitação de consequência de longo

prazo de determinadas práticas. Embora a necessidade da participação democrática seja defendida de forma recorrente, talvez uma guinada a favor de compromissos mais subversivos ainda seja necessária.

A decisão de tomar as práticas da população (ou o comportamento de seus membros) como objeto de análise e intervenção traz desafios. Aperfeiçoar essa forma de trabalho sem levar em conta as possibilidades de uso abusivo por parte dos atores e instituições que detêm o poder de controle na sociedade pode ser uma ameaça, favorecendo itinerários de dominação e ajustamento social. Desse modo, se faz necessária uma presença transversal do compromisso político a respeito de quais meios e quais atores estarão envolvidos nas tomadas de decisão. Esse questionamento não pode estar restrito a uma ou outra etapa do trabalho.

É de se esperar que diferentes objetivos de trabalho para os delineamentos culturais orientem diferentes caminhos de investigação e intervenção. Os desenhos de pesquisa que garantam um maior controle sobre uma determinada prática cultural não favorecerão necessariamente a autonomia da população afetada. Critérios de efetividade de previsão e controle e valores relacionados à sobrevivência das culturas parecem pouco efetivos no enfrentamento aos riscos apontados, e talvez conceitos como o de libertação sejam uma boa alternativa.

Um campo que se destaca em sua compatibilidade com o compromisso-ação aqui defendido é o da promoção à ação popular como ferramenta de transformação social. Os textos que traziam propostas nesse sentido defendiam trocas colaborativas entre analistas do comportamento e comunidades, a realização de pesquisas capazes de produzir conhecimentos úteis a determinados atores sociais, e a disputa ativa do senso comum em oposição a noções reducionistas, internalistas, naturalizantes ou fatalistas a respeito do comportamento. O conhecimento sobre o delineamento cultural poderia contribuir para tais fins.

Nessa alternativa, o comportamentalismo radical é convidado a compor a construção coletiva do conhecimento popular, em contato com saberes diversos e métodos ainda pouco familiares a analistas do comportamento. Se haveria a necessidade de uma reorientação metodológica, a viabilidade do projeto seria garantida pelos aspectos subversivos do modo contextualista de se compreender as relações entre pessoa e mundo na teoria do comportamento.

Não se trata de uma rejeição aos modos tradicionais de pesquisa e atuação da análise do comportamento, mas da inclusão de um novo campo, capaz de produzir novas mediações entre essa ciência e a sociedade. Possíveis disjunções entre um discurso político subversivo e ações ligadas ao ajustamento social podem não dizer respeito simplesmente a uma contradição entre teoria e prática na análise do comportamento. Talvez o que falte seja justamente *um projeto coletivo* que vise garantir uma atuação libertadora e transformadora com base no comportamentalismo radical. A articulação entre teoria e prática seria realizada e avaliada na interação direta com a população e as necessidades da realidade social. As ferramentas para esse projeto não podem ser encontradas com base unicamente no escrutínio da teoria, por isso as trocas colaborativas e um sentido de práxis são irrenunciáveis.

Valores, ética e libertação

A proposta de uma ciência própria e subversiva prevê uma dimensão de investigação e explicitação dos valores e compromissos que orientam a atividade de quem pesquisa. Fals Borda (1971) relaciona essa consciência a respeito dos valores como uma dimensão da objetividade necessária ao rigor científico. São concepções relacionadas a um entendimento de que a ciência necessariamente envolve compromissos com determinados interesses e juízos de valor, de modo que a ocultação desses compromissos apenas serviria à manutenção do *status quo*, e atenderia aos interesses dominantes.

Trazendo os valores ao centro da discussão sobre a construção da ciência própria, o sociólogo colombiano recorre ao conceito de libertação para orientar sua proposta. A sociologia da libertação seria um campo da ciência sociológica voltado à ruptura da estrutura social e das relações de poder, a favor do fim da exploração sofrida pela população e da promoção de novas possibilidades de existência. O processo libertador é o objeto de investigação dessa ciência e, ao mesmo tempo, o objetivo de sua atuação. A aproximação a esse projeto por parte da ciência do comportamento orienta a defesa por valores relacionados ao combate às diferentes formas de opressão e exploração na sociedade.

As discussões analítico-comportamentais sobre a ética são favoráveis à concepção dos valores como um objeto de análise da ciência do comportamento. O comportamento ético é explicado com base no selecionismo skinneriano, com ênfase nas consequências das ações no mundo e nas relações de contingência dispostas pela cultura, pelas agências de controle e pela comunidade verbal. A investigação sobre o tema é defendida nos textos, inclusive no que diz respeito ao comportamento de cientistas. Essa característica indica uma afinidade filosófica com o projeto de uma ciência própria e subversiva, e ainda torna a análise do comportamento especialmente útil para instrumentalizar esse campo de pesquisa.

Esse modo de se descrever o comportamento ético embasa ainda um conjunto de valores tratado como *o sistema ético skinneriano*. Consequências reforçadoras e favoráveis à sobrevivência configuram *bens éticos*, sendo o bem das culturas (ou seja, consequências favoráveis à sobrevivência das culturas) o valor mais importante desse sistema. Embora a possibilidade de separação entre esses modelos éticos (um descritivo e o outro prescrito) possa exigir uma investigação à parte, não parece ser necessário aderir a essa proposta. Os textos analisados não defendem uma derivação lógica entre essas diferentes teses, e o comportamentalismo radical pode ser compatível com a eleição de outros valores, mais comprometidos com o campo da libertação.

No debate sobre os valores capazes de guiar a atuação de analistas do comportamento, é necessário avaliar conceitos diversos, de origens diversas. Ideais como libertação, emancipação, autonomia popular, e afins podem indicar caminhos profícuos, mas ainda é possível buscar novas alternativas por meio de afinidades com diferentes teorias, disciplinas e movimentos sociais. A ciência do comportamento como um todo tem muito a ganhar com a pluralização dessa conversa. Lógicas favoráveis ao combate às desigualdades, à exploração e à opressão já estão presentes na literatura da área, como foi possível perceber.

No estudo a respeito dos valores na ciência, o uso de diferentes métodos de investigação e a ênfase em disputas, conflitos e antagonismos pode favorecer contribuições mais efetivas. Textos que tratam de questões relacionadas ao trabalho empreendido por analistas do comportamento já apresentam esforços nesse sentido, tratando de como a atuação profissional afeta e é afetada por dimensões políticas da realidade social. Essa apreciação pode ser intensificada e expandida a outros contextos, como a formação acadêmica, o cotidiano científico, e as diferentes modalidades de pesquisa.

Comportamento científico e subversão

As concepções a respeito da ciência estão no cerne das discussões realizada até aqui. Mesmo problematizando *as regras do jogo* hegemônicas (e, especialmente, sua imposição), o tratamento crítico dado por Fals Borda ao tema parte do reconhecimento da importância do processo de acumulação de conhecimento que caracteriza o empreendimento científico. Esse processo é tomado pelo autor como uma prioridade em relação aos aspectos normativos e institucionalizados do fazer científico. Ainda assim, a acumulação de conhecimento não teria valor por si só, e se justificaria por seus potenciais políticos, pelas mudanças na sociedade que permitiria. A relação com outras formas de saber deveria ser de aproximação e não de distanciamento, e o conhecimento científico deveria estar a serviço dos interesses populares.

O sociólogo rejeita lógicas deterministas e reducionistas⁷⁶ a respeito dos fenômenos sociais, defendendo a relação inextricável entre as ciências sociais e a política, estudar a sociedade e transformá-la. Desse modo, se faz necessária uma concepção científica que reconheça a possibilidade de transformação nas relações que compõem a sociedade e a participação do compromisso político na prática científica. Essa concepção também deve permitir a postura colaborativa entre cientista e população na acumulação do conhecimento socialmente relevante. Além de somar-se aos saberes populares, as diferentes disciplinas científicas também deveriam se somar entre si, para compor um entendimento mais integral a respeito do ser humano, rompendo com o modo fragmentado como o conhecimento científico está organizado.

Em momentos como o da crise brasileira atual, é compreensível o impulso em se fixar na autoridade científica como forma de enfrentar o crescimento de ameaças como o negacionismo da saúde, o desmonte das universidades públicas, o pânico moral e a perseguição a populações oprimidas. Dessa forma, as normas científicas (muitas vezes defendidas com base na credibilidade de grandes centros universitários estrangeiros) são exaltadas como modo de garantia de isonomia, como a chave para a identificação das respostas e do caminho correto. O que escapa às suas normativas é tomado como conhecimento inválido, hierarquicamente afastado do saber científico. Aliás, não há motivos para surpresa quando essa lógica acaba incorrendo na negação à legitimidade das próprias ciências sociais, por não se ajustarem aos critérios das ditas *hard sciences*.

O caminho de uma ciência própria e subversiva nesses momentos de crise não está na aparente segurança das normas do jogo, mas também não incorre na crítica árida que acaba contribuindo com o ideário anticientífico. A escolha é pela negação das falsas dicotomias e do

⁷⁶ Lógicas de tratamento aos fenômenos sociais com base no determinismo científico, nos moldes tradicionais de ciências naturais e exatas.

afastamento entre ciência e sociedade. A crise deveria ser motivo de uma aproximação às maiorias populares; de simplificação dos métodos e das teorizações em favor de formas participativas trabalho; e da presença do saber científico no debate político, não como algo estranho ou superior a ele. Isso significa que o senso comum deveria ser disputado no campo da política e da cultura, e não suplantado pela autoridade científica.

Nas dimensões que dizem respeito às concepções sobre a ciência e o comportamento científico estão as maiores proximidades entre o projeto de uma ciência própria e subversiva e a literatura analítico-comportamental analisada. Em geral, essa interpretação se deve à caracterização da ciência como comportamento de cientistas e, especialmente, do comportamento de cientistas como um objeto de análise a ser explicado com base em suas relações de contingência. Essa tese é tomada como argumento para a rejeição de ideais hegemônicos da ciência moderna, com a proposição de interpretações alternativas baseadas no conhecimento acumulado e a indicação de caminhos investigativos a respeito do comportamento científico.

Desse modo, são rejeitados o reducionismo científico, as visões essencialistas sobre a verdade e as explicações internalistas e individualistas sobre o conhecimento e o comportamento em geral. Consequências políticas dessa postura são levadas em conta nos textos analisados. Esse aspecto subversivo da teoria é apontado para indicar a compatibilidade com ideais políticos anticapitalistas de combate às desigualdades e opressões. A concepção comportamentalista radical sobre as relações entre pessoa e mundo é assumida como uma alternativa potencialmente revolucionária.

A postura geral encontrada parece ser favorável à colaboração com diferentes disciplinas, comunidades e movimentos sociais. O caráter antirreducionista do comportamentalismo radical é evidenciado por ponderações a respeito das especificidades de

cada orientação metodológica e epistemológica a tratar dos fenômenos de interesse. O caminho apontado não é de homogeneização das explicações, mas de pluralidade de saberes.

Itinerários políticos e grupos-chave

O itinerário político de uma ciência própria e subversiva pode ser compreendido com base nos grupos-chave eleitos. O objetivo político da pesquisa e da ação está relacionado às necessidades e às demandas desses grupos. Os grupos-chave são atendidos por essa ciência e colaboram com ela, servindo como referência e apoio. No capítulo 1, defendemos a eleição de populações historicamente oprimidas e da militância anti-opressão para esse papel. Essa escolha significaria um compromisso contra a opressão e a exploração, e a favor das transformações sociais necessárias para o processo libertador.

Parece haver um interesse crescente de analistas do comportamento do Brasil por esse caminho. Os textos com frequência trazem afirmações sobre a necessidade da mudança social, enquanto se debate dilemas entre revolução e reformas graduais, ou sobre o uso da violência em processos revolucionários. Trata-se de problemáticas com uma carga histórica robusta, que exigem a atenção ao seu desenvolvimento e à postura adotada pelos movimentos sociais com os quais pretendamos nos comprometer. O tratamento ao tema pode se enriquecer e se apresentar de forma mais concreta conforme uma relação mais próxima com esses grupos-chave seja estabelecida.

A aproximação à militância e ao ativismo também parece crescente, com especial destaque às iniciativas que relacionam análise do comportamento e feminismo. A natureza dessas aproximações ainda exige mais discussões e investigações. Falamos em especialistas “de fora” dos grupos-chave? De pessoas de populações oprimidas e marginalizadas acessando a universidade e assumindo o papel de especialista? A pessoa que pesquisa faria parte da militância ou apenas colaboraria com ela? Quão semelhantes ou diferentes, compatíveis ou

incompatíveis são os objetivos e as relações de contingência ao pesquisar e ao militar? São questões que se colocam no momento atual, e cujas respostas podem definir o desenvolvimento dos compromissos políticos da área no presente e no futuro.

Síntese propositiva: uma psicologia social comportamentalista radical

A proposta apresentada compreende o comprometimento da ciência do comportamento como um todo, envolvendo questões que cabem aos diferentes campos de pesquisa e intervenção. No entanto, a efetivação dessa ciência própria e subversiva exige a construção de um campo específico de pesquisa e ação, que informe e seja informado pelos demais campos da ciência do comportamento. Nossas análises indicam a possibilidade da construção desse campo sem que se abdique do comportamentalismo radical, e um esboço do caminho a ser trilhado já pode ser apresentado.

O movimento aqui proposto se relaciona à defesa de Fals Borda (1971) pela construção de uma sociologia da libertação. Não se tratava da refundação da sociologia como um todo, mas da concepção de um novo campo, com métodos e objetivos próprios. A garantia de condições para que a sociologia da libertação existisse, ainda assim, seria uma exigência para a construção de uma sociologia colombiana própria e subversiva.

Esse novo campo para a ciência do comportamento pode ser compreendido como uma *psicologia social comportamentalista radical*. Seu escopo está na mediação entre os fenômenos comportamentais individuais e a vida social em sua expressão mais complexa, com suas dimensões históricas e políticas. Rompendo com os limites dos fenômenos básicos e do desenho experimental, a proposta é envolver o comportamentalismo radical no tratamento a outros problemas e objetivos, mais familiares à psicologia social e à psicologia política. Essas são disciplinas que trafegam entre as questões das demais ciências sociais e o conhecimento próprio da psicologia.

Não se trata de uma empreitada nova. Como foi possível perceber, analistas do comportamento nunca deixaram de se interessar por esses temas, ou de se comprometer com itinerários políticos libertadores. Ainda assim, se faz necessária a discussão sobre a construção coletiva desse campo, com objetivos específicos e propostas claras. Conforme será apresentado, esse projeto poderia ser fortalecido pela construção de uma teoria do sujeito social, pela aproximação aos estudos sociais latino-americanos, pelo uso de métodos de pesquisa e ação social em contextos diversos e pela meta-análise crítica permitida por uma psicologia social do comportamento científico.

Teoria do sujeito social

A visão de mundo e sujeito do comportamentalismo radical costuma ser apontada como um ponto de convergência a itinerários subversivos e libertadores. Essas afinidades podem tomar forma por meio do desenvolvimento de sua teoria do sujeito. Essa pode ser a chave para a construção de uma psicologia social comportamentalista radical, assumindo o papel da psicologia em pautar investigações sobre o sujeito individual, porém rejeitando posições individualistas ou internalistas, ao explorar os potenciais de se compreender a constituição da subjetividade de modo contextualista e antirreducionista.

Uma consequência desse caminho seria a ênfase na gênese social da subjetividade, o que envolve especificidades do contexto local. Esse projeto pode orientar a conceitos e problemas de pesquisa próprios. Questões sobre a construção da subjetividade dos indivíduos de populações oprimidas ou sobre a relação entre subjetividade e conflito social podem ser contribuições específicas da psicologia social no diálogo político. O fortalecimento desse campo de investigações pode favorecer formas mais concretas de a análise do comportamento colaborar com diferentes populações e movimentos sociais.

Mediação teórica latino-americana

Uma psicologia social envolve o contato com conceitos e problemas de pesquisa relacionados a diferentes disciplinas científicas. Isso torna necessária a construção de um campo de investigação plural e a escolha de diferentes mediações teóricas. Um passo importante pode ser a preferência pelo contato com os estudos sociais latino-americanos, especialmente daqueles campos com um compromisso histórico com as necessidades das maiorias populares da região. Compartilhamos histórias semelhantes, necessidades semelhantes e um papel semelhante na periferia capitalista. Os problemas enfrentados na construção do compromisso político de uma ciência do comportamento própria não serão totalmente inéditos, e se valer da experiência de diferentes tradições oferece muitas vantagens.

Não se trata de qualquer produção local. Essa mediação seria voltada à produção de conhecimentos locais comprometida com valores de libertação, autonomia popular e combate à opressão e à exploração. A construção de uma ciência do comportamento própria envolve também um esforço de compreensão a respeito de quais outras tradições têm desenvolvido uma autonomia intelectual genuína. Ainda, as contribuições estrangeiras compatíveis com esses compromissos não devem ser descartadas, desde que haja sempre o esforço crítico de contextualização.

Esse contato poderá favorecer o tratamento a problemas locais. Como exemplos, podem ser investigadas questões culturais relacionadas à condição de países colonizados e de capitalismo dependente; efeitos da crise brasileira atual sobre a subjetividade de indivíduos de diferentes frações da população; ou então elementos da história regional que interfeririam nas demandas do atendimento psicológico em determinado território. São assuntos pertinentes a uma psicologia social, que exigem o exame cuidadoso ao conteúdo dos estudos sociais a respeito da América Latina, do Brasil, e de suas diferentes regiões.

Investigação e ação em contextos diversos

A construção desse campo deve acompanhar o desenvolvimento de métodos de pesquisa e ação social filiados a compromissos participativos. Dessa construção é que devem sair as perguntas centrais à teorização e à aproximação com outras escolas e disciplinas. Assumir esse projeto envolve aceitar a possibilidade de contribuições da análise do comportamento em problemas relacionados ao comportar-se em um mundo complexo. Essa ampliação deve acompanhar trocas colaborativas com as comunidades e as populações oprimidas que se apresentam como chave para a identificação dos problemas mais relevantes para a transformação social radical, e que devem ter suas lutas fortalecidas por meio da ação de uma ciência verdadeiramente anti-opressão.

O comportamentalismo radical é trazido a esse projeto como compromisso teórico, o que deve ser feito sem uma limitação aos métodos específicos do estudo de fenômenos comportamentais básicos. Assumir uma identidade de comportamentalista radical com base na teoria (e não nos métodos) permite formas alternativas de caracterizar nossos dados, formas de intervenção e perguntas ou problemas de pesquisa. A formação necessária para capacitar analistas do comportamento a operar nesse campo não se encontra na própria disciplina. É necessário investigar, aprender, usar, avaliar e repensar métodos de pesquisa e ação ainda estranhos à análise do comportamento. Só assim será possível o desenvolvimento da teoria rumo à complexidade e diversidade das relações comportamentais na realidade social concreta.

Psicologia social do comportamento científico

Uma outra contribuição diz respeito à incursão da análise do comportamento aos estudos sobre a ciência. Se dados metacientíficos já podem ser importantes para a discussão sobre a geopolítica do conhecimento e as tendências políticas e sociais da produção intelectual, investigações que radicalizem as implicações da natureza comportamental da ciência se

mostram um caminho igualmente profícuo. A investigação científica sobre o comportamento de cientistas pode trazer impactos ao campo da ética, da política e à visão de mundo e sujeito no próprio comportamentalismo radical.

Mais que uma ciência contextualista, o comportamentalismo radical traz contribuições para uma compreensão contextualista da própria ciência. As trocas entre diferentes disciplinas e transplantes conceituais podem ser informadas por essas investigações. Questões sobre compromissos e valores podem ser investigados por meio de métodos diversos que contribuam com a compreensão a respeito das relações que constituem a prática científica. Esse empreendimento favorece a objetividade científica e permite análises críticas que não incorram em negacionismo.

Considerações finais

Procuramos investigar as possibilidades de o comportamentalismo radical instruir um projeto de ciência própria e subversiva. A proposta envolveu a análise de textos de Orlando Fals Borda e uma síntese conceitual das noções de ciência própria e subversiva contextualizadas à conjuntura brasileira atual. Uma ciência própria é caracterizada por condições de autonomia intelectual e compromisso-ação. Defendemos o compromisso com as populações oprimidas e com os movimentos anti-opressão, e que a efetivação desse projeto envolve valores subversivos de ruptura com as condições sociais atuais.

Esse uso de conceitos de Fals Borda foi limitado a um pequeno conjunto de textos, e não permite extrapolações a respeito do restante da obra do autor. A escolha desse material ainda traz limitações relacionadas ao transplante de uma discussão situada na Colômbia do século XX ao Brasil atual, às quais puderam ser apenas atenuadas por meio de uma contextualização não exaustiva. Ainda, a proposta está conscientemente vinculada a posicionamentos ético-políticos específicos, sem a pretensão de supor algum tipo de relação necessária entre teses ontológicas, epistemológicas, metodológicas, éticas e políticas (embora compatibilidades possam ser apontadas).

A segunda parte da pesquisa foi voltada a dimensões ético-políticas da análise do comportamento brasileira. A análise de 39 textos permitiu algumas considerações sobre tendências na literatura da área e diferentes modos de tratar questões sociais com base no comportamentalismo radical. Algumas mudanças parecem ocorrer nas publicações nos últimos anos (com um marco identificável em 2016), o que pode ser melhor compreendido com novas investigações. Os indicativos de mudanças se encontram tanto em dados quantitativos sobre os termos usados nos resumos dos textos e sua distribuição ao longo dos anos, quanto na análise qualitativa do conteúdo. O alcance da análise apresentada é limitado, foram usados apenas textos publicados em periódicos, e que tendiam a tratar de alguma forma de questões sociais.

Teses, dissertações, livros, e mesmo artigos selecionados com outros critérios poderiam ter orientado conclusões diferentes.

As conclusões indicam a viabilidade do projeto de uma ciência do comportamento própria e subversiva. Há potenciais subversivos na teoria e um interesse crescente por parte da comunidade de analistas do comportamento em aproximar-se de questões políticas, movimentos sociais e itinerários de transformação social. Defendemos o fomento a um novo campo capaz de favorecer esses potenciais, uma psicologia social comportamentalista radical que (1) forneça uma teoria contextualista do sujeito social; (2) privilegie mediações teóricas com os estudos sociais latino-americanos; (3) investigue o comportamento em contextos diversos; e (4) envolva também o estudo do comportamento científico. Cada um desses tópicos convida a uma série de novas investigações.

Como vimos, a história da análise do comportamento brasileira se desenvolve de modo inseparável da história nacional. Do desenvolvimentismo à ditadura e à redemocratização, o trabalho de analistas do comportamento acontece imerso nas contradições e nas disputas de seu contexto social, histórico e político. Escapar das armadilhas de cada tempo e deixar de servir a interesses escusos e perniciosos só será possível com o escrutínio sobre como essas relações se deram e se dão. Que papel viemos cumprindo? Que papel podemos cumprir? Que papel cumpriremos? As questões aqui levantadas precisam ser, ao menos, colocadas em pauta.

Ao investigar e compreender melhor essas relações, podemos viabilizar uma inserção a favor do caminho que desejamos para nossa disciplina e nossa sociedade. No cenário da crise brasileira atual, esperamos que nosso estudo possa contribuir para que essa inserção aconteça de modo crítico e suficientemente informado. Especialmente, esperamos favorecer um caminho que corresponda aos interesses e às necessidades próprias de nossa população (e não de elites estrangeiras ou locais). Esta pesquisa foi realizada com vista a um horizonte político claro, que diz respeito à ruptura com as estruturas de dominação vigentes, e à construção de

uma ordem social mais justa e equânime, garantida por meio da radicalização da participação e da autonomia popular.

Há certo ineditismo no contato intertextual da análise do comportamento com a obra de Orlando Fals Borda. Muito ainda pode ser explorado no trabalho do sociólogo e de autores com papéis semelhantes ao dele nas ciências sociais latino-americanas. Para além disso, nossa proposta faz parte de um momento de politização da ciência do comportamento brasileira, tanto em sua própria compreensão interna quanto em sua relação com a sociedade. Aproveitar a oportunidade da intensificação no interesse por essas discussões pode garantir a formação e a continuidade de projetos coletivos, e não apenas uma propagação de iniciativas individuais.

Não há nada eminentemente reacionário na teoria comportamentalista radical, mas também não há nada de revolucionário no mero apontamento de compatibilidades teóricas. É preciso a construção de uma ciência do comportamento própria e subversiva, com autonomia intelectual e um verdadeiro compromisso-ação. Esse itinerário se faz necessário em um cenário político de ameaça constante à vida, à dignidade e à autonomia da população. Desigualdades se acirram por meio de um projeto de dominação neoliberal, enquanto populações marginalizadas, movimentos sociais e a produção científica e cultural se tornam alvo da ultrapolítica. É válido perguntar que tipo de análise do comportamento sobreviverá nesse contexto. Mas acreditamos que a questão mais importante seja: como a análise do comportamento pode contribuir para que esse sistema de opressão, exploração e dominação não mais sobreviva?

Referências⁷⁷

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia*. (5ª ed.) (A. Bosi & I. C. Benedetti, Trads., 5. ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971)
- Abib, J. A. D. (2007). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Santo André, SP: ESETec
- *Abib, J. A. D. (2016). Cenário de uma revolução psicológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 27–39. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.842
- Albuquerque, G. (2013). El tercermundismo como paradigma científico en América Latina: El pensamiento de Orlando Fals Borda. *Universum (Talca)*, 28(2), 209-227. doi: 10.4067/S0718-23762013000200011
- Almeida, R. D. (2019). Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, 38(1), 185-213.
- Alves, R. G. (2021). *Ensaio sobre uma Psicologia Social Comportamentalista Radical a partir de Celso Pereira De Sá (1970- 1990)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.
- Avritzer, L. (2018). O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, 37(2), 273-289. doi: 10.25091/s01013300201800020006
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117. doi: 10.1590/S0103-33522013000200004
- Barroso, M. F. (2018). Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serviço Social & Sociedade*, 113, 446-462. doi: 10.1590/0101-6628.153

⁷⁷ Os artigos selecionados para análise na Etapa 2 estão sinalizados com um asterisco (*).

Bastos, P. P. Z. (2017). Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, 21(2), p. 1-63. doi: 10.1590/198055272129

Bielschowsky, R. (2004). *O pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Contraponto.

*Bogo, A. C., & de Melo, C. M. (2019). Contribuições do projeto de educação da sensibilidade de Abib ao planejamento cultural. *Acta Comportamentalia*, 27(3), 269–286.

*Bogo, A. C., & Laurenti, C. (2012). Análise do Comportamento e sociedade: Implicações para uma ciência dos valores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 956–971. doi: 10.1590/S1414-98932012000400014

Boito Jr, A. (2016). A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, 42, 155-162.

Boldrin, F. (2021, 09 de julho). Prisão, tensão militar e demanda a Bolsonaro: Os rumos da CPI. *Nexo Jornal*.
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/07/09/Pris%C3%A3o-tens%C3%A3o-militar-e-demanda-a-Bolsonaro-os-rumos-da-CPI>

Burton, M. (1980). Determinism, relativism and the behavior of scientists. *Behaviorism*, 8(2), 113-122.

Calil, G. G. (2021). A negação da pandemia: Reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 30-47. doi: 10.1590/0101-6628.236

Cândido, G. V. (2017). Introdução da Análise do Comportamento no Brasil: A Cadeira de Psicologia de Rio Claro (1962-1963). *Perspectivas em análise do comportamento*, 8(1), 135-143. doi: 10.18761/PAC.2016.027

*Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: Práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 84–94. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.847

*Carrara, K., & Fernandes, D. M. (2018). Corrupção e seleção por consequências: Uma análise comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e3423. doi: 10.1590/0102.3772e3423

* Carrara, K., de Souza, V. B., Oliveira, D. R., Orti, N. P., Lourencetti, L. A., & Lopes, F. R (2013). Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamentalia*, 21(1), 99-119.

*Carvalho Neto, M. B. de, Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27–44. doi: 10.31505/rbtcc.v9i1.144

*Carvalho Neto, M. B. de, Salina, A., Montanher, A. R. P., & Cavalcanti, L. A. (2003). O projeto genoma humano e os perigos do determinismo reducionista biológico na explicação do comportamento: Uma análise behaviorista radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 41–56. doi: 10.31505/rbtcc.v5i1.90

Castro Gómez, S. & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. (pp. 09-23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

*Castro, M. S. L. B. de, & Rose, J. C. C. (2015). O conflito ético e sua solução no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(2), 46-51. doi: /10.31505/rbtcc.v17i2.749

Cataño, G. (2008). Orlando Fals Borda, sociólogo del compromiso. *Espacio Abierto*, 17(4), 549-567.

Chauí, M. (2000). *Convite à filosofia* (12ª ed.). São Paulo: Ática.

*Cirino, S. D., Miranda, R. L., Gonçalves, A. L., Miranda, J. J., Vieira, R. D., & do Nascimento, S. S. (2010). Refletindo sobre o laboratório didático de Análise do Comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(1), 15–27. doi: 10.18761/perspectivas.v1i1.17

Coletivo Marias & Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento. (2015, 01 de setembro). *Carta de Princípios do Coletivo Feminista Marias & Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento*. Facebook. Recuperado em 18 de agosto de 2021 de <https://www.facebook.com/739435619517543/posts/744312562363182/>

*Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 8(2), 147–158. doi: 10.18761/pac.2016.047

Cruz, R. N. (2010a) Para além da experimentação e formalização: Uma discussão inicial acerca dos determinantes do comportamento do cientista. In M. M. C. Hübner; M. R. Garcia; P. R. Abreu; E. N. P. Cillo & P. B. Faleiros (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: análise experimental do comportamento, cultura, questões conceituais e filosóficas* (Vol. 25, pp. 53-59). Santo André, SP: Esetec.

Cruz, R. N. (2010b). Possíveis relações entre o contexto histórico e a recepção do behaviorismo radical. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 478-491. doi: 10.1590/S1414-98932010000300004

Cruz, R. N. (2011). Percalços na história da ciência: B. F. Skinner e a recepção inicial da análise experimental do comportamento entre as décadas de 1930 e 1940. *Psicologia: Teoria & Pesquisa*, 27(4), 401-415. doi: 10.1590/S0102-37722011000400020

Cubides, H. J. (1995). Orlando Fals Borda: El permanente compromiso de un innovador. *Nómadas* (Col), (2), 1-15.

Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, 26, 92-101.

da Silva, F. P. (2019). O fim da Onda Rosa e o neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 4(2), 165-178. doi: 10.15210/rsulacp.v4i2.14207.g9147

da Silva, M. G., Lourenço, B. S., & de Carvalho, J. C. P. (2018). Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: Elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 49(1), 166-201.

Dal Ben, R., Camargo, J., Melo, C. M., & Figueiras, G. B. (2017). Análise do Comportamento e sustentabilidade: Revisão dos artigos publicados no Behavior and Social Issues de 2005 a 2016. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2), 86–94. doi: 10.18542/rebac.v12i2.4401

Day, W. F. (1969). Radical behaviorism in reconciliation with phenomenology. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12(2), 315-328. doi: 10.1901/jeab.1969.12-315

de Lima, R. T. (2016). Entre o imperialismo e o subimperialismo: a projeção brasileira à Bolívia e ao Peru nos governos Lula da Silva (2003-2010). *Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 6(3), 530-545.

de Oliveira, H. M. G. (2016). Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. *Pauta geral*, 3(2), 83-96. doi: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.3.i2.0005

*Dittrich, A. (2019). James G. Holland: A Análise do Comportamento como prática política. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3526. doi: 10.1590/0102.3772e3526

*Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e conseqüências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427–433. doi: 10.1590/s0102-79722004000300014

Duchesne, M. (2001). O consenso latino-americano em obesidade. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 19-24. doi: 10.31505/rbtcc.v3i2.130

Dyett, J., & Thomas, C. (2019). Overpopulation discourse: Patriarchy, racism, and the specter of ecofascism. *Perspectives on Global Development and Technology*, 18(1-2), 205-224. doi: 10.1163/15691497-12341514

Escobar, A. (2003). Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula rasa*, (1), 51-86. doi: 10.25058/20112742.188

Fals Borda, O. (1971). *Ciencia propia y colonialismo intelectual* (2. ed.). Ciudad de México: Nuestro Tiempo.

Fals Borda, O. (1991a). Algunos ingredientes basicos. In O. Fals Borda, O., M. A. Rahman, G. I. de Roux, M. C. Salazar, V. Gianotten, T. de Wit, S. Nyoni, J. Gaventa, & Tilakaratna (Edit.), *Acción y conocimiento: como romper el monopolio con investigación-acción participativa* (pp. 7-19). Santafé de Bogotá: Cinep.

Fals Borda, O. (1991b). Rehaciaendo el Saber. In O. Fals Borda, O., M. A. Rahman, G. I. de Roux, M. C. Salazar, V. Gianotten, T. de Wit, S. Nyoni, J. Gaventa, & Tilakaratna (Edit.), *Acción y conocimiento: como romper el monopolio con investigación-acción participativa* (pp. 189-211). Santafé de Bogotá: Cinep.

Fals Borda, O. (2012a). Irrumpe la investigación militante. In N. A. Herrera Farfán, & L. L. Guzmán (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (pp. 205-209). Buenos Aires: El colectivo – Lanzas y Letras Extensión Libros. (Trabalho original publicado em 1981)

Fals Borda, O. (2012b). La antiélite y su papel en el cambio social. In N. A. Herrera Farfán, & L. L. Guzmán (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (2. ed., pp. 109-117). Buenos Aires: El colectivo – Lanzas y Letras - Extensión Libros. (Trabalho original publicado em 1971).

Fals Borda, O. (2012c). La hora de la antiélite. In N. A. Herrera Farfán, & L. L. Guzmán (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (2. ed., pp. 119-122). Buenos Aires: El colectivo – Lanzas y Letras - Extensión Libros. (Trabalho original publicado em 2007).

Fals Borda, O. (2012d). “Me queda la angustia de la continuidad”. Carta a Pedro Santana. In N. A. Herrera Farfán, & L. L. Guzmán (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (2. ed., pp. 17-23). Buenos Aires: El colectivo – Lanzas y Letras - Extensión Libros. (Trabalho original publicado em 2004).

Fals Borda, O. (2012e). “Uno siembra la semilla pelo ella tiene su propia dinámica”. In N. A. Herrera Farfán, & L. L. Guzmán (Comps.), *Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (2. ed., pp. 25-44). Buenos Aires: El colectivo – Lanzas y Letras - Extensión Libros. (Trabalho original publicado em 2004).

Fals Borda, O., & Mora-Osejo, L. E. (2003). Context and diffusion of knowledge: A critique of Eurocentrism. *Action Research*, 1(1), 29-37. doi: 10.1177/14767503030011003

Fernandes, D. M. (2020). *Cultura, economia, educação, governo e política: um estudo de caso em Psicologia Social*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.

*Fernandes, D. M., & Rezende, J. V. (2016). Da denúncia ao compromisso: Servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 40–51. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.843

Fernandes, L. E. (2019). Ofensiva imperialista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. *Entropia*, 3(6), 180-199.

Fernandes, S. (2019). *Sintomas mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária.

*Ferreira, T. A. S., Santos, F. M. S., Matos, J. P. A., Moura, M. C. B. L. & Rodrigues, S. S. (2017). Qual o objetivo da Análise do Comportamento Clínica? *Acta Comportamentalia*, 25(3), 395-410.

*Fidelis, D., & Faleiros, P. (2017). Dilema do prisioneiro na análise experimental do comportamento: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(1). doi: 10.18542/rebac.v13i1.5262

Figueiredo, F. P. (2015). Contribuições dos manuais diagnósticos para a avaliação e o tratamento do transtorno desafiador-opositor na infância: a importância da topografia através de um estudo de caso. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(1), 4-10. doi: 10.31505/rbtcc.v17i1.731

*Flores Júnior, C. R., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(4), 527–544.

Freire, P. (2016). *Pedagogia do oprimido* (60. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1968).

*Freitas, J. C. C., & de Moraes, A. O. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109–126.

Gewehr, C. F. (2010). *Psicologia social desde América Latina: O desafio de uma possibilidade*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Giniger, N., & Carbone, R. (2020). América Latina siglo XXI: Golpes, derechos y científicídio. *Ephemera*, 20(1), 177-209.

Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1- 2), 2-8. doi: 10.1007/BF03406059

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.

Guedes, M. C., Cândido, G. V., Belloti, A. C., Giolo, J. C. C., Vieira, M. C., Matheus, N. M., Miguel, R. R., Gurgel, T. G. (2008). A introdução da Análise do Comportamento no Brasil: Vicissitudes. *Behaviors*, 12, 41 – 57.

*Gusso, H. L. (2019). O servidor público diante de políticas inconstitucionais: Organização, Estado, Poder, Estabilidade e Controle Social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 21(4), 524-543. doi: 10.31505/rbtcc.v21i4.1379

Holland, J. G. (1973). ¿Servirán los principios conductuales para los revolucionarios?. Em F.S. Keller e E.R. Iñesta (Orgs.), *Modificación de conducta: Aplicaciones a la educación*. México: Trillas, p. 265-281.

Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. doi: 10.1901/jaba.1978.11-163

*Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na Análise do Comportamento artigos do Behavior and Social Issues (1991 - 2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 1–16. doi: 10.31505/rbtcc.v6i1.61

Kasahara, Y., & Marsteintredet, L. Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, 49(1), 30-54.

Lamal, P. A. & Greenspoon, J. (1992). Congressional metacontingencies. *Behavior and Social Issues*, 2, 71-81. doi: 10.5210/bsi.v2i1.175

Laurenti, C. (2008). Determinismo, probabilidade e Análise do Comportamento. *Temas em Psicologia*, 16(2), 171-183.

*Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367–376. doi: 10.1590/S0102-37722012000300012

Laurenti, C. (2014). Crítica à neutralidade científica e suas consequências para a prática científica em psicologia. Em V. B. Haydu, S. A. Fornazari, & C. Estanislau. (Org.). *Psicologia e análise do comportamento: Conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica*. Londrina: UEL, 2014.

Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. Em C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). São Paulo: Hogrefe.

*Laurenti, C., de Jesus, L. S., Nogueira, L. N., de Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmicocientíficas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251–268.

Laurenti, C., Lopes, C. E., & Araujo, S. F. (2016). *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe

León Cedeño, A. A., Bonetti Lima, A., Caetano Silva, E. T., & de Proença Lopes, H. (2012). Psicología social y comunicación contrahegemónica: conociendo la televisora comunitaria venezolana Catia TVe. *Fermentum. Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, 22(65), 358-381.

Leonel Júnior, G. (2021). Os dez anos da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia: resistir entre a pandemia e um golpe. *Revista Culturas Jurídicas*, 8(19), 347-364.

*Leugi, G. B., & Guerin, B. (2016). To spark a social revolution behavior analysts must embrace community-based knowledge. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 73–83. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.846

Lopes, C. E. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In: C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo. (Orgs.). *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 15-40). São Paulo: Hogrefe.

Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade à política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 6-10. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.858

Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2. ed.). Curitiba: CRV.

*Lourencetti, L. A., & Carrara, K. (2017). Descrição e análise de prescrições comportamentais em legislações referentes ao planejamento urbano brasileiro. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 159–179. doi: 10.18761/pac.2016.031

Lugones, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula rasa*, 9, 73-101.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. doi: 10.1590/%25x

Luna, S. V. (1981). Compromisso social: “opção” do analista experimental do comportamento ou elemento constituinte da contingência? *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(1), 13-19.

*Maciel, M., dos Santos, M., Cruz, M., Lira, M., de Almeida, J., de Souza, C., de Lacerda Filho, E., Paiva, F., Pereira, G., & Alves, M. (2020). Violência doméstica (contra a mulher) no Brasil em tempos de pandemia (COVID-19). *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 15(2). doi: 10.18542/rebac.v15i2.8767

Malta, M., Murray, L., da Silva, C. M. F. P., & Strathdee, S. A. (2020). Coronavirus in Brazil: The heavy weight of inequality and unsound leadership. *EClinicalMedicine*, 25, 1-2. doi: 10.1016/j.eclinm.2020.100472

*Marco, M. N. da C., & Calais, S. L. (2012). Acompanhante terapêutico: Caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 14(3), 4-33. doi: 10.31505/rbtcc.v14i3.546

Mariano, R., & Gerardi, D. A. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, 120, 61-76.

Mariconda, P. R. (2006). O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. *Scientiae Studia*, 4, 453-472. doi: 10.1590/S1678-31662006000300006

Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. (Trabalho original publicado em 1985) doi: 10.1590/S1413-294X1997000100002.

Martín-Baró, I. (2006). Hacia uma psicologia de la liberación. *Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitária*, 1(2), 7-14. (Trabalho original publicado em 1986)

Mathias, M., & Brito, C. M. D. (2016). Dependência, imperialismo e capital-imperialismo. *Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 26, 326-355.

Matos, M. A. (1998). Contingências para a Análise Comportamental no Brasil. *Psicologia USP*, 9(1), 89-100. doi: 10.1590/psicousp.v9i1.107744

*Melo, C.M., Castro, M.S.L.B., & de Rose, J.C. (2015). Some relations between culture, ethics and technology in B. F. Skinner. *Behavior and Social Issues*. 24, 39-55. doi: 10.5210/bsi.v24i0.4796

Miorando, B. S. (2018). Ação conservadora e o golpe brasileiro de 2016: vislumbres da Venezuela de 2002 nos embates entre dependência e desenvolvimentismo. *Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 8(1), 117-144.

*Miranda, J. J., Gonçalves, A. L., Miranda, R. L., & Cirino, S. S. (2011). Ética em experimentação animal: Reflexões sobre o laboratório didático de Análise do Comportamento. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 198–212.

Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2010). Os primeiros anos dos laboratórios de análise do comportamento no Brasil. *Psychologia Latina*, 1(1), 79-87.

Miranda, R. L.; Torres, J. A.; Alves, R. G.; & Cirino, S. D. (2020). Indigenization of Behavior Analysis in Brazil. In *Oxford Research Encyclopedia of Psychology* (pp.1-26). Oxford University Press. doi: 10.1093/acrefore/9780190236557.013.688

*Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28. doi: 10.18761/PAC.2017.011

Montero, M. (1984). La psicología comunitaria: Orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400.

Montero, M. (2001). Ética e política en Psicología: Las dimensiones no reconocidas. *Athenea Digital*, 0, 1-10. doi: 10.5565/rev/athenead/v1n0.1

Montero, M. (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: una respuesta latinoamericana. *Psykhe* (Santiago), 13(2), 17-28. doi: 10.4067/S0718-22282004000200002

Montero, M. (2010). Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latinoamericana. *Revista colombiana de psicología*, 19(2), 177-191.

*Morais, A. O. de, Melo, C. M. de, & Souza, S. R. (2017). Uma análise da ética esportiva a partir do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 41-57. doi: 10.31505/rbtcc.v18i3.921

Mota Neto, J. C. (2018). Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. *Fólios*, 48, 3-13.

Mota, L. A., & Moraes, A. M. (2017). O ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff. *Revista Café com Sociologia*, 6(2), 354-374.

*Mussi, S. V., Soares, M. R. Z., & Grossi, R. (2013). Transtorno bipolar: Avaliação de um programa de psicoeducação sob o enfoque da Análise do Comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15(2), 45-63. doi: 10.31505/rbtcc.v15i2.602

*Naves, A. R. C. X., & Vasconcelos, L. A. (2008). O estudo da família: Contingências e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(1), 13–25. doi: 10.18542/rebac.v4i1.841

Oliveira, A. N. C. (2020). Neoliberalismo durável: O Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, 26(1), 159-192.

*Oliveira-Castro, J. M., & de Aguiar, J. C. (2020). Behavioral analysis of law: An operant interpretation of legal systems. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 092-113. doi: 10.18761/pac.2020.v11.n1.08

Paim, K., & Falcke, D. (2016). Perfil discriminante de sujeitos com histórico de violência conjugal: O papel dos Esquemas Iniciais Desadaptativos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(2), 112-129. doi: 10.31505/rbtcc.v18i2.887

*Pessotti, I. (2016). Análise do Comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 95–103. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.848

Polanco F. A., Beria J. S., Zapico M. G., & Miranda R. L. (2021) A Comparative History of Psychology During the South American Dictatorships (1964–1985). In: Ossa J.C., Salas G., Scholten H. (eds.) *History of Psychology in Latin America. Latin American Voices*. Springer, Cham. doi: 10.1007/978-3-030-73682-8_3

Polanco, F., & Miranda, R. L. (2014). Recepción del conductismo en Argentina y Brasil: Un estudio de dos universidades, 1960-1970. *Universitas Psychologica*, 13, 2035-2045. doi: 10.11144/Javeriana.upsy13-5.rcab

Prilleltensky, I. (1991). Radical behaviorism and the social order. *Counseling and Values*, 36(2), 104-111. doi: 10.1002/j.2161-007X.1991.tb00967.x

Prilleltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4, 125-137. doi: 10.1177/0959354394041006

Quijano, A. & Wallerstein, I. (1992). La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 583-591.

Quijano, A. (2011). Colonialidad del poder y subjetividad en América Latina. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, 5(3), 1-13. doi: 10.32870/cl.v0i5.2837

Quijano, A. (2012). Des/colonialidad del poder: El horizonte alternativo. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, 6(4), 1-3. doi: 10.22201/cela.24484946e.2010.25.49411

Ribeiro, D. (2017). *América Latina: A pátria grande* (3. ed.). São Paulo: Global. (Trabalho original publicado em 1976)

Ruiz, M., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 30(1), 1-16. doi: 10.1007/BF03392139

Sá, C. P. (1986). Contracontrole social: Uma extensão do behaviorismo radical à educação política popular. *Forum Educacional*, 10(2), 43-73.

*Sá, C. P. (2016). J. G Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 52-60. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.844

*Santos, E. A. P., Garbelotti, C. D. S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 61–72. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.845

Sierra Caballero, F., & Sola-Morales, S. (2020). Golpes mediáticos y desinformación en la era digital. La guerra irregular en América Latina. *Comunicación y Sociedad*, 17, 1-31. doi: 10.32870/cys.v2020.7604

Silva, M. R., Pires, G. D. L., & Pereira, R. S. (2019). A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, “o exterminador do Brasil”: “future-se” para o abismo, sofrimento e adoecimento de Brasil e a urgente resistência ativa. *Motrivivência*, 31(59), 1-15. doi: 10.5007/2175-8042.2019e567052

Silveira, A. (2016). América Latina: O ocaso da esperança? Brasil em evidência. *Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 6(1), 1-35.

Skinner, B. F. (1956). A case history in scientific method. *American Psychologist*, 11, 221-233. doi: 10.1037/h0047662

Skinner, B. F. (2005). *Walden two*. Indianapolis: Hackett Publishing Company. (Trabalho original publicado em 1948).

Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad., 10. ed.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).

Sociobehavioristas. (2020, 01 de maio). *Um convite à revolução psicológica*. Medium. Recuperado em 18 de agosto de 2021 de <https://medium.com/@coletivosociobehavioristas/um-convite-%C3%A0-revolu%C3%A7%C3%A3o-psicol%C3%B3gica-b1b7cce22165>

Souza Jr, E. J. de, Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2018). A recepção da instrução programada como abordagem da análise do comportamento no Brasil nos anos 1960 e 1970. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 25(2), 449–467. doi:10.1590/s0104-59702018000200009

Supremo Tribunal Federal. (2021, 23 de março). 2ª Turma reconhece parcialidade de ex-juiz Sérgio Moro na condenação de Lula no caso Triplex. <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>

Suzuki, B. M., & Souza, S. R. (2019). Efeitos do jogo Abrakedabra sobre a leitura e a escrita de palavras com encontros consonantais. *Acta Comportamentalia*, 27(3), 351–370.

The Intercept Brasil. (2020, 20 de janeiro). *Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a vaza jato*. <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>

Todorov J. C. (1987). A constituição como metacontingência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7, 9-13.

Todorov, J. C. (2006). Behavior analysis in Brazil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 24, 29-36.

Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 143-153. doi: 10.1590/S0102-37722010000500013

*Todorov, J. C., & Moreira, M. (2004). Análise experimental do comportamento e sociedade: Um novo foco de estudo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 25–29. doi: 10.1590/S0102-79722004000100005

Treacy, M. (2019). Desarrollo desigual del capitalismo: Colonialismo, imperialismo y dependencia en América Latina. *Revista Sociedad*, 38, 14-29.

van Dijk, T. A. (2017). How globo media manipulated the impeachment of Brazilian president Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199-229. doi: 10.1177/1750481317691838

*Vandenberghe, L. (2005). Uma ética behaviorista radical para a terapia comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 55–66. doi: 10.31505/rbtcc.v7i1.42

Varsavsky, O. (1969). *Ciencia, política y cientificismo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

Vieira-Santos, J., & Henklain, M. H. O. (2017). Contingências sociais que dificultam o engajamento do professor universitário em relações de qualidade com seus alunos. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 200-214. doi: 10.18761/pac.2016.032

Villalobos Pérez, A., León Sanabria, G., & Araya Cuadra, C. (2006). Análisis de la conducta en Costa Rica y Guatemala: Presente y futuro. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 24, 37-45.

Watrin, J. P., & Darwich, R. (2012). On behaviorism in the cognitive revolution: Myth and reactions. *Review of General Psychology*, 16(3), 269–282. doi: 10.1037/a0026766

Ximenes, S. B., Pino, I. R., Adrião, T., Almeida, L. C., Zuin, A. Á. S., Moraes, C. S. V., Ferreti, C. J., Goergen, P., & Souza, S. M. Z. L. (2019). Reafirmar a defesa do sistema de ciência, tecnologia e ensino superior público brasileiro. *Educação & Sociedade*, 40, 1-4. doi: 10.1590/es0101-73302019230375

Zaak Saraiva, I. (2019). Elementos para Análise do Ataque Falacioso contra Universidades e Serviço Público no Neoliberalismo Brasileiro pós-2015: Balbúrdia, homens-pauta-bomba, ataque e recuo. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*. 1-21

*Zilio, D. (2018). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 233–249.

Zilio, D., & Carrara, K. (2008). Mentalismo e explicação do comportamento: Aspectos da crítica behaviorista radical à ciência cognitiva. *Acta Comportamentalia*, 16(3), 399-417.

APÊNDICE A: Tabela de textos selecionados para a análise

Orientadora: Carolina Laurenti

Orientando: Cândido Rocha Flores Júnior

Pesquisa: Possibilidades para uma ciência do comportamento própria: entre a subversão e o ajustamento social

Data do levantamento: 06/10/2020

Tabela 1: Textos selecionados para a análise

Referência	Origem	Palavras encontradas no abstract
Abib, J. A. D. (2016). Cenário de uma revolução psicológica. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 18(esp.), 27–39. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.842	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	<i>Revolution.</i>
Bogo, A. C., & de Melo, C. M. (2019). Contribuições do projeto de educação da sensibilidade de Abib ao planejamento cultural. <i>Acta Comportamentalia</i> , 27(3), 269–286.	PsycINFO	<i>Ethics.</i>
Bogo, A. C., & Laurenti, C. (2012). Análise do Comportamento e sociedade: Implicações para uma ciência dos valores. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 32(4), 956–971. doi: 10.1590/S1414-98932012000400014	PsycINFO	<i>Ethical, social issues.</i>
Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: Práticas culturais, ética e compromisso social. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 18(esp.), 84–94. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.847	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	<i>Ethical, revolutionary.</i>
Carrara, K., & Fernandes, D. M. (2018). Corrupção e seleção por consequências: Uma análise comportamental.	PsycINFO	<i>Policy.</i>

Psicologia: Teoria e Pesquisa, 34, e3423. doi:

10.1590/0102.3772e3423

Carrara, K., de Souza, V. B., Oliveira, D. R., Orti, N. P.,

Lourencetti, L. A., & Lopes, F. R. (2013). Desenvolvimento

de guia e fluxograma como suporte para delineamentos

culturais. *Acta Comportamentalia*, 21(1), 99-119.

Carvalho-Neto, M. B. de, Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q.

G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para

a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental*

e Cognitiva, 9(1), 27–44. doi: 10.31505/rbtcc.v9i1.144

Carvalho-Neto, M. B. de, Salina, A., Montanher, A. R. P.,

& Cavalcanti, L. A. (2003). O projeto genoma humano e os

perigos do determinismo reducionista biológico na

explicação do comportamento: Uma análise behaviorista

radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e*

Cognitiva, 5(1), 41–56. doi: 10.31505/rbtcc.v5i1.90

Castro, M. S. L. B. de, & Rose, J. C. C. (2015). O conflito

ético e sua solução no Behaviorismo Radical. *Revista*

Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 17(2),

46-51. doi: /10.31505/rbtcc.v17i2.749

Cirino, S. D., Miranda, R. L., Gonçalves, A. L., Miranda, J.

J., Vieira, R. D., & do Nascimento, S. S. (2010). Refletindo

sobre o laboratório didático de Análise do Comportamento.

Perspectivas em Análise do Comportamento, 1(1), 15–27.

doi: 10.18761/perspectivas.v1i1.17

Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do

comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em*

Análise do Comportamento, 8(2), 147–158. doi:

10.18761/pac.2016.047

PsycINFO

Revista Brasileira de

Terapia

Comportamental e

Cognitiva

Revista Brasileira de

Terapia

Comportamental e

Cognitiva

Revista Brasileira de

Terapia

Comportamental e

Cognitiva

Perspectivas em

Análise do

Comportamento

Perspectivas em

Análise do

Comportamento

Ethical, ethically,

conflicts.

Policy.

Political.

Ethics, ethicals,

conflict.

Ethics, political.

Social movement.

- Melo, C.M., Castro, M.S.L.B., & de Rose, J.C. (2015). Some relations between culture, ethics and technology in B. F. Skinner. *Behavior and Social Issues*, 24, 39–55. doi: 10.5210/bsi.v24i0.4796 PsycINFO *Ethics, ethical.*
- Dittrich, A. (2019). James G. Holland: A Análise do Comportamento como prática política. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3526. doi: 10.1590/0102.3772e3526 PsycINFO *Political.*
- Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e conseqüências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427–433. doi: 10.1590/s0102-79722004000300014 PsycINFO *Ethical.*
- Fernandes, D. M., & Rezende, J. V. (2016). Da denúncia ao compromisso: Servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 40–51. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.843 Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *Ethical, political, revolutionary, revolutionaries, revolution, social movement.*
- Ferreira, T. A. S., Santos, F. M. S., Matos, J. P. A., Moura, M. C. B. L. & Rodrigues, S. S. (2017). Qual o objetivo da Análise do Comportamento Clínica? *Acta Comportamental*, 25(3), 395-410. PsycINFO *Ethics.*
- Fidelis, D., & Faleiros, P. (2017). Dilema do prisioneiro na análise experimental do comportamento: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(1). doi: 10.18542/rebac.v13i1.5262 Revista Brasileira de Análise do Comportamento *Conflict.*
- Flores Júnior, C. R., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamental*, 27(4), 527–544. PsycINFO *Ethical-political, politicization.*
- Freitas, J. C. C., & de Moraes, A. O. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e PsycINFO *Conflict, oppressive.*

- Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109–126.
- Gusso, H. L. (2019). O servidor público diante de políticas inconstitucionais: Organização, Estado, Poder, Estabilidade e Controle Social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 21(4), 524-543. doi: 10.31505/rbtcc.v21i4.1379
- Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na Análise do Comportamento artigos do Behavior and Social Issues (1991 - 2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 1–16. doi: 10.31505/rbtcc.v6i1.61
- Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367–376. doi: 10.1590/S0102-37722012000300012
- Laurenti, C., de Jesus, L. S., Nogueira, L. N., de Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmicocientíficas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251–268.
- Leugi, G. B., & Guerin, B. (2016). To spark a social revolution behavior analysts must embrace community-based knowledge. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 73–83. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.846
- Lourencetti, L. A., & Carrara, K. (2017). Descrição e análise de prescrições comportamentais em legislações referentes ao planejamento urbano brasileiro. *Perspectivas*
- Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *Policy.*
- Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *social issues.*
- PsycINFO *Ethical.*
- PsycINFO *Policy.*
- Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *Revolutions.*
- Perspectivas em Análise do Comportamento *Policy.*

em *Análise do Comportamento*, 8(2), 159–179. doi:

10.18761/pac.2016.031

Maciel, M., dos Santos, M., Cruz, M., Lira, M., de Almeida, J., de Souza, C., de Lacerda Filho, E., Paiva, F., Pereira, G., & Alves, M. (2020). Violência doméstica (contra a mulher)

no Brasil em tempos de pandemia (COVID-19). *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 15(2). doi:

10.18542/rebac.v15i2.8767

Marco, M. N. da C., & Calais, S. L. (2012). Acompanhante terapêutico: Caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 14(3),

4–33. doi: 10.31505/rbtcc.v14i3.546

Miranda, J. J., Gonçalves, A. L., Miranda, R. L., & Cirino, S. S. (2011). Ética em experimentação animal: Reflexões sobre o laboratório didático de Análise do Comportamento.

Psicologia: Teoria e Prática, 13(1), 198–212.

Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-

Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do*

Comportamento, 9(1), 15-28. doi: 10.18761/PAC.2017.011

Morais, A. O. de, Melo, C. M. de, & Souza, S. R. (2017).

Uma análise da ética esportiva a partir do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 41-57. doi: 10.31505/rbtcc.v18i3.921

Mussi, S. V., Soares, M. R. Z., & Grossi, R. (2013).

Transtorno bipolar: Avaliação de um programa de psicoeducação sob o enfoque da Análise do

Comportamento. *Revista Brasileira de Terapia*

Revista Brasileira de

Análise do

Comportamento

Political, social issues.

Revista Brasileira de

Terapia

Comportamental e

Cognitiva

Political-ideological.

PsycINFO

Ethics, conflict.

Perspectivas em

Análise do

Comportamento

Social issue.

Revista Brasileira de

Terapia

Comportamental e

Cognitiva

Ethics, ethical/unethical.

Revista Brasileira de

Terapia

Comportamental e

Cognitiva

Conflicts.

- Comportamental e Cognitiva*, 15(2), 45-63. doi:
10.31505/rbtcc.v15i2.602
- Naves, A. R. C. X., & Vasconcelos, L. A. (2008). O estudo da família: Contingências e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(1), 13–25. doi: 10.18542/rebac.v4i1.841
- Oliveira-Castro, J. M., & de Aguiar, J. C. (2020). Behavioral analysis of law: An operant interpretation of legal systems. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 092-113. doi: 10.18761/PAC.2020.v11.n1.08
- Pessotti, I. (2016). Análise do Comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 95–103. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.848
- Sá, C. P. (2016). J. G Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 52-60. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.844
- Santos, E. A. P., Garbelotti, C. D. S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 61–72. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.845
- Todorov, J. C., & Moreira, M. (2004). Análise experimental do comportamento e sociedade: Um novo foco de estudo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 25–29. doi: 10.1590/S0102-79722004000100005
- Vandenberghe, L. (2005). Uma ética behaviorista radical para a terapia comportamental. *Revista Brasileira de*
- Revista Brasileira de Análise do Comportamento *Politics.*
- Perspectivas em Análise do Comportamento *Politically.*
- Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *Politic, political.*
- Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *Political.*
- Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva *Political.*
- PsycINFO *social issues.*
- Revista Brasileira de Terapia *Ethic, ethics, politics.*

Terapia Comportamental e Cognitiva, 7(1), 55–66. doi: 10.31505/rbtcc.v7i1.42

Comportamental e
Cognitiva

Zilio, D. (2018). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta*

Comportamentalia, 27(2), 233–249.

PsycINFO

Ethical, political.

APÊNDICE B: Tabela de textos excluídos e seus critérios de exclusão

Orientadora: Carolina Laurenti

Orientando: Cândido Rocha Flores Júnior

Pesquisa: Possibilidades para uma ciência do comportamento própria: entre a subversão e o ajustamento social

Data do levantamento: 06/10/2020

Tabela 2: Textos excluídos e seus critérios de exclusão

Referência	Origem	Critério de exclusão
Todorov, J. C. (2011). A trava no olho de cada um. <i>Perspectivas em Análise do Comportamento</i> , 2(1), 21–24. doi: 10.18761/perspectivas.v2i1.45	Perspectivas em Análise do Comportamento	Critério 01
Hunziker, M. H. L. (2005). Quase memória. <i>Revista Brasileira de Análise do Comportamento</i> , 1(1), 97–103.	Revista Brasileira de Análise do Comportamento	Critério 01
Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade a política. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 18(esp.), 6–10. doi: /10.31505/rbtcc.v18i0.858	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	Critério 01
Botomé, S. P. (2006). Contribuições, participação, organização e representação da Análise Experimental do Comportamento nos eventos e na organização da Psicologia no Brasil: a ABPMC como condição e ponto de partida. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 8(2), 217-231. doi: 10.31505/rbtcc.v8i2.103	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	Critério 01
Hübner, M. M. C. (2006). Relações entre a Sociedade Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental. <i>Revista de Terapia</i>	Revista Brasileira de Terapia	Critério 01

- Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 237–241. doi: 10.31505/rbtcc.v8i2.105 Comportamental e Cognitiva
- Feitosa, M. A. G. (2016). Carolina Bori recebe o título de doutora honoris causa pela Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 1(2), 263–267. doi: 10.18542/rebac.v1i2.793 Revista Brasileira de Análise do Comportamento Critério 01
- Guerin, B. (2019a). Contextualizing music to enhance music therapy. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(2), 222–242. doi: 10.18761/PAC.2019.v10.n2.03 Perspectivas em Análise do Comportamento Critério 02
- Guerin, B. (2019b). What do therapists and clients talk about when they cannot explain behaviours? How Carl Jung avoided analysing a client’s environments by inventing theories. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(1), 076–097. doi: 10.18761/pac.tac.2019.005 Perspectivas em Análise do Comportamento Critério 02
- Guerin, B. (2017). Deconstructing psychological therapies as activities in context: What are the goals and what do therapists actually do?. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(1), 97-119. doi: 10.18761/pac.2016.040 Perspectivas em Análise do Comportamento Critério 02
- Baqué, E. (2012). Um exemplo paradigmático das relações conflituosas entre ciência e ideologia: a resistência ao behaviorismo na França. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 3(1). doi: 10.18542/rebac.v3i1.820 Revista Brasileira de Análise do Comportamento Critério 02
- Holland, J. G. (2016). Behavior Analysis and Positive Human Values. *Revista Brasileira de Terapia de Terapia* Critério 02

- Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 11-18. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.859
- Holland, J. G. (2016). Análise do Comportamento e Valores Humanos Positivos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 19-26. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.841
- Paim, K., & Falcke, D. (2016). Perfil discriminante de sujeitos com histórico de violência conjugal: O papel dos Esquemas Iniciais Desadaptativos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(2), 112-129. doi: 10.31505/rbtcc.v18i2.887
- Duchesne, M. (2001). O consenso latino-americano em obesidade. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 19-24. doi: 10.31505/rbtcc.v3i2.130
- Magalhães, M. R., Serrano, C., Alvarenga, M. S., & Dahás, L. J. de S. (2020). “Socorro! Meu Filho Come Mal”: uma análise do comportamento alimentar infantil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 079-091. doi: 10.18761/pac.2020.v11.n1.07
- dos Santos, B., Pureza, H., & de Carvalho Neto, M. (2017). Interações comportamentais em esquema múltiplo utilizando o jato de ar quente (JAQ) como estímulo punidor. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2). doi: 10.18542/rebac.v12i2.4403
- Bortoloti, R., & D’Agostino, R. G. (2012). Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do*
- Comportamental e Cognitiva
- Revista Brasileira de Terapia
- Comportamental e Cognitiva
- Revista Brasileira de Terapia
- Comportamental e Cognitiva
- Revista Brasileira de Terapia
- Comportamental e Cognitiva
- Perspectivas em Análise do Comportamento
- Revista Brasileira de Análise do Comportamento
- Revista Brasileira de Análise do Comportamento
- Critério 02
- Critério 03
- Critério 03
- Critério 04
- Critério 04
- Critério 04

Comportamento, 3(1), 17–28. doi:

10.18542/rebac.v3i1.821

Sztamfater, S. (2010). Uma leitura de algumas

dimensões das políticas educacionais atuais sob a ótica da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 12(1/2), 176–196. doi: 10.31505/rbtcc.v12i1/2.421

Revista Brasileira
de Terapia
Comportamental e
Cognitiva

Critério 04

Figueiredo, F. P. (2015). Contribuições dos manuais diagnósticos para a avaliação e o tratamento do

transtorno desafiador-opositor na infância: a

importância da topografia através de um estudo de

caso. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(1), 4–10. doi: 10.31505/rbtcc.v17i1.731

Revista Brasileira
de Terapia
Comportamental e
Cognitiva

Critério 05 (“*Although seemingly **conflicting**, it is possible to connect the concepts of behavioral theory to psychiatric nosology*”)

Watrin, J. P., & Darwich, R. (2012). On behaviorism in the cognitive revolution: Myth and reactions.

Review of General Psychology, 16(3), 269–282. doi:

10.1037/a0026766

PsycINFO

Critério 05 (“*cognitive **revolution***”)

Dal Ben, R., Camargo, J., Melo, C. M., & Figueiras,

G. B. (2017). Análise do Comportamento e

sustentabilidade: Revisão dos artigos publicados no

Behavior and Social Issues de 2005 a 2016. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2), 86–

94. doi: 10.18542/rebac.v12i2.4401

Revista Brasileira
de Análise do
Comportamento

Critério 05 (“*in the journal **Behavior and Social Issues***”)

Suzuki, B. M., & Souza, S. R. (2019). Efeitos do jogo

Abrakadabra sobre a leitura e a escrita de palavras com encontros consonantais. *Acta Comportamentalia*,

27(3), 351–370.

PsycINFO

Critério 05 (“*The current study aims to evaluate the prototype of the educational game **Abrakadabra**, Version 2, in teaching words with consonantal encounters and*”)

Vieira-Santos, J., & Henklain, M. H. O. (2017). Contingências sociais que dificultam o engajamento do professor universitário em relações de qualidade com seus alunos. <i>Perspectivas em Análise do Comportamento</i> , 8(2), 200-214. doi: 10.18761/pac.2016.032	Perspectivas em Análise do Comportamento	<i>in the usability and engagement”) Critério 05 (“The question that arises is whether the contingencies related to professor’s work promote their engagement in quality relations with their students”)</i>
---	--	--

Critérios de exclusão:

1. Textos que não se tratem de artigos científicos ou ensaios, como por exemplo, editoriais e homenagens.
2. Textos que não apresentem afiliação de ao menos um dos autores com uma instituição brasileira.
3. Textos externos ao comportamentalismo radical (que partam de outra teoria).
4. Textos que não apresentem, em seu *abstract*, nenhum dos termos buscados.
5. Textos recuperados por ocorrências das palavras com sentidos que não correspondem aos objetivos da pesquisa.

APÊNDICE C: Modelo de fichamento

Orientadora: Carolina Laurenti

Orientando: Cândido Rocha Flores Júnior

Pesquisa: Possibilidades para uma ciência do comportamento própria: entre a subversão e o ajustamento social

Fichamento de conteúdo: (referência)

Informações sobre a pesquisa

1. Vínculo institucional dos autores:
2. Objetivo do estudo:
3. Temas de interesse mencionados no *abstract*:

Tópicos relevantes

1. Caracterização de problemas.

Algum problema social é mencionado? Qual? É especificado quem é afetado por esse problema? Por que seria um problema? É apontado o que criou/cria o problema?

2. Perspectivas de resolução de problemas.

São apresentadas possíveis soluções aos problemas citados? Quem seria responsável? As soluções envolvem perspectivas de transformação ou de ajustamento? Há declarações sobre o papel da ciência ou de cientistas na resolução de problemas sociais? Que papel seria esse? Qual seria a contribuição da ciência do comportamento?

3. Menção a conflitos sociais.

O texto menciona conflitos de interesses entre diferentes grupos? Como esses grupos são caracterizados no texto? Há um posicionamento a respeito?

4. Dimensões éticas.

Há declarações sobre os valores éticos da ciência ou de cientistas? O que é dito a respeito?

5. Outras formas de conhecimento.

Há declarações sobre a relação entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento?

Quais relações seriam essas?

6. Relações interdisciplinares.

Há declarações sobre a relação entre o conhecimento analítico-comportamental e outras áreas de conhecimento científico? Quais relações seriam essas?

7. Comportamento científico.

O texto menciona variáveis que afetam o comportamento de cientistas/especialistas? Quais?

8. Localização dos temas.

O texto menciona alguma questão como específica a um contexto local? Qual o contexto? Há implicações práticas e/ou teóricas?

9. Itinerários políticos.

O texto menciona algum movimento político, movimento social ou filosofia política específica?

Quais? Como são caracterizados no texto?